



**GALERIA**  
DOS  
**BRASILEIROS ILLUSTRES**  
**(OS CONTEMPORANEOS)**



GALERIA  
DOS  
**BRASILEIROS ILLUSTRES**  
(OS CONTEMPORANEOS)

**RETRATOS**  
DOS HOMENS MAIS ILLUSTRES DO BRASIL, NA POLITICA, SCIENCIAS E LETRAS

DESDE A GUERRA DA INDEPENDENCIA ATÉ OS NOSSOS DIAS

COPIADOS DO NATURAL E LITHOGRAPHADOS

**POR S. A. SISSON**

ACOMPANHADOS DAS SUAS RESPECTIVAS BIOGRAPHIAS

PUBLICADA SOB A PROTECÇÃO

DE SUA MAGESTADE O IMPERADOR

VOLUME I.



RIO DE JANEIRO

LITHOGRAPHIA DE S. A. SISSON, EDITOR, RUA DA ASSEMBLÉA N. 67.

1861

L<sub>1</sub>

(OS)

# INTRODUÇÃO



S BIOGRAPHIAS dos homens notaveis e eminentes do um paiz  
sao paginas soltas do grande livro da historia delle.

Nas relações dos feitos e dos trabalhos dos estadistas, dos diplomatas, dos generaes, dos administradores, dos sabios, dos poetas e dos artistas de uma nação está encerrado o segredo dos grandes acontecimentos politicos, do progresso moral e material, das provações, dos triumphos, da gloria, e tambem ás vezes da decadencia della.

Além da importancia immensa que debaixo deste ponto de vista apresentão as biographias, acrece que todos os povos naturalmente se usanão de ver perpetuada a memoria de seus heróes, e varões benemeritos, ou noseantes dos poetas, ou nos monumentos que a gratidão nacional lhes consagra, ou emfim e principalmente nos escriptos de biographos conscientiosos, que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporaneos, e um thesouro precioso reservado para a posteridade; um tributo de gratidão devido aos benemeritos, e, o que não importa menos, um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos benemeritos.

Mas a simples relação dos feitos dos grandes homens ainda não é tudo: a nação, como a familia, se apraz de conservar indelevel a imagem, e a figura de seus membros mais distintos.

A patria, como a mais extremosa das más, se extasia ante os retratos de seus filhos: os contemporaneos, que nem todos conhecem de perto os seus concidadãos mais assignalados, e a posteridade, que é apenas herdeira de sua fama, folgão de procurar na fronte do sabio os caleulos profundos de sua vasta intelligencia, nos olhos do guerreiro o fogo marcial que brilhára nos campos de batalha. Encontra-se finalmente um encontro indisível em ter junto da historia do heróe, ou do homem eminent, a imagem de seu rosto: então parece que se renova o passado, ou que se testemunha scenas bri-

lhantes, de que se esteve longe: então como que se vê o estadista meditando no seu gabinete, como que se admira o orador na tribuna, e o poeta exaltando-se em suas horas da mais feliz e ardente inspiração.

Foi levado por estas considerações, e pelo suave empenho de demonstrar de algum modo o nosso reconhecimento á hospitalidade amiga e generosa que viemos encontrar no seio do Imperio do Brasil, que emprehendemos e tomámos sobre os bombras a difficil e trabalhosa tarefa da obra a que demos o titulo de *Galeria dos Brasileiros Illustres*.

O titulo da nossa obra indica bem claramente, que tomámos por ponto de partida a época gloriosa da Independencia do Brasil; mas por certo que não desconhecemos quanto se enriqueceria a nossa galeria com um grande numero de varões illustres, que se assignaláro nos seculos anteriores, e ainda nos primeiros annos do actual.

Desde o padre José de Anchieta, que embora nascido no velho mundo, foi o apostolo do novo, e tornou-se Brasileiro por uma vida inteira consagrada ao Brasil, desde o padre José de Anchieta, dizemos, até o padre Caldas, o ilustre poeta e famoso orador fluminense, poderíamos contar uma insigne pbalance de benemeritos, que se libertáro da lei da morte pelos serviços mais relevantes.

Mas assim comprehendida e dilatando-se pelo espaço immenso de mais de tres seculos a nossa tarefa tornava-se pesada de mais para nossas mesquinhias forças, e não poderia ser completamente desempenhada conforme o programma que nos impozemos, principalmente porque pediríamos debalde ao passado os retratos de muitos dos seus homens celebres.

Começando porém da época da Independencia do Brasil, nós partimos do berço do Imperio, começamos a nossa marcha ao grito do Ypiranga, e contemplamos ainda vivos muitos dos illustres cidadãos, que devem enriquecer a nossa galeria, ou sentimos ainda frescas e recentes as recordações daquelles que já descêrão ao tumulo.

Assim, pois, fica bem determinado, bem explícito o pensamento da obra, que tomámos a peito realizar.

Foi e é nossa idéa bosquejar sómente sob o ponto de vista historico a vida e o caracter dos homens que se tem illustrado no bello Imperio Americano; desenhar, as principaes figuras, que tem deixado vestigios de sua passagem neste paiz e em sua scena politica desde a Independencia até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a historia do Brasil neste periodo, expondo a par dos retratos os feitos dos seus varões que mais se tem distinguido.

Podemos usanar-nos de que o nosso empenho fosc bem recebido e acorçoado pelos Brasileiros, e muito nos honra a distincão com que S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua immediata protecção especiaia a *Galeria dos Brasileiros Illustres*.

E' uma gloria immensa para o Brasil, e que a posteridadc aquilatará devidamente, o facto de se sentir sempre a influencia benefica e protectora do Imperador, onde quer que se trate de dar impulso ás sciencias, ás letras, ás artes, e á industria no seio do paiz cujos destinos lhe forão confiados pela Providencia.

Animados por este magestoso incentivo, e eertos da continuaçao do favor do publico, a nossa obra progredirá esperançosa e constantemente dirigida pelo mesmo pensamento.

Em nossos trabalhos biographicos esmerilhando cuidadosos a vida publica do homem, suspenderemos nossos passos diante do lar domestico; e cerraremos os olhos ao proceder particular: não pertence ao escriptor a vida intima do cidadão: sómente á tradiçao cabe revelar esses detalhes para completar o caracter dos homens celebres.

Nossa missão, pois, se resume exclusivamente em transmittir á posteridade os traços dos principaes personagens do heroico drama da Independencia do Brasil, e daquelles outros que, herdeiros desse legado glorioso, dirigem o paiz em sua marcha regular. Dos primciros a maior parte já pagou o tributo á morte, e não são mais que sombras illustres do Pantheon historico do Brasil; alguns porém restão ainda, como venerandos monumentos do passado, e com seu exemplo, seus conselhos, e sua experiençia, animão aquelles que, jovens ainda, e cheios de vigor e de esperanças, continuão a obra grandiosa de seus pais.

Para estes ultimos, representantes das novas idéas, nossas biographias serão apenas a primeira parte de suas vidas, parte sem duvida a mais difficil, porém ao mesmo tempo a mais gloriosa; porque é ella o laço, o annel, a cadea que prende duas épocas da historia do Brasil, o passado, época de lutas tremendas, e de organisação depois da victoria; e a actualidade, periodo de progresso e de civilisação.

Tal é o sim a que se propõe a *Galeria dos Brasileiros Illustres*: praça ao céo que ella corresponda aos nossos desejos, ás nossas esperanças, e aos trabalhos a que não nos poupamos, e que possa concorrer no presente e no futuro para a gloria deste portentoso paiz, que Deos acumulou de favores e de riquezas, e a quem deu filhos tão dignos, e cidadãos tão dedicados.

S. A. Sessou.

LOS CONTEMPORANEOS



MARQUEZ DE PARANA

Marquez de Paraná



## O MARQUEZ DE PARANA.

HONORIO Hermeto Carneiro Leão, Marquez de Paraná, nasceu na província de Minas Geraes, villa de Jaéuhy, em 11 de Janeiro de 1801; era filho legítimo do coronel Nicolao Netto Carneiro Leão e de sua primeira mulher D. Joanna Severina Augusta Lemos.

Partiu em 1820 para a universidade de Coimbra, onde tomou o grão de bacharel em direito no anno de 1825.

Nomeado juiz de fóra de S. Sebastião em 1826, serviu depois diversos lugares de magistratura, como os de auditor de marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, e no fim de tres ou quatro annos de exercicio foi elevado ao cargo de desembargador da relação de Pernambuco com exercicio na desta corte; na oceasião, em que devia entrar para o supremo tribunal de justiça, como lhe vedasse pela lei a sua qualidade de conselheiro de estado, aposentou-se.

Perecorreu por conseguinte na carreira da magistratura todos os cargos e todas as honras, faltando-lhe unicamente o ultimo degrau de hierarquia judiciaria, que não atingiu, porque já então o estadista dominava o magistrado, o homem politico fazia desaparecer o juiz.

Foi eleito deputado por Minas à segunda legislatura, que começou a funcionar no anno de 1830. Honorio Hermeto Carneiro Leão ligou-se ao partido moderado; apesar de não ser orador, a sua actividade e energia, a sua dialectica cerrada, o distinguiram logo entre os seus collegas.

Chegou finalmente o memorável dia 30 de Julho de 1832, uma das datas mais celebres do Brasil: não entraremos no almaneço politico dos acontecimentos que então se passaram, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça.

Apezar de haver aderido ao plano da convenção, H. H. Carneiro Leão apresentou-se na sessão de 30 de Julho resolvido a combatê-lo; separou-se de seus antigos aliados, e pronunciou-se com tanta firmeza e energia contra o projecto, que conseguiu produzir na maioria um fracionamento, que, ligando-se á oposição, suplantou o partido moderado, e rejeitou a idéa da reforma constitucional.

Deste facto data propriamente a influencia de H. H. Carneiro Leão; sua decisão, o seu pronunciamento franco e energico, e sobretudo o feliz resultado de que foi coroada sua iniciativa, o collocarão imediatamente á frente do novo partido que havia organizado, porque era de facto um novo partido este que se havia formado da fusão dos opositores com os liberaes divergentes.

Tornou-se pois o homem da situação, e depois do famoso ministerio de quarenta dias, foi chamado para fazer parte do gabinete de Setembro em que ocupou a pasta da justiça.

Contava então pouco mais de trinta e um annos: seu carácter independente, que se havia revelado bem claramente no curto espaço de sua vida politica, tornou-se

ainda mais notável no ministerio; desde o começo declarou que não aceitaria imposições, nem governaria por direcções estranhas.

Era ainda muito moço na vida e na política para que seus antigos chefes se resignassem a ceder-lhe o primeiro lugar e a trabalhar sob as suas vistas; dali provou uma divergência entre o novo ministro da justiça e os homens que dirigiam a omnipotente maioria.

Assim, apesar da situação que elle creára, e que elevou ao poder os homens da maioria, foi repelido por elles; e o ódio político dos seus antigos aliados chegou a tal ponto que reuniram os eleitores mineiros para cassarem o diploma do homem que acabava de obter a mais brillante reeleição.

Nem por isso H. H. Carneiro Leão renunciou as suas opiniões de liberalismo moderado, e quando em 1834 a morte de D. Pedro I, aniquilando as esperanças de uns e os receios de outros, destruiu a barreira que dividia os antigos partidos, o seu talento deu-lhe uma posição eminentemente camara poderosa, que obrigava a retirar-se da regência o homem que ella mesma elevára.

Organisou-se então o celebre gabinete de 19 de Setembro de 1837; e nesta ocasião deu H. H. Carneiro Leão uma prova de sua penetração de homem político: desdenhando o prestígio de uma pasta, preferia conservar-se na camara como chefe da maioria, e dominar o ministerio desta posição respeitável que o seu talento e a sua influência então decisiva lhe asseguravam.

Iniciando-se em 1840 o projecto da maioria, combateu-o apresentando outro com uma reforma da constituição; repentinamente porém o retirou sem prévio acordo com o gabinete, talvez por uma dessas resoluções promptas e decisivas, que o seu espírito previdente e a sua firmeza de vontade lhe faziam tomar muitas vezes.

Deste facto resultou a indecisão que mostrou o governo do regente nesse período, e a lei que declarou a maioria e inaugurou o reinado actual em 23 de Julho de 1840.

A mudança de política que então se deu collocou-o na oposição, onde sob uma phase diferente teve ainda occasão de dar provas de sua firmeza e actividade: naquelles tempos em que a oposição não era, como hoje, um simples descontentamento, mas uma luta tenaz e constante, o seu espírito revelou todos os recursos de um habil político.

Com a entrada do ministerio de 1841 recuperou a sua posição de chefe da maioria, e distinguiu-se como presidente do Rio de Janeiro, combatendo a rebelião de 1842, e foi nessa época nomeado senador e conselheiro de estado: a província ainda conserva a lembrança dos benefícios que deve á sua administração vigorosa.

Sendo encarregado de organizar um novo ministerio em 20 de Janeiro de 1843, ocupou nesse a pasta da justiça, e depois a de estrangeiros, até Fevereiro de 1844, em que fez aparecer a questão de gabinete que mudou novamente a política do paiz.

Voltou então á oposição, e nella manteve-se sempre firme até a elevação do ministerio de 29 de Setembro de 1848, ao qual prestou serviços relevantes com a sua presidencia de Pernambuco em 1849, e com a sua missão ao Rio da Prata em 1851.

Teve o officialato da ordem do Cruzeiro em 10 de Agosto de 1841 e a grão-cruz da de Christo em 18 de Março de 1851.

Carta real de S. M. D. Pedro V de grão-cruz da real ordem militar portugueza de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, em 26 de Janeiro de 1856, carta imperial de Visconde de Paraná em 10 de Julho de 1852; e de marquez do mesmo título em 5 de Dezembro de 1854.

Quando, em 5 de Setembro de 1853, o Visconde de Paraná foi chamado para a organização de um novo ministerio, a política do paiz, essa política que desde 1830 tinha dominado inteiramente o espirito publico, estava de todo gasta.

A luta, que durante tantos annos havia animado com a sua agitação febril as questões de governo e administração, desapparecia, deixando ás si a reacção, e com ella o lethargo de todas as paixões políticas, a deserção nos poucos principios que havião servido de norma e de programma ás diversas opiniões.

Um dos dous partidos enfraquecido, decomposto, sem harmonia e sem ligação, havia tudo perdido, até o nome que o distinguia; alguns homens notaveis pela sua influencia passada, restos de um grande nucleo, lembravão ainda, como hoje, esses liberaes illustres que havião dirigido os negocios do paiz durante os primeiros annos de sua organisação, e inaugurado por uma revolução legal o reinado actual.

O ultimo ministerio do Marquez de Paraná é a historia contemporanea que todos conhecem.

Elle realizou o grande pensamento da conciliação proclamado do alto do throno e foi o iniciador de uma nova politica.

Falleceu no dia 3 de Setembro de 1856, sendo presidente do conselho, ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, senador do Imperio, conselheiro de estado, ministro do supremo tribunal de justiça; official da ordem do Cruzeiro, grão-cruz da de Christo, da Aguia Branca da Russia, da ordem militar da Conceição de Villa Viçosa, provedor da Santa Casa de Misericordia.



O S C O N T E M P O R A N E O



Lith. G. A. Sizaou, Rue da Assembleia, 67, Rio de Janeiro.

EUZEBIO DE QUEIROS COITINHO MATTOZO CAMARA.

*Euzebio de Queiros Coitinho Mattozo Camara*



## EUZEBIO DE QUEIROS.

Euzebio de Queirós Coitinho Mattoso Camara nasceu aos 27 de Dezembro de 1812 em S. Paulo de Loanda ao tempo em que seu pai o conselheiro Euzebio de Queirós Coitinho da Silva ali servia o lugar de ouvidor geral da comarca.

Era este conselheiro casado com sua prima D. Catharina M. de Queirós Camara. Foi juiz de fóra de Benguela, ouvidor geral de Angola, e depois desembargador da Bahia com exercicio de ouvidor na comarca do Serro do Frio, então villa do Príncipe em Minas Geraes, donde foi escolhido em 1821 para ser um dos fundadores da relação de Pernambuco. Nomeado deputado para as cortes de Portugal, preferiu ir servir naquella relação o lugar de procurador da corôa por ordem do então ministro José Bonifacio d'Andrade e Silva, que lhe votava grande estima em consequencia da adhesão que mostrára aos principios da independencia proclamando ás colonias de África, convidando-as a que se separassem do Portugal para se unirem ao Brasil. Em 1825 veio tomar assento como desembargador aggraveista na casa da supplicação; em 1827 foi nomeado desembargador do Paço e chancellor governador das justiças na relação da Bahia, donde regressou para o Rio de Janeiro em 1828 por ser da primeira organização do Supremo Tribunal de Justiça. Seu filho quinto de nascimento, mas primogenito dos douos únicos que escaparão ao clima deletereo d'Africa Portugueza, veio para o Rio de Janeiro contando tres annos de idade: tinha seis annos quando levado ao Serro do Frio aprendeu ali as primeiras letras; em 1822, aprendeu latim em Pernambuco com o padre Francisco do Rego Barros; em 1826 e 1827 frequentou o seminario de S. José, estudando philosophia racional e moral com o padre mestre Fr. Peres, rhetorica e grego com o padre mestre Fr. Custodio de Faria. Este professor fazia do seu discípulo tal conceito que no attestado de frequencia declarou ser tão distinto que se nessas aulas houvessem premios, os seus mesmos condiscípulos proclamarião que a elle competia. Em 1828 repetia na Bahia a aula de rhetorica quando se abriu o curso juridico de Olinda, para onde foi remetido em companhia do primeiro lente daquella Academia e seu director interino o desembargador Lourenço José Ribeiro.

Seu exame de latim foi por onde começou a nova Academia, assim como foi o primeiro estudante que se habilitou para nella se matricular. Tinha acabado de fazer 15 annos, teve por condiscípulos homens feitos e alguns dos que mais se tem distinguido. Entretanto coube-lhe a honra de ser premiado com o actual Bispo do Rio de Janeiro o Sr. conde de Irajá, que já era sacerdote e lente de theologia moral no seminario de Olinda. Foi premiado ou proposto a premio em todos os quatro annos desse curso em que houverão premios. Fechada a Academia antecipadamente pelas perturbações politicas de 1832, fez acto e tomou

o grão de Bacharel formado no mez de Setembro, e aos 20 de Outubro chegou ao Rio de Janeiro para a companhia de seu pai, que então servia no Supremo Tribunal de Justiça; aos 9 de Novembro foi nomeado juiz do crime do bairro do Sacramento nesta corte, lugar que começou a servir com o de juiz de fóra no dia 24 de Novembro de 1832. Ia fazer 20 annos em 27 de Dezembro!

Em 19 de Março de 1833 foi nomeado juiz de direito chefe de polícia da corte contando, como se vê, muito menos de 21 annos. A época era melindrosa: filho de um homem que se ocupava exclusivamente dos seus deveres como magistrado, e que se conservava sempre estranho á política, o filho continuou na mesma vereda até o anno de 1840. Em 1835 casou-se com a Sra. D. Maria Custodia Ribeiro d'Oliveira Queirós, filha legítima do abastado capitalista o commendador Manoel José Ribeiro d'Oliveira, já então falecido, e de sua mulher D. Engracia Maria da Costa Ribeiro, filha do tenente coronel Manoel José da Costa, a qual é hoje a Sr.ª condessa da Piedade por ser viúva em segundas nupcias do conselheiro de estado José Clemente Pereira. Occupou o lugar de chefe de polícia desde Março de 1833 até o mez de Abril de 1844 com uma ligeira interrupção de 5 meses em 1840.

Em Março de 1842 foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, continuando no exercicio de chefe de polícia: apenas pois obteve a demissão desse cargo continuou a servir na Relação até Maio de 1848, em que da camara dos deputados passou a ocupar o ministerio da justiça, em 29 de Setembro de 1848, onde se conservou até Maio de 1852.

Em 1838 foi eleito deputado á Assembléa Provincial, e logo um dos primeiros; em 1840, apesar de candidato da oposição, obteve o 5.º lugar entre os Deputados do Rio de Janeiro para a Camara dissolvida em preparatorias no anno de 1842. Re-eleito na de 1843, serviu nella até 1844 em que foi também dissolvida discutindo-se o voto de graças de que fôra relator, tendo previamente pedido e obtido demissão de chefe de polícia.

Voltou á Camara dos Deputados em 1848, donde sahio, como vimos, para o Ministerio; reeleito dahi em diante, constantemente foi eleito e escolhido senador em 1854.

Quando em Março de 1833 entrou para o cargo de chefe de polícia, este cargo não tinha atribuições; não podia dar uma busca, e até havia quem lhe contestava o direito de ordenar prisões; a consignação para a polícia apenas era para pagar a secretaria e deixava menos de douos contos annuas para eventuais.

Eis como se expõe o Relatorio do Sr. Marquez de Palma em 1833: «O chefe de polícia está quasi limitado a transmitir notícias aos juizes de paz, e a recebê-las deles para as comunicar ao governo.

É facil portanto ajuizar que o chefe de polícia é quasi um nome vazio que não serve senão para comprometer o magistrado que o tiver.

O publico, facil de illudir-se com os nomes, quer exigir delles os mesmos serviços que recebia do intendente geral da policia, mas elle de facto nenhum servico poderá prestar, e para disso nos convenceermos basta ponderar que não tem jurisdição para passar um só mandado de busca, um só mandado de prisão.

Entretanto a cidade estava inçada de ladrões que atacavão as casas mesmo nas ruas mais frequentadas da cidade como Ourives, Quitanda, Ouvidor, &c.

Pedro Hespanhol era seu chefe, que espalhava o terror, mas passeava impunemente: as fabricas de cobre trabalhavão até na rua do Cano!

A actividade da policia apprehendeu em 1833 dentro de poucas semanas mais de seis fabricas, uma dellas em tão grande escala, que excedia em alguns misterios á Casa da Moeda. Pedro Hespanhol foi preso depois de resistencia, que o deixou tão ferido que em alguns dias morreu; sua quadrilha foi dispersada, indo a maior parte para as galés, sendo o seu ultimo feito o ataque da ilha da Caqueirada, onde foi arruinado o infeliz Liberal: pagáron quatro com a pena ultima o seu arrojo; algumas dezenas de seus socios forão purgar nas galés seus attentados.

O tesouro foi roubado; mas a perseverança da policia conseguiu em alguns meses rehaver quasi todo o roubo, prender os salteadores, e se todos não pagáron suas culpas, dependem isso do jury de Nietheroy, então de escandalosa celebridade.

Diligencias importantes sobre o papel moeda descoberião as fabricas até mesmo em Portugal, onde se encontrárão provas e fabricas por indicações feitas pela policia do Rio de Janeiro.

Já em 1836 assim se exprimio o Sr. Limpio, Visconde d'Abaeté, no seu Relatorio: «Só uma actividade que não cansa, um zelo que não desmaia, podem explicar algumas importantes diligencias, que se tem feito nesta capital. Além das prisões de muitos

facinorosos, apprehendeu-se, em o mcz de Dezembro do anno proximo passado, a um Francez cerca de 90 contos de réis em notas falsas. A fabrica foi vigiada constantemente pela policia por espaço de mais de um mez, e a apprehensão das notas effectuou-se precisamente na occasião em que elles ião ser introduzidas na circulação. Uma diligencia delineada com tanta perspicacia, seguida com tanta perseverança e executada com tão feliz resultado, fazia honra á policia mais bem montada.

No Senado o Marquez de Barbacena exultava a nova actividade da policia, na Camara dos Deputados os membros de partidos oppostos elogiaião o joven chefe de policia.

O Sr. Vasconcellos, então ministro, Marinho, Ottoni e Limpio, de idéas inteiramente oppostas, o elogiaião. O jury chegou a ter onze sessões annuaes, das quaes oito presididas pelo chefe de policia para pôr em dia processos atrasados desde 1808! Em 1833 em Dezembro houverão os disturbios da Sociedade Militar; o chefe de policia então em nullidade em politica não era nem eleitor; as ordens erão transmittidas directamente aos juizes de paz; nestes dias elle nem teve a disposição da força da policia; o ministro mandou prender ao juiz encarregando a direcção ao juiz de paz da Gloria João da Silveira do Pilar; o chefe de policia inspirava tão pouca confiança em politica que só foi informado do que se fazia depois de tudo feito. O ministro procurou substitui-lo; e chegou a offerecer ao Sr. Paulino (Visconde do Uruguay) esse lugar, o que não foi aceito; e como as questões politicas cessáram, tornando as deliberações todas o ministro com os juizes de paz, e no mais o chefe de policia agradou e foi conservado.

Do tempo do ministerio os factos são muito recentes e publicos. Da vida parlamentar o mesmo.



O S CONTEMPORÂNEOS



LITOGRAFIA DE J. L. & C. DA ASSEMBLEIA DO RIO DE JANEIRO.

BARÃO DE MAUÁ

*Barão de Mauá*



## O BARÃO DE MAUÁ.

**I**RENEO Evangelista de Souza, filho legitimo de João Evangelista de Souza e de sua mulher D. Marianna de Souza e Silva, nascen a 28 de Dezembro de 1813 na freguezia do Arroio Grande, distrito de Jaguárao, província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. No anno de 1822 veio para a corte concluir sua educação, estreando a sua carreira commercial no anno de 1823 como caixeiros do negociante de fazendas Antonio José Pereira de Almeida. Apezar de sua tenra idade, tanta aptidão mostrou para o commercio e por tal forma se bouve no desempenho de seus deveres, que retirando-se o Sr. Almeida á vida privada quatro annos depois, não se esqueceu de recommendar o seu jovem caixheiro a um amigo que estava no caso de aproveitar os sens serviços. Em 1829, pois, entrou Irenéo Evangelista de Souza para a muito acreditada casa commercial de Ricardo Carruthers, o qual, reconhecendo logo as felizes disposições de que era dotado, comprazeu-se em auxiliá-lo a desenvolvê-las, encarregando-o pouco depois da direcção da sua casa de commercio, á qual o associou no 1º de Janeiro de 1836, e deixando-o á testa dos sens negocios quando no anno seguinte se retirou para a Europa.

Desde essa época a casa de Carruthers & C°, da qual Irenéo Evangelista de Souza era socio gerente, tornou-se uma das principaes desta corte pelo elevado credito que lhe grangeára a sua habil direcção. Para dar maior desenvolvimento ainda a suas operações commerciales, emprehendeu Irenéo Evangelista de Souza em 1840 uma viagem á Europa, estabelecendo durante sua estada ali uma casa em Manchester sob a firma de Carruthers, de Castro e C°.

Regressando ao Rio de Janeiro em 1841, casou-se a 11 de Abril desse mesmo anno com sua sobrinha D. Maria Joaquina de Souza, que, conjuntamente com toda a sua familia, fôr buscar ao Rio Grande em 1835.

Querendo concorrer por sua parte para o progresso commercial da província onde nascera, estabeleceu no anno de 1843 uma casa no Rio Grande sob a firma de Carruthers Souza e C°. A actividade do seu espírito, porém, não se satisfez com tão pouco. No anno de 1846 fez aquisição do bello estabelecimento de fundição e estaleiro da Ponta d'Aréa, elevando-o logo gradualmente da decadencia em que se achava ao estado prospero e florescente que poucos annos depois o tomáram o primeiro estabelecimento desse genero na America meridional. Nesse mesmo anno, tendo sido pelo corpo commercial do Rio de Janeiro eleito presidente da commissão da praça do commercio, teve mercê do habito de Christo.

Em 1847, achando-se na cidade do Rio Grande, organizou alia a companhia Rio-Grandense de reboques a vapor, para facilitar o serviço da barra da província.

Por decreto de 24 de Janeiro de 1850, foi agraciado com o officialato da ordem da Rosa, na qual foi elevado a commendador em 16 de Maio de 1851 em remuneração dos serviços prestados na confecção dos regulamentos para a execução do código commercial. Nesse anno fundou em New-York uma casa commercial sob a firma de Carruthers Dixon e C°, e revertendo nessa época ao paiz os avultados cabedaelas em-

pregados no tráfico da escravatura, em virtude da cessação desse ilícito commercio, iniciou Irenéo Evangelista de Souza o espírito de associação entre nós organizando nesse mesmo anno de 1851 o Banco do Brasil que tão assignalados serviços prestou a esta praça e que tres annos depois, pela sua fusão com o Banco Commercial, serviu de núcleo á instituição de credito que hoje funciona com o mesmo título e para cuja fundação poderosamente concorreu Irenéo Evangelista de Souza.

Logo em seguida fôrão por elle criadas: a companhia de illuminação a gaz, a da estrada de ferro de Petropolis, a de navegação e commercio do Amazonas e a de diques flutuantes.

Em 30 de Abril de 1854, por occasião da inauguração da principia via ferrea no Brasil, levada a effeito pelo seu genio emprehendedor, foi agraciado com o título de Barão de Mauá. Em Julho desse anno transferiu a propriedade do estabelecimento da Ponta d'Aréa a uma companhia que organizou e da qual é o principal accionista e administrador. Ainda nesse anno fundou nesta praça, com uma casa filial em Londres, a sociedade bancaria em commandita sob a firma de Mauá Mac Gregor e C°, que a despeito da injesta e desabrida guerra que por muito tempo sofreu, tem prosperado em bem dos interessados e da praça do Rio de Janeiro, que nella encontra sempre um poderoso auxiliar.

Em Julho de 1856, estabeleceu uma casa bancaria em Montevideo sob a firma de Mauá e C°, que muito bons serviços já tem prestado ao commercio da Republica Oriental, a cujo governo por varias vezes e em épocas bem críticas acudira o nosso distinto patrício com empréstimos de seus capitais, promovendo ainda por esta fórmula os interesses do Imperio.

Além destas empresas por elle mesmo criadas, o Barão de Mauá tem concorrido com seus esforços, sua vasta intelligencia e sua fortuna para a realização de todas quantas empresas de algum vnlto existem no paiz.

Entre os concessionarios da projectada estrada de ferro de S. Paulo, figura ainda o nome do Barão de Mauá, que pretende levar a effeito mais esse importante melioramento por meio de capitais levantados em sua maxima parte fóra do paiz.

Nas ultimas eleições para deputados, o circulo do Rio Graude resolveu unanimemente, em signal do apreço em que teia o seu distinto compatriota, dar-lhe um lugar na camara temporaria, na qual já tivera assento como suplente desde o anno de 1855. Ali por varias vezes se tem feito ouvir o nobre Barão, sempre que se trata de questões commerciales, pugnando pelos direitos da classe a que pertence e sustentando diferentes medidas tendentes a beneficiar a industria do paiz.

O Barão de Mauá é membro honorario do Instituto Historico e Geographico do Brasil, thesoureiro do Hospicio de Pedro II, e socio de muitas outras instituições de beneficencia.

Seu talento não vulgar e sens serviços, a amenidade do seu trato e sua nunca desmentida probidade, tornão-o um dos caracteres mais distinatos de que o Brasil com razão se pôde ufanar.



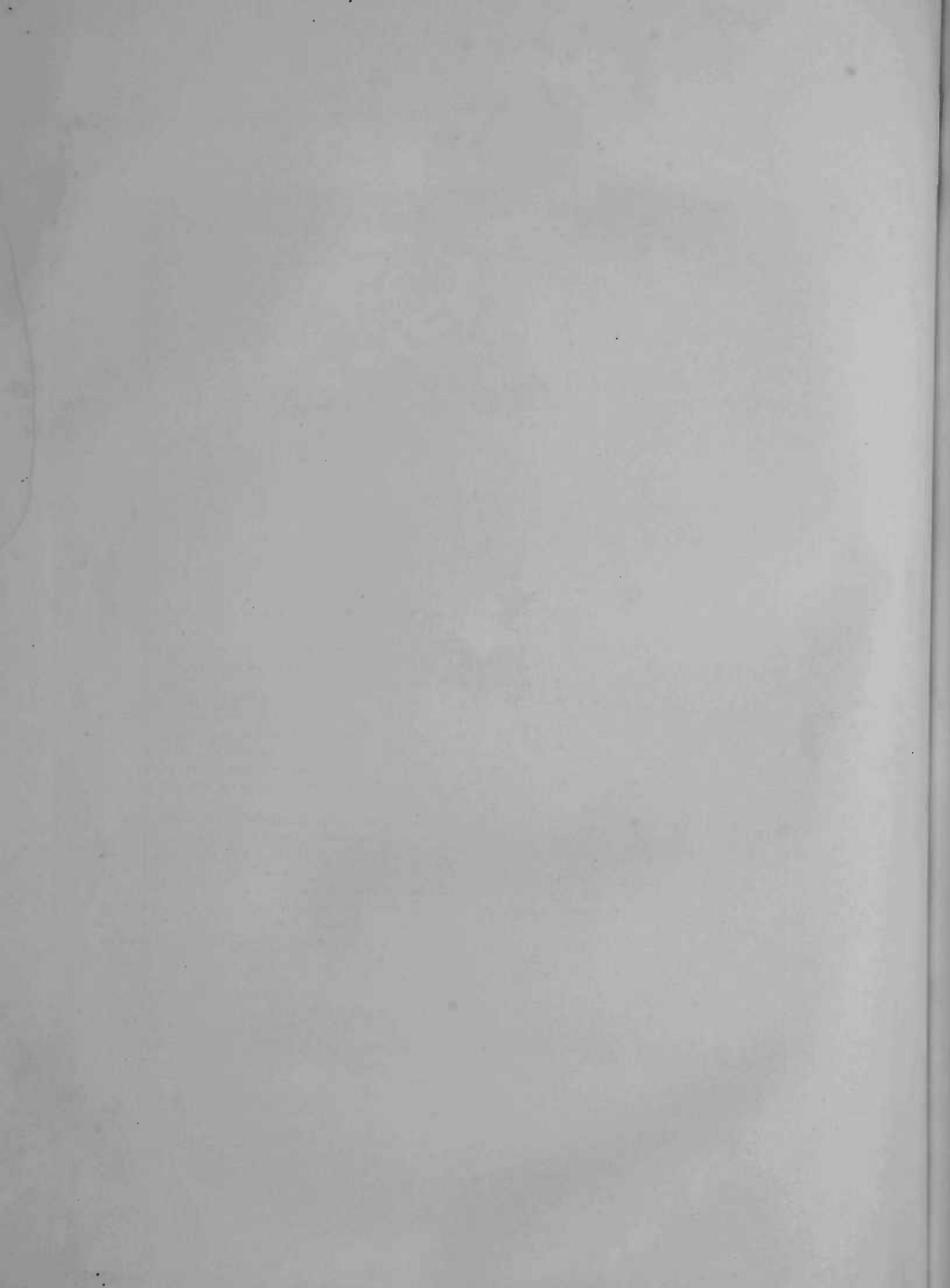
O S C O N T E M P O R A N E O S



Lith. G. A. Gomes e Fils de Acuarela - 1º Ano de 1850

JOAQUIM CLEMENTE PAREDES

*Joaquim Clemente Paredes*



# JOSÉ CLEMENTE PEREIRA



17 de Fevereiro de 1787 nasceu JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, no lugar de Adem, villa de Castello - Mendo, comarca de Trancoso, bispado de Pinhel em Portugal.

Seus pais, José Gonçalves e D. Maria Pereira, confiáram sua educação litteraria a um seu tio sacerdote, o qual habilitou-o nos preparatorios necessarios para matricular-sc na Universidade de Coimbra, onde obteve o grão em direito e canones.

No tempo da invasão dos Francezes na Peninsula, José Clemente alistou-se no batalhão academico que então organisou-se em Portugal e de que foi commandante José Bonifacio de Andrada e Silva.

Na carreira das armas não tardou muito que sua coragem e aptidão o tornasse conhecido muito vantajosamente, pelo que foi elevado a capitão e commandante de uma das guerrilhas que mais danno causou ás armas franezas.

De Portugal passou a atacar os Francezes em Ilespanha, debaixo das ordens do duque de Wellington, fazendo parte do famoso exercito anglo-luso, que tanto concorreu para a primeira queda do Imperio, dando em suas armas o mais terrível golpe e obrigando-os á evacuação da Peninsula com grandes perdas e innumerias derrotas.

Nesse exercito militou por muito tempo; vio com a espada na mão a abdicação de Fontainebleau, e ouviu de sua patria o echo da queda insperada do mais assombroso astro do seculo.

Já não era preciso pelejar. A paz universal tinha tornado inutil a espada do joven guerreiro. José Clemente deixa a Europa em 1815 e vem para o Brasil começar uma nova carreira, em que tantos louros e tanta gloria o esperavão.

Deseonhecido na segunda patria que abraçou, vio-se obrigado a recorrer á advocacia para viver, e assim passou até 1819, tempo em que, graças a seu merito pessoal e reputação adquirida, foi nomeado juiz de fóra, encarregado de crear a villa da Praia-Grande, hoje cidade de Nictheroy, que com esfíctio creou, alinhando e medindo com suas proprias mãos ruas e praças, e edificando nma capella que servisse de matriz e que hoje já não existe.

Além disto, abasteceu d'agua a nova villa, e tantos outros serviços lhe prestou que a camara municipal reconhecia dedicou-lhe em 1840 uma rua que denominou de S. José.

Com verdadeiro entusiasmo recebeu, a 26 de Fevereiro de 1821, a noticia

de que o povo se reunia para jurar fidelidade á Constituição que as cõrtes estavão fazendo, e sem perda de tempo reuniu a camara de Maricá, onde se achava, fê-la prestar e tomar juramento, e ordenou luminarias, *Te Deum* e outras publicas manifestações de regozijo popular de que elle mesmo estava sinceramente possuido.

A 30 de Maio desse anno entrou em exercicio do lugar de juiz de fóra da cõrte, e por esse tempo foi eleito presidente da camara municipal, da qual recebeu assignado por seus collegas um documento em que se manifesta admiração e reconhecimento pela energia e eoragem admiraveis que desenvolveu no dia 5 de Junho, oppondo-se destemidamente aos officiaes dos batalhões portuguezes que, iosurgidos e armados no largo do Roeio, querião que se jurasse a Constituição portugueza e se desse ao principe D. Pedro-uma junta de nove membros que assistissem a seus despachos, o que era coagi-lo a fazer unica e exclusivamente o que fosse da vontade de Avilez.

Ainda como presidente da camara desta cõrte, foi elle quem suscitou a idéa e levou a execução a celebre represeotação de 9 de Janeiro de 1822, e possuido de amor e santo zelo pela causa de sua nova patria, penetrou acompanhado de seus collegas no palacio de Bobadella, onde encontrou o principe, que devia mais tarde ser o primeiro Imperador brasileiro, recostado ao throno de seu pai. Ali fallou-lhe com taota força e eloquencia dos perigos imminentes a Portugal e ao Brasil se Sua Alteza Real partisse como exigão e urgão os Portuguezes, que este, toeado de suas razões, accedeu aos desejos ardentes do povo brasileiro e deixou escapar de seus labios esse famoso «FICO» que foi o *fiat-lux*, a aurora venturosa de uma nova éra de esperanças para o Brasil.

Nesse dia escreveu-se no livro das leis eternas o facto mais tarde realizado de nossa independencia, e José Clemente, que foi um dos mais ardentes corypheus dessa causa santa e gloriosa, é sómente por este, quando mesmo outros titulos não tivesse, eredor de nosso profundo e eterno reconhecimento; tanto mais que essa sua dedicação no momento em que Portugal mais se empenhava em reccalcar a eabeca do gigante que ensaiava esse brado de morte, que lhe querião sopitar antes que reboasse em todos os angulos do mundo, atrahio-lhe o odio e a vingança portugueza que não erão por certo mui facheis de affrontar sem riscos e perigos, e que muito o fizerão soffrer.

Dado aquelle primeiro passo, José Clemente oão soube mais descansar. Na cõrte trabalhava com empenho e sofreguidão, já propondo ao principe a reunião de uma assembléa geral das provincias do Brasil, já animando-o e incutindo-lhe

a idéa de lançar a primeira pedra fundamental do Imperio da Santa Cruz; e fóra da corte communicava-se com muitos independentes como o coronel Fontoura em Montevideó, e outros em varias provincias, merecendo por tudo isto uma portaria do principe D. Pedro, cm que lhe fazia ver o desejo que tinha de que não se aproveitasse elle de uma licença que como juiz de fóra tinha alcançado, porque Sua Alteza, em vista de seu patriotismo e dedicação, não podia prescindir de seus valiosos serviços.

O Ypiranga ouvio soar esse brado glorioso de um principe magnanimo que deixa a patria e um throno fortalecido por muitos seculos, por um povo a quem ama e a quem quer dar a mão como um anjo de salvação. O Brasil não é mais uma pobre colonia, o riso de satisfação que se debuxa em todos os semblantes, e a legenda, *Independencia ou Morte*, que se lê nos laços que trazem todos os individuos, dão prova ao mundo que chegou o dia de levantar-se gigante o imperio americano. Resta sómente acclamar Imperador o principe que por nós tudo sacrificou e confeccionar uma Constituição que sirva de base a seu governo; e é ainda José Clemente quem dirige a famosa circular de 17 de Setembro de 1822 em que se exige um juramento previo de manter e defender a Constituição tal qual no-la desse a assembléa constituinte e legislativa. Mas assim como seus serviços a Portugal prestados em sua mocidade forão deprecidos e esquecidos, assim tudo o que fez pelo Brasil foi interpretado e commentado por seus inimigos de modos que vio-se José Bonifacio na portaria de 11 de Novembro trata-lo e a seus amigos de facção occulta e tenebrosa, de furiosos demagogos e anarchistas que ousavão temerarios com o maior machiavelismo calumniar a indubitável constitucionalidade do Imperador e de seus mais fieis ministros. Mudou José Clemente de idéas, ou foi infamemente calumniado?

Seja como fôr, na devassa que se seguiu á deportação forão pronunciados por demagogos José Clemente e muitos de seus partidarios mais notaveis; mas este homem que foi desterrado por demagogo recebe a 17 de Fevereiro de 1824 a dignitaria do cruzeiro juntamente com Labatut, general da independencia, e sendo essa a segunda vez que se distribuiu aquella condecoração.

Nas primeiras eleições para deputado foi eleito pelo Rio, por S. Paulo e por Minas, e por esse tempo foi pelo Imperador elevado a intendente geral da polícia, e depois chamado para o ministerio, em que, conciliando as funcções de ministro e de intendente, prestou a esta cidade relevantes serviços.

O Código Criminal que hoje nos rege é obra sua refundida por Bernardo Pereira de Vasconcellos, e o Commercial de 1847 deve a elle como relator da commissão que apresentou o projecto primitivo em 1834 o ter passado no senado, embora com grandes alterações.

A província do Pará considerou - o digno de representa-la na camara dos senadores, e mandou seu nome na lista triplice para um dos lugares daquela corporação. Sendo escolhido pela coroa, tomou assento entre os anciãos da patria e sustentou sempre ali o prestigio de seu nome.

Agora acompanhe - se o illustre Brasileiro em outra phase de sua vida e ver - se - ha que o homem politico, que tanto pugnou pela independencia do Brasil, em nada avulta mais que o homem da caridade que concebeu o plano e realizou a construcção dos dous mais bellos e mais uteis edificios desta corte, onde o pobre que sofre do corpo e o que sofre do espirito achão remedio e cura para seus males.

Com esse efeito, José Clemente Pereira, deputado geral, senador do Imperio, ministro da justiça e duas vezes da guerra, não vale mais, e talvez nem tanto quanto José Clemente, provedor e fundador dos hospitaes da Misericordia e Pedro II, que rivalisão com os primeiros do mundo e são elles mesmos em seu genero os primeiros da America.

Na construcção e direcção desses hospitaes não poupou o provedor cousa alguma que pudesse ser util á humanidade pobre a quem dedicára os ultimos quinze annos de sua vida. Consultou a Academia de Medicina sobre o local que nem por isto foi bem escolhido, procurou para dirigir o serviço sanitario das enfermarias os medicos e cirurgiões mais notaveis, e conhecendo os grandes serviços que na Europa prestão as irmãs de caridade de S. Vicente de Paulo, chamou - as ao Brasil e proveu dellas os seus dous hospitaes. Sabe - o Deos se com isto prestou ou não um serviço ao sofrimento, mas em todo o caso suas intenções erão puras e suas vistas da mais sublimada caridade.

O Rio de Janeiro lhe deve nessas duas obras monumentaes que levarão á mais remota posteridade o nome e a gloria de José Clemente, uma divida de coração que não lhe pôde pagar, porque a caridade é de Deos e só elle tem o poder de remunerar aquelles que sacrificão a vida do mundo por essa a mais sublime das virtudes.

Este grande homem, este grande vulto duplamente amado e respeitado dos Brasileiros, deixou a peregrinação da vida em 1854, no meio de lagrimas e bençãos de uma população de infelizes que perdêrão n'elle um pai sempre solícito em minorar - lhes os sofrimentos e as misérias.

O Senhor D. Pedro I nomeou - o desembargador, dignitario do cruzeiro, intendente da polícia, ministro do imperio, grande dignitario da ordem da Rosa, e ocupou - o em mais duas repartições ministeriales.

O Senhor D. Pedro II nomeou - o ministro da guerra em 23 de Março de 1841, senador em 31 de Dezembro de 1842, conselheiro de estado em 14 de Setembro de 1850, e primeiro presidente do tribunal do commercio em 4 de Setembro do mesmo anno.

Foi eleito deputado á assembléa geral por Minas, S. Paulo, e quatro vezes pelo Rio de Janeiro, senador por Alagoas uma vez, duas pelo Rio de Janeiro e uma pelo Pará por onde foi escolhido.

Emfim, e como a prova mais saliente de seu merecimento pessoal e de suas virtudes, recebeu José Clemente do Senhor D. Pedro II a maior honra que um monarca pôde despender com um subdito. Sua Magestade mandou elevar - lhe uma estatua no Hospicio de Pedro II, defronte da sua que occupa uma das salas daquelle grande edificio.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lith. de A. S. e J. H. - An. 45

VICENTE DE IRIGOYEN

*Vicente de Irigoyen*  
25



## VISCONDE DE URUGUAY

**P**AULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA, hoje Visconde de URUGUAY, nasceu na cidade de Paris, no anno de 1807.

Ainda muito moço, deixou sua cidade natal e veio para o Maranhão em companhia de seus pais o Dr. José Antonio Soares de Souza e D. Antonia Magdalena Soares de Souza.

Naquella província começou a fazer os primeiros estudos para a carreira das letras, que tão brilhantemente percorreu e em que logrou muito merecidamente criar um nome considerado e respeitado dentro e fóra do Império pelas nações cultas que reconhecem nesse o diplomata eminente e o estadista profundo do Brasil.

Na idade de quinze annos deixou sua família e passou a Portugal, com o fim de estudar na Universidade de Coimbra, onde, com efeito, matriculou-se e estudou até o quarto anno de direito e canones; não podendo tomar o grão naquelas matérias por ter nesse anno rebentado a revolução em favor de D. Miguel de Bragança e ter-se em consequencia fechado a Universidade.

Voltando ao Brasil, o Sr. Paulino não quis perder tantos annos de fadigas, e com os olhos no futuro esperançoso que sua vasta intelligencia lhe prometia, resolveu proseguir na carreira que havia começado, para o que dirigio-se à província de S. Paulo, onde já então existia a Academia de direito, e ali terminou sua vida escolar, tomando o grão de bacharel no anno de 1831.

A política que naquelle tempo revolvia todas as cabeças, e absorvia em seu turbilhão todas quantas intelligencias o Brasil produzia, nenhum attractivo teve para elle, ou se o teve encontrou em seu juizo recto e em sua vontade mais forte que suas inclinações, uma barreira insuperável. O Sr. Paulino atirou-se para outro lado: escolheu a magistratura, e pouco tempo depois de formado alcançou o despacho de juiz de fóra de S. Paulo, donde no sim de oito mezes foi removido para a corte, no lugar de juiz do crime do bairro de S. José, a que também foi annexado o expediente da Intendência da polícia.

Com a execução do Código do Processo deixou o juzgado do crime de São José e passou a ocupar o do cível da segunda vara da corte.

O acto addicional criando as assembléas de província, abriu um novo campo em que brilharia e se fizeram conhecidas muitas intelligencias que não tinham alcançado entrar no seio da representação geral do paiz. Foi desse numero o Sr. Paulino, que estreou brilhantemente sua carreira parlamentar

na assembléa provincial do Rio de Janeiro, da qual recebeu a maior prova de consideração, sendo por ella escolhido para entrar na lista dos vice-presidentes daquella província.

O magistrado integro tinha reunido à sua corda de gloria novos louros colhidos na tribuna. Seu nome já era tão conhecido, quanto respeitado, e o regente Feijó, apreciando com justiça as qualidades que o distinguia, despatchou-o presidente da província que o tinha eleito deputado.

Esse cargo importante que elle desempenhou tão habil quanto honradamente, deu-lhe tal popularidade que em 1836 foi eleito por aquella província para representá-la na camara dos deputados da nação.

Esta prova de consideração nunca mais lhe foi retirada até a sua entrada para o senado, salvo na eleição de 1844, em que saiu segundo suplente, o que o não privou de tomar assento por ter falecido um deputado, e entrado para o senado o primeiro suplente.

Na camara ligou-se ao lado político de que eram chefes Bernardo Pereira de Vasconcellos, e Marquez de Paraná; mas não só nunca se levantou para defender e sustentar idéas exageradas, tão em moda naquelles tempos, como até mesmo não tomou parte em discussões puramente políticas e de partido.

Essa abstensão n'uma época em que não havia outra base nem outra matéria de discussão que não fosse a política de partido, longe de prejudicar sua reputação, fazendo-o cair no esquecimento, que para os homens políticos é a morte, deu-lhe pelo contrario a reputação de grave, prudente, e moderado. É que elle teve ocasião de se mostrar e fazer-se lembrado.

Como relator da comissão que em 1836 apresentou o projecto de interpretação ao acto addicional de que foi o mais extremo defensor, teve elle ocasião de mostrar-se muito mais vantajosamente do que o poderia fazer nessas questões pequenas que absorviam todos os animos e estragavam tão bellas idéias e tão robustas intelligencias.

No anno de 1840 foi o Sr. Paulino pela primeira vez fazer parte do conselho da corte, aceitando a instâncias de seus amigos e correligionários políticos a pasta da justiça do ministerio de 23 de Maio, em que esteve apenas dous mezes, caindo com seus collegas no dia 23 de Julho, em que subiu ao trono imperial o Senhor D. Pedro II; mas nem por ter sido tão curto o seu governo, passou elle desapercebido e indiferente para o paiz.

No senado sustentou uma longa discussão sobre o projecto de lei de 3 de

Dezembro de 1841, apresentado pelo senador Vasconcellos, com as emendas que lhe foram annexas.

Nas eleições que se seguirão à maioridade do Imperador tomou uma parte muito activa, e tendo sido reeleito deputado, foi, em 1841, chamado ao ministerio de 23 de Março ocupando novamente a pasta da justiça.

Como membro d'aquele governo, e particularmente como ministro da justiça, tomou medidas energicas e até certo ponto violentas, para reprimir o movimento revolucionario despertado em Minas e S. Paulo.

Este procedimento do Sr. Paulino, que se tem alguma desculpa é sómente a de ter sido aconselhado por circunstancias extraordinarias, deu-lhe na opinião publica o conceito de violento e partidário.

Em 1843 cahio o ministerio de 23 de Março, e subiu o de 20 de Janeiro. O Sr. Paulino continuou neste, passando a 8 de Junho a ocupar a pasta dos Negocios estrangeiros por ter passado a da Justiça ao Marquês de Paraná.

Continuou com essa pasta até 2 de Fevereiro de 1844, quando, retirando-se do poder, foi para a Câmara dos deputados fazer decidida oposição ao gabinete que subira naquella data.

Foi nesse anno que, pela dissolução da Câmara, procedeu-se a novas eleições, em que, como já se sabe, saiu segundo suplente. Tomando assento em razão de ter morrido o conego Januário e entrado para o Senado o Marquês de Caxias, collocou-se novamente nos bancos da oposição, e nelles permaneceu firme até o fim da legislatura.

Nas eleições de 1848 foi reeleito deputado pela província do Rio de Janeiro, que elle por tantos annos representaria; mas foi esta a ultima vez, porque logo após essa eleição o povo que o tinha honrado com seu voto desde 1834, que lhe tinha em todas as legislaturas subsequentes confiado a guarda e defesa de seus mais sagrados direitos, quiz dar-lhe uma prova mais subida de sua estima e seu reconhecimento, elegendo-o seu representante na Câmara vitalícia, para onde entrou por carta imperial de 21 de Março de 1849.

Nem foi esta a unica e a primeira vez que igual honra coube ao distinto senador pelo Rio de Janeiro. Já antes a mesma província tinha oferecido seu nome á consideração da coroa, e o Maranhão o tinha também uma vez incluído na lista tripla para um senador.

A 8 de Outubro desse anno entrou para o ministerio de 29 de Setembro de 1848, e ocupou pela segunda vez a pasta dos negocios estrangeiros, em que muito se distinguiu da primeira.

Nesse ministerio, sem duvida a mais gloriosa phase da vida publica do Sr. Paulino, contribuiu elle efficazmente para a destruição do cancro roedor da sociedade brasileira — o commercio infame de carne humana.

Seu brilhante discurso pronunciado na Câmara dos deputados, a 13 de Julho de 1850, elevou-o e collocou o governo do Brasil em uma posição tão nova, quanto nobre e respeitável. Foi com efeito a primeira vez que se viu

esse governo pronunciar-se com tanta decisão e firmeza; e a correspondencia de S. Ex.<sup>a</sup> com a legação inglesa, em que se oppõe á arrogância de uma nação poderosa que tudo quer levar pela força, a firmeza e resignação, calma e fria da nação fraca que prefere a extinção ao aviltamento de sua dignidade e de seus brios, é um padrão de gloria para o ministro, para a coroa e para o paiz.

Foi ainda nesse seu ministerio que o Brasil colligou-se com o general Urquiza para derrubarem o tyranno Rosas, e neste empenho tomou uma parte muito activa o ministro dos estrangeiros.

Com as republicas do Uruguay e do Perú concluiu o tratado de commercio, limites e navegação fluvial de 23 de Outubro de 1851, e depois de ter prestado todos esses serviços ao paiz, deixou o poder a 6 de Setembro de 1853, sendo douss dias depois nomeado conselheiro de Estado ordinário.

A 2 de Dezembro de 1854 foi-lhe concedido, por graça imperial, o título de Visconde de Uruguay, com grandeza; e em 1855 foi encarregado, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, de uma missão especial junto á corte de Napoleão, dando dessa vez mais uma prova de intelligencia, patriotismo e talento diplomático. O fim daquelle difícil missão era regular os nossos limites com a Guyana Franceza, que tinha a pretensão de estender sua posse até á margem esquerda do Amazonas.

O nosso ministro mostrou a semi razão d'esta pretensão, e provou á luz da evidencia que o rio Oyapok é a divisa dos douis paizes, como se deprehende não só das tradições e idéas arraigadas entre os douis povos, como e principalmente dos proprios tratados entre elles celebrados. De volta dessa missão o Sr. Visconde de Uruguay não tem mais tomado parte activa nos negocios do paiz, limitando-se a tratar delles como senador do Imperio.

Diversas nações da Europa honraram nelle o distinto estadista brasileiro concedendo-lhe condecorações de suas ordens mais estimadas.

O Sr. Visconde de Uruguay, senador do Imperio e oficial da ordem imperial do Cruzeiro, foi agraciado em 1850 por S. M. o rei de Nápoles com a gran-cruz da ordem de S. Gennaro; pelo rei da Dinamarca em 1852 com a da ordem real de Danebrog; pelo imperador d'Austria, no mesmo anno, com a da ordem imperial da Coroa de Ferro, e pelo rei de Portugal com a da ordem de Christo daquelle reino.

Além disto, é membro honorário da academia Tiberina de Roma; da academia Archeologica da Belgica; da academia britannica de Scienças, Artes e Indústria; da sociedade de Zoologica de Aclimatação de Paris; da sociedade Animadora das Scienças, Letras e Artes de Dunkerke; do Instituto Histórico Geográfico brasileiro e do do Rio da Prata, e da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro.

O Sr. Visconde de Uruguay é casado com a Ex<sup>a</sup> Sra. D. Anna de Macedo Alves de Azevedo, com quem se desposou a 20 de Abril de 1833.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lito. A. Sisson Edit. D. José J. da Cunha

VISCONDE D<sup>o</sup> ABREU

Visconde de Abreu



# VISCONDE DE ABAETE

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU, Visconde de ABAETE, nasceu em Lisboa a 22 de Setembro de 1798.

Seu pai, Manoel do Espírito Santo Limpo, tenente-coronel do corpo de Engenheiros, leote de mathematicas do collegio dos Nobres, director do Observatorio astronomico, e socio da Academia real de sciencias de Lisboa, morreu deixando-o ainda muito pequeno em companhia de sua māe, Dona Maria da Maternidade do Abreu e Oliveira, a qual tendo recebido do rei D. João VI uma pensão que devia ser paga no Rio de Janeiro, trouxe-o consigo para esta cidade pouco depois da mudança da corte para o Brasil.



No Rio, o Sr. Limpo de Abreu foi estudar no seminario de S. José as faculdades necessarias para matricular-se no curso de direito da Universidade de Coimbra, tendo vistas de seguir a carreira da magistratura.

Preparado convenientemente, partiu para Portugal em 1815, e tendo frequentado as aulas de direito, em que muito se distinguiu, fez sua formatura a 19 de Maio de 1820, e a 17 de Julho tomou o grão de licenciado em leis, não podendo tomar o de doutor, apesar de estar para isto habilitado com todos os exames, por ter receio que rebentasse a revolução que já naquelle tempo se preparava com grande afan, e ter por isto deixado a metropole e partido para o Rio em Setembro de 1820.

Chegando a esta corte, foi em seguida despachado juiz de fóra da villa de S. João d'El-Rei, por decreto de 22 de Janeiro de 1821, e tendo desempenhado este cargo por algum tempo com distinção, exerceu depois o de ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, que não menos reputação lhe grangeou.

Por decreto de 7 de Fevereiro de 1823, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte, mas não foi exercer este lugar porque o governo precisou de seus serviços em Paracatú, comarca de Minas Geraes, para onde foi nomeado por decreto de 24 de Setembro do mesmo anno, e onde se casou com a Ex<sup>a</sup> S<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Anna Luiza Carneiro de Mendonça, filha legitima do tenente coronel de milicias João José Carneiro de Mendonça, abastado fazendeiro e negociante.

A 12 de Outubro de 1826, o governo imperial, querendo remunerar seus bons serviços e aproveitar seus conhecimentos não vulgares, despachou-o desembargador ordinário da relação da Bahia, e a 19 de Dezembro de 1828, deu-lhe exercício na casa da supplicação do Rio de Janeiro, onde serviu até a extinção desse tribunal, e ocupou uma casa de aggravos e o lugar de promotor da justiça.

Quando se executou em 1833 a reforma judiciaria, foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde serviu até 13 de Maio de 1846, tendo como desembargador mais antigo presidido aquelle tribunal desde Maio até Dezembro de 1844.

Já nesse tempo era o Sr. Limpo de Abreu muito conhecido no paiz e justamente reputado uma dc nossas celebridades mais eminentes; por isto e por depositar nello toda a confiança que infundia sua carreira tão adiantada, e sem ocnhuma nodoa, aotes iutelligente e honradamente percorrida, o governo da Regencia nomeou-o, por decreto de 26 de Maio de 1837, ministro adjunto do conselho supremo militar e de justiça, em que serviu até 12 de Fevereiro de 1838, tempo em que pediu e obteve sua demissão, offerccendo ao mesmo tempo os vencimentos a que tinha dircito, para as despezas do Estado a braços com a rebelião do Rio Graode do Sul.

Um só degrão faltava ao Sr. Limpo para tocar ao fastigio da magistratura brasileira. S. Ex<sup>a</sup> tinha justos titulos para merecer aquella eminente posição a que não devem chegar senão os homens distinctos no paiz por sua ilustração e por suas qualidades moraes; tambem a 14 de Maio de 1846 baixou a carta imperial que o nomeava ministro do supremo tribunal de justiça, lugar em que muito pouco tempo permaneceu, aposentando-se a 8 de Março de 1848 com os vencimentos de desembargador apesar da proposta do Sr. Pimenta Bueno, então ministro da justiça interino, que lhe queria dar, como já se tinha feito a outro, o ordenado por interiro.

O moço que por seu proprio impulso atirou-se á carreira das letras e nella escolheu a magistratura é agora chegado ao fim d'aquelle ardua missão em cujo desempenho foi colhendo sempre desde o primeiro até o ultimo passo os louros que nunca faltão ao homem de verdadeiro merito.

O orlatorio da justiça, apresentado pelo Sr. Feijó á assembléa geral de 1832, falla do Sr. Limpo de quem aquelle senhor recebeu efficaz coadjuvação na repressão dos criminosos, nos termos mais laudatarios e lisongeiros possiveis. S. Ex<sup>a</sup> exprime-se assim: « É á integridade e amor da justiça do desembargador que nestes ultimos tempos servio de promotor, que se deve nas suas visitas ás cädas a descoberta de tantos desgraçados, inteiramente esquecidos e até fatalmente abandonados. »

O Sr. Feijó referia-se ao estado das cädas, e á miseravel situação dos presos, e demora dos processos.

Além deste documento que tanto honra ao Sr. Limpo, e tanto abona sua conducta como magistrado, mereceu aquelle senhor do presidente do supremo tribunal de justiça, quando obteve sua aposentadoria, um outro em que se declara que fôra assiduo em desempenhar com zelo e actividade os deveres do emprego, conduzindo-se sempre com muita intelligencia e probidade, e tornando-se digno de toda a consideração e estima de seus collegas.

Tão breve quanto exige o pouco espaço reservado a este trabalho tem sido esboçada a vida do Sr. Limpo de Abreu encarada pelo lado da magistratura; mas não foi sómente por ahí que se fez notavel aquelle cavalheiro e portanto é preciso acompanhá-lo em outra phase de sua existencia. Não fôra crivel que um moço dotado de uma intelligencia tão robusta como a do Sr. Limpo, e animado pelas aspirações que são um verdadciro e constante apanagio

daquelle faculdade, se conservasse arredado da unica scena em que podia com mais larguezas pôr em jogo todos os seus recursos intellectuaes, e fazer-se conhecido e subir. O Sr. Límpo ao chegar ao Brasil entregou-se corajosa e esperançosamente á onda politica que tão alto o elevou e em que de sua parte tão notavel figura fez desde seus primeiros annos.

Minas Geraes foi a provincia do Imperio que o escolheu para representa-la na assembléa geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que fui dissolvida em 1844, e em que não fui considerado por se achar fóra do Imperio em virtude do movimento revolucionario que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e S. Paulo; dahi por diante fui sempre eleito até o anno de 1847 em que entrou para o senado.

Na camara defendeu sempre e sustentou com muito calor e distinção as idéas liberaes, em cujo partido militou com muita popularidade, sendo elle mesmo um de seus chefes mais conspicuos.

Em 1830 e 1831 foi nomeado membro das commissões que examinároa e emendároa o projecto dos Codigos do Processo Criminal e Penal, e em 1834 sustentou e defendeu as reformas que se convertérão em lei do Estado pelo acto addicional á constituição.

Na discussão calorosissima que suscitou o projecto em 1840 apresentado de considerar maior, e elevar ao trono o Sr. D. Pedro II, foi elle um dos membros mais proeminentes da oposição, e nesta occasião assumiu uma posição tão brillante e elevada, que o *Diário do Rio*, folha que não era do suas idéas, exprime-se a seu respeito nestas palavras: « Assim ficou a camara pendente da indicação do Sr. Límpo, e é hoje o Sr. Límpo quem tem de dar a direcção á discussão da camara, e não só isso, como também ao espírito publico!! »

Foi presidente da camara nas sessões de 1832, 1833 e 1845, e completou sua carreira parlamentar entrando para o senado por carta imperial de 13 de Novembro de 1847, tendo já sido seu nome tres outras vezes oferecido á escolha do Imperador pela província de Minas de que é senador.

Resta considerar alguns factos mais importantes da vida administrativa e diplomática do Sr. Límpo, na qual encontrar-se-ha o mesmo homem eminent, que já é conhecido como magistrado e como legislador.

Tendo no anno de 1833 rebentado na capital de Minas Geraes um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a séde do governo, e achando-se a província em um grão extraordinario de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Límpo de Abreu nomeado presidente daquelle província, e seguiu para ali em fins daquelle mesmo anno.

Suas maneiras e suas qualidades o fizerão logo estimado e respeitado dos Mineiros, e elle, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gotta de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835.

Os Mineiros agradeceidos derão-lhe dessa vez mais uma prova de consideração. O Sr. Límpo foi nomeado vice-presidente pela assembléa provincial, a quem naquelle época competia tal atribuição.

Ao chegar de sua presidência de Minas foi nomeado pelo primeiro Regente, por decreto de 14 de Outubro de 1835, ministro da justiça e interinamente do Imperio, passando a 3 de Junho de 1836 a ocupar a pasta dos estrangeiros.

Fazendo parte do ministerio da maioridade, elle ocupou pela segunda vez a pasta da justiça, e posteriormente dirigiu pela segunda, terceira e quarta vez a dos negócios estrangeiros nos ministerios de 1843, 1848 e 1853.

No primeiro desses ministerios o Sr. Límpo muito se distinguiu pela energia com que se portou em relação á Inglaterra, sendo o autor do protesto contra o bill aprovado pelo parlamento britânico, que sujeita os navios brasileiros

suspeitos de empregar-se no tráfico ao julgamento dos tribunais ingleses.

Esse protesto energico e patriótico do illustre ministro brasileiro contra o acto de violencia, e da mais inqualificável prepotencia nunca se riscará da memoria e do coração daquelles que dão o devido apreço á honra e dignidade de sua patria.

No ministerio de 1853 o Sr. Límpo de Abreu foi quem deu ao ministro do Brasil em Portugal as instruções que regulároa e dirigirão as negociações que preecederão á convenção de 12 de Janeiro de 1855, que teve por duplicado fim a prevenção e repressão do crime tão escandalosamente generalizado em Portugal da falsificação da moeda e dos papéis de credito, com curso legal nos dous paizes, e a extradição dos individuos convictos desse crime.

Desse ministerio sahio o Sr. Límpo de Abreu em 14 de Junho de 1855, por assim ter entendido necessário, como manifestou no senado, logo que a expedição que o governo mandará ao Paraguai não teve, por motivos independentes de sua vontade, todos os resultados que se devião esperar.

Em 1851 o Sr. Límpo celebrou, por parte do Brasil, com o plenipotenciário da Republica do Uruguay, os tratados de 12 de Outubro, e nesta difícil commissão portou-se juntamente com o outro plenipotenciário brasileiro, de modo que o ministro dos estrangeiros, em aviso de 21 de Outubro do mesmo anno, lhes dirigiu, por ordem de Sua Magestade Imperial, as mais significativas expressões de louvor.

Quando em 1855 rebentou em Montevideó a revolução que destruiu a autoridade do presidente legal daquelle Republica, o Sr. Límpo de Abreu foi enviado pelo Brasil com plenos poderes para proceder como exigissem as circunstâncias extraordinárias em que se achava aquelle paiz; e nesta tão difícil quanto arriscada missão ainda uma vez angariou elle a estima e a consideração do governo e do povo brasileiro, por ter della sahido tão bem quanto era para desejar e esperar de sua capacidade.

Ao terminar tão satisfactoriamente essa missão, foi o Sr. Límpo encarregado de uma outra, junto ao governo da Confederação Argentina, e neste novo empenho foi tão feliz como no primeiro, celebrando a 7 de Março de 1856 um tratado de commercio e navegação, que é do maior alcance para o futuro dos dous paizes.

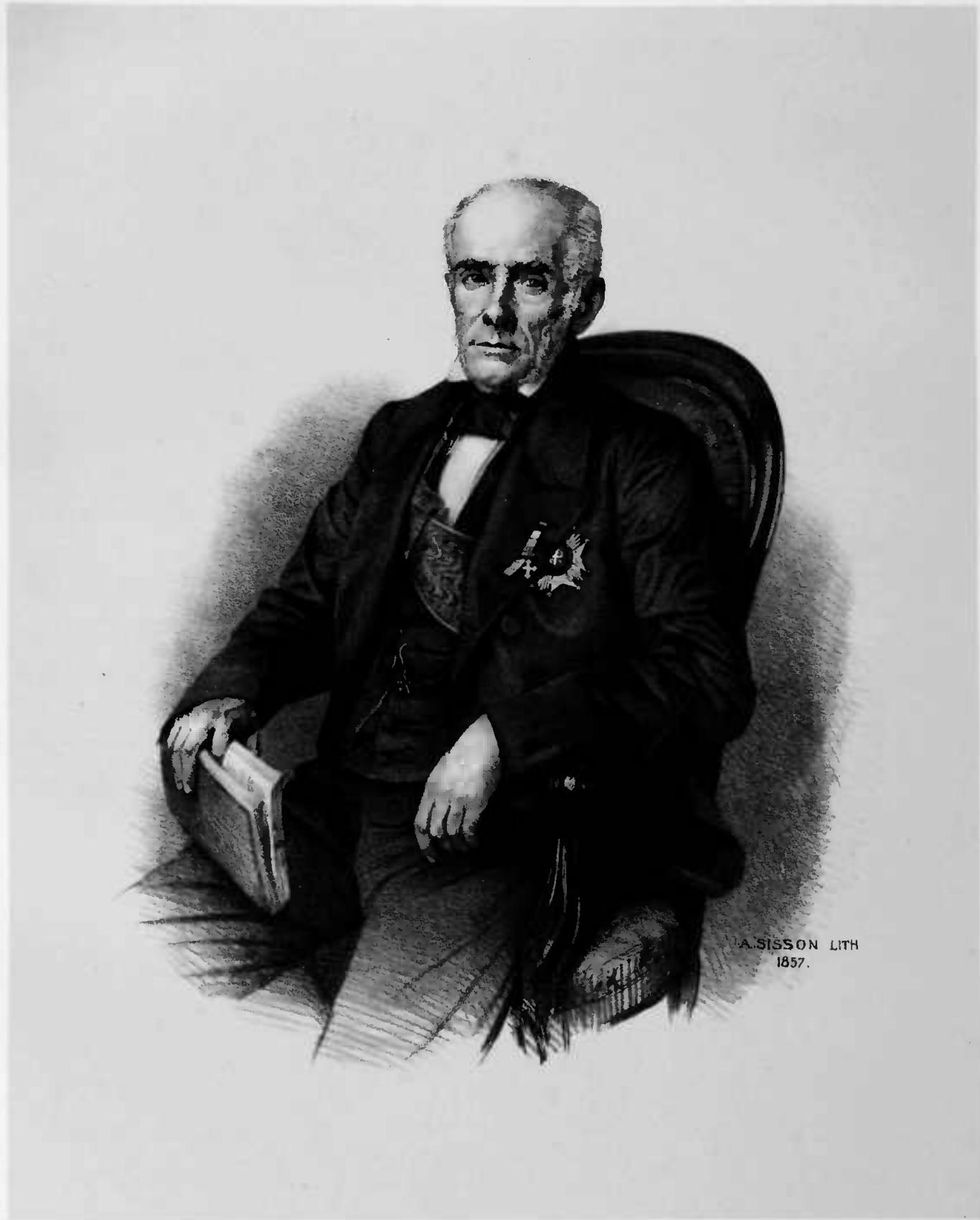
Assim que em Montevideó procurou o Sr. Límpo de Abreu libertar o governo imperial de quaisquer vínculos que pudesse comprometter-lhe nas perturbações e dificuldades que ali surgem e pullulam quasi diariamente, e no Paraná esforçou-se quanto pôde por estabelecer com um governo estavel, e com o paiz cheio de vida e de futuro as bases de uma política franca e liberal que, segundo a opinião mais imparcial e esclarecida, convirá ampliar e desenvolver, com o que ganharão ambos os Estados, e não menos os interesses gerais da paz, do progresso e da civilização.

Sua Magestade, que não sabe esquecer seus bons servidores, tem estendido sobre o Sr. Límpo sua imperial munificencia, concedendo-lhe por carta de 29 de Julho de 1840 o título do conselho; a 2 de Agosto do mesmo anno, a graça de gentil-homem de sua camara; a 9 de Fevereiro de 1841, o fôro de fidalgo cavalleiro; a 25 de Março de 1845, a dignaria da ordem imperial do Cruzeiro; a 14 de Junho de 1848, o lugar de conselheiro de Estado ordinário; a 26 de Junho de 1852, a gran-cruz da ordem de Christo, e a 2 de Dezembro de 1854, o título de Visconde de Abaeté com grandeza.

Além destes títulos e condecorações que bem mostrão a consideração em que tem suas eminentes qualidades o Chefe do Estado, o Sr. Visconde de Abaeté foi condecorado por carta régia de 17 de Outubro de 1855 com a gran-cruz da ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lith. A. Sisson. Rua da Assembleia, 67 Rio de Janeiro

MARQUÊZ DE OLINDA

*O Marquês de Olinda*



## MARQUEZ DE OLINDA

PERNAMBUCO é a província natal do Sr. PEDRO DE ARAUJO LIMA, Marquez de OLINDA.

Nascido em 1787, viveu em companhia de seus pais até o anno de 1813, em que deixou sua bella patria e foi buscar em outros clímas a instrucção e a sciencia, que seu espirito ávido de grandes futuros, ali não tinha achado suficiente; porque o regimen colonial que então pesava sobre o Brasil não permittia a este paiz mais do que os primeiros rudimentos dos conhecimentos humanos, e estes mesmos, sabe Deus com quanto se lutava para os adquirir, visto como só nos lugares mais populosos, como as principaes capitais, é que se encontraão pessoas habilitadas para os ensinar.

O Sr. Araujo Lima teve a fortuna de nascer em lugar onde, ainda que escassa, não faltava completamente aquella especie de instrucção; tambem por isso, quando em 1813 partiu para Lisboa, já levava de Pernambuco estudados e sabidos os preparatorios de que tinha necessidade para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e onde tomou grão de doutor em Canones no anno de 1819.

Immediatamente que terminou seus estudos em Portugal regressou ao Brasil, onde sua estrella feliz lhe preparava um caminho brilhante para um futuro ainda mais brilhante de gloria.

Chegando á sua patria em 1820, foi logo despachado Ouvidor da comarca de Paracatú, província de Minas Geraes; não chegou porém a exercer esse lugar, porque pouco tempo depois de sua nomeação, foi eleito deputado ás cõrtes constituintes de Lisboa no anno de 1821, fazendo então parte dos 50 deputados brasileiros que se batêrão corajosamente contra os 130 portuguezes, que já em sua ausencia e a despeito mesmo de sua presença, prevalecerão a principio de estarem sós e depois da maioria de numero para supplantarem as justas reclamações contra as audaciosas pretenções de reduzirem o Brasil, a quem tinhão elevado á categoria de reino-unido, ao antigo e miseravel estado em que vivera antes da vinda e estabelecimento da Familia Real no Rio de Janeiro.

Sabe-se o resultado dessa luta desigual e gloria para os poucos filhos do Brasil que na capital da metropole ousáram levantar a voz contra o odio encarniçado de uma população inteira.

O Sr. Araujo Lima voltou ao Brasil com seus companheiros quando as

exigencias de Portugal leváram sua colônia ao extremo de dar o passo glorioso de sua independencia.

Ahi chegando, foi imediatamente eleito deputado á assembléa constituinte convocada em 23 de Março e reunida na corte do Rio de Janeiro a 3 de Maio de 1823.

Nessa assembléa tempestuosa o Sr. Araujo Lima tornou-se muito notável, e quando depois dos ultimos esforços daquella congregação dos primeiros homens do Brasil, o Imperador Pedro I fulminou-a com o decreto de dissolução, e teve de nomear um ministerio, chamou-o para a pasta do Imperio que ocupou apenas por tres dias, porque tendo sido nomeado a 14 de Novembro, deixou o ministerio a 17 do mesmo mes.

Dissolvida a constituinte e jurada a 25 de Março de 1824 a constituição do Imperio, procedeu-se ás eleições para deputados á nova assembléa geral legislativa. Pernambuco não esqueceu ainda dessa vez seu distinto filho que já tanto se tinha feito notável, quer na constituinte portugueza, quer na brasileira, a que por aquella província tinha sido mandado; elegeu-o seu deputado á assembléa geral, e ahi o Sr. Araujo Lima, a favor de sens grandes conhecimentos e de seus reconhecidos dotes oratorios, como de muitas outras qualidades, adquirio uma posição eminente, sendo na terceira sessão de 1827 eleito presidente, o que ainda tornou a ser por muitas vezes, como veremos.

Durante esta legislatura foi elle chamado pelo Imperador Pedro I ao ministerio do Imperio, cuja pasta recebeu a 2 de Novembro de 1827 e deixou a 15 de Junho de 1828.

Nesse anno procedendo-se á eleição de deputados á 2<sup>a</sup> legislatura, o Sr. Araujo Lima foi reeleito por Pernambuco, e continuou sempre a sé-lo em todas as outras legislaturas até sua entrada para o senado.

Por todo o tempo que continuou na camara dos deputados elle sustentou sempre no mesmo pé o prestigio e influencia de que gozara desde o principio de sua carreira parlamentar; é assim que o vemos presidente da camara em 1829, vice-presidente em 1831, 1832 e 1833: e novamente presidente em 1835, 1836 e 1837.

Durante todas as commoções que abalaram o Imperio desde a abdicação até a regencia unica do Sr. Feijó, o Sr. Araujo Lima não apareceu senão como deputado, sendo apenas uma vez encarregado das duas pastas da justiça e

estrangeiros que só ocupou por 40 dias a contar de 3 de Agosto a 13 de Setembro de 1832.

Depois desse dia voltou outra vez ao scio da camara legislativa, donde saiu no anno de 1837 para o senado por eleição de Pernambuco, e pouco tempo depois, a 18 de Setembro do mesmo anno, ultimo dia da regencia Feijó, para o ministerio do Imperio, onde veio pela terceira vez tomar sobre seus hombros o peso daquella pasta que muito pouco o sobrecarregou desta occasião, por quanto o regente Feijó achando-se a braços com a revolução do Pará ainda mal extinta, com a do Rio Grande do Sul em toda a sua força e com uma forte oposição na camara dos deputados, tomou a resolução de resignar o poder a 19 de Setembro daquelle anno, e em virtude disto e de ser elle ministro do Imperio, coube-lhe, como manda a constituição, a regencia interina do paiz.

A popularidade de que gozava em ambas as camaras, fez que a 22 de Abril de 1838 fosse por elles confirmada a regencia que até ali exercera interinamente. Esta influencia porém que lhe permitia dispôr de uma grande maioria, assim na camara temporaria como na vitalicia, não o defendeu contra o pronunciamento das províncias que lhe trouxerão sérios embarracos.

A Bahia a 7 de Novembro de 38 declarou-se independente até a maioria do Sr. D. Pedro II. O Maranhão por motivos da criação dos prefeitos, levantou o estandarte da revolta bem conhecida com o nome de balaiada; e o Rio Grande do Sul continuou a resistir às forças da legalidade e a ter sobre elles vantagens que lhe permitirão invadir a província de Santa Catharina onde tomáram a cidade da Laguna.

Era preciso da parte do novo regente muita força de espirito e energia de vontade para resistir a todos esses poderosos obstáculos que desde o princípio de seu governo vierão antepôr-se e empecer sua marcha; aquellas qualidades porém não lhe faltavão, e graças a elles elle foi pouco a pouco desassombrando o caminho que tinha de seguir em sua administração.

A cidade da Bahia, atacada a 13, 14 e 15 de Março de 1838, rendeu-se e com ella foi por terra completamente aniquilada a revolta que ali se levantara.

Os balaios depois de mil sacrifícios e de imensa carnificina tiverão também de ceder nos fins de 1840 aos esforços do coronel Luiz Alves de Lima, a

quem o regente confiara no principio daquelle anno a pacificação da província do Maranhão.

O Rio Grande do Sul enfim que não pode ser totalmente pacificado, foi ao menos reduzido a uma posição bem precária.

Apezar de todos esses trabalhos e de muitos outros serviços prestados ao paiz, os jornaes acháram naquella guerra motivos para em principios de 1840 se declararem em oposição aberta á regencia do Sr. Araujo Lima, e esse echo da imprensa repercutiu nas camaras que logo depois de sua abertura naquelle anno se declararão em maioria contra elle.

Todo o Brasil conhece o resultado dessa oposição, que trouxe como consequencia a maioria do Sr. D. Pedro II, e portanto a retirada do Sr. Araujo Lima da suprema administração do paiz.

Se este lhe deve bens, ou males por essa sua administração, não discutiremos, nem mesmo nos convém fazê-lo; o que é certo porém é que um homem menos activo e energico, teria sem remissão deixado sossobrar a não do Estado batida de todos os lados por tempestades políticas e tufoes revolucionarios.

Em 1848 o Sr. D. Pedro II chamou-o ao ministerio de 29 de Setembro como ministro dos estrangeiros e presidente do conselho, lugar que deixou a 8 de Outubro de 1849, tendo a 6 de Outubro de 1848 deixado a pasta da fazenda que exercera desde 4 de Setembro do mesmo anno.

No corrente anno de 1857, tendo pela morte do Marquez de Paraná ficado aéphalo o ministerio por elle criado, resignou este o poder na proximidade da abertura das camaras, e por esta occasião foi o Sr. Araujo Lima encarregado de organizar como o fez o actual ministerio de que é presidente e ministro do Imperio.

S. M. I. o Sr. D. Pedro II, querendo dar uma prova publica do grão de apreciação em que o tinha, agraciou-o com o título de Visconde de Olinda e mais tarde em 1854 com o de Marquez do mesmo nome; além disto, condecorou-o com a Gran Cruz da Ordem de Christo e oficialato do Cruzeiro.

Estrangeiras o Sr. Marquez de Olinda conta as seguintes condecorações: Gran-Cruz de S. Estevão da Hungria; da Legião de Honra da França; e S. Mauricio e S. Lasaro da Sardenha.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lith. S. A. Stalon, Rua da Assembleia, 67, Rio de Janeiro

VICONDE DE ITABORAÍ

Visconde de Itaboraí





# VISCONDE DE ITABORAHY

A 13 de Dezembro de 1802 nascceu no Porto das Caixas, freguezia de Itaborahy, província do Rio de Janeiro, o Sr. JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES, depois visconde de ITABORAHY.

Forão seus pais o Sr. Manoel José Rodrigues Torres, já falecido, e D. Emerencianna Mathilde Torres, os quaes não pouparão cuidados e meios de educa-lo nos sãos principios da mais severa moral, cujo influxo ainda hoje se exerce e manifesta-se em todos os actos e na vida inteira do Sr. de Itaborahy, em quem nenhuma acção conhecida jámais marcou o brilho do nome de honesto e honrado que adquirio entre seus concidadãos e que ninguem poderá recusar-lh'o.

É que do mesmo modo por que as primeiras idéias e as impressões da infancia, são as que mais se gravão na memoria dos homens, e ahí permanecem sempre vivas, assim tambem os primeiros principios de educação que recebemos de nossos pais, são os que hão de em todo o tempo servir de norma a nossas ações e a todos os actos de nossa vida. Feliz quem teve pais zelosos que não esquecerão, ou não abandonarão a educação de seus filhos, e que lhes dêrão desde o berço o germen e a base de toda a felicidade na terra: uma consciencia apurada, e uma alma propensa para o bem tanto quanto instruida nas sendas da honra e da virtude.

Nesse ponto o Sr. Visconde de Itaborahy não tem que invejar a pessoa alguma, e a prova a mais palpítante do quanto seus pais se esmerarão por sua educação está na vida mesma desse cavalleiro.

Não foi porém sómente o moral de seu filho que os pais do Sr. de Itaborahy quizerão e procurarão por todo o modo desenvolver e aperfeiçoar, o lado intellectual não lhes mereceu menos cuidado, porque bem vião elles que as luzes da intelligencia são a primeira condição e condição essencial de todo o progresso e desenvolvimento humano.

Assim pois ao mesmo tempo que com seus exemplos e conselhos ensiná-rão-lhe o caminho da honra; confiando-o a bons mestres que lhe illuminassem o espírito, procurarão ensinar-lhe tambem o caminho da gloria.

Foi por isto que ainda em nua idade e depois de ter o Sr. Rodrigues Torres os seus estudos primarios, mandou-o seu pai estudar preparatorios no Seminario de S. José, donde sahio habilitado para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e para onde partiu em 1821 com o fim

de estudar mathematicas, que com efeito estudou e em que sahio formado no anno de 1825.

Como estudante logrou o Sr. Torres adquirir uma reputação que, apezar de ercada tão longe de seu paiz natal, não deixou por isto de chegar até ahi, tanto que vindo elle para o Brasil em 1826, foi nesse mesmo anno nomeado lente substituto da Academia Militar, o que não foi certamente pequena honra nem pequena prova de intelligencia para um moço de 23 annos de idade que apenas tendo deixado os bancos de estudante, não teve por isso mesmo tempo nem occasião de se fazer conhecido por outros trabalhos que não sejão os escolares.

Nesse lugar servio o Sr. Torres desde 1826 até 1833 em que pedio sua demissão, não sem duvida porque lhe faltassem as qualidades necessarias para o magisterio, mas talvez porque não visse naquelle carreira o futuro que aspirava, e divisasse pelo contrario ao longe e em outras direcções mais bellos horizontes.

Seja como fôr, é para lamentar que o Sr. Rodrigues Torres não sacrificasse um pouco do interesse que o levou a dar aquelle passo, pelo amor da mocidade brasileira, que não tinha naquelle tempo, como tem hoje, muitos lentes que a animassem e a illustrassem com seus conhecimentos; e tanto mais é isto para sentir-se quanto o Sr. Torres, além do muito aproveitado tempo que levára na Universidade de Coimbra, tinha ainda voltado a Europa em 1827 e applicado-se em Paris até 1829, sem duvida a estudos de sua profissão.

Regressando pela segunda vez ao Brasil, começou o Sr. Torres a aparecer muito vantajosamente na scena politica, a ponto de ser em 1831 chamado á pasta da marinha pela regencia de Lima e Silva, Braulio Muniz e Costa Carvalho.

Apezar de começar sua carreira administrativa sob os peiores auspicios, pois que, como bem se sabe, naquelle tempo calamitoso, os motins e sedições surgião a cada instante uns das ruinas dos outros, e isto não sómente na corte, mas ainda nas provincias e especialmente nas do Norte que tiverão cada uma sua sublevação particular; apezar de todos esses embaraços, dizemos, embaraços poderosos para um moço que pela primeira vez toma as redeas do poder, o Sr. Rodrigues Torres sahio-se bem e retirou-se do ministerio conceituado e prestigioso, de modo que logo depois em 1832 foi novamente chamado para a pasta que deixára; persistindo ainda toda a agitação geral do Imperio, e especialmente das provincias do Pará que mesmo em 1832 pro-

clamou-se independente; de Pernambuco que teve a guerra terrível dos Cabanos ou de Panellas de Miranda e Ceará a braços com a de Pinto Madeira que havia começado em 14 de Dezembro de 1831 e que terminou em 13 de Outubro de 1832, entregando Pinto Madeira as armas ao general Labatut commandante das forças da legalidade.

No meio de todos esses abismos que se abrião diante dos passos dos regentes e que empecião a marcha regular de seu governo, ainda não naufragou a boa reputação e conceito em que era tido o ministro da marinha; ao contrario a habilidade com que por sua parte concorreu para que o governo do paiz se sustentasse firme no posto que a maioria da nação lhe havia confiado, o fez ainda mais estimado e tornou-o muito popular, especialmente na província do Rio de Janeiro, da qual teve em 1833 a honrosa missão de representá-la na camara dos deputados. Foi a primeira vez que o Sr. Rodrigues Torres se apresentou na tribuna dos representantes do paiz, mas já antes disto todo elle conhecia os talentos oratórios do novo deputado, que como ministro mais de uma vez tinha levantado a voz no seio de ambas as camaras.

Como deputado o Sr. Rodrigues Torres distinguiu-se menos por orador eloquente, que o não é, do que por argumentador fino e consummado. Enuncia facilmente suas idéas, sua linguagem é precisa e limada e seus argumentos de uma logica cerrada, difficilima de desfazer. É um desses homens que convence, mas que não commove, que sabe fallar a razão, mas que ignora os meios de tocar o coração.

Por todas estas qualidades elle ocupou logo na camara uma posição eminente, e abraçando as idéas saquaremas tornou-se um dos mais eminentes d'entre seus chefes.

Esta influencia que elle exerceu como deputado que continuou sempre a ter até 1844, estendeu-se além deste anno em que foi elle eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e só a conciliação emanada do trono e executada pelo gabinete Paraná pôde, fazendo desapparecer a divisão politica, fazer também desapparecer de mim e de outro lado aquelles individuos que mais se elevavão acima dos outros em enjôo numero está o Sr. Torres.

Em 1837 o regente Feijó quiz aproveitar-se de sua prática adquirida no ministerio da marinha, nomeando-o para aquella pasta.

Em 1840 foi o Sr. Torres deslocado de sua repartição favorita, sendo chamado a ocupar a pasta do Imperio e interinamente a da marinha, muito tempo porém não durou neste ministerio, e quando em 1843 o Sr. D. Pedro II o chamou outra vez ao ministerio, voltou já pela quarta vez a dirigir os negócios tão atrasados da repartição da marinha.

Este ministerio deixou elle para subir novamente ao poder em 1849 como ministro dos negócios da fazenda, que continuou a ser até 1853, em que cahio aquele ministerio, justa ou injustamente accusado de ter muito dorado e pouco feito pelo paiz.

Por sua parte o Sr. Itaborahy prestou ao Brasil um serviço importantissimo fazendo passar nas camaras o projecto de criação do Banco do Brasil, de que veio ser presidente, pelo falecimento do conselheiro Lisboa Serra.

Em 1841 teve o título do conselho e a condecoração de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, e em Setembro de 1853 foi nomeado conselheiro de Estado.

No dia 2 de Dezembro de 1854 S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe o título que hoje tem de Visconde de Itaborahy.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lith. A. Sisson, Rue de Assembleia, 67. Rio de Janeiro

MARQUEZ DE MONT'ALEGRE

*Marquês de Montalegre.*



# MARQUEZ DE MONTE ALEGRE

JOSÉ DA COSTA CARVALHO, actualmente marquez de MONTE ALEGRE, é filho legitimo de José da Costa de Carvalho e D. Ignez Maria da Piedade Costa. Nasceu a 7 de Fevereiro de 1796 na freguezia de Nossa Senhora da Penha da província da Bahia, suburbio da capital.

Ainda muito moço foi a Portugal estudar na universidade de Coimbra, na qual tomou o grão de doutor em leis em 1819 na idade de 23 annos.

Apenas concluiu seus estudos, voltou á terra natal e ali abraçou e seguiu a carreira da magistratura, em que começou pelos lugares de juiz de fóra e ouvidor da cidade de S. Paulo, lugares estes que occupou desde 1821 até 1822.

Nesse ultimo anno casou-se naquella cidade com D. Genebra de Barros Leite, sua primeira mulher, que falleceu em 1837, pelo que passou á segundas nupcias em 1839 com D. Maria Isabel de Souza e Alvim, hoje marquesa de Monte Alegre.

O principe D. Pedro, depois imperador Pedro I, tinha por aquelle tempo accedido aos votos dos Brasileiros, que de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro lhe tinham mandado representações pedindo-lhe que não partisse, como lhe fôra ordenado pelas cõrtes portuguezas. Logo que determinou-se a ficar no Brasil, resolveu tambem o principe convocar uma assembléa constituinte legislativa para o Brasil e de facto a convocou a 3 de Junho de 1822 e a installou a 3 de Maio de 1823.

Nesta primeira assembléa brasileira, cujo sim lastimavel ninguem ignora, teve assento o Sr. Costa Carvalho eleito pela província da Bahia onde teve seu berço.

Não sabemos a qual dos dous grupos pertenceu elle na constituinte; mas acreditamos, que moço, cheio de fogo e de patriotismo, não podia ter abraçado outro estandarte que não o dos patriarchas da independencia do Brasil, os illustres irmãos Andradras.

Em 1826 reunio-se na corte a primeira assembléa geral legislativa dos representantes das diversas províncias do Brasil, como foi determinado pela constituição jurada a 25 de Março de 1824. Nessa illustre corporação dos mais eminentes filhos das províncias brasileiras figurou o Sr. Costa Carvalho como representante da Bahia que já outr'ora o tinha mandado á constituinte.

Logo na primeira legislatura elle se distinguiu muito entre seus collegas, de quem seus talentos e dotes oratorios não vulgares alcançarão a honra

de ser nomeado presidente da camara em 1828, tendo já sido vice-presidente na sessão de 1827.

Terminado o quatriennio da primeira legislatura, procedeu-se em 1829 ás eleições de novos deputados, e o Sr. Costa Carvalho ainda pela terceira vez mereceu de sua província natal a honra de representá-la.

Na nova camara aberta em 1830 alcançou elle de seus collegas desde logo a mesma consideração que já tinha merecido aos da camara passada, pelo que foi escolhido para presidi-la durante toda a sessão daquelle anno.

O anno de 1831 que devia ver a terminação do primeiro imperio, estava tambem destinado para ser aquelle em que coubesse ao Sr. Costa Carvalho a mais elevada honra a que pôde aspirar um cidadão, a honra de ter em suas mãos o leme do estado, e os destinos de sua patria.

A abdicação de 7 de Abril de 1831 deixou o Brasil acepbalo, porque o principe herdeiro da corôa apenas contava 6 annos. Para dar remedio a tão grave mal reunirão-se logo os senadores e deputados que se achavão no Rio de Janeiro ao tempo da saída do Sr. D. Pedro I, e nomeárão uma regencia de tres cidadãos, que devião funcionar até a abertura das camaras pelas quaes foi nomeada a regencia permanente ainda composta de tres membros.

Nesta entrou com o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e deputado João Braulio Muniz, o Sr. Costa Carvalho, que depois de ter com seus collegas lutado corajosamente contra as facções que se levantavão cada dia e a cada canto do imperio, retirou-se por doente para S. Paulo, e não assignou mais papel algum official como Regente desde 18 de Julho de 1833.

Tendo-se reconhecido a necessidade de uma revisão na constituição que nos regia, e aparecendo em consequencia a lei da reforma ou acto adicional, que mandava substituir a regencia tripla pela unica, ou de um só individuo, resignárão o poder os regentes de 1831, e o Sr. Costa Carvalho, um dos tres, embora retirado da administração, foi justamente apreciado pelo paiz, cujos deputados autorisárão em 1835 ao novo regente Feijó para lhe conferir a Gran Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração de seus serviços.

Em razão de ter estado ocupando o lugar de regente do Imperio não pôde ser eleito deputado á 3<sup>a</sup> legislatura, e assim tendo deixado a direção dos negócios do paiz, foi para S. Paulo, onde passou os annos de 1835 e 1836 como director do curso jurídico daquella cidade.

Em 1837 foi eleito deputado por aquella província; em 1839 trocou o título de deputado pelo de senador do Imperio a que foi elevado pela província de

Sergipe, que quiz por si só pagar de um modo generoso a dívida sagrada que o Brasil todo havia contrahido com aquelle homem.

Nem foi sómente aquella porção do povo brasileiro a quem o Sr. Costa Carvalho não era ligado por laço algum de familia, ou nascimento, quem quiz dar um publico testemunho de apreço ás qualidades cívicas e relevantes serviços prestados ao paiz pelo regente decehido; S. M. I. o Sr. D. Pedro II, um anno quando muito depois de sua ascensão ao throno agraciou-o em 1841 com o título de barão de Monte Alegre, que conservou até 1843 em que foi elevado a visconde do mesmo nome em que esteve até 2 de Dezembro de 1854 em que foi novamente elevado a marquez de Monte Alegre que é hoje.

Em 1842 foi nomeado presidente da província de S. Paulo, onde era conhecido e muito estimado, razões por que foi elle de preferencia escolhido para aquella comissão, visto que achava-se naquelle anno abalada por movimentos revolucionarios a província que lhe foi confiada.

Esta sua administração ainda mais lhe grangeou a estima dos Paulistas que sempre foram seus amigos e admiradores.

Naquelle mesmo anno foi o Sr. Monte Alegre nomeado conselheiro de estado extraordinario, passando a ordinario dahi a 11 annos, em Março de 1853.

Em 1843 recebeu do senado a honra de presidir a sua sessão; e de S. M. o rei dos Fracezes a Gran-Cruz da Legião de Honra por motivo de ter elle assistido como testemunha ao casamento do príncipe de Joinville com S. A. I. a Sra. D. Francisea.

Em 1848, o visconde de Monte Alegre organisono o ministerio de 29 de

Setembro e foi presidente do conselho desde 8 de Outubro de 1849 até 11 de Maio de 1852, dia em que retirou-se do ministerio em que dirigio os negocios do Imperio.

Nesse ministerio cabe ao Sr. de Monte Alegre parte da acusação que lhe faz o paiz de não ter feito no periodo de cinco annos o bem que podia em prol do desenvolvimento intellectual e material de que tanto carecemos. É verdade que subindo ao poder no tempo calamitoso da revolução de Pernambuco, o ministerio de 29 de Setembro esteve muito empenhado em destruir aquelle terrível flagello e reparar suas funestas consequencias.

O Sr. marquez de Monte Alegre é presidente da sociedade de Estatística do Brasil; e da associação Central de Colonização do Rio de Janeiro; é membro honorario da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da academia imperial de Bellas Artes e de outras sociedades; porém um dos seus títulos que mais o deve usar é o de criador da imprensa na província de S. Paulo, em cuja capital fundou o primeiro periodico, denominado *Pharol Paulistano*, de que foi redactor desde seu aparecimento até Julho de 1831.

Como magistrado o Sr. Monte Alegre foi sempre respeitado e tido na maior consideração; parlamentar elle soube granger o nome que ainda hoje o distingue e foi exactamente na tribuna que alcançou a posição eminente a que mui cedo se elevou e em que se acha hoje colocado; administrador foi sempre recto e justiciero, tanto quanto prudente e intelligente; emfim, qualquer que seja o lado por onde se encare sua vida pública, o Sr. de Monte Alegre é sempre um nome respeitável e um vulto venerando.



OS CONTEMPORÂNEOS



MARQUES DE CAIXAS

Marquess de Caxias



# TENENTE GENERAL MARQUEZ DE CAXIAS

LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, 1º Barão de CAXIAS, Conde e Marquez do mesmo título, nasceu a 25 de Agosto de 1803, no arrayal do Porto da Estrella, da província do Rio de Janeiro, e foi baptizado na fregecia de Inhomirim, a que o mesmo arrayal pertencia. E' filho legítimo do falecido Marechal de Campo, Senador do Imperio, Francisco de Lima e Silva, e de D. Marianna Candida de Oliveira Bello, também falecida.

Casou a 6 de Janeiro de 1833 com D. Anna Luiza Carneiro Vianna, actual Marqueza de Caxias, Dama Honoraria de Sua Magestade a Imperatriz, filha legítima do Conselheiro Paulo Fernandes Vianna e de D. Luiza Rosa Carneiro da Costa, ambos falecidos.

Seu pai o destinou à mesma prolissão das armas que abraçára, e a que se havião dedicado todos os seus antepassados; pelo que, quando elle apenas contava cinco annos de idade, obteve assentar-lhe praça no 1º Regimento de Infantaria de linha da corte, a 22 de Novembro de 1808, sendo Comandante do dito Regimento seu Avô o Brigadeiro José Joaquim de Lima da Silva.

El-Rei o Sr. D. João VI (então Príncipe Regente) querendo agraciar-lo, em atenção aos serviços de seu pai e avô, mandou que se lhe contasse tempo de serviço desde o dia da praça, como foi declarado por Aviso Regio. Completando seus estudos preparatórios, dedicou-se ao do curso de sua arma na Real Academia Militar da corte; e conclui-o em 1819, sendo já Alferes, havendo obtido aprovações plenas em todas as doutrinas do dito curso. Cedendo à louvável ambição de adquirir conhecimentos teóricos superiores aos especiais de sua arma, deu-se ao estudo do curso de engenharia na mesma Academia; e quando só lhe faltavão dous annos para concluir-lo, tendo tido sempre aprovações plenas nos outros que estudou, foi escolhido pelo Sr. D. Pedro I, em Outubro de 1822, sendo então Tenente, para o lugar de Ajudante do Batalhão do Imperador, nessa ocasião organizado pelo mesmo Augusto Senhor com aquella denominação, e com o nobre destino de marchar para a província da Bahia, alim de expellir d'ali as tropas lusitanas que, sob o Commando do Brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, ousavão impugnar a realização da independência do Brasil, que havia sido proclamada naquelle mesmo anno. Nesse pleitear heroico de uma nação que sustentava o nome que havia escrito na lista das nações independentes, o Tenente Luiz Alves de Lima e Silva traçava pelo seu valor as primei-

ras letras do nome com que a história do seu paiz ha de apresentá-lo à posteridade.

Depois da gloriosa luta da independência, o jovem Tenente do Batalhão do Imperador, em consequência da recommendação especial de seus Chefes, e de seu General, teve a satisfação de ver seu nome na lista dos primeiros agraciados com a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de Cavalleiro, na mesma occasião da instituição desta Ordem. Sendo já Capitão daquela Batalhão, seguiu com elle para Montevidéu (então capital da província brasileira Gisplatina) em Junho de 1825, assim de sustentar a integridade do Imperio ameaçada pela revolta do General D. Juan Antonio Lavalleja. Nessa periosa luta de perto de quatro annos, o Capitão Luiz Alves de Lima e Silva, na posição de Major de Brigada da columna da vanguarda, sustentou a reputação que ganhara na guerra da independência. Entrou em todos os recontros das forças do General Oribe com as imperiais que guarneciam a praça de Montevidéu, e dirigiu pessoalmente quasi todas as sortidas destas forças contra as sitiantes. Dessas sortidas releva commemorar a em que o Capitão Lima, à testa de uma companhia de caçadores, e de alguns guerrilhas a cavalo, assaltou um lanchão armado, e guarnecido por 50 homens do inimigo, que, occultando-se durante a noite no Arroio do Pando, sahia de dia a roubar as embarcações merecantes que das outras províncias do Imperio se dirigiam a Montevidéu. Para levar a effeito este arrojado lance, teve de atravessar com inminente risco a linha dos sitiantes da praça; mas elle fez-lo com tal sagacidade e fortuna, que não foi presentido pelas forças do comando do General Oribe, debaixo de cuja protecção estava o lanchão, o qual foi tomado, e toda sua guarnição aprisionada. Este feito de bizarria, pequeno pela luta, mas grande pela arrojada concepção e execução de seu plano, e pela importância de suas consequências para os sitiados, pôz ao peito do Capitão Luiz Alves de Lima, que o concebeu e executou, a Commenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Estabelecida a paz com a Confederação Argentina, teve elle em premio de seus serviços a promoção ao posto de Major. E porque não houvesse vaga deste posto em nenhum dos corpos de 1º linha, aquella promoção teve lugar para o 1º Regimento da 2ª, ficando porém servindo no Batalhão do Imperador, a que pertencera, até abrir-se vaga neste, o que se deu dentro de poucos meses. Havendo sido por este tempo (1829) criada a Ordem da Rosa, o Major Lima mereceu a honra de ser incluído na lista dos primeiros agraciados com a dita Ordem, no grau de

Cavalleiro. Apparecendo a quadra vertiginosa que produziu a revolução de 7 de Abril de 1831, elle não se deixou dominar pelo espirito revolucionario que havia contaminado quasi toda a tropa de guarnição á corte. Sem tomar nenhuma parte activa nas peripeias daquelle drama, esperou o desenlace, e as consequencias delle, no posto de honra em que a força das circumstancias o collocou, pela dupla qualidade de cidadão e de soldado. Depois da abdicação do Sr. D. Pedro I, a tropa, cuja subordinação e disciplina haviam sido profundamente abaladas por doutrinas perniciosas levantadas pelo vortice revolucionario, ameaçava a permanencia da desordem, e o saque á cidade; então o Major Luiz Alves de Lima, reunindo alguns officiaes sens parecutes e amigos, tomou com elles a louvável deliberação de empunharem a espingarda do soldado, e rondarem incessantemente as ruas commerciaes da cidade, por serem as mais ameaçadas pela soldadesca desenfreada.

Esta reunião de officiaes regularison-se, e constituiu-se no Corpo que teve a denominação significativa e heroica de — Batalhão de Officiaes-Soldados voluntarios da Patria. — Deste batalhão foi o Major Luiz Alves de Lima escolhido 2º Commandante por aclamação de sens brioso camaradas officiaes-soldados, posto houvesse entre elles muitos de patente mais elevada.

Por esse tempo tratou-se da organização e instrução da Guarda Nacional; e o major Luiz Alves de Lima foi nomeado seu Instructor geral, com a gratificação de 30\$000 mensaes, que elle cedeu a favor dos cofres publicos, pela delicada consideração de ser então seu pai um dos Regentes do Imperio.

A dissolução da tropa de linha e da policial suscitou ao Ministro da Justiça de então, Diogo Antonio Feijó, a idéa da organização de um Corpo regular para a polícia da cidade, a que deu o nome de — Municipaes Permanentes —; e estando nesse empenho, tendo já 123 homens distribuidos por duas companhias incompletas de infantaria, e meia de cavallaria, convidou o Major Luiz Alves de Lima para encarregar-se da organização e disciplina daquelle Corpo; e tendo elle aceitado tal commissão, no mesmo posto de Major assumiu o commando do Corpo, para o qual affluiu desde logo muitos dos melhores Officiaes do Exercito, e Officiaes inferiores e soldados dos Corpos dissolvidos, que elle escolheu dos de melhor conduta que conhecia.

Foi á testa desse Corpo de homens escolhidos, unico então incumbido da guarda efectiva do socego publico, que sen Commandante o Major Lima suffocou na Praça da Aclamação a revolta de 3 de Abril de 1832, e em Mataporcos a de 17 do mesmo mez e anno, tomado aos revoltosos naquelle dia uma peça de artilharia, e neste duas, e aprisionando grande parte delles.

Por estes tempos já lavrava com intensidade o incendio da revolta na província do Rio Grande do Sul, atacado em 1833. Então o gabigete de 19 de Setembro de 1837 resolven que um de seus membros fosse ao theatro das operações naquelle província, investigar as causas do prolongamento de tão desastrosa guerra civil, e estudar os meios de pôr-lhe termo. O Conselheiro Sebastião do Rego Barros, que, como Ministro da Guerra, fazia parte daquella gabinete, foi o indicado para tal comissão; e o já então Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima foi nomeado para acompanhá-lo, além de coadjuva-lo no que pudesse, a bem do profundo desempenho de tão importante comissão. Sem ser desligado do Corpo de Municipaes Permanentes, seguiu com aquelle Ministro para a dita província do Rio Grande do Sul, levando 200 homens das praças addidas ao Corpo de seu Comando, por elle engajadas para irem reforçar os desfalcados Corpos de 1ª linha que se achavão naquelle província. Nessa comissão, desempenhada a contento do Governo, soube o Tenente-Coronel Lima conquistar por tal modo as sympathias de sens camaradas do Exercito do Sul, que, depois de sua volta, muitas cartas para aqui dirigidas reclamáron o concurso de seus serviços ali; e até por parte do Governo se fizerão instâncias para que elle voltasse ao Rio Grande.

O Tenente-Coronel Lima, porém, ponderou que existindo Empregados no Exercito do Sul dez ou doze Officiaes generaes de alta patente, não lhe era licito contar com a abnegação delles, para que se não resentissem de a verem, com a patente de Tenente-Coronel, á testa da direcção dos negócios

da província, em tão melindrosa conjunctura; e que resentimentos taes não podião deixar de ser ominosos para o resultado dessa direcção. Considerações semelhantes, por elle lealmente feitas ao então Regente do Imperio, Conselheiro Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda, demoverão-o dessa idéa.

Se tão ponderosas razões inhibião a Tenente-Coronel Lima de ir manifestar nas regiões do Sul do Imperio o zelo que o caracterisava pela manutenção da paz publica e das instituições nacionaes, ellas não tiverão a mesma força para inibihi-lo de o ir fazer nas regiões do Norte. O Maranhão se havia conflagrado, e os negocios ali tinham assumido um carácter assustador, depois que os revoltos dessa província segunda vez se apossáram da cidade de Caxias, e que suas forças receberão incremento, pelo incremento de sua audacia não reprimida. Então o joven Commandante dos Municipaes Permanentes, que havia sido promovido a Coronel a 2 de Dezembro de 1839, recebeu a Carta Imperial de 14 do mesmo mez e anno, nomeando-o Presidente da referida província do Maranhão, e o encargo de commandar em chefe todas as forças que ali tinham de operar contra a revolta, ficando assim reunidas em uma só pessoa as duas autoridades.

O novo Presidente partiu pois para seu destino levando grande numero de officiaes de sua escolha para serem empregados na província. Eses officiaes, vendo no crescente prestigio do seu digno companheiro d'armas um penhor de mais lisongeiro futuro, voluntariamente se oferecerão para aacompanhá-lo, e para partilharem dos perigos que o esperavão. Chegando a Maranhão, o Presidente achou a população, que se conservára fiel, sob a pressão do terror inextinto pela fama das atrocidades praticadas pelos rebeldes, os quais em numero de dez a doze mil se haviam assentado de todo o centro e sul da Província. A capital do Maranhão estava entrincheirada, a artilharia do Forte de S. Luiz encravada, e a mór parte da riqueza da província depositada a bordo das embarações mercantes que estavão no porto.

O novo Presidente, encarando como de necessidade primaria restabelecer a confiança no povo, e a ordem na administração, mandou desencravar a artilharia do Forte de S. Luiz, e arrasar as fortificações que cercavão a cidade pelo lado de terra; providenciou efficazmente para fazer correr desassombrado o mecanismo administrativo; inspeccionou os Corpos que tinha de conduzir ao encontro dos rebeldes; cortou os abusos que encontrou na instrução, disciplina, e fornecimento destes, e restabeleceu a regularidade na arrecadação e na despesa dos dinheiros publicos.

Na perseguição dos rebeldes o Presidente reprovou e prohibiu o sistema barbaro, que antes seguia as tropas legalistas, de vingar crueldades com crueldades.

Segundo esse sistema atroz, ao prisioneiro rebelde não era permitido quartel. A crueldade para com seus companheiros encarniçava os rebeldes, e lhes infundia a coragem do desespero, preferindo morrer combatendo até a ultima, ao suppicio que contavão como certo se calissem no poder dos Chefes legalistas.

As ordens terminantes do Presidente Commandante em Chefe a tal respeito, foram religiosamente executadas. A guerra descendo entao das alturas de sua ferocidade, e por assim dizer humanizou-se. Os revoltos, vendo á testa dos legalistas um homem que impunha ás suas baionetas o exterminio dos recalcitrantes, e a protecção aos vencidos, começaram a depôr as armas, e da rapida redução de suas forças foi consequencia a extinção da revolta, e a paz da província. O Coronel Luiz Alves de Lima, tendo completamente desempenhado a ardua e nobre missão que lhe fora commetida, solicitou do Governo Imperial sua exoneração dos cargos de Presidente e Commandante das forças da província, e essa exoneração lhe foi concedida a 2 de Abril de 1841. Os sens bons serviços prestados na pacificação da província tendo-lhe merecido a honra de ser nomeado Vedor das Sereníssimas Princesas Imperiales a 2 de Agosto de 1840, tiverão como complemento de remuneração o ser elle promovido ao posto de Brigadeiro, e agraciado com

o título de Barão de Caxias, a 18 de Julho de 1841. A propria Província do Maranhão, querendo dar-lhe uma distinta demonstração de apreço pelo relevante serviço de havé-la arrancado da voragem da anarchia, elegen-o unanimemente seu representante na Câmara dos Deputados. O novo Brigadeiro estreou o seu generalato no Comando das Armas da corte, que o Governo confiou-lhe em 21 de Março de 1842.

A Câmara dos Deputados de que era membro o Brigadeiro Barão de Caxias foi dissolvida em Maio de 1842; e nesse mesmo mês arrebatou a revolta da província de S. Paulo, na cidade de Sorocaba. Aquelle General foi logo o escolhido pelo Governo para reduzir ao gremio da lei os Paulistas. E, pois, receberam em 18 de Maio a missão de comandar em Chefe as forças de operações na província de S. Paulo e a carta imperial de 1º Vice-Presidente da Província. Em menos de 24 horas embarcou com destino à cidade de Santos, levando consigo apenas 400 recrutas que devião servir de núcleo ao Exército que foi autorizado a organizar com a Guarda Nacional da província, que foi posta á sua disposição. Chegado a Santos teve notícia de que os revoltados de Sorocaba, na força de mais de 2,000 homens, dirigiam-se sobre a capital da província, da qual estavam distantes apenas três marchas. Immediatamente o General abalou-se com a força de seu Comando, e entrou na capital no mesmo dia em que os rebeldes devião a ella chegar; e portador do Decreto de 29 de Agosto de 1842, pelo qual era elle promovido à deixando ali um dos Oficiais do seu Estado-Maior encarregado de preparar a Cidade para defender-se de qualquer empreza dos rebeldes, partiu a encontra-los, conduzindo d'ali duas peças de artilharia de pequeno calibre. Usando dos estratagemas da guerra, o General expediu ordens em todas as direcções, indicando sua marcha, requisitando ás autoridades locaes rações para 2,000 homens, que realmente não tinha, e dando outras providências que podessem orientar aos rebeldes a verdadeira força do Exército de operações, suas linhas de marcha, e seu ponto objectivo. A indecisão dos revoltados sobre este objecto fez com que elles não avançassem sobre a cidade capital, e parassem distante della duas legoas pouco mais ou menos. O general então tomou posições, e de acordo com o Presidente da Província, Senador José da Costa Carvalho, hoje Marquez de Monte Alegre, tratou de reunir com toda a urgencia a Guarda Nacional, e fez cortar as duas pontes que estavam na direcção das estradas pelas quais os rebeldes provavelmente deveriam seguir. Conseguindo reunir em poucos dias uma força respeitável, fez uma arrojada sortida sobre a cidade de Campinas, e passando à retaguarda dos rebeldes sem ser presentido, surpreendeu e derrotou no lugar da Venda Grande, nas proximidades daquella cidade, a força que das Limeriras marchava contra ella, que até então se conservara fiel ao legitimo Governo. Depois deste feito seguiu imediatamente a atacar as forças que tinha pela frente na direcção da cidade de Sorocaba; e fazendo dispersá-los, mandou recolher todo o armamento que entregaram, e o que deixaram pelas estradas e matos; e fez com que os individuos se retirasseem para suas casas debaixo da salvaguarda da amnistia que S. M. o Imperador lhes havia concedido.

Estando restabelecida a tranquilidade pública por esse lado, seguiu o General com toda rapidez para o norte da província onde havia mais de mil gratidão ao General que levou a paz á sua heroica província. Estando este no rebeldes armados na cidade de Taubaté, e suas imediações; fê-los depôr Rio Grande do Sul recebeu em Abril de 1844 o convite da Câmara Municipal as armas, e marchou imediatamente para os limites da província com a de da cidade de S. Paulo, e o competente diploma para ir tomar assento na Caxias. Quando dispunha as cousas para atacar os rebeldes que por mara dos Deputados como representante da província em lugar do desembargador Monteiro de Barros, que havia falecido.

Aqui teve a distinta honra de receber o decreto, com data do mesmo dia de sua chegada, pelo qual S. M. o Imperador nomeava-o seu adjacente de Campo, sendo o primeiro a quem essa honra foi conferida pelo mesmo Augusto Senhor. A 23 de Julho, 40 horas depois de haver chegado de S. Paulo, o General Barão de Caxias, que já havia recebido a nomeação de Comman-

dante em Chefe das forças de operações da província de Minas-Geraes, seguia a grandes marchas para esta província pela estrada do Rio Preto; e reunindo com toda promptidão as forças que existiam inactivas em Barbacena, São João d'El-Rei, Rio do Peixe, Pombal, etc., marchou com ellas em socorro da capital da província, ameaçada pelos rebeldes, que em força de mais de 5,000 homens pretendiam assaltal-a. A marcha do General legalista foi operada com tanta rapidez e pericia que chegou com as forças de seu comando á cidade de Ouro Preto quando os dos rebeldes ainda estavam a uma legua de distancia della. O reforço que recebeu a capital fez os rebeldes desesperarem do exito feliz do pretendido assalto; e pois barbudos em sua tentativa, mudaram de plano, e seguirão imediatamente para Salaré, onde, postando-se na forte posição do arrayal de Santa Luzia, esperarão o ataque, que contavão como certo da parte das forças legalistas. O General Barão de Caxias não se fez esperar por muito tempo. Abalou-se com as forças que comandava; e no dia 20 de Agosto encontrou as dos rebeldes. Travou-se a peleja, que foi portosamente disputada por ambas as partes, mas a final a completa derrota dos rebeldes, e o aprisionamento de todos os principaes chefes da revolta, sellarão a victoria dos legalistas, e a inteira pacificação da importante província de Minas. O General retirou-se para a corte; e no alto da serra encontrou um proprio, confidencial do então Ministro da Guerra o fallecido Conselheiro José Clemente Pereira, noticiando-lhe que, apenas chegassem á corte, seguiria para a província do Rio Grande do Sul, onde a revolta já durava por espaço de sete annos.

Com effeito, chegando á corte a 22 de Setembro, o General recebeu o Decreto de 24, e Carta Imperial de 28 do mesmo mês, que o nomeavão Comandante em Chefe das forças que operavão na dita província do Rio Grande do Sul, e Presidente da mesma província. As considerações que havião sido apresentadas outrora ao Regente Pedro de Araújo Lima tinhão cahido ao impulso do sopro da fortuna; o Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima e Silva de 1859 era o Marechal de Campo Barão de Caxias de 1842!

Chegando o General á província do Rio Grande do Sul, e pondo-se á testa do mesmo Exército, encetou as operações de guerra. Depois de dous annos e meio de assíduos trabalhos, e de repetidos recontros, os rebeldes depuzerão as armas, restabelecerão a paz da província, e todos os Rio-Grandenses corroidamente se congressarão. O Governo Imperial, que já em 11 de Setembro de 1845 havia conferido ao General, pelos seus importantes serviços do Sul, a Grã-Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, elevou-o a 25 de Março de 1845 a Conde de Caxias, e promoveu-o na mesma data á effectividade do posto de Marechal de Campo em remuneração dos mais serviços que ali acanhava de prestar. Os Rio-Grandenses, gratos ao General que lhes havia restituído a paz, de que estiverão privados por espaço de perto de dez annos, incluirão-o por quasi unanimidade de votos na lista tríplice para Senador pela sua província; e tiverão a satisfação de ver recabir nello a escolha de S. M. o Imperador, feita por Carta Imperial do 1º de Setembro de 1845.

Releva mencionar aqui que os Paulistas não se esquecerão de mostrar sua general com toda rapidez para o norte da província onde havia mais de mil gratidão ao General que levou a paz á sua heroica província. Estando este no rebeldes armados na cidade de Taubaté, e suas imediações; fê-los depôr Rio Grande do Sul recebeu em Abril de 1844 o convite da Câmara Municipal as armas, e marchou imediatamente para os limites da província com a de da cidade de S. Paulo, e o competente diploma para ir tomar assento na Caxias. Quando dispunha as cousas para atacar os rebeldes que por mara dos Deputados como representante da província em lugar do desembargador Monteiro de Barros, que havia falecido.

A província do Rio de Janeiro tambem deu por esse mesmo tempo ao seu illustre filho uma demonstração de seu apreço e confiança pelos serviços que lhe havia prestado nas crises arriscadas por que passára, conferindo-lhe votos para representá-la na Câmara dos Deputados; e efectivamente convidou-o para tomar assento nesta Câmara na vaga que deixou por falecimento o Conde Jannario da Cunha Barbosa. O General não pôde anuir a estes dous vites; inhibia-o a ardua commissão em que se achava empenhado. Depois de um anno de pacificada a província, e achando-se sua administração no es-

tado normal, o General Conde de Caxias solicitou do Governo Imperial exoneração dos cargos que ali exercia; e esta exoneração lhe foi concedida por Decretos de 8 e 9 de Outubro de 1846; sendo nesses Decretos louvados os bons e importantes serviços que elle prestara na província, promovendo e conseguindo a inteira e completa pacificação della. Recolhido á corte o General tomou assento no Senado, e continuou no exercício de Comandante das Armas, Ingá que sempre lhe foi conservado, por isso que não foi efectivamente provido enquanto elle desempenhou outras comissões, e do qual só foi exonerado a 21 de Setembro de 1849, a pedido seu.

As relações internacionaes do Imperio com as Repúblicas ribeirinhas do Prata trouxerão a necessidade da organização de um Exercito na província do Rio Grande do Sul, assim de operar contra as forças que, ao comando do General Oribe, sitiavão Montevideó, e contra o General Rosas, Governador de Buenos-Aires, e Chefe da Confederação Argentina.

O Governo Imperial resolven fazer escolha do indigitado pela opinião publica; e por Carta Imperial de 13 de Junho de 1851, e Decreto de 16 do mesmo mez, foi o General Conde de Caxias pela segunda vez nomeado Presidente da província do Rio Grande do Sul, e Comandante em Chefe do Exercito que ali se devia organizar.

A frente de 20,000 homens das tres armas o General penetrou no território da Republica do Uruguai; e de combinação com os Generaes Urquiza e Garson, manobrou por tal maneira que o General Oribe, vendo-se, por assim dizer, cercado, depôz as armas, assignando uma capitulação com o General Urquiza. Continuando-se as operações contra o Governador Rosas, o General Urquiza, com as forças de seu commando, e uma divisão de 4,000 homens do Exercito brasileiro, passou o Paraná, invadiu o territorio da Confederação, encontrou o Exercito de Rosas a 3 de Fevereiro de 1852 sobre o Arroio Moron, cabio sobre elle, e derrotou-o, segnindo-se a essa derrota a fuga de Rosas para fóra do paiz.

Concluída a missão que as forças alliadas tinham por objecto, o Exercito brasileiro regressou para o territorio do Imperio; e ali o General Conde de Caxias receberam do Governo por galardão de seus serviços a promoção ao posto de Tenente-General em 5 de Março de 1852, e a elevação a Marquez de Caxias em 26 de Junho do dito anno. Chegando á corte foi exonerado dos dons e cargos que exercia por Decretos de 21 e 22 de Julho seguinte.

Depois desta ultima importante commissão de guerra que o General Marquez de Caxias teve de desempenhar, esteve elle tres annos no simples exer-

cicio de suas funções parlamentares, como Senador do Imperio. A alta admisão do paiz, porém, exigiu delle mais nma prova de dedicação; e o General nunca teve nma negativa para responder a tais exigencias, mesmo quando elles importavão sacrifícios. Em Junho de 1855 tratava-se de reorganizar o gabinete presidido pelo fadado Marquez de Paraná, e o General entrou para os Conselhos da Coroa com a pasta da guerra, por decreto de 14 do dito mez de Junho. O Exercito recebeu com lisonjeiro entusiasmo a ascensão de seu General ao alto cargo de seu Ministro; a imprensa recebeu-a com esperanças fundadas nos precedentes, na dedicação e no patriotismo do General; e o Corpo Legislativo recebeu-a com não equivocadas demonstrações da mais alta confiança que deve inspirar o militar cuja espada esteve sempre pesando na balança da integridade das instituições, da honra e da dignidade do Paiz. O General Marquez de Caxias começo sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma actividade e a mesma boa vontade com que desempenhara suas arriscadas tarefas da guerra. Tratou portanto de providenciar logo de conformidade com seu conhecimento pratico das necessidades vitaes da Repartição da Guerra, de fortalecer a disciplina do Exercito; de regularizar o sistema de processos de formação de culpa nos crimes militares; de reduzir as despezas provenientes do movimento do pessoal do Exercito; de firmar principios para melhor administração dos dinheiros recebidos e consumidos pelos Conselhos Económicos dos Corpos; de melhorar a sorte da oficialidade, pelo razoável e indispensavel angamento de alumnas das vantagens que ella percebia; de crear um centro administrativo do pessoal do Exercito responsável pela unidade e regularidade de sua disciplina e instrução; e enfim de todas essas providencias que com lealdade e franqueza expôz ao Corpo Legislativo nos relatórios que lhe apresentou nas sessões de 1856 e 1857.

Nesses trabalhos veio surpreendê-lo a sentida morte do seu íntimo e dedicado amigo o Marquez de Paraná, no dia 3 de Setembro de 1856; e por Decreto desse mesmo dia S. M. o Imperador houve por bem honrá-lo com a Presidencia do Conselho de Ministros, continuando na pasta da guerra, cargos que exercerat até 4 de Maio de 1857, em que solicitou e obteve exoneração delles, com todos os membros do Ministerio a que presidia.

O General Marquez de Caxias, além da geral sympathia que havia adquirido no Exercito, recebeu do mesmo Exercito durante o seu Ministerio, e tem reechido depois deste, mui lisonjeiras provas daquelle sympathia; e corria manifestações de agradecimento pelo modo por que sempre pugnou pelos seus esforços melioramentos.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S. A. Sisson Rua do Cano 46

MARQUES DE ABRANTES

*Marques d'Abrantes*



## MARQUEZ DE ABRANTES

**E**m 1796 foi baptizado na freguezia da villa, hoje cidade, de Santo Amaro, na Província da Bahia, o Sr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, MARQUEZ DE ABRANTES.

Seus pais foram os Srs. José Gabriel Calmon de Almeida e sua mulher D. Maria Germana de Souza Magalhães.

Mandado para a Universidade de Coimbra, ali applicou-se e distinguiu-se muito entre seus collegas, pelo que foi premiado e com mnta aurea obteve o grão de Doutor em Leis por aquella Universidade no anno de 1821.

Logo que formou-se o Governo Portuguez quiz aproveitá-lo para a Magistratura e despachou-o Juiz de Fóra de Porto de Moz em Portugal; elle porém não aceitou esse lugar e retirou-se em 1822 para o Brasil.

Ao chegar á sua província natal encontrou seus concidadãos exaltados pelos motivos que derão lugar ao grito de nossa independencia; tomou partido com elles e ajudou-os no intento de obter aquelle grandioso fim.

Por esse tempo achava-se sua província a braços com a luta das tropas do paiz com as portuguezas por causa de ter sido Ignacio Luiz Madeira de Mello nomeado Governador das Armas em substituição a Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Brigadeiro do Exercito e Brasileiro. Os Bahianos, como era de esperar, tomáramo partido por seu patrício, e o Sr. Calmon nessas conjuneturas foi nomeado pela villa de Abrantes membro do Conselho interino de Governo installado na villa, hoje cidade, da Cachoeira, e esteve firme naquelle posto por quasi um anno enquanto durou a luta do secretario do mesmo Conselho.

Em todos esses movimentos tornou-se bem conhecido em sua província, onde desde logo gozou de grande influencia, o que valeu-lhe um lugar de seu representante na Assembléa Constituinte em que tomou assento, e da qual era primeiro Secretario no mez em que o Imperador Pedro I a dissolveu.

Nos principios de 1824 deixou seu paiz para ir viajar a Europa, por onde se demorou até os fins de 1826.

Durante sua ausencia seus compatriotas não o esquecerão, e quando procedeu-se á votação para Deputados á primeira Assembléa Geral Legislativa no anno de 1825, o nome do Sr. Calmon foi um dos que mais bem aceitos foi, obtendo por isto aquelle senhor a honra de ser eleito deputado.

Em 1827 tomou assento na Camara dos Deputados, e no fim dessa sessão foi chamado pelo Imperador aos Conselhos da Corôa.

Nesse ministerio em que ocupou a pasta da Fazenda, elle deu execução á Lei que fundava a dívida fluctuante, e organizou a Caixa de Amortização da Dívida publica fundada. Foi esse o tempo calamitoso de nossa guerra com Buenos-Ayres, em que o Governo teve de lutar com mil embargos, e não podia distrahir a atenção para outro lado.

Demitiu-se em 1828 com mais quatro de seus collegas de ministerio, o Sr. Calmon voltou ao seio da representação nacional, mas no fim da sessão desse mesmo anno o Imperador precisou de seus serviços e chamou-o novamente ao Ministerio da Fazenda. Nessa pasta serviu até 1829, em que foi della transferido para o Ministerio dos Negocios Estrangeiros, no qual permaneceu até 1830, quando pediu e obteve sua demissão.

O Sr. D. Pedro I não quis que seus serviços pela Independencia e pelo Imperio fossem esquecidos, e como remuneração delles condecorou-o com a Dignitaria da Ordem Imperial do Cruzeiro, e com a Gran-Dignitaria da Ordem da Rosa no mesmo dia em que esta ordem foi criada.

A importante figura que fez na Camara dos Deputados, em que logo se distinguiu como um de seus mais bellos oradores, não podia já mais ser esquecida por seus compatriotas, tão apreciadores e aproveitadores dos homens distintos; nas eleições pois a que se procedeu para Deputados á segunda legislatura foi o Sr. Calmon reeleito pela Bahia.

Nos primeiros annos dessa legislatura, em principios de 1831, partiu elle para a Europa com o fim de viajar. Achava-se portanto longe de sua pátria quando o povo amotinado levou o primeiro Imperador a abdicar em seu Filho o Throno que os Brasileiros lhe tinham dado. Esta importantíssima notícia foi surpreender bem longe do Brasil ao Sr. Calmon, que, sabendo ao mesmo tempo de todos os movimentos que agitavam seu paiz depois da abdicação, regressou da Europa e veio tomar assento na Camara dos Deputados nas sessões de 1832 e 1833, em que muito aparecerão seus dotes oratórios, ainda hoje muito justamente reconhecidos e respeitados.

Não foi reeleito para a terceira legislatura; por isto encerrou-se na Bahia durante os annos de 1834, 1835 e 1836; mas por esse tempo não esteve ocioso, antes buscou quanto pôde ser útil a seu paiz, aconselhando a criação das sociedades de Agricultura e de Colonização, que foram com efeito fundadas, e que o elegerão seu Presidente.

A organização dessas sociedades não era nem podia ser naquelles tempos um facto de grande significação que chamasse a attenção do paiz; hoje porém, que as cousas estão tão mudadas, é que se pôde apreciar todo o seu valor, e votar sinceros agradecimentos aos autores daquelle idéa tão util quanto vantajosa.

O Governo da Regencia não quiz deixar esquecido o Sr. Calmon; precisando de um Presidente para a província da Bahia lançou mão dele, nomeando-o para aquelle lugar em 1835.

O Sr. Calmon porém não quiz aceitar a honra de presidir sua província natal, pelo que o mesmo Governo despachou-o em 1836 Ministro Plenipotenciário do Brasil junto á corte de Vienna d'Austria, lugar que elle ainda recusou aceitar.

Nesse anno houve no Senado uma vaga pela província da Bahia; o Sr. Calmon apresentou-se candidato a ella e obteve entrar na lista triplice; o Governo porém escolheu a outro para preencher o dito lugar.

Em 1837 tomou assento na Camara temporaria em qualidade de Deputado suplente, e nesse posto concorreu com seus collegas para a resolução que tomou o Regente Feijó de resignar o poder que lhe fôra confiado, e que de facto passou ás mãos do Ministro do Imperio Pedro de Araujo Lima, depois confirmado naquelle alto lugar.

Por occasião desta alteração política o Sr. Calmon deixou o retiro em que tinha vivido desde 1834, e veio pela vontade do novo Regente interino ocupar um lugar no ministerio de 19 de Setembro daquelle mesmo anno.

Nesse ministerio ocupou a pasta da Fazenda e teve juntamente com seus collegas de ver-se em serios embaraços, porque a revolução do Rio Grande do Sul continuava sempre terrível, menos por força que lhe fosse propria, do que pela que se lhe emprestava da corte, enfraquecendo-se as armas da legalidade com ordens e disposições inqualificaveis.

Nem foi este o unico embaraço opposto á marcha do ministerio de 19 de Setembro; na Bahia rebentou a 7 de Novembro daquelle mesmo anno a revolta que proclamou independente o *Estado da Bahia* até á maioridade do Sr. D. Pedro II, e no Maranhão rebentou a guerra dos Balaios, tão terrível pelos actos de atrocidade que commettia aquellas tropas desenfreadas.

Apezar de tudo isto o Governo foi continuando e trabalhando quanto era possível não só por desafogar o paiz dos horrores da guerra, como por avançar alguma cousa em sua administração.

O Ministro da Fazenda por sua parte não esteve descansado durante esse tempo calamitoso; foi em sua administração que se encetou e regulou a emissão dos bilhetes do Thesouro.

Durante esse seu ministerio vagou pelo Rio de Janeiro uma cadeira no Senado; ainda se propôz a ella e entrou na lista triplice, mas pela segunda vez foi deixado de parte, sendo outro o escolhido.

Em 1839 deixou o ministerio que occupára desde 1837 e retirou-se para a Bahia, donde em 1840 propôz-se candidato a uma vaga de Senador pela província do Ceará.

Desta vez foi mais feliz. O Ceará, que nunca o tinha visto, nem recebido delle o menor beneficio, incluiu-o na lista triplice para seu Senador, e o Regente, querendo dar áquelle província um representante capaz de fazer-lhe todo o bem e advogar com toda a vantagem os seus mais palpitantes interesses, escolheu-o para aquelle lugar, d'onde se grandes bens não tem feito á província que representa, é porque não tem absolutamente podido, em vista das pessimas condições naturaes daquelle parte do Brasil, que não podem de modo algum ser reparadas, nem mesmo melhoradas.

Poucos dias depois da aclamação do Sr. D. Pedro II tomou o Sr. Calmon assento no Senado Brasileiro, sendo por esse tempo convidado por aquelle Augusto Senhor para fazer parte do Ministerio que então se organizou, e no qual não entrou por ter S. M. I. aceitado a escusa que solicitára.

Nesse mesmo anno casou no Rio de Janeiro com a Sr.ª D. Maria Carolina da Piedade Bahia, filha do Sr. Commendador Manoel Lopes Pereira Bahia, hoje Barão de Merity.

Logo que foi dissolvido o Ministerio da Maioridade, e teve-se de organizar outro, S. M. convidou novamente ao Sr. Calmon para fazer parte desse, convite que elle aceitou, encarregando-se ainda da pasta da Fazenda.

Durava ainda por esse anno a revolução do Rio Grande do Sul, e para mais complicação rebentou em Minas e S. Paulo a revolta que, embora supitada logo em seu começo, não pouco custou emtudo ao Ministerio, que teve de exercer sobre os seus chefes mais influentes perseguições desculpaveis pelas circumstancias em que uns e outros se achavão collocados.

Em 1843 retirou-se o Sr. Calmon do Ministerio, e no mesmo anno foi nomeado Conselheiro de Estado ordinario.

Em 1844 foi encarregado pelo Governo Imperial de uma missão especial a Berlim, cujo fim era negociar um tratado de commercio com o Zollverein, e comquanto essa missão não tivesse o desejado efeito, não perdeu o nosso encarregado o seu tempo, tendo obtido por meios indirectos que o Parlamento Inglez revogasse a clausula que havia prohibido o consumo do açucar produzido por trabalho escravo; clausula que, como é facil reconhecer, prejudicava muito profundamente aquelle importante ramo do nosso commercio.

Regressando ao Brasil em 1847 tem o Sr. Calmon continuado a servir ao paiz e ao Monarca no Senado e no Conselho de Estado, e a prestar outros serviços de não pequena utilidade publica, como Presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e da Mesa do Recolbimento de Santa Thereza para asylo da infancia desvalida; Commissario do Governo no Instituto dos Meninos eégos; Presidente da Comissão Promotora do Instituto dos Surdos-Mudos; Provedor da Santa Casa da Misericordia e Presidente da Imperial Academia de Musica Nacional.

Por Graça Imperial foi nomeado em 1849 Visconde de Abrantes, com grandeza, e em 1854 Marquez do mesmo titulo.



OS CONTEMPORÂNEOS



CONDE DE IRAJÁ

Bispo do Rio de Janeiro

+ Manoel Rapoffettão - Mar.  
conde de Irajá.



## BISPO CONDE DE IRAJA

AMOS dizer duas palavras sobre uma vida calma e feliz; sobre um dos mais illustres varões que têm visto a luz da existencia no abençoado Imperio do Brazil.

O Sr. D. MANOEL DO MONTE RODRIGUES DE ARAUJO é um dos Brasileiros que mais estima, respeito e veneração têm sabido grangear de seus patrícios e de todos que o têm conhecido; seu nome é um titulo de consideração a que se curvão os grandes e os pequenos, os sabios e os ignorantes; porque aos primeiros fascina com o brilho de seu immenso saber e profunda sciencia, e aos segundos atrahc com os thesouros da mais bella das virtudes, a caridade, que enche seu nobre coração, sempre disposto a fazer o bem e a lançar o balsamo da consolação sobre as chagas que acabrunhão e dilacerão o espirito de seus irmãos infelizes.

O Brasil deve ufanar-se de possuir em seu seio um homem em quem se reunem e dão as mãos, para bem da humanidade e do sofrimento, uma sciencia e erudição não vulgares e uma virtude angelica tão rara em nosso seculo, tão rara em nosso paiz, e muito mais rara ainda em nosso clero desconceituado, e diremos mesmo, desmoralizado.

Nós que o não conhecemos de perto, mas que o conhecemos bastante pelas provas publicas que tem dado de sua sciencia o de seu saber, e pela voz eloquente de milhares de infelizes que nunca o encontraram surdo a seus sofrimentos; nós que nunca recebemos delle favor, ou obsequio, sentimo-nos orgulhoso de termos de lançar neste pequeno artigo as primeiras pedras de sua importantissima biographia; e quando, estudando attentamente as paginas de sua vida votada ao estudo e à beneficencia, soubemos que esse Brasileiro illustre nunca deixou seu paiz natal, e nelle se fez tão grande quanto é, cresceu muito mais de grão o nosso orgulho; porque é essa uma prova viva de que no Brasil, com os recursos que se tem nesta nação tão joven, tão criança, já se pôde um homem tornar celebre, celebre pelas letras e celebre pela religião.

Os grandes homens dão nome e honra aos lugares em que nascem, e entre nós, que ha unguia e falta delles, maior motivo tem para se ensobrecer de ter servido de berço a esse de quem ora nos ocupamos, a muito illustre e já muito conhecida província de Pernambuco. Foi ali com efeito que nasceu em 1798 o Sr. D. Mauel do Monte, filho legitimo do negociante João Rodrigues de Aranjo e de D. Catharina Ferreira de Araujo.

Desde que chegou á idade de poder applicar-se aos primciros estudos, seus

pais não pouparão cousa alguma capaz de tornar o mais completa possivel sua educação litteraria. Como é muito geral e muito commum entre nós, e principalmente na parte norte do Imperio, os desejos mais ardentes daquelle casal forão que seu filho seguisse a vida sacerdotal; e por isto confiáro-o aos cuidados dos Padres da Congregação do Oratorio, logo que fez no Recife os seus primeiros estudos.

Com esses Padres estudou o Sr. D. Manoel do Monte philosophia, racional e moral, e estudou mathematicas com os religiosos Carmelitas.

Continuava o Sr. Monte os seus estudos na cidade do Recife, quando no anno de 1817 rebentou naquelle cidade a celebre revolução que arvorou os estandartes da republica do Equador, e que tão bellas existencias crestou sem nenhum proveito resultar dali para o paiz. Em vista deste accidente inesperado o Sr. Monte deixou aquella cidade, foco principal das desordens que se seguirão á revolução, e passou á cidade de Olinda em companhia de seu irmão mais velho, que tanto como elle pretendia dedicar-se á carreira eclesiastica.

Em Olinda forão os dous irmãos para o Seminario episcopal daquelle cidade com o fim de se prepararem para satisfazerem os desejos de seus pais, e talvez a suas proprias inclinações. Ali o Sr. Monte repetiu alguns estudos que havia feito no Recife e entrou logo no curso de theologia do Seminario, onde, por sua intelligencia, applicação ao estudo e boa conducta, teve logo muita accitação e gozou de grande estima entre os lentes, de modo que apena concluiu o ultimo anno de theologia, foi encarregado de reger a cadeira de theologia moral, durante a ausencia do lente proprietario que se achava com licença.

No seguinte anno chegou o Sr. Monte ao fim desejado de seus trabalhos escolares, e deu á sua mãe o prazer de satisfazer a sua vontade, realizando sua ordenação de presbytero. A ordenação não pôde ter lugar em Olinda porque naquelle tempo achava-se vaga a diocese de Pernambuco; em vista disto veio o Sr. Monte ao Rio de Janeiro e recebeu a uncão sacerdotal das mãos do digno Prelado que então era Bispo desta diocese, o Exm.<sup>o</sup> Sr. D. José Caetano da Silva Coutinho.

Este facto teve lugar a 17 de Fevereiro de 1822, e logo que o Sr. Monte recebeu a uncão sacerdotal, partiu para sua Província, onde obteve em propriedade a cadeira de theologia moral, que já interinamente havia regido, em cujo concurso mostrou que havia ser um dia um dos mais brilhantes talentos do nosso clero.

O novo padre e o novo lente dividio sua existencia no desenpenho dos deveres que aquelles dous cargos lhe impunhão, o assim se conservou até que um acontecimento inesperado veio modisicar seu teor de vida; a provincia que o vio nascer e desenvolver em seu seio sua poderosa intelligencia, quiz mostrar-lhe que Pernambuco sabe animar e acoroçar os esforços de seus filhos, tanto quanto galardoar seu merecimento, elegendo-o seu representante á Assembléa Geral Legislativa. Por esse motivo deixou o Sr. Monte sua provineia e veio em 1837 para o Rio de Janeiro, onde fez-se logo muito conhecido e notado como clérigo instruido e virtuoso; o que levou o Regente, em nome do Imperador, a escolhê-lo dc preferencia a qualquer outro para ocupar a cadeira episcopal da diocese do Rio de Janeiro, vaga por morte de seu Bispo.

Esta escolha tão lisongeira para o Sr. Monte, quanto feliz para os diocesanos do Rio de Janeiro, foi feita por decreto de 10 de Fevereiro de 1839, e confirmada pelo S. Pontifice Gregorio XVI, por Bulla de 23 de Dezembro do mesmo anno.

Logo que terminou a legislatura a que pertencera por eleição de Pernambuco, e que se procedeu á cleição para a seguinte, o Rio de Janeiro apressou-se em escolhê-lo para seu Deputado, e comquanto nunca mais o reelegesse por não ser elle homem que servisse para as lutas politicas, não deixou comtudo esta província de mostrar-lhe sempre todo o acatamento e respeito que é devido a suas eminentes qualidades.

O Bispo do Rio de Janeiro não confia a pessoa alguma os negócios de sua diocese; por si mesmo faz tudo, e tudo quer ver e decidir segundo seu modo de pensar; é para lastimar, porém, que um homem tão distinto e tão bem intencionado, não seja dotado de um pouco de energia com que pudesse fazer frente e destruir esses exertos de vicios e immoralidades que por todo o paiz lavrão sobre o clero, mas que sem duvida em nenhuma parte com tanta força como no Rio de Janeiro.

Um Bispo deve ter um coração bom, caridoso e sempre disposto a desculpar e a perdoar, como o tem o Sr. D. Manoel; mas um Bispo para ser completo deve ter tambem muita energia e severidade, para não permitir que o rebanho que lhe foi confiado, e principalmente que os pastores que dirigem esse rebanho e que estão debaixo de suas ordens, se desmandem da senda do dever e animem com seus exemplos a inclinação tão pronunciada do seculo para a incredulidade, e mesmo para a impiedade.

Esta ultima qualidade falta completamente ao Bispo do Rio de Janeiro; não é culpa delle; dotado de um coração eminentemente christão, elle não sabe ter palavras asperas para ninguem; quer corrigir com seus exemplos de virtude e com seus sabios conselhos, e esse é todo o seu erro; porque os homens que não são naturalmente bons, uma vez desviados do bom caminho, não voltão a elle senão pelo receio do castigo, e comquanto este movel não possa fazer bons clérigos, fará comtudo que elles não dêm escandalos publicos que partindo dos guardas da religião tirão-lhe todo o prestigio aos olhos das massas, que não a vêm senão nos actos de seus ministros sagrados pela Igreja.

S. M. o Imperador tem estendido sobre o Sr. Bispo do Rio de Janeiro sua munificencia nomeando-o capellão-mór de sua augusta pessoa e familia, dando-lhe o titulo de Conde de Irajá e condecorando-o com diversas ordens nacionaes.

O SS. Padre Pio IX nomeou-o seu prelado domestico e assistente do solio pontifício.

S. Ex.<sup>ra</sup> Rev.<sup>ma</sup>, além de todos os bens que tem feito á sua diocese, prestou a todo o paiz um grande valor publicando, em graça do clero brasileiro e no empenho de ampliar sua ilustração, diversas obras, como são o muito afamado Compendio de Theologia Moral, e os Elementos do Direito Canonico.



OS CONTEMPORÂNEOS



EDUARDO DE SOUZA FRANCO

Bernardo de Souza Franco



# BERNARDO DE SOUZA FRANCO

**B**ERNARDO DE SOUZA FRANCO, filho legítimo do negociante matriculado da província do Pará Manoel João Franco, e de sua mulher D. Catharina de Souza Franco, nasceu na capital da mesma província em 28 de Junho de 1805.

Frequentando as aulas de preparatórios, quando sob a sábia direcção do actual arcebispo da Bahia cursava a de lógica, foi em 27 de Maio de 1823 pronunciado e preso, por se ter envolvido na luta da independência da província, e remetido para Portugal a bordo da galera *Audorinha do Tejo*, com 257 outros independentes, parte dos quais faleceu na viagem à fome, sede e outras privações. Os que escaparam, tendo sido recolhidos á fortaleza de S. Julião, foram dali soltos poucos dias depois da sua chegada, e o jovem Paraense voltou á sua pátria em Fevereiro de 1824.

Deu-se então ao commercio; mas bem depressa a sua vocação pelas letras o fez deixar essa carreira, para continuar a cultivar o talento de que era dotado na academia de Olinda, onde matriculou-se no anno de 1831, e tomou em 1835 o grão de bacharel em direita, tendo durante todo o curso distinguido-se já nas aulas, obtendo o primeiro prémio exclusivo no primeiro anno e nos seguintes, já na imprensa, redigindo com summa habilidade alguns jornais, como a *Voz do Beberibe* e *Diário de Pernambuco*.

Voltando ao Pará em Março de 1836, assistiu ainda em parte á luta contra os rebeldes que assolaram a província, e serviu de procurador fiscal da tesouraria desde Junho de 1836 até 16 de Agosto, em que foi nomeado juiz do cível da capital.

Eleito deputado para a legislatura de 1838 a 1841, tomou assento na respectiva cámara em Maio de 1838, sendo reeleito por quinze annos consecutivos até 1853.

Neste intervallo foi nomeado presidente da província do Pará, em substituição do general Andréa; e, embora jovem e sem prestígio, tendo tomado posse no dia 8 de Abril de 1839, pôde manter a ordem ameaçada e acabar de subjugar a rebelião que durante sua curta mas vigorosa administração den os últimos arranques nos campos de Encipiranga e Mont'Alegre, e no rio Acará, sendo desde então que se pôde dizer pacificada a província; e deixou as reedas da administração em Fevereiro de 1840, reassumindo-as de novo, como vice-presidente, em Fevereiro de 1841,

pelo falecimento do vice-almirante Tristão Pio dos Santos, para as tornar a deixar em Abril de 1842. As muitas obras que então ali se começaram, e a regularidade e economia na arrecadação e dispendio das rendas públicas, são o testemunho da boa administração, que lhe grangeou na província a immensa popularidade de que ainda goza.

Querendo o Governo dar-lhe um testemunho do alto apreço em que tinha os seus serviços, por occasião da coroação de S. M. o Imperador nomeou-o commendador da ordem de Christo.

Depois desta época, entregue todo aos trabalhos da magistratura e parlamentares, apenas teve a interrupção da curta presidência da província das Alagoas, de Junho a Dezembro de 1844, em que, atacado na capital por forças superiores ao mando do chefe das mattas Vicente Ferreira de Paula, puderam os revoltosos força-lo a retirar-se para bordo de um navio de guerra; não conseguindo porém arrancar-lhe nenhuma das concessões que exigiam á ponta dos bacamartes e dos punhaes dos sicários das mattas de Jacuípe.

Já desde 1842 o conselheiro Souza Franco, que andara aliado aos moderados de 1831 a 1837, e aos reorganizadores de 1838 em diante, tinha-se recolhido de novo ás fileiras do partido progressista, no propósito de oppôr barreira aos excessos do partido conservador; e foi nestas fileiras que o paiz o viu distinguir-se nas sessões de 1844, de 1848, e principalmente na de 1850, quando em unidade na cámara sustentou a discussão contra todos os outros membros, tomando a palavra todos os dias, e mais de uma vez por dia, e em todas as questões.

Os estudos de parlamentar o haviam lançado de preferência nas questões financeiras e commerciais; das quais se alguma vez saiu para com distinção e brilho tratar de questões importantíssimas, como a da maioridade e da lei das terras, em que fez notáveis discursos, era para voltar de novo aos seus estudos favoritos — os financeiros.

Chamado aos conselhos da coroa em 31 de Maio de 1848, fazendo parte do ministerio Paula e Souza, ocupou por quatro meses, até 29º de Setembro, a pasta dos negócios estrangeiros, e interimamente por todo o mesmo mês de Setembro a da fazenda.

Durante a sessão das câmaras nesse anno, que foi tempestuosa e difícil, o conselheiro Souza Franco sustentou na primeira língua os actos do ministerio de que fazia parte, e firmou a reputação de estadista e de parlamentar

distinto, que depois em 1850 mereceu-lhe a gloria de ser um dos principaes chefes do partido progressista, e hoje do conciliador.

Foi em 1853 que pela primeira vez, depois de 16 annos de vida parlamentar e de eleições successivas, contra os esforços até das autoridades, que por vezes, como em 1840, 1842 e 1849, lhe foram infensas na provincia, repelido da camara temporaria, para a qual fôra o unico eleito do partido progressista, liberal ou luzia, teve de retirar-se á vida privada. Ahi mesmo porém o acompanhava a popularidade de que gozava, e que se augmentará com a injusta rejeição de sua eleição, e o novo advogado teve o patrocínio das principaes demandas do fôro do Rio de Janeiro, e por clientes a maioria do corpo do commercio desta importante praça da America Meridional.

Não tinha porém de durar muito a sua retirada da vida politica; e dous annos depois, em 1855, reapareceu na camara temporaria como deputado, por falecimento do que n'era, e foi dos primeiros a apoiar com sua voz poderosa os principios de moderação e concordia proclamados pelo gabinete de que era chefe o Marquez de Paraná, pugnando com tudo para que elles se tornassem reaes e efectivos, passando a administração do primeiro periodo, o da confusão dos partidos e amortecimento das paixões, para o do progresso e reformas exigidas pelo paiz.

Havia no anno antecedente falecido o senador pelo Pará, conselheiro de estado José Clemente Pereira; e os Paraenses, dando mais uma prova do apreço em que tinham o seu illustrado patrício, o apresentáron em primeiro lugar na lista triplice, da qual o escolheu a corôa no dia 5 de Junho de 1855, que fôra o mesmo da chegada do vapor do Norte em que veio essa lista. A corôa manifestou por mais este acto de justiça o apreço que faz do Estadista Paraense, e quanto conta com os seus serviços em prol do imperio, e firme dedicação á Sagrada Pessoa do Monarca.

No senado continuou o conselheiro Souza Franco a abundar em provas de que os seus principios de conciliação erão sinceros; e os seus discursos, ainda os de oposição, revelavão a moderação que é propria de um senador, e a convicção de que só o respeito reciproco ás opiniões e pessoas pôde dar em resultado o amortecimento das paixões politicas, e a regularidade da

administração no sentido dos interesses geraes da nação, como é indispensável para a prosperidade e grandeza do imperio.

Foi nesta posição que, chamado de novo aos conselhos da corôa no dia 4 de Maio de 1857, alliou-se com o Sr. Jeronymo Francisco Coelho ao respeitável ancião o Sr. Marquez de Olinda, e mais collegas, o Sr. visconde de Maranguape, Pereira de Vasconcellos e Saraiva, para dirigirem os negocios publicos segundo os patrioticos desejos da corôa, de ver reunidos em uma familia os Brasileiros todos, e sómente preferidos a capacidade e os serviços, sem attenção ás opiniões politicas anteriores.

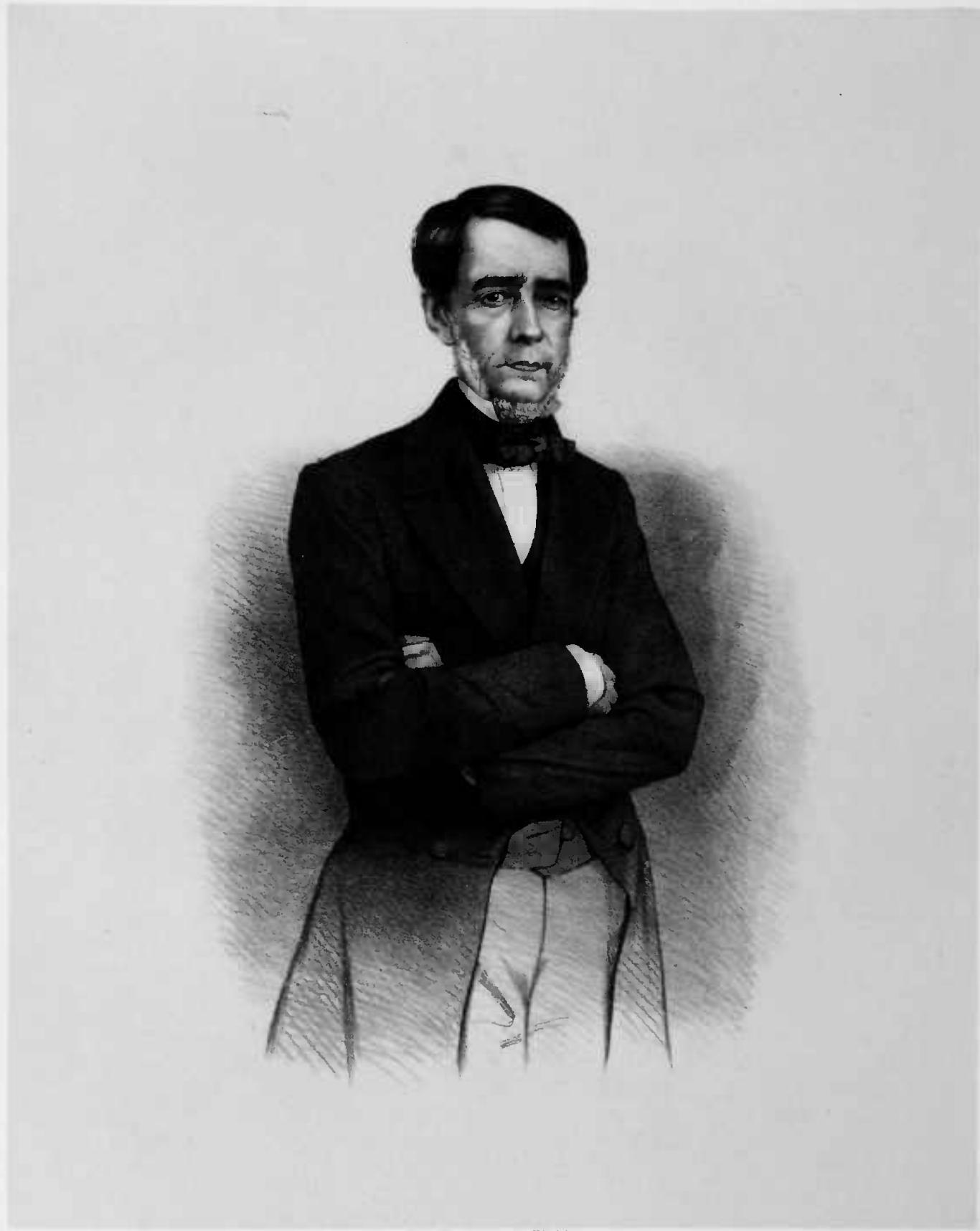
O que o ministro da fazenda, por sua parte, tem feito neste propósito está patente a todos; e todos os homens de boa fé confessão que nunca deixou de consultar nos seus actos os verdadeiros interesses do paiz, e servido o Monarca com uma lealdade e dedicação digna de ser apreciada.

Esses actos estão por tal sorte recentes na memoria de todos, que não é preciso recorda-los. Progressista em finanças, o conselheiro Souza Franco tem sabido adoptar as vantagens do progresso sem os perigos das bruscas innovações; o credito, desenvolvido por meio da criação dos estabelecimentos bancarios, foi-o com tudo com tão grave madureza, que a crise financeira que sobreveio no mundo commercial não encontrou o imperio envolvido nessas excessivas especulações, que têm sido uma das principaes causas dos desastres de muitas outras praças commerciaes.

Sobre os serviços que o ministerio actual, pelo seu ministro da fazenda, o conselheiro Souza Franco, tem feito ao paiz e ao Monarca durante a crise financeira por que vamos passando, já preparando em Londres, com grande antecedencia, os fundos necessarios para as despesas exteriores, ordinarias e extraordinarias, e já dando a mão ao banco do Brasil, e o dirigindo nas medidas que deve tomar para salvar a praça do Rio de Janeiro, e com ella as mais do imperio, das calamidades por que passárão as dos Estados Unidos, Hamburgo, e até certo ponto a da soberba e riquissima Londres; sobre tão avultados serviços, dizemos nós, deixamos que falem os factos, os comparativamente supportaveis embaraços da praça, e a confiança que renasce entre os comerciantes.



OS CONTEMPORÂNEOS



Lith. S. A. Steiner. Rua da Assembleia, 67, Rio de Janeiro

CONSELHEIRO C. BAPTISTA D'OLIVEIRA

*C. Baptista d'Oliveira*



# CANDIDO BAPTISTA DE OLIVEIRA



ASCEU CANDIDO BAPTISTA DE OLIVEIRA na cidade de Porto-Alegre, província de S. Pedro, aos 15 de Fevereiro de 1801: sendo seus pais Francisco Baptista Anjo, natural de Portugal, e D. Francisca Candida de Oliveira, nascida na mesma província acima referida.

Destinado por seu pai á vida ecclesiastica, foi mandado para o seminario de S. José desta corte, no anno de 1817: e reconhecendo elle que a sua vocação o não chamava para o sacerdocio, partiu dahi para Coimbra, no anno de 1820, onde seguiu os estudos que fazem objecto das facultades de mathematica, e de philosophia; tomado o grão de bacharel formado na primeira no anno de 1824.

Havendo concluido os seus trabalhos academicos, retirou-se de Coimbra para Lisboa, onde lhe dera honrosa hospedagem o seu dedicado amigo Marquez de Alegrete, Luiz Telles da Silva. Ahi se demorou por alguns mezes, até que lhe chegáro do Rio de Janeiro as ordens precisas para ir á França, com o intuito de aperfeiçoar-se nos conhecimentos que adquirira na universidade de Coimbra.

Saindo de Lisboa, chegou a Paris no mez de Abril de 1825, onde permaneceu cerca de dous annos, empregados em visitar todos os estabelecimentos de instrução publica, frequentando com especialidade os cursos da escola polytechnica (obtida para esse fim a necessaria permissão do governo frances), na qual era professor de astronomia o distinto sabio Arago, que o honrou com a sua amizade.

Não lhe sendo possível visitar nessa occasião a Inglaterra e a Alemanha, como desejava, regressou ao Rio de Janeiro no começo do anno de 1827; e foi imediatamente nomeado lente substituto da academia militar (sendo ministro da guerra o finado Marquez de Lages), passando pouco tempo depois a ser proprietário da cadeira de mecanica racional.

Do anno de 1830 em diante foi o lente de mecanica da academia militar distraído das funções do magisterio em diversas ocasiões, sendo chamado a prestar serviços em comissões importantes: tomando nesse anno assento na camara dos deputados, como representante da província de S. Pedro, que o havia honrado com a eleição de deputado para a segunda legislatura.

No anno de 1831, depois de encerrada a tormentosa sessão legislativa, na presença das occurrences extraordinarias que perturbáro profundamente o estado político do paiz, retirando-se da corte o deputado Baptista de Oliveira, com o intuito de ir restabelecer a sua saude, consideravelmente arrui-

nada, na província de S. Pedro, foi dahi chamado pouco tempo depois, pelo governo da primeira regencia, na menoridade de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, para ocupar o novo e importante emprego de inspector geral do tesouro nacional. (Creado pela lei que nessa época reformára esse estabelecimento e suas dependencias, sendo ministro da fazenda o finado senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, então membro da camara temporaria.)

Entre os melhoramentos uteis que fizera adoptar nas repartições fiscaes, cumpre notar a criação do serviço especial da stereometria, desconhecido até então em as nossas alfandegas; uma nova formula de arqueação dos navios mercantes para regular o pagamento do imposto de ancoragem; e a systematisação dos pesos e medidas nacionaes, tendo por collaborador neste trabalho o finado Visconde de Jerumirim, então inspector geral da caixa da amortização.

Na sessão de 1831, ocupando-se a camara dos deputados de providenciar ácerca da introdução da moeda falsa de cobre na circulação monetaria do Brasil, a qual havia já tomado proporções ameaçadoras, sugerio o deputado Baptista de Oliveira a idéa de permitir-se aos possuidores dessa moeda que a depositassem nas estações publicas designadas pelo governo, onde recebessem conhecimentos dos respectivos depósitos, os quais fossem provisoriamente recebidos como moeda corrente nos pagamentos legaes, e pudessem transferir-se por meio do endosso; devendo por outra parte ser essa disposição acompanhada da fixação do maximo pagamento legal, em moeda de cobre, na quantia de *mil réis*.

Esta medida simples e prática, não obstante ter sido menos convenientemente modificada pela camara, na parte relativa ao recolhimento da moeda de cobre, pôz termo a esse mal que flagellava o paiz.

Foi ainda nessa sessão que o mesmo deputado, fazendo parte da comissão denominada do *meio circulante*, de acordo com os sens dous collegas, propôz a medida da fixação do novo padrão monetário, na razão de *dous mil quinhentos réis a oitava de ouro de 22 quilates*, para servir de regulador na circulação monetária do paiz, e facilitar nessa parte a criação de um banco, que, além de outras incumbências, tivesse especialmente a sen cargo uniformizar o meio circulante em todo o imperio.

Cansas que não cabe aqui apreciar devidamente, fizerão que deixassem a administração da fazenda no anno de 1834, tanto o inspector geral do the-

souro, como o digno ministro, com quem servira aquelle, na mais perfeita harmonia e reciproca confiança.

Encerrada a sessão legislativa do anno seguinte, em cujos trabalhos tomou parte o conselheiro Cândido Baptista de Oliveira, ainda como deputado pela província de S. Pedro; quando se dispunha a retirar-se para esta província com a sua família, chegou ao Rio de Janeiro a infesta notícia de haver ali rebenhado no dia 20 de Setembro desse anno (1835), a deplorável revolução, que durante cerca de 10 annos flagellara essa interessante parte do imperio; e não obstante as antigas relações pessoais que o ligavão ao coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe dessa revolução, não hesitou elle em aceitar de bom grado a nomeação de ministro residente junto á corte da Sardenha, devida á intervenção de prestimosos amigos, com o fim de o tirarem da grave situação em que se achava, na presença de uma administração que lhe era desafecta.

Chegando a Turim no mez de Junho de 1836 em companhia de sua família, recebeu logo no seguinte mez de Agosto a exoneração do seu posto de ministro residente! retirando-se dali para Paris, onde permaneceu até meiado do anno de 1837.

Regressando ao Rio de Janeiro na occasião em que o regente Feijó, renunciando o poder, confiou o supremo governo do imperio, na forma da constituição, ao Exmo Sr. conselheiro Pedro de Araújo Lima, actualmente Marquez de Olinda, foi o ex-ministro residente da Sardenha novamente chamado para ocupar o seu antigo posto de inspector geral do tesouro nacional.

E em Abril de 1839 o digno regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, honrou com a sua confiança o inspector do tesouro, chamando-o a fazer parte do ministerio, que então se organisára em circunstâncias difíceis, para substituir o ministerio denominado de 19 de Setembro, encarregando-se elle ao mesmo tempo das pastas dos negócios estrangeiros e da fazenda.

A situação dos negócios públicos em que estreára a direcção de duas repartições administrativas, sob a pressão de graves dificuldades, nascidas de embraços domésticos e internacionais, não era por certo azada para que o novo ministro pudesse realizar nela todo o seu pensamento em matéria de administração; e apenas pôde elle, no curto prazo do seu ministerio, atender ás mais urgentes necessidades do serviço.

Na repartição dos negócios estrangeiros teve a boa fortuna de restabelecer pelos seus actos a boa intelligencia entre o governo imperial e o da Grã-Bretanha, a qual havia sido profundamente abalada em consequência das questões sempre desagradáveis sobre o tráfico dos Africanos; e, como que lendo no livro do futuro, provocou elle nessa quadra a celebração de novas convenções sobre este objecto, por meio de um *memorandum* dirigido ao governo britânico. E posto que esse passo do previdente ministro brasileiro fosse então recebido com demonstrações de não equivoco desfavor da parte da opinião então dominante, fôr elle depois plenamente justificado pelas sérias ocorrências que induzirão o governo imperial a tomar esse objecto na devida consideração.

Pelo que respeita á repartição da fazenda, não se descuidou o mesmo ministro de dar provas das suas habilitações profissionais nessa parte. Porquanto, a par de outras medidas de importância secundária, tomou elle a deliberação assinada de restituir á circulação o producto das consignações mensais em dinheiro, feitas pela alfandega desta capital á caixa da amortização; pondo assim em harmonia o espírito da lei com os princípios da ciência económica, e com os interesses da praça e do mesmo tesouro; medida essa cuja conveniência tem sido reconhecida por todos os seus sucessores.

Achando-se autorizado por lei para aumentar a renda do Estado, pela elevação dos direitos de importação nos artigos que a pudessem supportar, criou o imposto adicional sobre as bebidas espirituosas, elevando a *cinquenta por cento* os direitos respectivos, cujo producto constitue presentemente uma verba importante da renda pública.

Não obstante a inteira confiança com que o honrava o regente do imperio, o ministro dos negócios estrangeiros e da fazenda tendo ponderosos motivos para deixar a administração antes de encerrada a sessão legislativa nesse anno, accionou a missão diplomática de S. Petersburgo, no carácter de enviado, onde permaneceu no exercício desse posto até o anno de 1843, em que fôr mudado, no mesmo carácter, para a corte de Vienna.

Em ambas essas cortes recebeu o enviado brasileiro distintas provas de consideração da parte dos respectivos governos; e teve a fortuna de grangear a estima dos dous preeminentes estadistas da Europa «o Conde de Nesselrode, e o Príncipe de Metternich».

Subindo ao poder o ministerio de 1844, julgou este conveniente chamar a esta corte o enviado de Vienna, substituindo-o ali outro agente diplomático de inferior categoria.

Chegado ao Rio de Janeiro, dedicou-se o ex-enviado de Vienna ao exercício do magisterio na sua cadeira da academia militar, até completar o tempo para a sua jubilação, que obteve em princípio do anno de 1847.

Em Maio desse mesmo anno foi elle chamado para fazer parte do ministerio que se organizou nessa época, e no qual teve lugar a criação da presidência do conselho conferida por Sua Magestade o Imperador ao conselheiro «Manoel Alves Branco,» ministro da fazenda (depois visconde de Caravellas).

Na repartição dos negócios da marinha fez o conselheiro Baptista de Oliveira, na curta duração do seu ministerio, alguns serviços notáveis, que lhe grangeáram a consideração e a estima da distinta corporação da armada. Entre outros cumpre assignalar a substituição da antiga brigada de marinha por um corpo militar de infantaria, com a denominação de *Fuzileiros navais*, destinado especialmente para fazer a guarda dos estabelecimentos navais, e a polícia a bordo dos navios armados; passando o serviço da artilharia a ser incumbido exclusivamente ao corpo de imperiaes marinheiros e à marinagem auxiliar.

Retirando-se do ministerio, com os seus colegas, em Março de 1848, foi o mesmo conselheiro encarregado pelo governo imperial de fazer o reconhecimento topográfico da fronteira meridional do imperio; trabalho este que executou no decurso do anno de 1849, dando delle conta ao governo imperial, na occasião em que regressou da província de S. Pedro, assim de tomar assento no senado, na sessão legislativa de 1850, como representante da província do Ceará, honrado com a escolha imperial d'entre os seis nomes apresentados na lista eleitoral dessa província.

Além das funções de senador do imperio, ocupa actualmente o conselheiro Baptista de Oliveira o lugar de director do Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, para que fôr nomeado na anno de 1851.

Pelo que respeita ás distinções honoríficas, teve o senador Baptista de Oliveira o título de conselho no anno de 1832, que a lei annexará ao exercício das funções de inspector geral do tesouro nacional. Foi depois agraciado em diversas ocasiões com as comendas da ordem de Christo, e da Rosa; havendo sido honrado pelo Imperador Nicolão com a Grã-Cruz da ordem de Santo Estanisláo, na occasião em que se retirára de S. Petersburgo. E ultimamente fez-lhe Sua Magestade o Imperador a graça de o nomear Veador de Sua Magestade a Imperatriz.

Ilha delle algumas produções publicadas nesta capital sobre objectos literários e científicos, com especialidade ácerca de alguns pontos importantes da Astronomia em que apresentará resultados novos, e de elevado interesse para a ciência, no entender de homens competentes. Fez imprimir, além disso, em S. Petersburgo um opusculo, com o título de *Systema Financeiro do Brasil*, o qual, no conceito de pessoas entendidas, é um livro útil.

É também o senador Baptista de Oliveira 1º vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, membro da Palestra científica desta capital, e de outras sociedades literárias e científicas da Europa e da América.

OS CONTEMPORÂNEOS



Lit. S. A. Sierra, Rua da Assembleia, 67, Rio de Janeiro

MARQUEZ DE VALENÇA

*Marques de Valença*



## MARQUEZ DE VALENCA

ESTEVÃO RIBEIRO DE REZENDE, filho legitimo do Coronel Severino Ribeiro, de distincta familia de Lisboa, e de D. Josepha Maria de Rezende, de abastada e importante familia de Minas Geraes, nasceu no arraial dos Prados, Comarca do Rio das Mortes, Província de Minas, em 20 de Julho de 1777.

Educado desde seus primeiros annos com todo o esmero e cuidado que sóem ter por seus filhos os pais que, como os seus, prezão mais que tudo a honra e a virtude, nunca se mostrou indigno do nome que recebeu de sua familia, e pelo contrario mereceu sempre, por suas boas qualidades e morigeração, a estima de todas as pessoas que o conhecêrão apenas entrado no mundo, mas já pensando com um criterio ponco commum em sua idade sobre as cousas da vida.

Tendo mostrado muita viveza para os estudos primarios, aproveitou-se suas disposições para as letras e mandou-se-o estudar mesmo em Minas os preparatorios, que ali então se ensinavão. Em breve, pois, ficou o joven Estevão Ribeiro de Rezende prompto para exame em francez, latim, italiano, rhetorica e philosophia, estudos em que muito se distinguio, e tanto que seu pai logo que o teve nelles preparado mandou-o para Lisboa a seguir para Coimbra, onde devia estudar o curso de direito.

Separado de seus pais e do lugar de seu nascimento, onde deixava tanta sympathia, que quasi toda a populaçao de S. José do Norte despedio-se delle com as provas do mais vivo pezar, caprichou o Sr. Rezende por continuar longe de sua familia a mesma norma de conducta que sempre seguira quando em seu seio; e com effeito, em Coimbra comportou-se por tal modo, que em breve foi muito estimado por seus collegas e bemquisto de seus professores.

Sua intelligencia não desmentio, nos novos estudos a que se applicou, os primeiros signaes de força e agudeza que dera em seus estudos primarios e secundarios; seu curso elle o completou sem nenhum embaraço, antes pelo contrario, recebendo sempre boas notas e muita consideração, o que lhe facilitou ser accito para a leitura do desembargo do paço, primeira porta por onde então se entrava para a carreira da magistratura. Antes, porém, que fizesse a leitura, morreu-lhe no Brasil seu pai, e essa noticia chegando-lhe a Lisboa naquelle tempo, quiz elle interromper sua carreira para vir á patria beijar as mãos á māi e apresentar-se-lhe depois de doutorado.

De volta a Portugal fez sua leitura no desembargo do paço, e foi logo nomeado pelo Senhor D. João VI, em 21 de Junho de 1806, juiz de fóra de Pal-

mella, tendo já antes recebido do mesmo monarca o habito de Christo com uma tença e a propriedade do oficio de tabellão do público judicial e notas da villa de S. João d'El-Rei, em attenção aos bons serviços de seu pai e ás suas qualidades, mais que dignas daquelle distincção.

Pouco depois de empossado no juizado de Palmella, em Portugal, teve lugar na Peninsula a invasão franceza, que vinha com o prestigio de mil vitorias conquistar para o irmão do vencedor do mundo uma corda e um Estado.

A corte portuguezá, collocada na alternativa que lhe offerecia, de um lado a França arrogante e orgulhosa de seus triumphos, e do outro a Inglaterra forte e sempre pertinaz em não ceder ás aguias imperiaes, a Europa e o mundo a que se atiravão com avidez, resolveu sabiamente escolher um meio termo, deixando a antiga Metropole para vir estabelecer-se no Brasil; o juiz de Palmella quiz aproveitar essa oportunidade de voltar á sua patria e á sua familia, e por isto muito se empenhou para fazer parte da comitiva real; porém sendo preciso, para bem do reino, que as autoridades permanecessem em seus postos, e manifestando o governo regencial a utilidade que resultava deste facto, o Sr. Rezende desistio de seus desejos, e ficou em Palmella, onde recebeu com animo e coragem as tropas franco-hespanholas, que acometiam o reino de Portugal.

Esta foi talvez uma das épocas em que o Sr. Rezende maiores serviços prestou á sua patria. No ponto em que se achava não se teve com effeito que lastimar grandes males que deixavão a consternação e a desolação por onde passavão as tropas invasoras. A honra e a fortuna foi respeitada em Palmella por esforços de seu juiz, que, revestindo-se de toda a coragem e energia, dirigia-se a fazer reclamações e censura, onde e sempre que se dava um facto de abuso de força da parte das forças ali estacionadas.

Por algum tempo marcháram as cousas assim de um modo o mais satisfactorio, mas nem era crivel, nem mesmo imaginavel, que soldados acostumados a derrubarem todas as barreiras, quer physicas, quer moraes, viessem aqui estacar defronte de um só homem, embora por esse homem fallassem a razão e a justiça. O vencido não tem direitos, sua lei é a vontade do vencedor, e pois o que fazer o juiz de fóra de Palmella quando os Francezes, fechando os ouvidos á sua voz, quizerão obriga-lo, e obrigármão o povo que lhe tinha sido confiado a concorrer com o necessário para sua subsistencia e para a satisfação de seus caprichos? Em quanto foi possível resistir-lhe, elle o fez; agora, porém, que sua influencia é nulla e que sua pessoa attrahe sobre os que o seguem odios e

mãos desejos, agora que sem duvida com perigo eminentes sem que dahi resulte bem para ninguem, agora é tempo de ceder á força das circumstancias. E com efeito, o Sr. Rezende deixou Palmella e retirou-se para Lisboa, tendo antes em companhia de um vereador oecultado em um altar os dinheiros publicos que tinha á sua disposição.

Recebendo d'El-Rei a faculdade de voltar para o Brasil, elle o fez imediatamente, e ao chegar em sua patria natal, vio apreciados por seu devido valor os serviços que acabava de prestar, e em attenção aos quaes o Senhor D. João VI nomeou-o em 13 de Maio de 1810 juiz de fóra da cidade de S. Paulo, lugar que foi elle encarregado de crear naquelle cidade.

Em 17 de Dezembro de 1813 deixou elle o juizado de S. Paulo, por ter nessa mesma data sido nomeado fiscal dos diamantes, lugar importante que teve de deixar no anno seguinte, em consequencia de ter sido nomeado em 12 de Setembro de 1814 desembargador da relação da Bahia.

Em toda a parte por onde passa o Sr. Rezende era geralmente estimado e apreciado por suas qualidades, e cada um lugar que exercia dava-lhe novos titulos e mais direitos para alcançar lugares mais subidos.

Felizmente naquelles tempos as qualidades e aptidão davão direito; é por isto que o novo desembargador da Bahia foi a 29 de Março de 1817, quadra calamitosa de revoluções, nomeado ajudante do intendente geral da polícia, e no seguinte anno de 1818, a 12 de Outubro, nomeado desembargador da casa da supplicação.

A 10 de Novembro de 1821 foi nomeado superintendente geral dos contrabandos, e nessa época em que o Brasil tanto precisou do esforço de seus filhos, Estevão Ribeiro de Rezende esteve firme na estacada, prestando a seu paiz e a seu príncipe os serviços que podia prestar.

Procurador da província de Minas Geraes, junto ao Príncipe D. Pedro, elle mostrou-se tal qual era e captou por esse modo a estima daquelle Príncipe, que sempre o distinguiu e que elevou-o ao ponto de nomea-lo, a 6 de Abril de 1822, secretario de estado encarregado de todas as pastas para acompanhá-lo a Minas, onde uma nobre inspiração o levava com o fim de acalmar com sua presença os movimentos sediciosos que ali conieçavão a manifestar-se, a ponto de negar-se aquella província a obedecer ao Príncipe regente.

Veio a independencia, e logo após a necessidade de regular-se o pacto fundamental por onde devesse o paiz se regular; o Imperador convoca para esse fim a assembléa constituinte; e Minas, que attende para o merecimento quando escolhe um alto funcionario, tanto quanto um qualquer empregado, elege seu deputado ao Sr. Rezende. Cahe a constituinte em virtude do golpe de estado do primeiro Imperador, tudo se amotina, parece que vamos ter uma revolução, mas graças á boa escolha do Senhor D. Pedro I, mandando, a 17 de Janeiro de 1823, ao Sr. Rezende para intendente geral da polícia, toda a tempestade se desfez sem deixar o mais ligeiro signal de sua aterradora passagem, e nem por isto foi necessário o emprego de armas e ameaças de prisões e perseguições, bastou a influencia e a confiança geral de que gozava o intendente para obter aquelle resultado.

Em 14 de Outubro de 1824 chamou-o o Senhor D. Pedro I aos conselhos da corôa, encarregando-o da pasta do imperio, que teve a seu cargo até 21 de Novembro de 1825, em que recebeu o decreto de sua demissão, no qual elogiava-o muito o Imperador e lhe agradecia seus bons serviços. Naquelle

mesmo anno de 1824 foi ainda nomeado, a 1 de Dezembro, Desembargador honorario do paço, e em 15 de Outubro de 1825 foi galardoado por Sua Majestade o Imperador com o titulo e grandezas de Barão de Valença.

Neste anno veio o Sr. Rezende eleito por sua província á assembléa geral legislativa, e ao mesmo tempo que tinha por essa honrosa eleição entrada na camara dos deputados, recebia ainda de seus compatriotas maior honra e maior prova de estima e consideração, tendo seu nome na lista por elles oferecida ao Monarca para escolher os senadores do Imperio. Conjuntemente com Minas Geraes, quiz S. Paulo mostrar toda a sua affeção e agradoamento pelo distinto Brasileiro, que em seu solo começou a carreira da magistratura em que tantas glorias colheu, escolhendo seu nome para mandar ao Imperador na lista dos que devião ser escolhidos seus senadores. Assim, pois, era o Sr. Valença ao mesmo tempo deputado por Minas, e eleito senador pela mesma província e pela de S. Paulo. Entre as duas províncias optou pela de Minas, onde tinha seu berço e tudo o que ha de mais caro ao coração do homem, sua família e as cinzas de seus bons pais. Em vista de sua opção, foi escolhido senador por carta imperial de 19 de Abril de 1826, e nesse mesmo anno, a 12 de Outubro, passou a desembargador do paço efectivo e foi aposentado por pedido seu; assim como tambem a 30 do mesmo mes e anno foi o seu título de Barão elevado ao de Conde de Valença.

A 18 de Maio de 1827 entrou novamente o então Conde de Valença para os conselhos da corôa, e desta vez coube-lhe a pasta da justiça, em que funcionou até 20 de Novembro de 1827, em que foi dissolvido o gabinete de que fazia parte e com o qual tambem elle cahio, tendo sido tres dias antes nomeado conselheiro de estado honorario.

Retirado da cena politica, ficou o Conde de Valença exclusivamente ocupado com os deveres de senador do Imperio, e foi desse posto eminente que elle aggregou em torno de si esse grupo de seus collegas, que fizerão a mais heroica barreira aos excessos demagogicos que se desenvolverão no Brasil pela retirada do fundador do Imperio.

Firme nesse posto, que a honra e o dever lhe havião indicado, o Conde de Valença não descansou um momento enquanto não vio por terra a demagogia e elevado ao trono do Brasil o filho do seu primeiro Imperador. Então faltáram-lhe as forças para novas lutas; já tinha 63 annos, já tinha combatido com uma geração inteira, nova geração despontava nos horizontes da patria, era força ceder-lhe os negocios dessa cara patria. O Sr. de Valença retirou-se completamente da vida politica para entregar-se exclusivamente á vida privada.

Em 1848 o Senhor D. Pedro II elevou-o a Marquez de Valença, e em 8 de Setembro de 1856 veio a morte surpreendê-lo no seio de sua familia, e na idade de 79 annos.

O Marquez de Valença foi casado com a Exma. Sra. Elidia Mafalda de Souza Queiroz, filha do opulento fazendeiro Brigadeiro Luiz Antonio de Souza e sua mulher D. Genebra de Barros Leite.

Era socio honorario do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, socio efectivo da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, socio efectivo da Instrução Elementar, membro da sociedade de Agricultura do Reino da Suécia, dignatário honorario da ordem imperial do Cruzeiro por carta de 16 de Agosto de 1830, cavalheiro do habito de Christo, grã-cruz da mesma ordem e fidalgo cavalheiro da casa imperial.



OS CONTEMPORÂNEOS



A. SISSON  
Lith.

DISCOURSES AND MESSAGES

Duc de Wellington



## VISCONDE DE MARANGUAPE

AMOS escrever um esboço biographico tão pobre de datas quanto nos permitem as poucas notas ligeiramente traçadas que nos forão ministradas.

Seria talvez preferivel, em vista da completa deficiencia em que estamos de maiores dados para a consecção de um trabalho que possa mais tarde servir de base a uma biographia completa, pôr de parte o nome a que se refere esse trabalho, irremissivelmente destituido do unico merecimento que por ventura possão ter os outros do mesmo genero que temos publicado, e os que pretendemos continuar a publicar; queremos fallar das datas correspondentes ás phases mais importantes da vida daquelles homens com quem nos occuparmos; seria talvez preferivel nada escrever sobre a vida do Ex<sup>mo</sup> Sr. visconde de Maranguape, de quem não pudemos obter nem sequer o anno em que nasceu; mas a importancia que tem tido e de que ainda hoje goza esse senhor, protestaria altamente contra uma resolução que tirasse de seu devido lugar, para collocar em outro menos digno, o nome desse Brasileiro que tanto tem apparecido nos negocios de seu paiz.

Na alternativa pois de fazer um máo esboço de sua vida, ou de deixar em esquecimento e do lado o nome do Sr. VISCONDE DE MARANGUAPE, preferimos o primeiro partido, porque mil vezes preferimos ver taxar o nosso trabalho de falta de gosto e de interesse, do que dar lugar a interpretações, quaesquer que sejão, de nossas intenções.

A' parte pois todo o juizo desvantajoso que de nós se possa fazer, e entremos em materia.

CAETANO MARIA LOPES GAMA nasceu na província de Pernambuco, e teve por pais o Dr. João Lopes Cardoso Machado e sua mulher D. Anna do Nascimento Gama. Em Pernambuco elle estudou os primeiros preparatorios para a universidade de Coimbra, onde estudou por alguns annos, voltando ao Brasil depois de ter concluido o curso a que se destinava, que foi de direito.

Começou sua vida no Brasil empregando-se na magistratura, na qual estreou pelo lugar de juiz de fóra do Penedo, na província das Alagoas, onde esteve muito pouco tempo, porque tendo sido nomeado ouvidor da mesma província e comarca das Alagoas, teve de deixar o lugar de juiz de fóra.

Era ainda ouvidor daquella província quando os primeiros movimentos de independencia despertados nos diversos pontos do Brasil, ali forão repercutir.

O Sr. Lopes Gama tomou nelles uma parte muito activa, e tanto se distinguiu entre os que trabalhão pela nossa emancipação politica, que mereceu ser eleito presidente do governo provisório então estabelecido naquella província.

Logo depois dessa eleição elle recebeu outra manifestação não menos honrosa do bom conceito em que era tido entre seus concidadãos, e foi esta o diploma de deputado á assembléa constituinte, que ainda lhe deu a província das Alagoas

Por esse tempo foi instituida a imperial ordem do Cruzeiro, e o Sr. Lopes Gama, em remuneração de seus serviços em prol da independencia, foi um dos contemplados na primeira lista dos condecorados com aquella ordem, honra que é tanto mais apreciavel, quanto ella é pouco prodigalizada!

Dissolvida a assembléa constituinte, o Sr. Gama cahio nas boas graças do governo, tanto que ao mesmo tempo que muitos deputados se recolhão desgostosos a seus lares, e alguns erão mandados desterrados para fóra de sua patria, elle foi um dos que receberão do governo provas de confiança e consideração, como é a sua nomeação para presidente da província de Goyaz.

Nesta presidencia prestou os serviços que estavão em suas forças, e forão elles apreciados de tal modo que em recompensa teve a commenda da ordem de Christo do Imperio.

Eleito deputado á primeira legislatura da assembléa geral legislativa, o Sr. Lopes Gama deixou a presidencia de Goyaz, assim de vir tomar assento, e lá não mais voltou, porque ao terminarem os trabalhos legislativos, voltou á magistratura que tinha deixado, e foi despachado desembargador da relação da Bahia, com exercicio na casa da supplicação.

Muito tempo não esteve no exercicio desse lugar, porque o governo imperial julgou necessário utilizar seus serviços em outra parte onde elles fossem mais uteis, e em virtude disso despachou-o presidente da província do Rio Grande do Sul.

Essa segunda presidencia ainda teve elle de deixar para vir tomar assento na assembléa geral, a que tinha sido eleito pela província de Goyaz, e foi durante esse tempo que o governo nomeou-o intendente geral da polícia, e lhe conferiu o título do conselho.

Tendo razões que lhe não permitião continuar no exercicio de intendente geral da polícia, pediu e obteve sua demissão daquelle importante cargo, do qual passou novamente ao serviço da magistratura.

Os filhos da província do Rio de Janeiro, agradecidos ao Sr. Lopes Gama pelos serviços que este lhes havia prestado, quer como intendente da polícia, quer como magistrado, pagáram-lhe a dívida elegendo-o seu senador, lugar em que foi confirmado pela escolha do chefe do Estado e sancção do senado.

Depois que foi eleito senador, o Sr. Lopes Gama tem sido diversas vezes chamado ao ministerio, e em 1842 foi despachado conselheiro de estado efectivo.

Em 1844, quando a província das Alagoas sublevou-se, e expelli seu presidente o conselheiro Bernardo de Souza Franco, actual ministro da fazenda, foi o Sr. Lopes Gama o homem que o governo imperial reconheceu mais apto para acabar pacificamente aquelle movimento revolucionario, e o governo fez uma boa escolha, porque, graças ao bom conceito, estima e consideração que ali gozava o novo presidente, conseguiu sem derramamento de uma gota de sangue acalmar os animos, e chamar a seus deveres aquella porção do povo brasileiro momentaneamente desviada do verdadeiro caminho.

Este serviço seu, que de certo não foi dos menores por elle prestados á causa publica, foi galardoado com a gran dignitaria da ordem da Rosa, e com o reconhecimento dos Brasileiros em geral, e mui particularmente dos Alagoanos.

A 4 de Maio de 1857, tendo caído o ministerio acephalo pela morte do marquez de Paraná que o tinha organizado, foi chamado a organizar o novo gabinete o Sr. marquez de Olinda, que escolheu para a pasta dos estrangeiros o Sr. Lopes Gama, o qual aceitou o lugar, e continua a desempenha-lo.

Durante este seu ministerio recebeu o Sr. Visconde de Maranguape do rei de Duas Sicilias a condecoração da gran-cruz da ordem real de S. Januario, e além desta e de outras honras e titulos que já temos mencionado, elle conta os seguintes: Visconde de Maranguape, ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, da sociedade Amante da Instrução e da Auxiliadora da Industria Nacional, membro honorario da Academia de Archeologia da Belgica e de varias outras sociedades scientificas e litterarias estrangeiras.



OS CONTEMPORANEOS



Tath de A. Sisson, Rue da Assembleia, 18º Rio de Janeiro

VISCONDE DIE SAPOINAGY

*Visconde de Sápoanagy*



# VISCONDE DE SAPUCAHY

**C**ANDIDO JOSE' DE ARAUJO VIANNA, VISCONDE DE SAPUCAHY, nasceu em 15 de Setembro de 1793 no arraial de Congonhas, termo da Villa Real (hoje cidade) do Sabará, da província de Minas-Geraes; foram seus pais o capitão-mór Manoel de Araujo da Cunha e D. Marianna Clara Vianna, ambos naturaes da mesma província de Minas.

Com decidida propensão para as letras desde os primeiros annos, preparou-se na terra natal com os estudos necessarios para graduar-se em direito na universidade de Coimbra, valendo-lhe então os conhecimentos variados de seu amigo o Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, depois Visconde de Caethé, que servia em Sabará o lugar de juiz de fóra, e de seu mestre de latin, e tio, o exímio latinista, orador sagrado, e poeta, padre Joaquim Machado Ribeiro; porque faltavão ali nesse tempo professores publicos que não fossem de gramática latina e de primeiras letras.

Depois de pacificada a Europa, e quasi extintos os vestigios da invasão francesa em Portugal, partiu para Coimbra em 1816, e matriculou-se na faculdade de direito em 16 de Outubro. Fez a sua formatura em 9 de Junho de 1821, tendo merecido em todo o curso a estima de seus mestres, contemporaneos, e condiscípulos, entre os quaes João Baptista Leitão, depois Visconde de Almeida Garret, que se comprazia de ouvir sua opinião a respeito das primeiras produções com que aquella aguia se ensaiava para tão arrojados vòos; levou a condescendencia ao ponto de aceitar sua critica severa, á qual se devem córtes e modificações consideraveis no retrato de Venus.

Voltando ao Brasil em Outubro de 1821 com o intuito de exercer a profissão de advogado, obteve a nomeação de promotor dos residuos do termo e comarca da villa do Sabará, por provisão da Mesa da Consciencia e Ordens de 17 de Novembro daquelle anno; mas não chegou a ter exercício por se lhe facilitar a entrada na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fóra da cidade de Mariana por Decreto de 19 de Dezembro do mesmo anno.

Durante a sua estada na Corte resolveu-se a tomar estado, casando em 22 de Maio de 1822 com a Ex<sup>ma</sup> Sra. D. Anna Efigenia de Siqueira Ramalho, filha de Luiz de Siqueira Ramalho e de D. Anna Angelica de Castro Ramalho.

Em 5 de Outubro do dito anno tomou posse do lugar de Juiz de Fóra de Mariana, porque só então findava o trienio de seu antecessor o Ex<sup>mo</sup> conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiros, e teve logo de tomar, como presidente da Camara Municipal, parte activa na solemne acclamação do Sr. D. Pedro I, o que se effectuou no dia 12 daquelle mez.

Reconduzido no mesmo lugar por decreto de 26 de Agosto de 1825, não preencheu o trienio, porque foi nomeado dezmembargador da Relação de Pernambuco, onde teve posse por procurador, por estar no exercício de membro do Corpo Legislativo, no 1º de Setembro de 1827.

Despachado em 1832 para a Relação da Bahia, ali tomou posse tambem por procurador, estando no ministerio da fazenda, em 12 de Março de 1833;

e por virtude da reforma judiciaria verificada neste anno, passou para a Relação do Rio de Janeiro, onde permaneceu até Outubro de 1849. Nesse periodo serviu interinamente de procurador da corôa e fiscal do thesouro no impedimento do conselheiro Maia, por decretos de 4 e 7 de Novembro de 1837.

Promovido por antiguidade na fórmula da lei ao Supremo Tribunal de Justiça, na vaga trazida pela aposentadoria do conselheiro José Bernardo de Figueiredo, que presidia ao mesmo tribunal, entrou em exercício no dia 30 do referido mez de Outubro, servindo ali até o dia 12 de Setembro de 1850, em que foi aposentado com metade do ordenado. Assim terminou a carreira de magistrado.

Na carreira meramente administrativa foi nomeado presidente da província das Alagoas por carta imperial de 13 de Novembro de 1826; mas tomou posse sómente em 14 de Fevereiro de 1828, por exigir o governo a sua presença em 1827 na Camara dos Deputados, de que era membro. O exercício das respectivas funcções fez cessar o estado desagradável e perigoso em que se achava a província, devido ás desavenças existentes entre as principaes autoridades—vice-presidente, commandante das armas e ouvidor da comarca.—Reintegrando no emprego o habil escrivão da Junta da Fazenda Joaquim da Silva Freire, que fôra suspenso pelo vice-presidente, conseguiu, á custa de vigilias daquelle intelligente funcionario, enviar para o thesouro, como lhe fôra especialmente recomendado pelo ministro da fazenda Ex<sup>mo</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida, hoje Marquez de Abrantes, os orçamentos e balanços que estavão em atraso, e regularisou em todos os ramos a repartição da fazenda, que pela desintelligencia, ou antes guerra aberta, entre o vice-presidente e escrivão da junta não se achava em boa ordem.

Pouco mais pôde fazer no curto espaço de seis inezes de sua administração, tendo de voltar á Camara dos Deputados, onde era com o governo acremente censurado por um distincto parlamentar Mineiro, que imaginava a presidencia das Alagoas uma posição deliciosa que desfrutava o seu collega, enquanto elle se mortificava na lida affanosa da oposição.

De volta á Corte, onde chegou em 7 de Setembro, achou já encerrada a sessão legislativa, tendo-se demorado na cidade da Bahia por falta de navios. Mal repousava das fadigas de uma viagem incomoda, foi nomeado presidente da província do Maranhão por carta imperial de 17 de Outubro; e partindo para ali em Dezembro, chegou á cidade de S. Luiz em Janeiro de 1829, e tomou posse do cargo em 13 do dito mez. Seu comportamento na presidencia das Alagoas tinha sido bem aceito pelo Sr. D. Pedro I, de saudosa memoria, segundo manifestou aquelle principe magnanimo, quando o presidente nomeado foi beijar-lhe a augusta mão em despedida: « Ora bem (disse S. M. I.), socegou uma província, vá agora socegar outra. »

Estas expressões do Fundador do Imperio carecem de explicação. Era preconceito dominante naquelle tempo, mórmente nos governantes, que o

espirito republicano se agitava em todo o Brasil, com particularidade nas províncias do norte. Dissensões nascidas por ventura de meras rivalidades e competências entre os homens influentes das localidades, segundo os partidos se pronunciavão, erão reputados pelos antagonistas como passos para a república: receia-se que tais dissensões degenerassem em sedições e revoluções que acabassem pelo estabelecimento do governo republicano. Assim se figuravão na Corte as desordens das Alagoas e Maranhão, designando-se especialmente nesta ultima província o sertão de Pastos Bons como assento de uma república em effectividade!

O presidente Araujo Vianna não viu nas Alagoas senão desavenças ou rivalidades locais, e quando S. M. I. lhe perguntou, à sua chegada daquella província, se havia ali muitos republicanos, respondeu-lhe que, ou os Alagoenses erão os mais refalsados hypocritas, o que elle não acreditava, ou erão os mais dedicados monarchistas do Império, e amigos do sistema constitucional representativo: tais foram os sentimentos que tinham manifestado ao seu presidente.

Da mesma sorte não viu no Maranhão senão deploraveis efeitos da desinteligencia entre as duas principaes autoridades, o presidente e o comandante das armas, que então era o Conde de Escragnolle, cuja morte foi adiantada pelos desgostos immerecidos que lhe trouxe essa desinteligencia. Achou em verdade grande indisposição, principalmente na mocidade, contra os homens nascidos em Portugal, e essa indisposição mal pôde elle fazê-la às vezes ineficaz; mas nunca destrui-la. Reconheceu, porém, que os Maranhenses erão verdadeiros monarchistas, e que ardiam em desejos de ver praticada a Constituição do Império. Pelo que pôz todo o seu empenho em satisfazer a tão justos desejos. Na sua administração completou-se a organização das Camaras Municipaes, segundo a lei do 1º de Outubro de 1828, e se elegêram os juizes de paz. Não foi pequeno o trabalho que teve em explicar, e como que comentar as leis respectivas nas suas mais claras e simples disposições; que tudo era objecto de duvida para homens pouco versados em tais matérias.

Foi elle que den exercicio ao conselho geral da província, obtendo do reverendo Bispo Diocesano casa para as sessões, e mandando pelo prestimoso oficial de engenheiros José Joaquim Rodrigues adaptá-la aos usos para que se destinava.

Estabeleceu a Biblioteca Pública da província por meio de donativos de particulares, ou em livros, ou em dinheiro e serviços.

Acabou com o pernicioso costume da inhumação nos templos, dando maior extensão ao acanhado cemiterio da Santa Casa da Misericordia, de que foi provedor. E talvez fosse a província do Maranhão a que tomasse a dianteira ás outras do Império neste melhoramento sanitário e religioso.

Prestou efficaz auxilio á justiça, mandando destacar na cidade de Caxias o então 4º batalhão de caçadores de 1ª linha, cujo esco fôra enviado para a província, assim de preencher-se pelo recrutamento, o que fez desaparecer o grande numero de assassinios que ali se perpetravão.

Até Maio de 1831 correu serena e prospera a administração do presidente Araujo Vianna; mas chegando á cidade de S. Luiz nesse mez a noticia da abdicação do Sr. D. Pedro I, começou a turvar-se a atmosphera politica, e d'ahi vierão os deploraveis acontecimentos de Setembro. Com quanto fossem remediados pelos de Novembro subsequente, nunca será essa época lembrada sem dôr. Os limites destas notícias não permitem o desenvolvimento da materia, que consumiria longas paginas. A historia fará seu dever.

Ainda foi a província perturbada por novos movimentos, em que ligarão no Itapicuru Antonio João Damasceno, e no Icatú Antonio Ferreira da Costa. Estes movimentos, depois de causarem males e despezas consideraveis, acabaram com a morte dos dous cabecilhas.

Entregando a administração da província ao sucessor o Exmo Sr. Joaquim

Vieira da Silva e Souza no dia 12 de Outubro de 1832, recolheu-se Araujo Vianna a esta Corte, e foi chamado pela Regencia para ocupar a pasta da fazenda por decreto de 14 de Dezembro do dito anno.

Reconhecendo a necessidade de se concluirem os trabalhos encetados na Camara dos Deputados relativos ao melhoramento do meio circulante, propôz á Regencia a convocação de uma sessão extraordinaria da Assembléa Geral, onde se tratasse particularmente desse objecto, e a sessão teve com efeito Ingar em Abril de 1833, expondo elle então em seu relatorio as suas idéas a semelhante respeito. As medidas que se adoptáram resumem-se na lei de 8 de Outubro de 1833.

Neste ministerio se verificaram as primeiras reformas da Alfandega e Consulado, e se organizaram diversas thesourarias provincias em conformidade da lei de 4 de Outubro de 1831.

Foi exonerado do cargo, por decreto de 2 de Junho de 1834, em resultado da desinteligencia havida com o presidente de S. Paulo, a quem não agradou a nomeação do inspector de fazenda daquella província. A Regencia, que nessa quadra se compunha dos Exmo Francisco de Lima e Silva, e João Brânilio Muniz, por estar ausente o Exmo Sr. Costa Carvalho, hoje Marquez de Mont'Alegre, optou pela demissão do ministro, conservando o presidente.

Em 1841 foi outra vez chamado aos conselhos da Corte, e entrou na organização do Ministerio de 23 de Março com a pasta do Império, compartilhando os trabalhos que a esse ministerio sobrevieram em consequencia das desordens de S. Paulo e Minas. Foi neste ministerio que se ajustou o casamento de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, e por esta occasião S. M. o Rei das Duas Sicilias condecorou ao ministro do Império dessa época com a Cruz de Cavalleiro da Real Ordem de S. Januario.

Em 20 de Janeiro de 1843 foi com seus collegas exonerado do cargo.

Por decreto de 14 de Setembro de 1850 foi nomeado conselheiro de Estado extraordinario, tem estado sempre em exercicio, e serve de secretario do Conselho desde o anno de 1851.

Entrou na carreira parlamentar com a inauguração do governo representativo no Brasil. Foi deputado da Assembléa Constituinte, e foi sempre sem interrupção eleito para todas as legislaturas, até que tomou assento no Senado em Abril de 1840, por virtude da carta imperial de 29 de Outubro de 1839, tendo já antes sido contemplado em lista triplice.

Na Camara dos Deputados foi membro de commissões importantes, serviu de secretario e vice-presidente; e nos dous ultimos annos, os de 1838 e 1839, ocupou a cadeira de presidente, d'onde sahio para assentar-se no Senado. Ahi tem sido tambem nomeado para commissões importantes, foi presidente por tres annos, deixando de continuar porque assim o requereu.

Resta-nos memorar uma importantissima e honrosa commissão, de que foi encarregado o Visconde de Sapucahy. Foi nomeado pelo Exmo Marquez de Itanhaém, tutor de S. M. o Imperador e Suas Augustas Irmãs, em 11 de Janeiro de 1839, mestre da Imperial Familia, e exerceu tão eminent cargo até a época do casamento dos Augustos Príncipes.

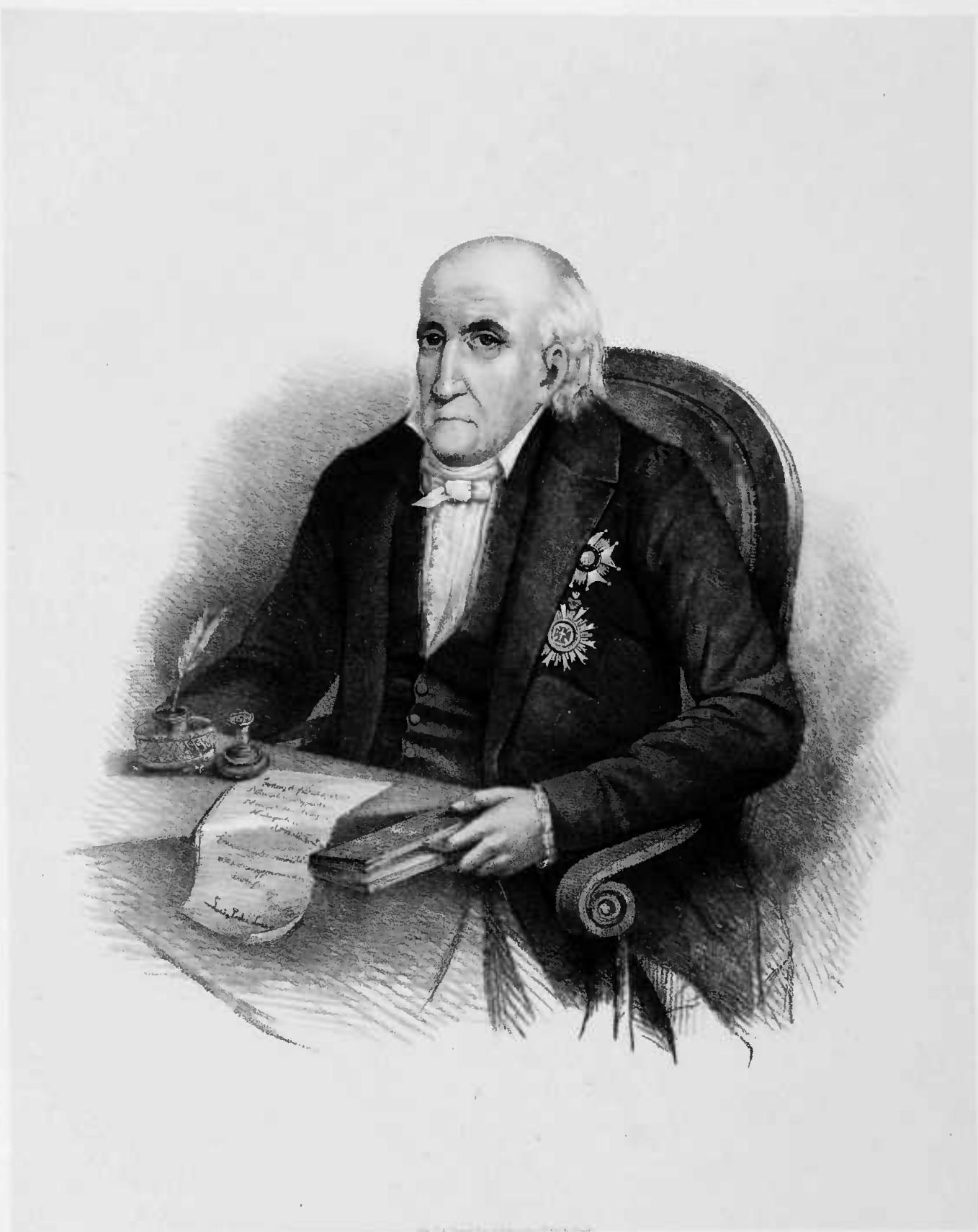
Os serviços de Araujo Vianna não foram esquecidos pelos Monarchs Brasileiros. O Sr. D. Pedro I, de gloriosa memoria, nomeou-o, em 12 de Outubro de 1826, cavalleiro da ordem de Christo, e em 18 de Outubro de 1829 oficial da imperial ordem do Cruzeiro.

S. M. I. o Sr. D. Pedro II nomeou-o cavalleiro da imperial ordem da Rosa em 18 de Julho de 1841, na occasião de sua sagrada e coroação, por ser membro da deputação de uma Camara Municipal de Minas. Nomeou-o gentil-homem de sua imperial camara por decreto de 15 de Setembro de 1841. Deu-lhe o fôro de fidalgo cavalleiro em 14 de Março de 1842, e o título de Visconde de Sapucahy com grandeza em 2 de Dezembro de 1854.

O Visconde de Sapucahy é membro de diversas sociedades científicas e literárias, e presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.



OS CONTEMPORÂNEOS



WITÉ-ONDE IRÉ CAVIMENTE

José da Silva Lisboa



## VISCONDE DE CAYRU

JOSÉ DA SILVA LISBOA, Visconde de CAYRU<sup>1</sup>, commendador da Ordem de Christo e Official da do Cruzeiro, Desembargador aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, e Senador do Imperio, nasceu na cidade da Bahia em 16 de Julho de 1756. Seu pai foi Henrique da Silva Lisboa, natural da cidade de Lisboa, de profissão architecتو; e sua mãe, Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Desde os seus mais tenros annos distinguiu-se pelo seu ardente amor ás letras, de maneira que entrou aos oito annos de idade para a grammatica latina, estudando depois philosophia racional e moral no convento dos frades Carmelitanos da mencionada cidade, tendo aprendido musica e a tocar piano.

Concluidos estes estudos, seu pai o enviou para Lisboa, onde se applicou á rhetorica na aula do insigne professor Pedro José da Fonseca, partindo em 1774 para a Universidade de Coimbra, assim de matricular-se nos cursos jurídico e philosophico.

Tendo-se dado ao estudo das sagradas letras, e ancioso de as ler nos originaes hebraico e grego, applicou-se a estas linguas com tal afincó, que em 1778, por oposição publica, e concurso dos candidatos, fazendo exame perante o presidente, que era o reitor e reformador da Universidade, o Sr. D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra, foi nomeado, por carta academica, substituto das cadeiras daquellas linguas. Em 1779 tomou os gráos de bacharel formado em direito canonico e philosophico.

Voltando a Lisboa, procurou entrar no serviço da magistratura; mas sendo-lhe necessário tornar para sua patria, obteve, em resolução de consulta da mesa censoria, ser provido na cadeira de philosophia racional e moral da mencionada cidade da Bahia, onde creou tambem a cadeira da lingua grega, que exerceu por cinco annos, com o titulo de substituto, até chegar o proprietario. Nesse tempo casou-se com D. Anna Benedicta de Figueiredo, senhora virtuosa, e dotada de grande penetração, de quem teve 14 filhos, dos quaes ainda vivem cinco.

Depois de ter ensinado, por vinte annos, com geral aplauso, as materias proprias da sua cadeira, dirigio-se novamente a Lisboa em 1797, obtendo ser jubilado, e fazendo-lhe então o principe regente, depois o Sr. D. João VI, a mercê de deputado e secretario da Mesa da Inspecção da cidade da Bahia, a lugar que creou e onde prestou os mais valiosos serviços á agricultura e commercio da provincia.

Desde esse tempo principiou a trabalhar na sua obra «Principios de Di-

reito Mercantil» que publicou em Lisboa no anno de 1801 em oito tratados elementares. Esta obra, a primeira que se deu á luz na lingua portugueza sobre semelhante materia, e que fez conhecer os profundos conhecimentos do seu autor no direito civil, maritimo e das gentes, adquirio tanto credito e celebridade, que teve reimpressões em Lisboa, e até uma em Londres, sendo citada com louvor no Fôro pelos mais habeis advogados.

Encantado com a leitura da obra que o celebrado Adam Smith publicou em 1775, intitulada «Inquirição sobre a riqueza das Nações», esforçou-se em propagar os principios por elle empregados sobre a franqueza da industria, abolição de monopolios, e especialmente sobre a liberdade de commercio. Para este fim deu á luz em Lisboa em 1804 os seus «Principios d'economia politica», que teve geral aceitação, e servio de estimular aos estudiosos a applicarem-se a una sciencia que tanto contribue para a prosperidade e grandeza dos povos.

Os grilhões coloniaes, que pesavão sobre o Brasil, e embaraçavão o commercio estrangeiro, retardáron por longo tempo as esperanças que Silva Lisboa nutria de ver em breve o seu paiz engrandecer-se, podendo livremente vender os seus variados productos a todas as nações.

A invasão de Portugal feita pelos Francezes no anno de 1807, que obrigou ao principe regente a passar para o Brasil, proporcionou uma occasião favorável a Silva Lisboa para fazer executar-se o que o seu ardente patriotismo e luces aconselhavão a bem da sua patria. Aportando aquelle soberano á Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois marquez de Aguiar, para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a todas as nações amigas da corôa de Portugal; e apesar da forte oposição que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos, que aquelle fidalgo cedeu a suas persuasões, e fez com que o principe regente publicasse a carta régia de 24 de Janeiro de 1808, que liberalisou aquelle maximo beneficio á nação.

Tão salutar medida, que ainda hoje nos salva no meio das crises politicas que atormentão ao imperio, longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu pelo contrario a maior desaprovação da parte dos negociantes portuguezes; pois que, acostumados a ter unicamente communicação com as praças de Lisboa e Porto, não podião sofrer idéa alguma de concurrencia, e por isso não se pouparão a esforços e diligencias para que se revogasse a carta régia, que, segundo proclamavão, augmentava os males que a nação sofria e privava o Estado de suas rendas; e não faltáron pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes, os quaes seguramente haverião alcançado o que dese-

javão, se Silva Lisboa, que havia acompanhado a El-Rei, sendo nomeado professor de economia política, não lançasse mão da pena, e em uma phrase cheia de fogo, e em que se mostrava vastíssima erudição, não pulverisasse os argumentos dos seus adversários, dando á luz em 1808 as suas «Observações sobre o commercio franco» parte 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup>, em que provou, com o exemplo dos Estados Unidos d'America, quanto aquelle commerce contribuira para curar os males que a guerra da independencia por sete annos havia produzido. E aqui seja-me permitido narrar um facto que demonstra quanto um homem ilustrado, que procura destruir prejuízos populares, é exposto ás setas da calunia e intriga. Certo censor tendo lido a citada obra, pôz á margem do exemplar as seguintes notas: — É réo de Estado, merece pena capital, — e outros termos desta natureza.

A criação do tribunal da Junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação deste imperio, deu lugar a que Silva Lisboa fosse nomeado deputado, sendo encarregado das mais difíceis comissões, e entre elles a de apresentar um projecto do Código do Commercio, trabalho em que assiduamente se empregou, mas que não pôde completar por causa do seu falecimento. Também organizou o regimento para os nossos consules, que muito serviu para se concluir aquelle que se acha hoje em execução.

Quando rebentou a revolução do Porto em 1820, e que o seu écho repercutiu em todo o Brasil, tendo-se visto o senhor rei D. João VI na necessidade de jurar em 26 de Fevereiro de 1821 a Constituição que as Cortes constituintes em Portugal fizessem, era tal o credito de que gozava Silva Lisboa, que foi nomeado inspector dos estabelecimentos litterarios, emprego sumamente espinhoso, pois que tinha de censurar todas as obras que se publicassem; mas que elle satisfatoriamente desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves occupações, de aconselhar a concordia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal *Conciliador do Reino-Unido*.

Resolvendo o Sr. D. João VI voltar para Portugal em Abril de 1821, deixou, com sabedoria política, como regente a seu filho o príncipe D. Pedro, pois que era claro a todas as luzes que o Brasil só se poderia conservar unido áquelle reino não perdendo nenhuma das vantagens de que já estava de posse. Logo porém que pelo decreto das Cortes constituintes se determinou a retirada do príncipe regente, a abolição dos tribunaes e remessa de tropas para o Brasil, Silva Lisboa foi com os seus escriptos, principalmente com as suas — Reclamações, — um dos mais estremosos antagonistas dos refalsados constitucionais e facciosos da cabala anti-brasilica, procurando encaminhar o espírito público para resistir á arrogada supremacia metropolitana, e se defenderem os direitos do príncipe regente, conforme aos princípios do verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os extremos do poder despótico e furor popular; expondo as vantagens da monarquia constitucional segundo os actuais modelos de Inglaterra, França e Hollanda, que tinham por si a experiência dos séculos.

Estes princípios foram por Silva Lisboa sempre energicamente sustentados, tanto na Assemblea Constituinte do Brasil, aonde foi deputado pela província da Bahia, como depois na qualidade de senador do imperio. Os seus emulos, apesar de se opporem ás suas opiniões políticas, nunca deixaram de reconhecer o seu profundo saber, e de admirar a independência e firmeza de carácter com que Silva Lisboa sustentava a sua doutrina, como se manifestou em todas as circunstâncias críticas em que se tem achado a nação; especialmente quando na primeira fusão das camaras em 1830, elle, á semelhança do varão constante descripto por Horacio, desprezando todas as contemplações humanas, e só firme em cumprir com seus deveres, entrou com toda a coragem na discussão, sem que lhe incutisse o menor susto o aspecto aterrador que apresentavam então os partidos. Existem impressos os seus discursos, em que se conhecem a eloquência e energia com que sustentou os seus argumentos, sendo em verdade espantoso que em uma idade quasi octogenaria apparcesse tanto calor e valentia de phrase.

Votado inteiramente ao bem da patria, procurou illustrá-la com as continuadas obras que foi dando sucessivamente á luz, a expensas proprias, sobre economia política, religião e moral.

Estes escriptos merecerão o apreço e estimação das sociedades nacionais e estrangeiras, que não duvidarão inscrevê-lo no numero dos seus sócios, a saber: — A sociedade Promotora da Industria Nacional do Rio de Janeiro; da Agricultura da Bahia; a Philosophica de Philadelphia; de Agricultura de Munich; da Propagação das Sciencias Industriæs; do Instituto Histórico de França; e do Instituto Real para a propagação das sciencias naturaes de Nápoles.

Apezar de ser dotado de uma constituição robusta, contudo, continuado estudo e trabalho principiarão a debilitar as suas forças, e depois de uma prolongada molestia de tres meses, faleceu aos 20 de Agosto de 1835, deixando a seus filhos o exemplo de um homem justo e religioso, e aos seus concidadãos o de um magistrado probo, e patriota genuino.

Rematarci esta memoria, transcrevendo tanto o decreto pelo qual o governo imperial concedeu uma pensão ás filhas de Silva Lisboa, como a resolução da assembléa provincial da Bahia ordenando que se collocasse na Biblioteca Pública o seu retrato, enquanto não se fizesse o seu busto. Estes documentos são monumentos eructos á memoria de Silva Lisboa, mais duradouros do que o bronze —

*Monumentum ære perennius.*

#### DECRETO.

O regente interino, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tomando na devida consideração os distintos e mui importantes serviços do Visconde de Cayrú, prestados pelo longo espaço de 57 annos, não só na simples carreira de empregado público, bem como na magistratura em alguns tribunaes, e no de muitos outros cargos e empregos, em todos os quais fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornáram distinto e até respeitável o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos attendíveis os seus serviços como escriptor público e incansável, em cujos trabalhos não cessou já de propagar as suas lúmiosas idéas com utilidade pública, e de propugnar por meio da pena e da tribuna pela dignidade e honra nacional, e pelo respeito á constituição e ao trono, que sempre soube sustentar: em consideração pois de tão prestantes e valiosos serviços, que constituirão ao dito Visconde um dos varões benemeritos em sublime grau, e um dos sábios mais respeitáveis da época actual, cuja memoria será indestinável para os vindouros: Ha por bem conceder ás suas três filhas D. Joanna da Silva Lisboa, D. Eufrosina da Silva Lisboa e D. Isabel da Silva Lisboa, a pensão annual de um conto e quinhentos mil réis repartidamente, em plena remuneração dos seus serviços: ficando porém esta mercê dependente da aprovação da assembléa geral. Bernardo Pereira de Vasconcellos, ministro e secretário de estado dos negócios da justiça, encarregado interinamente dos do imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de Maio de 1838, decimo-sétimo da Independência e do Imperio.— PEDRO DE ARAUJO LIMA.— Bernardo Pereira de Vasconcellos.

#### RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉA PROVINCIAL DA BAHIA.

Francisco de Souza Paraiso, presidente da província da Bahia: Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º O governo da província fará colocar no salão da Biblioteca Pública desta cidade o retrato do Visconde de Cayrú, tendo por inscrição o seu nome, e o lugar do seu nascimento.

Art. 2º A disposição do artigo antecedente terá vigor enquanto não houver um busto de metal ou de bronze.

Art. 3º Ficão sem efeito quacsquer disposições em contrario.

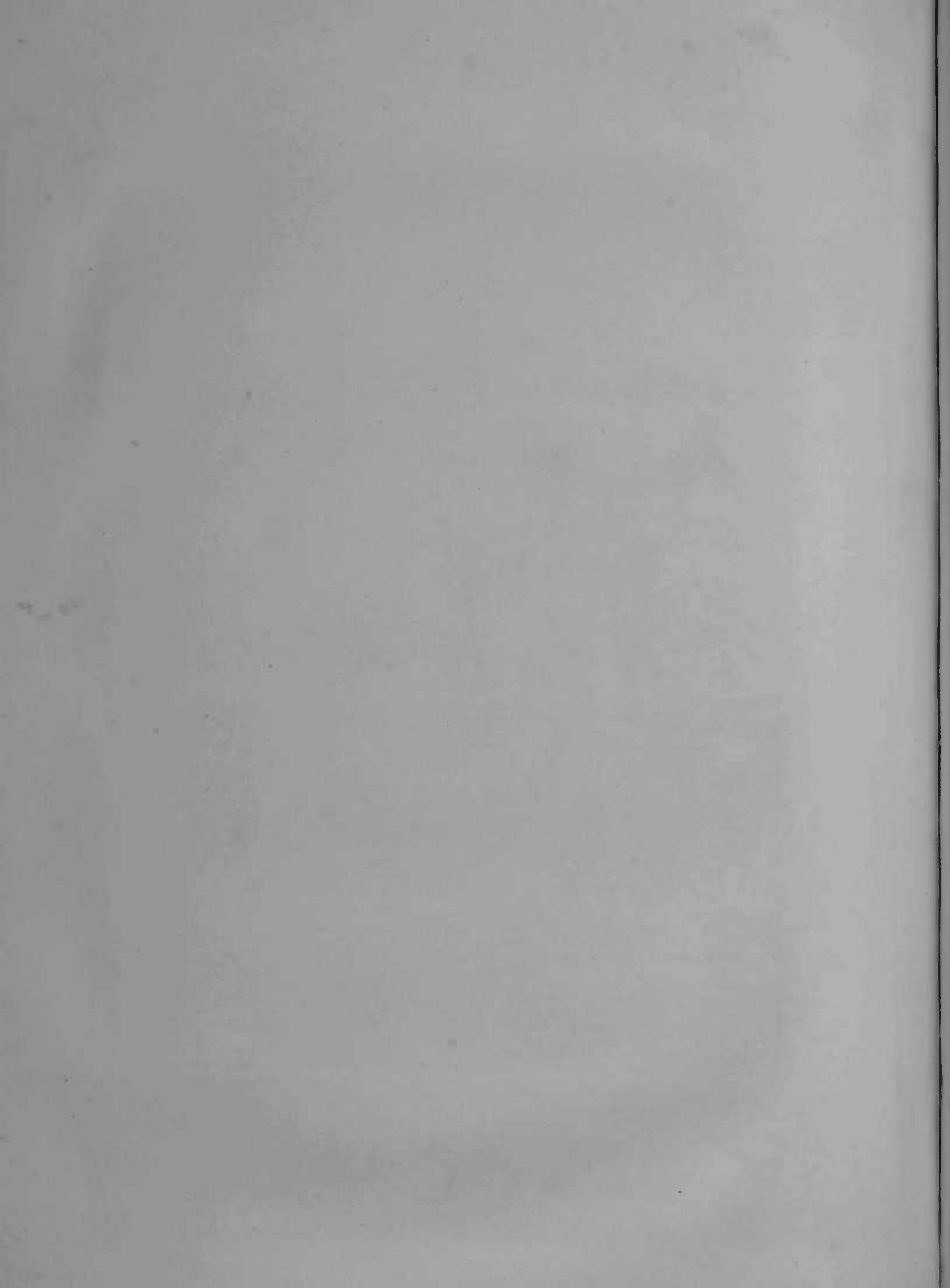
Mando, etc. Palácio do governo da Bahia, 13 de Março de 1837, decimo-sexto da Independência e do Imperio.— Francisco de Souza Paraiso.

O S CONFERIDORES.



JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE.

*D. José Bonifácio de Andrada e S<sup>o</sup>*



# JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA

Tendo maduramente reflecido sobre a posição politica deste Imperio, conhecendo quanto se faz necessaria a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo senão gloria para mim, e felicidade para minha pátria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no cap. 5º art. 130, nomear, como por este meu imperial decreto nomeo, tutor de meus amados e prezados filhos ao muito proveho, honrado e patriótico cidadão José Bonifacio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo.

Boa-Vista, aos 6 de Abril de 1831, 10º da Independencia e do Império.

D. PEDRO I.

ASCEU JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA, em 13 de Junho de 1763, na pequena villa de Santos, da província de S. Paulo, já ilustrada e famosa pela gloria litteraria e política de Bartholomeu e Alexandre de Gusmão, que havia conseguido do vigario de Jesus-Christo o título de *Fidelissimo* para o reino de Portugal, ajuntando à coroa de Alfonso Henriques mais esse eterno florão.

Forão seus pais o coronel Bonifacio José de Andrada, e D. Maria Barbara da Silva, descendentes dos Senhores d'Entre-Ilomen e Cavado, na província do Minho, antigos Condes de Amaris, e os mais felizes pais da terra de Santa Cruz, porquanto, além de José Bonifacio, que por si só podia fazer a gloria de um sceno, tiverão mais dous filhos, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, e Martinho Francisco Ribeiro de Andrada, que reunidos pelos videntes do sangue, do pensamento, e coração, constituirão essa eloquente trindade da patria, *fat* da independencia, à vontade do qual a espada de Ourique e Aljubarrota se embotára.

O coronel Bonifacio de Andrada era conhecido em Santos, pela geração de seu tempo, como o tipo da bondade e da condescendencia; porém sua esposa D. Maria Barbara, de carácter altivo, o de vontade forte, e ambiciosa da grandeza e gloria de seus filhos, supria na direção litteraria delles o vacuo que deixava a incorrecta bondade de seu marido. Qual a mãe illustre dos Scipiões, ella zelava e guardava seus filhos como se tivesse previsto que no futuro seriam chamados para primeiros operarios do grande monumento do Ypiranga, tão pouco distantes de seus olhos.

Cada dia ella se torna mais severa.—Os Andradas, ainda erianças, estudavão compridas horas encerrados em um aposento constantemente vigiado por D. Maria Barbara.

Em 1777 seguiu José Bonifacio para a cidade de S. Paulo, onde o virtuoso bacnulo do bispo D. Manoel da Resurreição havia aberto à mocidade todas as aulas de humanidades.

José Bonifacio, para quem o estudo era um alimento quotidiano, e indispensavel, delle aproveitou mais depressa que se poderia pensar. O bispo, admirado de tão rápidos progressos, o dos triunfos que obtivera o joven, tenta chama-lo à tribu dos Levitas; seus pais resistem a uma tal pretenção do bispo. Seu destino estava marcado pela mão da Providencia.

No anno de 1780 volta o rosto da cidade de S. Paulo, silencioso, e meditando sobre seu futuro, passa pelos campos do Ypiranga, abraça seus pais em Santos, chega ao Rio de Janeiro, e parte para Portugal, demandando com o mais santo entusiasmo a Athlona Lusitana, a vella Coimbra de D. Diniz, de saudosa recordação.

A universidade tinha tocado ao fastigio de sua gloria, e seu doutoral nos dias das festas litterarias se illustrava enim os mais venerandos cidadãos da republica das sciencias. A mão poderosa do Marquez de Pombal descansava sobre este eloquente

Pantheon da verdade. No carácter de tenente Rei o immortal Marquez, do alto do solio regio erguido na universidade, entregou a seu reitor os salios estatutos, que marcando a rota da intelligencia, fizerão a resurreição brillante dos estudos classicos já em abatimento. Como estão longe esses tempos, e como são raros os ministros que cuidão das glorias do passado.

Matriculou-se José Bonifacio na facultade de direito canonico, e em philosophia natural, em cujas materias se formou depois de haver dado os mais modestos, sim, porém notaveis testemunhos de sua prodigiosa intelligencia, e renascido fervor pela sciencia.

De Coimbra retira-se sandoso José Bonifacio para Lisboa, onde gozava de toda a influencia e prestigio da nobreza ornada de intelligencia, e glorias civicas, o duque de Lafões. Elle estende mão de amigo e admirador sincero ao joven José Bonifacio, e não espera que seus cabellos enbranqueçam, ou o entusiasmo escoe na desesperança, para propôr e fazer aceitar o Brasileiro no recinto da academia real das sciencias.

Naquelle tempo a entrada na academia das sciencias era um grande sucesso, porque os ministros compareciam às suas sessões, levando a intenção de escolherem ali os homens que depois deverião passar ao serviço do Rei.

O duque de Lafões foi um verdadeiro amigo de José Bonifacio, e de Portugal, para quem preparava um grande servidão. Que bello patronato!

José Bonifacio começa de aparecer na arena gloriosa que se lhe abriu por vontade do duque de Lafões, com um brilho tal, que em pouco tempo atraiu a atenção e amizade dos sabios que frequentavão a real academia. Leu algumas memorias suas que lhe trouxerão verdadeiros triunfos, e a reputação de naturalista.

A prova scientifica foi curta, porém fertil. Em 1789 a graciosa rainha de Portugal D. Maria I, rubricou o decreto de nomeação feita a José Bonifacio, e um outro Brasileiro Arruda Camara, sob proposta da real academia de sciencias, assim de fazerem uma viagem scientifica por toda a Europa como naturalista, e especialmente metallurgista, à custa do erario regio, voltando para Portugal, enriquecido de novos conhecimentos nestas especialidades, que se tornarião em lucro para a nação. Hoje tal nomeação talvez se capitulasse de esbanjamento.

Em 1790 começou José Bonifacio sua excursão scientifica, percorreu a França, Alemanha, Belgica, Hollanda, Italia, Hungria, Bohemia, Suecia, Norwega, Dinamarca e Turquia. Como mineiro da sciencia desceu nas profundezas da terra, trazendo sempre à luz do dia verdades desconhecidas. Tudo estendou com a mais parada atenção, ouviu os sabios—Abrahão Werner em Freyberg, o conde de Burgsdorf, Alexandre Volta em Italia, Lavoisier, de Chaptal, de Fourcroy, Lourenço Jussien, abade Hauy em Paris, Nicholson em Londres, Abilgaard em Copenhagen, Bergmann em Upsal, Salencio, de Menusiglio em Turin, e Priesley em Ilakney. Obteve de toda essa pleiade brillante de pensadores, os mais honrosos titulos scientificos, e com elles entreteve relações de amizade como soem ser as dos sabios.

Por seus trabalhos litterarios, alguns dos quaes se referião ao Brasil, tornou-se conhecido em toda a Europa, como atestão os seus diplomas de socio das mais famadas corporações scientificas do mundo. José Bonifacio era membro da academia real das sciencias em Lisboa ; das de Stockholmo, Copenhagen, Turim ; da sociedade dos investigadores da natureza em Berlim ; das de historia natural e philomatica de Paris ; da geologica de Londres ; da Werneriana de Edimburg ; da mineralogica, e da Lineanna de Jenna ; da de physica, e historia natural de Genova ; da sociedade maritima de Lisboa ; da philosophica de Philadelphia ; e da imperial academia de medicina do Rio de Janeiro. Além de suas memorias, escreveu para muitos jornaes scientificos da Alemanha, França e Italia, notando-se entre esses trabalhos os que são relativos às minas da Suecia, Norwega, e ao fluido electrico, que Fourcroy honrou publicando em seus annaes de chimica.

Na Alemanha ouvio igualmente as lições de philosophia de Emm. Kent, e com tal proveito, que depois ensinou as doutrinas deste grande metaphysico a seu illustre irmão Martim Francisco, o qual, apaixonado santa e justamente pelas sublimes theorias do phisopho de Koenig:berg, abrio uma aula de philosophia em S. Paulo, com o intuito de dar a lume suas desconhecidas doutrinas naquelle boa cidade, onde o Gennense era explicado no convento de S. Francisco pela poderosa palavra de frei Francisco de Mont'Alverne.

*Humboldt*, talvez a primeira intelligencia que neste seculo partio do scio da Eternidade, se correspondia com o nosso distinto patrício José Bonifacio.

Em 1800, voltou José Bonifacio para Portugal após 10 annos de estudos de observação, rico de idéas e poderoso pela reputação que havia adquirido, não obstante o ruido da guerra europea, que parecia chamar todos os espíritos para a gloria das armas !

Ainda não tinha José Bonifacio descansado dos continuados estudos de 10 annos, quando foi surpreendido pela nomeação de lente da Universidade de Coimbra para ler em aulas de geognosia, e metallurgia, cadeiras creadas para elle expressamente, conferindo-lhe a Universidade de logo o grão de Doutor em philosophia natural, grão exigido pelos estatutos, e sem o qual ninguem poderia fazer lições na Universidade.

Era então ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, que substituiu o duque de Lafões no honroso empenho de aproveitar as luzes e probidade de José Bonifacio. Que bellas lições de governo — não se tira da vida de José Bonifacio — sempre procurado para os empregos pelos ministros e grandes senhores do reino !

Retirou-se José Bonifacio para Coimbra, em cujos arredores arrendou uma quinta de Almeique, empregando-se no magisterio que deixou vestígios vivos na Universidade, e em plantações apropriadas a seus estudos de botanica.

Como intendente geral das minas, fez a Portugal serviços, de que ainda hoje existem provas irrecusaveis. A amizade entre elle e o conde de Linhares se aperta todos os dias, e na proporção de seus feitos, ganhando gloria para si, para o ministro e para o rei.

A invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1808 acenden em seu coração patriótico os brios da nacionalidade offendida, como tambem acontecerá na Alemanha ; elle marcha à testa do corpo academico, deliberado a arriscar a vida da mais bella mocidade, e a sua, em sacrificio da liberdade portuguesa. Aquartelou-se na heroica cidade do Porto, onde Lord Wellington deixou o coronel Trant, o qual alevantou algumas autoridades interinas, e como José Bonifacio era graduado desembargador, incumbiu-lhe a polícia da cidade. Todo o seu peccado neste emprego interno consistiu em mandar soltar muitos e bons Portuguezes como inocentes do crime de inconfidencia.

Acusado nas cortes portuguezas na sessão de 28 de Junho de 1822, como reo do crime de *leso despotismo*, seu illustre irmão Antonio Carlos o defendeu de taes crimes alevitados pelo deputado Ferreira Borges ; e na sessão de 1º de Julho, o grande orador brasileiro, em um discurso modelo de eloquencia, logica e patriotismo, disse fallando de seu irmão José Bonifacio :

« Justo Deus, em que tempo estou ! E' despotismo salvar a humanidade ! E' despotismo salvar as victimas das injustas prevenções de uma plebe brutal e furiosa ! Bemfazeja Providencia, que vigias sobre os destinos da nação portuguesa : tu que, espero e creio, conservarás a integridade deste imperio apesar dos encontrados empuxões da inexperiencia, da ignorancia presumçosa e da mesquinha rivalidade, permite que se, entre o clangor das armas, no silencio das leis, no meio das convulsões da anarchia, louver de insinuar-se alguma arbitrariedade e poder discricorio, seja este sempre disposto, como foi o grande despotista José Bonifacio, a desopprimir afflictos, a arredar da garganta da desgraça a espada do ressentimento, a arrancar, enfim, as fauces ensanguentadas da vingança as victimas que ella já saboreava ! »

A accusação estalou como um raio aos ouvidos do accusador ! E nenhum outro libello accusatorio as cortes portuguezas irritadas tiverão animo de oferecer contra o patriarcha da independencia brasileira !

Em 1819, pede José Bonifacio licença, e obteve, para voltar à patria. Chegado ao Rio de Janeiro, delibera recoller-se a Santos, sua cidade natal, no sitio dos Oiteirinhos de sua propriedade, onde só poderia em socego tratar de methodizar seus trabalhos scientificos, e no regaço do socego, quicá da solidão interrogar a natureza virgem da patria sobre seus mysterios !

Indo a despedir-se e pedir as ordens d'el-rei o Sr. D. João VI, em companhia de seu irmão o finado conselheiro Martim Francisco, el-rei tentou obstar a viagem do sabio, dizendo-lhe que delle muito era mister para reitor de uma universidade que tinha eminentemente constituir na corte. José Bonifacio disse que de Santos responderia a S. M. caso houvesse de chama-lo para tão honroso empenho.

Em Março de 1820, junto com seu irmão Martim Francisco, fizerão uma excursão

montamistica em parte da província de S. Paulo ; designarão os terrenos auriferos, descobrirão novos mineraes, descrivêrão-os e especificarão as especies de ferro encontrado. Esta noticia foi publicada no *Journal des Mines*.

Eis os traços geraes de sua vida de sahio. Sobre sua vida politica não faremos observações, apenas recordaremos as épocas dos grandes feitos, porque só temos fé no futuro e na posteridade.

A 24 de Dezembro de 1821 redigio, e apresentou em pessoa a 1º de Janeiro de 1822, a representação da junta provisória de S. Paulo, pedindo ao príncipe regente de ficar no Brasil, apesar do decreto das cortes portuguezas.

Em 30 de Janeiro entrou nos ministerios do reino e estrangeiros.

Em 3 de Julho de 1822 se constituiu o ministerio da independencia, que se compoz de José Bonifacio, Martim Francisco, conde de Souzel, Pinto Miranda Montenegro, Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho.

Fez-se a independencia (7 de Setembro de 1822).

Os trabalhos que vencerão José Bonifacio e seus collegas para constituir-se o Império livre, que se imaginem, já que se não podem recordar no curto espaço que nos foi marcado.

Nesta memorável campanha da independencia o Washington foi José Bonifacio, não só pela sua abnegação e modestia, que bem era attestada pelo finado senador João Evangelista, quando narrava as repugnancias que encontrou em José Bonifacio para subir ao poder, como pelos grandes riscos a que se aventurou.

Ao Sr. D. Pedro I, jovem príncipe herdeiro da coroa portuguesa, tudo seria perdoado no dia da derrota e da desgraça. Pelos virulentos e insultuosos discursos dos mais proeminentes oradores das cortes portuguezas se vê que toda a vingança tinha de caber tremenda sobre a cabeça de José Bonifacio. A José Bonifacio esperava o cada-falso ou a masmorra perpetuamente !

Em 17 de Abril de 1823 convocou-se a assembléa constituinte brasileira, e José Bonifacio foi nomeado seu presidente. Dahi a tres meses justos, foi demittido José Bonifacio e dissolvido o ministerio da Independencia.

*Dissolvida* a constituinte a 12 de Novembro, foi preso e deportado José Bonifacio juntamente com seus irmãos, o Sr. Montezuma, hoje Visconde de Jequitinhonha, e outros, e conduzidos para o desterro pela fragata *Luconia* ! Sobre os azares desta viagem nada diremos, porque não é tempo, porém copiaremos um eloquente trecho do mais exímio de nossos oradores academicos, o Sr. Porto-Alegre :

« Os acontecimentos ocorridos naquelle inesperada deportação a bordo do navio que os conduzia, eu tremo de os narrar. A historia ainda não divulgou esse horrivel acontecimento, essa especie de odysséa, esse naufragio *sui generis*, essas revoltas, essas trahições, essa fome ; e a energia de José Bonifacio e as representações ao governo de Hespanha. Mas quando divulgar, a posteridade ha de tremer, como eu estremeci ao ouvi-lo da propria boca das victimas, com uma serenidade patriarchal e com aquelle amor com que narramos os perigos do passado. »

Nem mais uma palavra, as scriptas e citadas valem tudo.

Depois de cinco annos de desterro, volta à patria, e mudou e silencioso, sem exhalar um queixume sequer, desterra-se voluntariamente para a illha de Paquetá.

O decreto de 29 de Agosto de 1829 lle concede quatro contos de réis de pensão annual para indemnisa-lo dos ordenados que perdéra com a independencia. Elle aceita.

Em 6 de Abril de 1831, na hora solemne da abdicação de um throno, o Sr. D. Pedro I procura o companheiro e conselheiro de 1822, o patriarcha da independencia, o sabio amigo de *Humboldt*, o exiliado de 1823, a victim que por sua coragem escapou ás garras do algoz em Vigo — para entregar-lhe o precioso legado da tutella de seus amados e prezados filhos — e ainda o encontrou fiel e desinteressado ! José Bonifacio, aceita a tutoria !

Por decreto de 14 de Dezembro de 1833, a tutoria instituida pelo Pai Augusto lle foi arrancada. Elle protestou ao mundo e ao Brasil, sofreu perseguições e julgamentos. (.) O marquez de Itanhaem o substitue.

Em 6 de Abril de 1838, o conselheiro José Bonifacio de Andrade e Silva entregou sua alma pura, grande e sábia a seu Creador !

Sua morte foi um triste acontecimento, que ferio a todos os corações brasileiros.

Os talentos do tempo rodeárono seu ferebro e chorarão-o, esparzindo saudades sobre seu tumulo ! A posteridade, quando levada de entusiasmo pelos seus feitos, procurar o seu jazigo, talvez não o encontre ; ainda menos sua eslatua ou singela pedra, que commembre a gratidão de seus contemporaneos !

Desceu á tumba aos 75 annos de idade com o habito de Christo, com que a dadiosa mão de D. Maria I lle honrou o peito, e embrulhado na becca de desembargador do tempo colonial ! Erão todas as suas honras !

Não ! que a verdade seja dita ante a sepultura do patriarcha da independencia !

A assembléa provincial de S. Paulo em 1838, por intermedio do presidente da província, decretou o que se segue :

« O Dr. Venâncio José Lisboa, presidente da província de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes quo a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

« Artigo único. Fica elevada á categoria de cidadão de Santos a villa do mesmo nome, patria do conselheiro José Bonifacio de Andrade e Silva. »

Sua bibliotheca foi enriquecer a bibliotheca nacional, por sua derradeira vontade, a qual seus illustres irmãos religiosamente cumprirão.

Suas cinzas dormem na igreja de Nossa Senhora do Carmo em Santos !

OS CONTEMPORANEOS



Lith S A Steiner Rue le Assemblée, 67 Paris

VISCONDE DE CARAVELLAS.

*W. C. H. Jr.*



# VISCONDE DE CARAVELLAS

**C**ONFRANGE-SE-NOS o coração sempre que aos olhos do povo apresentamos a tela brilhante, onde se acha lavrado o painel das glórias de um vulto gigantesco da nossa história política. A fria lousa do sepulcro tem-se fechado sobre os benemeritos da pátria, e a inocidade de hoje, esquecida talvez da preciosa herança que nos legáram os apóstolos da nossa independência, e os defensores valentes de nossas liberdades públicas, vê no tumulo não o istmo que prende a terra à eternidade, nem o quadro luminoso onde devemos ler os feitos ilustres dos nossos heroicos antepassados, mas sim o emblema do nada, e a imagem do esquecimento.

O retrato venerando de Manoel Alves Branco ocupa um lugar distinto na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, e é o mais solenne protesto á opinião daquelles que julgão do passado pelo presente.

Manoel Alves Branco, filho do negociante João Alves Branco e D. Anna Joaquina de S. Silvestre, nasceu em 7 de Junho de 1797 na cidade da Bahia, onde estudou as primeiras letras, as línguas latina e francesa, a lógica e a rhetorica. As provas brilhantes que deu do seu talento nas escolas da Bahia leváram sua família a mandá-lo em 1813 para Coimbra, onde formou-se em Direito e Sciencias Naturaes, havendo também frequentado por tres annos o curso de Mathematicas.

Ressignando em 1824 á sua pátria natal, fez uma viagem ao Rio de Janeiro, donde voltou despachado juiz do erme da cidade da Bahia. O modo satisfatório por que cumpriu os deveres desse cargo durante o espaço de tres annos grangeou-lhe a nomeação de juiz de fóra da villa de Santo Amaro.

O respeito e consideração que a todos inspiravão as qualidades invejáveis de Manoel Alves Branco tornáram-o merecedor do lugar de juiz de fóra da Corte, e da honra de ser eleito deputado á segunda legislatura da Assembléa Geral.

Tomando assento na Camara dos Deputados, alista-se nas compactas e brilhantes fileiras do partido liberal, e em breve mostra na tribuna e no gabinete o mais profundo talento. Manoel Alves Branco é encarregado de confeccionar o código do processo criminal, apresenta varios projectos sobre a judicatura e o sistema eleitoral, pugna pela patriótica idéa das incompatibilidades dos joizes e outros empregados, e assina com o deputado philosopho de sua província a proposta da liberdade completa de consciencia e federação monarchica.

O procedimento de Manoel Alves Branco nas duas primeiras sessões da

segunda legislatura revela uma alma verdadeiramente liberal. Não é de balde que o ídolo das poesias que nos legou o illustre Bahiano é sempre a liberdade.

A maioria da camara dos deputados condenou os projectos de Alves Branco a uma triste retirada, não para o autor, mas para aquelles que os quizerão votar ao desprezo ou esquecimento. Em 1834 e 1835 triumpháram no parlamento medidas idênticas ás propostas por Alves Branco em 1831.

Nomeado contador geral do tesouro nacional, confecciona importantes regulamentos de contabilidade e escripturação por partida dobrada, e em breve é nomeado ministro da justiça e estrangeiros. Como ministro Alves Branco sempre esforçou-se por melhorar os diferentes serviços publicos, e ainda uma vez maldisse o parlamento por desaprovar a convenção que havia feito com Mr. Fox sobre a repressão do tráfico. Em desinteligencia com o regente Feijó, e além disso molesto, retirou-se do ministerio, e voltou á Bahia, que lhe dá a prova mais solenne de sua admiração e gratidão honrando-o com um lugar n'uma lista senatorial.

Escolhido senador em Julho de 1837, é chamado para a pasta da fazenda e imperio, recusa a regencia interina do Imperio, quando Feijó, desgostoso do procedimento insolito e inqualificável do partido negreiro, renunciou o cargo a que o tinha elevado o suffragio universal. O estadista eminente não se digna de ocupar o humilde lugar de membro do tribunal de contas depois de haver sido elevado ás mais altas posições do Estado.

Era tal a reputação de Manoel Alves Branco, que o regente Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda, nomeou-o em 1840 ministro da fazenda. Nesse carácter introduziu no tesouro o sistema de contabilidade adoptado na França. Voltando ao ministerio da fazenda em Fevereiro de 1844, melhorou a arrecadação das rendas e o sistema de ancoragem, e confeccionou a tarifa das alfandegas. Ficou até Maio de 1846.

Em 22 de Maio de 1847 foi pela ultima vez chamado aos conselhos da coroa como ministro da fazenda e do imperio.

Como funcionario publico mostrou Alves Branco uma incorruptibilidade descommensurada; como ministro nunca deixou de apresentar medidas importantes sobre as fontes da riqueza nacional; como deputado e senador, foi sempre escolhido para as comissões de maior consideração.

Manoel Alves Branco possuía apenas o oficialato do Cruzeiro, quando o Monarca em 2 de Dezembro de 1854 conferiu-lhe o título de Visconde de Caravellas, do qual pouco gozou, porque morreu a 13 de Julho de 1855.

A succincta, mas verdadeira exposição que acabamos de fazer da vida publica de Alves Branco, engendra-nos a convicção profunda de que é merecedor da honra de ser collocado no Pantheon de nossas glorias. A província da Bahia, ciosa dos nomes illustres do grande estadista Visconde de Cayní e do distineto litterato Visconde da Pedra Branca, se ufanará de ver collocada a *effigie veneranda do Visconde de Caravellas a par dos bustos desses filhos dilectos, cujos trophéos alcançados na conquista da sciencia e das letras abrirão-lhes o templo da immortalidade.*

A posteridade, talvez mais imparcial do que a idade contemporanea, concederá ao cidadão Alves Branco os fóros de grande juriseconsulto, eminente legislador, abalizado estadista, e profundo economista.

O sanctuario da poesia abrir-se-ha para receber a veneranda estatua de Alves Branco, e a lyra de ouro dos poetas calar-se-ha ao som das harmonias do verso do Bahiano, que glorificon-se pela admiração que lhe inspirarão as produções dos mais acreditados litteratos.

Ainda bem que a pena diamantina de uma das nossas glorias litterarias, o Sr. Manoel de Araujo Porto Alegre, já anticipou o juizo que a geração futura tem de proferir sobre o Visconde de Caravellas.

A vida publica de Alves Branco não foi senão o reflexo brilhante de sua vida privada. Quem o conheceu, faz justiça á maneira por que sempre cumprio os deveres de esposo e pai.

As tribulações em que constantemente vivia como homem em extremo escrupuloso no desempenho das commissões de que a bem do povo era encarregado, não o impossibilitavão de derramar sobre sens filhos os carinhos de um extremoso pai.

Quantas vezes não ouvio Alves Branco ás pessoas que o procuráram tendo nos braços um dos seus mais tenros filhos! Tanta magnanimidade de coração, tanta grandeza de alma, fazem-nos prostrar com a maior humildade ante a campa que encerra o corpo inanimado do Visconde de Caravellas.

O homem que no seio da familia e em face do povo dá eloquentes demonstrações de um boni pai de familia, e de um cidadão capaz de sacrificar-se pelo bem geral da nação, é merecedor de oblações maiores do que as que mereceram Alves Branco.

A anusteridade de costumes, a probidade elevada ao grão de loucura, e o carácter severo do Visconde de Caravellas, diz a herança que legou á sua progenie.

Os filhos desse homem, cujos gloriosos feitos a mão poderosa do tempo escreveu no livro da historia, esquecem as amarguras da pobreza guardando com zelo a immorredora memoria de seu illustre pai.

Inserevamo no modesto tumulo de Alves Branco o honroso epitaphio por elle proprio proferido momentos antes de expirar—nasci pobre e pobre morrerei; mas nasci na mediania social, e fui elevado ao fastigio das posições pela magnanimidade de um Príncipe que não pergunta pelos avós dos servidores do Estado.





Lith. J. A. Silveira Rua da Assembleia, 67 Rio de Janeiro.

D. PEDRO II<sup>o</sup>

*D. Pedro II<sup>o</sup>*



## O SENHOR D. PEDRO II.

**A** IMPORTANCIA immensa ligada pelos reis de Portugal ao commercio da Asia e Africa foi a causa do desprezo em que jazeu o Brasil durante os primeiros tempos de sua descoberta. A Providencia, condoida da triste sorte dos Brasileiros, inflama-lhes no peito o sagrado fogo do patriotismo, e indica-lhes os brilhantes resultados que para sua patria devião provir, se por ventura aos raios do sol da liberdade se fundissem as algemas que apertavão os robustos pulsos do futuro gigante da America.

Em 1790 ecoou nas virgens florestas do Brasil o primeiro grito de independencia. Os patibulos são levantados, e as portas das prisões escancaradas diante dos patriotas que em Villa Rica onsáram erguer o pavilhão de uma nacionalidade.

O povo estorce-se nas dôres do desespero; não possue recursos poderosos que importem a realização do seu desideratum, e considera as hecatombes o premio daquelles que protestão contra a egoistica política da metropole.

Um grande acontecimento traz o alívio das victimas offerecidas em holocausto nos altares da patria. As invenciveis aguias da França pairão no horizonte hispano, e a família real, amedrontada diante da bandeira tricolor que tremulava na egregia cidadella de Affonso Henriques, busca um asylº seguro na terra de Cabral.

O entusiasmo dos Brasileiros foi unanim e excessivo, e virão na chegada da casa de Bragança a primeira pedra levantada para a inauguração do edificio da independencia da colonia.

D. João VI, a quem se confiára o governo da nação em consequencia do estado desgraçado de sua mãe, sella a sua administração com o estabelecimento das mais nteis instituições.

Em 1815 é o Brasil elevado á categoria de reino. Em 1821 volta D. João VI para Portugal, e deixa seu filho D. Pedro revestido da autoridade de Príncipe Regente.

Pouco tempo antes havia D. Pedro desposado a Archiduqueza d'Austria D. Leopoldina, filha distinta dos Cezares, e irmã da segunda esposa de Napoleão. Esta aliança encheu de júbilo a nação, e enquanto Napoleão expiava em Santa-Helena o crime de plantar na Europa inteira a arvore da liberdade constitucional, D. Pedro principiava a gloriosa cruzada de conquistar a independencia do Brasil.

O dia 9 de Janeiro de 1822 foi o crepusculo brilhante que precedeu ao

dia 7 de Setembro. O povo embriaga-se de prazer nos festins celebrados por occasião da independencia do Imperio, e no meio dos epicenios entoados em honra do Imperador, pede a convocação de uma constituinte que formule a constituição politica da nação. Razões que por agora não queremos analysar leváram D. Pedro a dissolvê-la, e a 25 de Março de 1824 é jurada a constituição que hoje nos rege.

O brado heroico proferido pelo Fundador do Imperio nas virgens campinas do Ypiranga ecoava ainda na amplidão do espaço, e as aclamações com que o povo havia acolhido a constituição politica da nação repercutiu na imensidão dos mares, quando a Providencia, vindo em auxilio dos Brasileiros já cansados de soffrer as torturas do absolutismo, que apenas se enfraqueceria aos primeiros raios da luz da liberdade constitucional, concede-lhes a 2 de Dezembro de 1825 o verdadeiro penhor da prosperidade do Brasil. O nascimento do senhor D. Pedro II marca uma época importante nos annaes da nossa historiografia politica. Os martyres de 1824 condemnáram os excessos da realeza, mas em breve a aurora do dia 2 de Dezembro, que a historia da humanidade assinala como um dos mais celebres da vida dos povos, irradiou-lhes a mente. Aquelles que no patíbulo expiáram o crime de 1824 lavão com seu sangue o throno imperial das nodoas da iniquidade, e orgulhão-se de ver resurgir no diadema real a esperança de já mais serem calcados os direitos do cidadão, e aniquiladas as garantias do povo. Aquelles que por mais felizes escapáram da morte, saudão a aurora desse dia memorável que para sempre afugentou as trevas do absolutismo que de vez em quando toldavão o horizonte do Brasil, e que assegurou o futuro brilhante da nação.

D. Pedro, circundado dos patrióticos ministros de 1822, havia-se posto á testa do movimento glorioso da nossa independencia, e accedido aos desejos do povo, que prosternado aos pés do immortal Fundador do Imperio pedia-lhe a convocação de uma constituinte que desse aos Brasileiros as taboas sagradas de uma nova lei. As caddas do captiveiro esfarelláram-se ao sopro das auras livres dos nossos bosques.

Com razão, os respeitaveis heróes da constituinte desconfiáram do Imperador, quando chamou para substituir aos ministros de 22 homens que se tinham mostrado contrários á nossa independencia. Não pretendemos justificar a oposição virulenta que a assemblea nacional declarou ao novo ministerio: a imparcialidade nos aconselha a dizer que a situação melindrosa em que se achava o Brasil, foi a causa desse receio e desconfiança que os

deputados constituintes manifestarão pela volta ao antigo sistema governativo.

A inauguração de uma forma de governo compatível com a dignidade do homem e com os brios de um povo que, embora por muito tempo escravo, soubera sempre amar a liberdade, era uma necessidade palpante. As hecatombes que precederão ao triumpho da nossa emancipação política, ao passo que comprovão essa tendência que os povos do Brasil patenteáram desde as mais remotas éras para a aquisição dos fôros de nação livre, erão também o obstáculo maior que se oppunha á organização de um gabinete, composto de homens que outr'ora disserão-se infensos á nossa independência. Não era, pois, de estranhar que os filhos predilectos da nação se embriagasse nos festins celebrados em louvor da nossa primeira conquista, e deixassem escapar no recinto sagrado da assembléa popular palavras que de algum modo offendessem o prestígio da autoridade. Quando é breve o triumpho de uma empresa custosa, são desculpaveis os desvarios dos vencedores.

D. Pedro, acercado de homens que aos olhos do povo mereciam o título de criminosos de lesa-patria, dissolve a convenção nacional, e justifica seu procedimento com o receio de ver a constituente brasileira transformada em arena dos mais perigosos anarquistas. Aquelles que ao lado de D. Pedro assistirão á independência do Brasil são retirados da seccna publica, e lançados em galeões para serem transportados ás mais ignotas praias.

O povo desgosta-se do Imperador, a revolução eleva seu collo altivo, e embora por algum tempo suffocada, rebenta com maior estridor.

Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia deixar o manto imperial que ha pouco sobre seus hombros desdobrára o povo. Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia entregar a coroa e o sceptro do Brasil que a nação lhe oferecerá em galardão dos serviços relevantes que prestará ao florescente imperio.

O dia 7 de Abril de 1831 foi a consequencia da dissolução da constituinte. Os ministros que aconselháram ao Imperador as medidas violentas de 1823 forão os principaes autores da sua abdicação. Em vez de terem recuado diante dos bastiões levantados pelo povo, provocarão instantemente as iras da nação.

Em breve se não respeita mais a pessoa do Imperador, que offendido em sua dignidade conserva no poder aquelles de que o povo queixava-se. A retirada do ministerio teria salvado o Brasil da hydra revolucionaria, a sua conservação irritou os animos de maneira tal que a nação considerou o Imperador a causa dos males que a affligião.

Se os ministros de D. Pedro tivessem procedido como aconselhava o bem do Brasil, teria sido possível a conciliação entre o Imperador e o povo.

Hoje o historiador imparcial pôde proferir um juizo certo sobre os acontecimentos de 1831. Se de um lado D. Pedro devia attender ás reclamações da nação, de outro lado o povo não devia concorrer para que elle renunciasse um trono que lhe fôra oferecido em homenagem dos feitos por elle obrados em prol da independência do Imperio.

A abdicação de D. Pedro foi o abysmo mais perigoso cavado aos pés do povo. A morte de D. Leopoldina cobriu os principes com as vestes da orphandade: a renúncia de D. Pedro abandonou-os á generosidade do povo. Por direito de sucessão o trono imperial competia ao Sr. D. Pedro II. Entretanto as paixões políticas dominavão o coração dos revolucionários. Tres partidos disputavão a palma da victoria.

D. Pedro havia deixado seu filho com a idade de 6 annos, e nomeado seu tutor ao patriota José Bonifacio de Andrada e Silva. A uma regencia composta de tres distintos cidadãos confiou-se na forma da lei o destino do Brasil, e a escolha de Diogo Antonio Feijó para ministro da justiça foi anunciada como preságio da salvação de nossas instituições. Os absolutistas e republicanos forão exterminados; e os defensores da constituição elevados ao fastigio das posições do Estado.

O partido moderado proclama a victoria, e vai além do que convinha á inte-

gridade e segurança do Estado. Concede-se ás províncias uma liberdade ampla de ação, e declara-se electivo o cargo de regente, quando não haja membro da familia reinante que o occupe.

O povo sauda o triumpho da monarchia, e nas praças publicas apregoa como Imperador aquele que pela constituição devia succeder a D. Pedro I. Os inimigos do principio da hereditariedade vêm no movimento de 31 a imagem eloquente de uma eleição popular, e considerão o governo do Sr. D. Pedro II antes filho do sufragio universal do que do direito de sucessão.

Diogo Antonio Feijó, a quem com razão se denomina o salvador do Imperio, é escolhido regente. Em breve a assembléa geral declara-lhe uma oposição violenta, e obriga-o a renunciar a regencia. E' eleito para substitui-lo o Sr. Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda. Não tardou muito que a representação nacional se manifestasse contra seu governo.

O decennio das regencias foi um complexo de calamidades que pesarão sobre o Brasil. Com razão esperava o povo com anxiedade a época em que o Sr. D. Pedro II tomasse as redevas do governo. Os desmandos da regencia, e o desejo ardente que os representantes da nação manifestavão pela maioridade do jovem Imperador, aprêssarão esse importante acontecimento. O deputado Antonio Carlos pede a maioridade do Sr. D. Pedro II. O povo acompanha-o nesse louvável procedimento, e o—quero já—proferido pelo nosso actual imperador leva a assembléa geral a collocá-lo á testa dos negócios publicos no dia 23 de Julho de 1840. A coroação do Sr. D. Pedro II, efectuada no dia 18 de Julho de 1841, presagiou o verdadeiro reinado da liberdade constitucional.

As províncias do Imperio, que ha muito lutavão com a hydra da revolução, buscão abrigo á sombra do trono imperial. A amnistia é o conforto que o monarca concede áquelles que nos carceres sofrerão os tormentos de uma condenação por faltas dignas da compaixão publica. Emfim o manto imperial protege todos os Brasileiros, e estimula-os a amarem-se como irmãos. O Sr. D. Pedro II coloca-se acima das paixões políticas. Chama indistintamente para o ministerio homens das diversas parcialidades, e desgostoso das exagerações de partido que em 1842 e 1848 forão causa de guerras civis, arvora o pavilhão de uma política nova, que acabará com os excessos dos partidos politicos, e concorrerá para os Brasileiros perpetuamente se congreguem.

Casou o Sr. D. Pedro II por procuração em 30 de Maio de 1843, e recebeu as bençãos em 4 de Setembro do mesmo anno, com S. M. a Sra. Thereza Christina Maria.

A Providencia abençoou esta feliz união, concedendo a SS. MM. II. quatro filhos, os príncipes Afonso e Pedro, e as princesas Isabel e Leopoldina. Quiz a fatalidade que em breve fossem chamados aos céus os dous príncipes. Existem as duas princesas, que formão as delícias dos seus augustos pais.

Os actos da vida publica do Sr. D. Pedro II atestam sua capacidade intelectual e uma erudição invejável. As nações estrangeiras considerão-o como um dos mais ilustrados monarcas.

E' o primeiro a collocar-se á testa de todo o movimento litterario e industrial inaugurado no Imperio, e um protector extremo das sciencias, letras e artes. Não ha dia em que o Sr. D. Pedro II não honre com sua presença alguma das faculdades da corte, alguma associação litteraria, e constantemente visita aquelles collegios que mais serviços têm prestado á educação e instrução dos Brasileiros confiados á solicitude dos seus directores.

A bolsa do nosso Imperador abre-se sempre ao pobre que lhe supplica uma esmola. Milhares de famílias abençoadas a mão imperial que as livra dos tormentos da fome. Milhares de famílias de servidores do Estado dirigem fervorosas supplicas ao Omnipotente pela conservação da vida daquelle que por meio de pensões mitiga-lhes os sofrimentos que infelizmente ainda hoje cabem ás mulheres e filhas dos homens encanecidos no serviço da patria.

Nos dias de epidemia vai consolar em sua choupana o filho ingrato da fortuna que se estorce de dor no seu leito de palha; visita os diferentes hospitais, e ordena que parte da sua insignificante dotação seja distribuida pela classe pobre.

OS CONTEMPORÂNEOS



A. SISSON Lith.  
1858.

Lith. S. A. Sissons Rua da Assembleia 10 Rio de Janeiro

EDIRIFÍCIA DO CONDE DE FERRAZ

*Luiz Pedroso do Couto Ferraz*



# LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERRAZ.

**A** 7 DE MAIO DE 1818, nesta cidade do Rio de Janeiro, nascem o conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, filho legítimo do desembargador aggravista da Casa da Supplição do Rio de Janeiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, e de D. Guilhermina Amalia Corrêa Pedreira.

Seu pai, varão de grata memória, com espírito ilustrado e magistrado integerrimo, ocupou-se dos primeiros passos de sua educação moral e litteraria, e aos 7 annos de idade tinha completado o estudo das primeiras letras.

Por elle entregue ao celebre latinista Florencio, e sucessivamente a outros mestres, achou-se o conselheiro Pedreira na idade de 13 annos prompto em todos os preparativos exigidos então pelos estatutos da faculdade de S. Paulo.

Seu idade legal para matricular-se na academia de direito, e sendo negada pelo governo, por contraria á lei, a dispensa pedida por sua mãe, já então viúva, passou os dous annos de espera no estudo das línguas vivas, e de outras matérias, que muito concorrerão para o desenvolvimento e progresso do seu espírito.

Approvadu plenamente na academia de S. Paulo em todos os estudos preparatórios, aos 15 annos de idade matriculou-se no curso jurídico, tomou o grão de bacharel formado em direito no dia 6 de Novembro de 1838, e em Abril do anno seguinte o de doutor.

Convidado por alguns de seus mestres, e depois de reiteradas instâncias do Dr. Antonio Maria de Moura, bispo eleito do Rio de Janeiro, resolvem oppôr-se a uma das cadeiras de lente substituto.

No mez de Agosto de 1839, voltou a S. Paulo, entrou em concurso, e sendo proposto pela congregação foi nomeado logo em seguida pelo governo imperial, de sorte que ainda naquelle mesmo anno tomou posse do lugar de lente, e, com a idade de 21 annos, teve a honra de sentar-se entre seus mestres, e de com elles assistir aos actos de alguns annos da mesma faculdade! Nesta benemerita posição conservou-se o conselheiro PEDREIRA até o anno de 1843, em que tomou assento na assembléa provincial do Rio de Janeiro.

Encerrada a assembléa provincial, e tendo aparecido grande divergência entre o Visconde de Sepetiba, presidente da província, e o vice-presidente em exercício, divergência que fez receiar sérias desordens em alguns municípios, em consequencia da excitação dos animos, foi o conselheiro Pedreira nomeado

vice-presidente, e em dias de Julho de 1846 entrou no exercício da administração da província.

Reinando as qualidades da moderação, da perspicacia, e de uma grande actividade no gabinete e fóra delle, governou a província naquelle dilícil conjuntura com uma prudência tal, que os animos acalmáram-se; e ao passo que mereceu elogios da própria imprensa oposicionista, e em pleno senado os do Marquez de Paraná, conhecido pela sua franqueza, coragem e lealdade, o governo deu-lhe uma evidentissima prova do quanto avaliava sua administração nomeando-o presidente da província do Espírito-Santo, e pouco depois condecorando-o com o officialato da imperial ordem da Rosa.

Na província do Espírito-Santo congressou os partidos ali existentes, moderou as opiniões extremas, e concentrou em si as sympathias geraes.

Ohtido este primeiro triunpho, tratou de por si mesmo conhecer a província, e viajou com aquelle fructo que uma intelligencia altamente cultivada pôde colher. Reconheceu na excellencia topographica da província, orlada de mar, cortada de rios, com um solo fertilissimo, que só bastava-lhe para progredir, concordia e braços, e para isso solicitou do ministerio, e mandou ir para ali uma porção de colonos alemães, com os quaes fundou a colónia de Santa Isabel, enja prosperidade atesta sua vigilância e previdencia; e a prova maior do que acabamos de dizer é a de terem ficado os colonos dentro em pouco tempo em sua maioria independentes dos auxílios pecuniários do governo, tratando actualmente de promover a vinda de seus parentes e amigos para aquelle novo nucleo de população.

Ao passo que colonisava e estendia os bens da agricultura, cuidava da catecese dos indígenas, e promovia o seu melhoramento moral e material com incansável assiduidade, para o que nunca se punhou a esforços, quer viajando com os commodos usados da terra, quer caminhando ás vezes a pé por alguns lugares, perlustrando sertões e entregando-se a todas as privações inseparáveis de semelhantes viagens.

Promoveu o melhoramento da instrução primária, as vias de comunicação, e, homem que abraça todo o pensamento generoso e bom, continuou as obras planejadas por seus antecessores, como forão as da estrada de S. Pedro de Alcantara e outras.

Foi elle quem den os primeiros passos para a nova estrada de Santa Therezia, coroados com o mais feliz sucesso, a qual, segundo o primeiro projecto, devia partir das cachoeiras do rio de Santa Maria, no município da

capital, e chegar ao Cuyaté, em Minas, e nesta exploração empregou alguns indios sob a direcção do sargento Norberto, que longos annos habitára as mattas, e que mandou vir de propósito daquella província, promettendo-lhe um premio se, explorando as florestas virgens, fosse ter ao ponto destinado. O anno de 1847 está ainda presente na memória de todos os Espírito-Santistas, assim como a grata lembrança de tão pacífica e inteligente presidência. Em reconhecimento a estes serviços, foi o conselheiro Pedreira eleito em 1848 deputado á Assembléa Geral, e, causa singular, com o acordo de ambos os antigos partidos da província. Tal é o premio dos varões que sabem satisfazer o desejo dos povos, e equilibrar com a mais sábia ponderação a balança da justiça; e muito mais ainda lisonjeiro é este premio quando o eleito se acha fóra do centro eleitoral, e em viagem, como aconteceu ao nosso benemerito Fluminense, que estava na cidade de S. Matheus, quando os chefes de tais partidos se lembravão de apresentar seu nome aos eleitores.

No recinto da camara cuidou de obter meios para favorecer os trabalhos planejados e em andamento na sua nova província, como fossem os da estrada de Santa Thereza, fonte de seguro engrandecimento e riqueza para a mesma província.

Nesse anno conservou-se silencioso na camara, mas desde o princípio manifestou que abraçava as idéias conservadoras, votando com a oposição de então nas principaes questões.

Exonerado da presidencia do Espírito-Santo, foi logo ao terminar a sessão nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, onde se conservou de Outubro de 1848 até Setembro de 1853.

Nas colleções das Leis Provinciales estão estampados os regulamentos que expediu, já para a reforma da Instrução Pública, já para a melhor arrecadação de certos impostos, e para o aumento da renda provincial, e já para o desenvolvimento de outros muitos ramos do serviço público, e no seu solo baseados de uma maneira inalterável os trabalhos materiais que emprehendeu, os que continuou, e os que planejou com vistas gigantescas, e com o intuito de exemplificar os animos timoratos, que vivem no futuro por descerem de si próprios. Ali estão a estrada nova da Serra da Estrella, cujas obras fez continuar com extraordinário progresso; muitos trabalhos importantes da colônia de Petrópolis, o andamento que deu às obras do canal de Campos a Macaé, e às da Serra da Mangaratiba, da Matriz de Niterói, que concluiu, às da Matriz da Barra-Mansa, e outras obras, que seria longo enumerar, e das quais só apontaremos a da importantíssima estrada de rodagem dos Mendes, que foi aberta em seu tempo, tendo a satisfação de ser nela auxiliado pelo benemerito Conselheiro José Clemente Pereira, pelo Visconde do Rio Bonito, pelo irmão deste o Veador Camillo Faro, pelo Comendador Ezequiel Padilha, e por muitos outros fazendeiros importantes dos municípios de Vassouras e Valença. Foi durante a sua presidencia que partiu do Rio de Janeiro a primeira carregagem que parou às margens do Paráhyba, passando agradavelmente pela estrada da Policia, pela de rodagem chamada dos Mendes, e hoje com o seu nome, e por outros lugares, onde pouco antes mal podia sustentar-se as tropas e viajantes. No melhoramento que promoveu de todas as vias de comunicação, introduziu na província, não sem objecção, diversas pontes de ferro, principiando pela do rio Alcantara, realizada durante a beneficente vice-presidencia do Visconde do Rio-Bonito.

Assignou o contrato da primeira estrada de ferro, que se fez no Império, e facilitou tudo quanto estava a seu alcance ao Barão de Mauá, empresário da mesma estrada. Este exemplo quanto não tem fructificado hoje, quanto não tem cimentado no espírito público o bom uso das forças nacionais, e quantos bens não propicia ao paiz?!

Honorado por S. M. o Imperador com o título de seu conselheiro em 2 de Dezembro de 1850, e acreditado como excelente administrador e homem dedicado aos melhoramentos do paiz, foi chamado em 6 de Setembro de 1853 para os conselhos da corte, na qualidade de ministro e secretário d'estado dos negócios do império. Os actos do seu ministerio, a extensão

de suas vistas, e a moderação do seu espírito político, o colocaram na plena dos benemeritos da pátria.

Fez os contratos das estradas de ferro de Pernambuco, da Bahia e de S. Paulo, contratos em que teve de lutar com objecções bem sérias da parte de muita gente grada do paiz, que nutria a convicção de que ainda não era chegada a hora de emprehender factos materiais de tamanho alcance, mas tudo pôde superar com o seu modo e ilustração, como se vê pelos resultados obtidos. Ali está a estrada de ferro de D. Pedro II inaugurada no dia 29 de Março ultimo, cujos contratos com a companhia existente e respectivos estatutos foram por elle elaborados e publicados dentro do curto espaço de tempo que mediu entre a chegada a esta corte em Março de 1853 do contrato celebrado pelo Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo em Londres, com o empresário Price, para as obras da 1<sup>a</sup> secção, e a abertura da Assembléa Geral em Maio, à qual foram presentes todos estes trabalhos annexos ao seu relatório.

Ali estão os decretos de renovação dos contratos da Companhia de Navegação do Amazonas; da linha geral de paquetes de vapor ao Norte e ao Sul do Império; das linhas costeiras de Caravellas a Pernambuco, de Pernambuco ao Ceará, e da Corte até Santa Catharina pelo porto de Santos, e outros da Província de S. Paulo e do Paraná; a de reboque da barra de Sergipe, e da navegação de Niterói, etc., etc. Ali estão, entre outros actos de seu ministerio, os contratos para a estrada por trilhos de ferro da corte para a Tijuca, e para o Jardim Botânico, que em poucos annos hão de formar quasi um círculo, e oferecer a esta população todos esses sítios sandáveis e pittorescos, que nada têm que invejar aos mais bellos e mais famados de toda a terra; as providências para a navegação dos rios Araguaya, Tocantins e outros.

De quanto não lhe é devedora a Companhia União e Indústria, que tão bellamente encetou seus trabalhos?

Não satisfeita das próprias idéias, abraçava todas as que lhe eram apresentadas, numa vez que entrassem no domínio da utilidade pública. Teve a coragem de realizar um pensamento dos tempos coloniais, adiado do reinado para o império, do império para a regência, e da regência para uma época orgânica. Mandou planejar e principiar o canal da Cidade Nova; fez importantes melhoramentos em muitos dos arrabaldes da corte, e teve a glória de destruir o sistema das antigas calçadas, consagrado pela rotina, e por mal entendida economia; obra esta em que o ajudou muito o seu colega Ministro da Fazenda Marquez de Paraná com os donativos que obteve dos accionistas do Banco do Brasil.

Não são para esquecer as providências que deu para a exploração e aproveitamento das minas de carvão de pedra do Rio Grande e outros lugares, de cujas analyses se ocuparão longamente três chímicos desta capital; e nem também serão esquecidos o desenvolvimento que deu ao abastecimento d'água potável a esta cidade, assim como o contrato celebrado com L. P. Vianna de Lima e J. Russell para o serviço do asseio e limpeza das habitações e esgoto das águas pluviais, obra esta que porá um dia a capital do Império ao nível das primeiras cidades europeias, conhecidas por sua polícia e boas disposições hygienicas.

O impulso que deu às obras do hospital marítimo de Santa Isabel, as medidas que tomou a bem do melhoramento do regime sanitário de nossos portos, e os relevantíssimos serviços que fez ao paiz quando pela primeira vez foi acometido pelo cholera-morbus, nunca serão esquecidos.

Nesta desgraçada ocorrência, o Conselheiro PEDREIRA não soube o que era sonho e repouso: trabalhou como as almas caridosas, e olhou para a vida do cidadão com aquelas vistas benfazejas e magnanimas do homem d'Estado.

Hospitais, enfermarias, ambulâncias, comissões médicas, providências a favor da pobreza, tudo levou a efeito com uma coragem e abnegação dignas de exemplo. Levou a sua caridade a ponto de ser advertido pela imprensa oposicionista de que o seu zelo administrativo era excessivo, e que com elle outros negócios importantes a seu cargo podiam sofrer. Acompanhou

o Imperador na visita que Este fizera a todos os hospitaes e enfermarias, visita esta que fez mais no espirito da população do que todas as palavras imaginavcias; e por vezes os tornou a visitar e inspeccionou quando o flagello recrudecia.

Estes serviços, esta dedicação pessoal, não podem ser pela população esquecidos, como os do medico que, passada a crise e o horror da morte, o saiu de ordinario por aquelles que lhes devem a vida e a felicidade domestica.

Alvo das vistas e esperanças de uma grande cidade, e de toda a população do litoral e da bahia fluminense, teve a gloria de ver passar o flagello, e de convencer-se dc que essas vigilias e insomnias, de que esses trabalhos mentaes e corporaes muito concorrerão para minorar a infelicidade. Pur menos se hão levantado estatutas.

Resta de tudo isto um monumento de gratidão bem significativo e bem honroso para o nosso paiz, o qual a inveja e a maledicencia nunca poderão destruir. E' a mensagem do corpo consular estrangeiro dirigida ao ministro Pedreira, tendo-se reunido extraordinariamente para este fim.

Tres grandes vultos sobressairão naquelle lugubre painel, o Imperador, o ministro Pedreira e o doutor Paula Cândido, presidente da junta de hygiene publica.

No meio da afflção geral o conselheiro Pedreira nunca arrefeceu na continuaçao de seus trabalhos; diversos nucleos de colonisaçao forão por elle criados em varias provincias, e os outros sempre mercerão sua constante solicitude; ahí estão o contracto com a sociedade central de colonisaçao e os diversos regulamentos que formulou para a execuçao da lei das terras, a qual começou a ter effeito no seu tempo, as colonias e presídios militares que creou em Santa Catharina, no Mucury, em Goyaz, no Maranhão e no Pará, e o desenvolvimento que deu a outras já criadas.

A par destes trabalhos importantes, fez a reforma da instruçāo primaria e secundaria; a das faculdades de direito de S. Paulo e Olinda, e das escolas de medicina do Rio e da Bahia: a da aula do commercio, transmuadada em instituto commercial; a do conservatorio de musica; e a da academia das Bellas-Artes; creou o imperial instituto dos meninos cegos; coadiuvou o dos surdos-mudos, e acabou as obras do museu nacional.

Todos estes estabelecimentos lucrarão em suas disciplinas e obterão grandes melhoramentos, não só em commodos materiaes, como em donativos para compras de bibliothecas, colleções, medalheiros e instrumentos, etc., e tendo tido as Bellas Artes em geral um grande impulso durante a sua administração.

Reformando a academia das Bellas-Artes, introduziu no seu ensino as sciencias exactas auxiliares, melhorou a sorte dos artistas que viajão e estudão na Europa á custa do Estado, errou e edificou a Pinacoteca, pelo que o corpo academicó lhe votou um busto de marmore, que deve ser collocado a par do Sr. Visconde de S. Leopoldo, fundador da academia. Foi quem principio mandou estudar á Europa um musicu, e o que acolheu com grande entusiasmo a creaçao da opera nacional.

Passou, e obteve os meios para se edificar um magestoso theatro, digno da capital, e preparava-se para construir um edificio proprio para o conservatorio de Musica, e outra para a Escola de Medicina.

Ahi estão os Decretos para a execuçao da lei da reforma eleitoral, os regulamentos e as providencias que expedio nesta nova phase politica, onde

se observa o seu espirito de justiça, e seu reconhecimento de todas as localidades do Imperio, e a sinceridade dc se conservar em toda a parte a liberdade do voto. As individualidades de que se compoem a nova Camara justificão altamente esta verdade.

E para coroar tantos tão importantes serviços ao paiz, deferio a petição do instituto historico, creando a commissão scientifica para a exploração e estudo de algumas provincias do Imperio, e fornecendo-lhe todos os meios necessarios para o bom desempenho de sua missão, incluindo nestes meios uma rara, avultada e riquissima bibliotheca especial, e uma collecção de instrumentos como não ha segunda na America.

Os embargos externos e internos nunca o desviárão do seu nobre escopo, nem as lutas com as dificuldades com que se vio a braços o ministerio de que fez parte no Estado Oriental e no Paraguay, nem as duas epidemias por que passou o paiz e que por toda parte leváro apés si o horror e a desolação, e nem a morte inesperada do 1º presidente do conselho de seu ministerio, de quem era particular amigo.

Até aqui perpassámos pelos factos da vida do homem publico, e com justa satisfação os enumerámos rapidamente, e tanto quanto pede esta nota biographica; porém agora senos antolha o homem privado, o cidadão. As virtudes, baseadas na vida particular, resumbrão mais altamente quando o individuo é arrancado do lar domestico para o theatro da vida politica; porque a probidade, o amor du proximo e a illustração formão os tres pontos por onde passa o grande circulo do verdadeiro homem de estado daquelle que edifica pelo exemplo; e o exemplo é o maior e o mais seguro de todos os mestres.

Como homem politico, o Conselheiro Pedreira tem a gloria de só ter por inimigos os inimigos da sua patria, e por adversarios um ou outro de idéas exageradas. Como particular, a sua vida é um exemplo de todas as virtudes sociaes e domesticas.

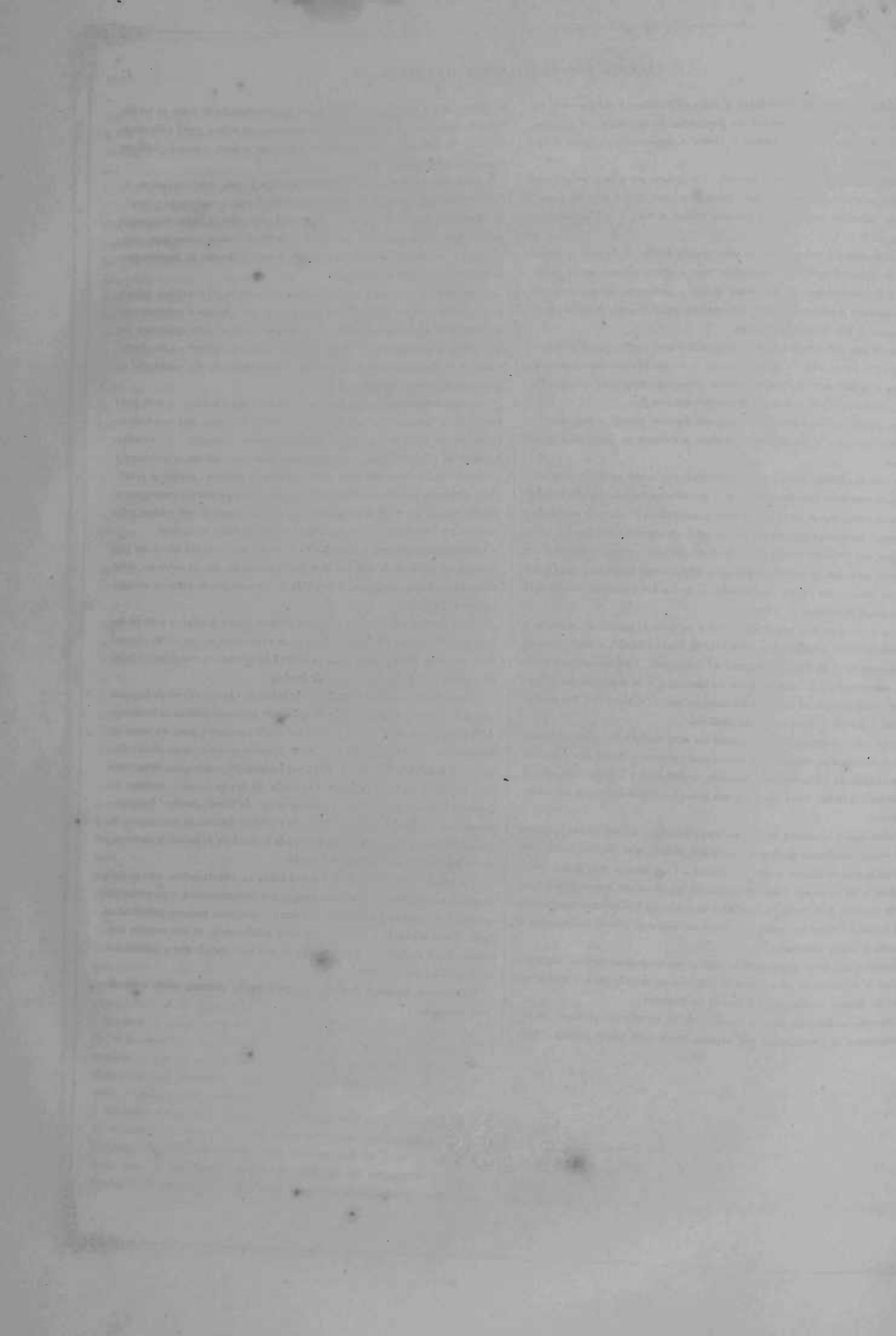
Teve a fortuna de dirigir a educação de suas quatro irmãs, e a de vê-las casadas e felizes; teve a fortuna de auxiliar a educação de seu irmão, levando-o em tenra idade para S. Paulo, e a de vê-lo formado, e ocupando o lugar de secretario do Supremo Tribunal de Justiça.

O Conselheiro Pedreira é cavalleiro da ordem de Christo, official da imperial ordem da Rosa; lente proprietario da cadeira de economia politica da facultade de S. Paulo, e como tal desembargador honorario; inspector geral da caixa da amortização; commissario do governo no instituto commercial da corte; deputado á Assemblea Geral desde 1848 sem interrupção, sendo eleito duas vezes pela província do Espírito Santo, e tres pela do Rio de Janeiro; membro du instituto historico geographic e ethnographico do Brasil; membro honorario da imperial academia das Bellas-Artes, da sociedade amante da instrucção; da sociedade propagadora das Bellas-Artes; e da auxiliadora da industria nacional; da de colonisaçao das Alagoas; e de outras.

O nome do Conselheiro Pedreira está unido ao solo da patria, está no coração da mocidade, no dos homens amigos dos melhoramentos e progresso do seu paiz, e terá aquella duração com que a Providencia costuma galardoar os bons. Tanta felicidade é devida á sua vasta intelligencia, ao seu coração brasileiro, á sua modestia, e á amenidade de seu trato social, que o constitue o mais perfeito gentilhomem!

Tem apenas 40 annos de idade, e o paiz espera portanto ainda muito de seus serviços.







Lith. A. L. - Rio de Janeiro - 1860

JOAQUIM DA SILVA PARANHOS

José Alves da Silva Paranhos



# JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

CONSELHEIRO JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS nasceu na província da Bahia em 16 de Março de 1819. Seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, oriundo de Portugal, mercou naquela província, assim como seus irmãos, o título de negociante honrado e filantropico.

Ainda no verão dos anos o conselheiro PARANHOS achou-se orphão dos entes que lhe derão a existência, perdendo primeiro seu desvelado pai, e não muitos anos depois sua carinhosa mãe D. Josepha Encrèciana de Barreiros Paranhos. A estas duas perdas irreparáveis juntarão-se outras circunstâncias, filhas das injustiças e vicissitudes, tão frequentes neste mundo, e aquelle que nascera em meio de riqueza, passou subitamente à condição sempre difícil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura.

Graças ao espírito de que o dotou a Providência, e aos cuidados do seu ilustrado tio o coronel de engenheiros Enzebio Gomes Barreiros, habilitou-se elle em tempo com os estudos de humanidades para a carreira das ciências e da administração em que tão cedo se distinguiu.

No anno de 1836 matriculou-se na academia da marinha do Rio de Janeiro, na qual primou entre os seus condiscípulos, por um comportamento exemplar, raro talento e incessante applicação. E prova de sua proficiencia e indefeso estudo a circunstância de ter sido ao mesmo tempo discípulo e mestre, professando como explicador as doutrinas dos anos em que acabava de obter approvação.

Em 1844 foi nomeado lente substituto da academia onde assim se havia assinalado, e na mesma categoria passou no anno seguinte para a escola militar do Império, cujas aulas cursara com igual distinção. Em 1848 foi elevado a lente cathedratice do 6º anno daquella escola, e posto que até então as doutrinas militares não fossem de sua predilecção, professou com brilho as ciências da artilharia e da fortificação permanente.

A política e a administração merecerão sempre alguns momentos de reflexa leitura ao distinto estudante e leute das ciências mathematicas. Assim o vimos aparecer em 1844 como um dos principaes redactores do periodico *Novo Tempo*, que defendeu com talento e dedicação o ministerio de 2 de Fevereiro desse anno, cujo vulto mais proeminente era o do illustre estadista Manoel Alves Branco, depois Visconde de Caravellas.

Conhecida a sua nova vocação e as qualidades que na carreira política lhe prometiam iguaes triunfos, foi recommended por varios amigos aos eleitores fluminenses, cujos suffragios lhe derão assento na assembléa legislativa da província.

Logo depois foi nomeado secretario e vice-presidente da mesma província do Rio de Janeiro, lugares que serviu com tanta houradez, tino e aptidão, que grangeou a estima e consideração de amigos e adversários. Era então presidente da província do Rio de Janeiro o falecido conselheiro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mais tarde Visconde de Sepetiba, cuja amizade adquiriu por

seu merecimento e lealdade, recebendo do chefe e amigo os mais invejaveis elogios. Foi por esse tempo agraciado com o officialato da ordem imperial da Rosa.

Eleito em 1847 deputado á assembléa geral legislativa pela província do Rio de Janeiro, tomou assento entre a maioria parlamentar de 1848, recomendando-se por alguns discursos, e por seus trabalhos na commissão de marinha e guerra.

A mudança politica operada na alta administração do paiz, em fins das sessões legislativas de 1848, sendo iniciada pelo adiamento da camara temporaria, que mais tarde foi dissolvida, levou outra vez o jovem lidador ás penosas tarefas da imprensa. Como redactor em chefe do *Correio Mercantil*, na época em que o partido liberal lutava para rehaver a posição que perdia em 1848, dedicou-se com admirável zelo á sua causa, algumas vezes com ardor, mas sempre patriota, ordeiro e monarchista.

Tudo neste mundo tem scus períodos de ação e reação. O jornalista infatigável que collocou o *Correio Mercantil* a par da primeira folha diária do Rio de Janeiro, o esforçado partidário cansou, e retirou-se por algum tempo da arena politica. A imprensa é, porém, uma dama de quem já mal pôde fugir inteiramente aquelle que uma vez lhe provou os encantos. Nessa tregoa politica, nesses momentos talvez de fastio e desencanto, o ex-redactor liberal accionou uma parte distinta na redacção do *Jornal do Commercio*, quando este gigante da imprensa brasileira se conservava estranho e inacessível ás questões de política interna.

Nessa posição o foi encontrar o insigne estadista Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquez de Paraná, quando o convidou e conseguiu que elle o acompanhasse aos Estados do Prata na qualidade de seu secretario. Escolhia honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o mérito em um de seus antigos adversários, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o jovem esperançoso, porque assim recebia o mais valioso título de seu nobre carácter e de sua privilegiada intelligencia.

A missão especial confiada áquelle estadista brasileiro, de saudosa memória, teve por objecto, como se sahe, negociar uma aliança que em poucos meses deu por terra com o poder do feroz dictador da Republica Argentina, açoite de uma e outra margem do Prata. O secretario dessa missão especial foi colaborador tão prestante e amigo do seu illustre chefe, quo delle mereceu os mais expansivos elogios e uma amizade a mais extremosa.

Aquilatado o seu mérito por tão distinto mestre, e por outra autoridade não menos competente, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, hoje Visconde do Uruguai, que a esse tempo dirigia a política exterior do Brasil, passou de secretario a chefe da legação imperial em Montevideó, na categoria do ministro residente. Foi o sucessor do seu proprio chefe, e os relatórios do ministerio dos negócios estrangeiros de 1853 e 1854 mostrão que correspon-

deu dignamente a tão honrosa confiança. Aos seus serviços no Rio da Prata deve a commenda da imperial ordem da Rosa que ganhou em 1852.

Organisando um gabinete em 4 de Setembro de 1853 o Marquez de Paraná, a cujo apreço e amizade devia principalmente o seu antigo secretario a eleição de deputado geral pela província do Rio de Janeiro, convidou-o para seu collega, reservando-lhe a pasta da marinha.

Ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brillante reeleição, e elle por sua parte, na camara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido crédito de homem laborioso, e revelou aptidões proprias do alto posto em que o havião colocado a confiança da corda, a justiça e estima de seu generoso amigo.

Como ministro da marinha, desde 14 de Dezembro de 1853 até aos primeiros dias de Junho de 1855, os seus relatórios, que foram louvados até pelos mais extenuos adversários do gabinete a que pertencia, atestam os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades desse ramo da pública administração, e um tacto raro em descobrir-lhes o verdadeiro remedio.

O projecto de promoções que apresentou na camara dos deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os vários regulamentos que promulgou, e não poucos projectos de reforma que passou já mui adiantados a seu sucessor, comprovão a figura proeminente que o nosso contemporâneo representou na direcção do ministerio da marinha.

Entre os regulamentos a que acima alludimos, citaremos os que creáram companhias de aprendizes marinheiros no Pará e na Bahia, sementes que prometem preciosos fructos à armada imperial; os que marcão os prazos de serviço, acessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiais marinheiros e marinheiros avulsos; finalmente, aquelle por que hoje são feitos os alistamentos de voluntários e recrutas para as equipagens de guerra.

Em Junho de 1855, passando por uma recomposição o gabinete Paraná, coube ao digno administrador da marinha substituir ao seu collega demissionário, Visconde de Abaeté, no ministerio dos negócios estrangeiros.

As circunstâncias em que esta mudança teve lugar, e a importância daquela nome, tornavão a posição do novo ministro dos negócios estrangeiros sumamente difícil. O conselheiro Paranhos, porém, soube sahir triunfante dessa nova experiência, e desde então, dentro e fóra do Imperio, é considerado como um verdadeiro homem de Estado.

Aquelle que, como ministro da marinha, havia sem o menor estrepito, e com o maior zelo e acerto possível, preparado uma luzida expedição naval, para apoiar a missão diplomática enviada em 1855 á Republica do Paraguai, como ministro dos negócios estrangeiros teve de procurar uma solução pacífica e honrosa das questões pendentes com esse Estado, e logrou o seu empenho por modo mui distinto.

O tratado de amizade, navegação e comércio de 6 de Abril de 1856, e os protocolos dessa longa e perigliosa negociação, serão a todo o tempo um título de gloria par o plenipotenciário brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava imminente, e abriu as portas do rio Paraguai á rica e infeliz província de Matto-Grosso.

Ao mesmo tempo que pessoalmente desempenhava tão ardua tarefa, o nosso ministro dos negócios estrangeiros tinha sua atenção aplicada a outros interesses de não menor importância, e pôde ligar o seu nome com o ilustrado Visconde de Abaeté no tratado de 7 de Março de 1856, que assentou em novas e solidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

A interminável querella do tráfico de escravos motivou por esse tempo uma das mais renhidas e desagradáveis discussões com a Legação Britânica. A dignidade, moderação, e habilidade com que o conselheiro Paranhos sustentou o nosso decoro e os nossos direitos, excitaram o respeito dos próprios Ingleses em Londres. Por ahi correm impressas as nobres e honrosas palavras

com que Lord Malnesbury apreciou o protesto do ministro dos negócios estrangeiros do Brasil contra a nova ameaça de que foi orgão em 1856 o Sr. William Jerningham, encarregado de negócios de Sua Magestade Britânica.

A morte do illus're Marquez de Paraná sujeitou, em fins de 1856, o gabinete por elle organizado a uma segunda modificação, na qual couhe ao Conselheiro PARANHOS o duplo encargo de ministro dos negócios estrangeiros, e de ministro interino da marinha. A sua volta ao ministerio, que tão bem dirigira até Junho de 1855, ainda que interina e passagiera, não foi estéril.

Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assumtos das relações exteriores do Imperio, membro de um gabinete cuja missão estava a findar, teve elle tempo bastante para levar a effeito o importante projecto da conclusão do dique da Ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saúde da armada e dos oficiais de fazenda, e dar organização ás classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu ilustrado successor, e por este concluidos e promulgados.

Em 1857 foi reeleito deputado á assembléa geral pelo 2º districto do município da eôrte; justo galardão de tantos serviços prestados na alta administração do paiz, da qual retirou-se com os seus colegas logo depois da abertura da primeira sessão da actual legislatura. Está ainda na memoria de todos o seu nobre procedimento como deputado e ex-ministro defendendo os actos da administração a que pertenciu, o crédito de seus colegas como o seu proprio.

Actualmente acha-se o Conselheiro PARANHOS fóra de sua patria concluindo uma das mais importantes missões diplomáticas de que haja exemplo entre nós. As dificuldades suscitadas entre o Imperio e a Republica do Paraguai, dificuldades em que a guerra parecia inevitável, tal foi o objecto principal confiado ao zelo e habilidade do nosso diplomata.

Já se sabe que elle conseguiu conjurar tão lamentável calamidade entre dous povos vizinhos, chamados por sua posição e interesses a cultivar estreita amizade, e que consegui-o por modo que a todos surpreendeu. Não só obteve a exacta observância das estipulações vigentes, pelas quaes reclamamos, mas até que fossem ellás ampliadas no sentido o mais amigável e vantajoso aos interesses do Brasil e das demais nações.

Além deste verdadeiro triunfo diplomático, o plenipotenciário brasileiro celebrou uma convenção fluvial, um tratado de limites e outro de extradição com a Confederação Argentina, actos que só por si tornarião a sua missão uma das mais ferteis e uteis ao Imperio.

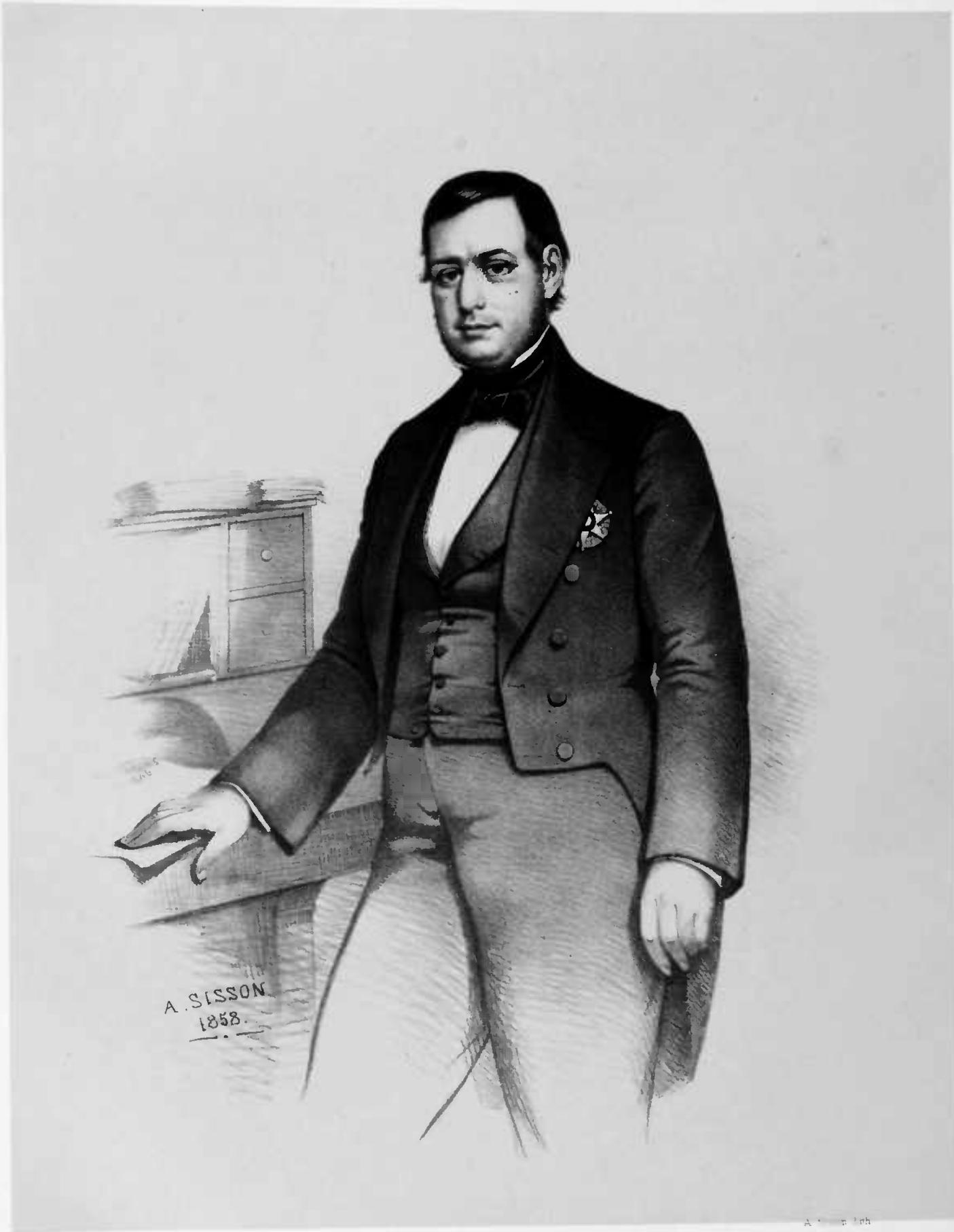
As demonstrações de sympathy e apreço que o Conselheiro PARANHOS acaba de receber entre os Estados do Prata, assim dos governos junto aos quais foi acreditado, como das populações entre as quais pôde exhibir os dotes do seu espírito, e a amenidade do seu carácter, são o mais completo elogio do seu mérito e de suas distintas qualidades.

Tão relevantes serviços, com tanta dedicação, perícia e felicidade prestados ao Brasil, já merecerão do Augusto Monarca Brasileiro uma demonstração altamente honrosa, sendo conferidas ao distinto diplomata as insignias de Dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro.

O Conselheiro PARANHOS é Grã-Cruz de Sant'Anna de 1ª classe da Russia, socio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidente honorário da Sociedade Universal Promotora das Artes e Indústria de Londres, etc., etc.

Reunindo a todos estes títulos, que o recomendão á estima e consideração social, as suas excellentes qualidades como esposo, pai, irmão e amigo, completam-nos a breve notícia e elogio que nos propuzemos escrever á cerca da vida e serviços desse illustre contemporâneo.

DR. GUSTAVO DORANEOS



A. Sisson 1858

(2) ALFREDUS DORANEOSS ROLLO D'ESTATE DOIS MIL

*Brigas das Savantes*



# GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS.

**N**ão começarei como quasi todos os biographos, recordando os pais, a familia, e a adolescencia dos grandes caracteres, não; os laços de ascendencia ou descendencia deixão inexplicavel o talento, a virtude e a gloria. A mortalha não cobre senão os esqueletos, e o ouro do mundo, e as tradições de familia empanão-se e se esqueem nas orlas frias da sepultura. Se o triumpho de nossos antepassados nos orgulha, e faz bater] quente o sangue do coração—nem por isso nos illustra, nem glorifica. Ah! quantos infelizes tenho eu visto lutar contra as maldições do mundo, que lembrando as glorias dos pais se irrita de contemplar o filho; quantas vezes a severa historia nos ensina a desdenhar o descendente pela saudade do aseidente. Uma vida triumphante—se revela por si mesmo, se traduz em seus actos, e se eternisa pelas proprias virtudes. Esses que tentão aviventar todos os dias as desbotadas saudades dos mausoléos, são quaes os eomicos que envergão as togas do genio, e enlaçao as frontes de alheias grinaldas, para entreter a multidão, que em falta dos grandes vivos, quer recordar os grandes mortos. A luz do sol não se empresta, sem que lhe falte vida e esplendor. O renome do pai—é uma reliquia, uma lembrança, um luzeiro, se quizerem, para o filho, que o deve fitar sempre nesta peregrinação tempestuosa da vida, porém não se herda, nem se personalisa com ninguem por qualquer titulo. A historia de um pai—é uma luz que se vê sempre acesa, e que queima o coração de um moço, é nma estrella no meio da procella, uma sonda em meio de rochedo! O povo adopta tambem os filhos de seus heróes, porém quanto mais notavel foi a vida de um cidadão, mais se exige de seu herdeiro. Tunica de Djanira—é esta do sangue—não se a despe sem morrer em dôres, e só se veste pela vontade do destino, ou fatalidade—não sei.

No entretanto a superstição, o espirito do povo—quantas vezes quer tornar uns responsaveis pelos outros, em virtude do nascimento e do nome!

Não—sigamos novo caminho—demos á vida sua independencia, á gloria seus heróes, á virtude seus proselytos. Nos altares da patria ninguem se sagra sem poderosos esforços, e batalhas tremendas. Ninguem pergunte porque a intelligencia ergue altaiva a fronte, porque a força domina a fraquezza—e porque o espirito conquista a materia?

Deos responde todas as horas aos scepticos. O homem em sua origem—é a imagem, ou a personificação do poder espiritual na terra.—A natureza é a

mai commun, e igual—que repartiu por todos as mesmas capacidades. A vida é uma grande peleja—uns fallecem ao entrar na arena, ou se misturão na poeira do combate; são esquecidos como o pyrilampo, que vive um instante, para morrer eternamente; outros abusão das forças naturaes, batem-se uma vida inteira, sem obter um triumpho, e morrem sem nma gloria—são os máos que o mundo entrega aos corvos que os dilacerão. Nem uma lagrima, nem uma flôr, nem um suspiro para elles, senão dos parentes que pensão respeitar a virtude, e emprir um dever sagrado—chorando o mirrado esqueleto da perversidade—e alguns passão incolumes na batalha da vida—sem ferirem, nem serem feridos; são como as aguias que conjurão a tempestade, e se envolvem nas tormentas!

O povo deste seculo não se deixa seduzir pelas mysteriosas e bombasticas phrases de heraldicos pergaminhos. Não se deve confundir a corrupção individual, o egoismo de classe, e o orgulho de familia, que se remorde e agita nas aneias do desespero, no rancor do ciume, e nos aloueados impetos de mal entendida rivalidade—com as largas aspirações do povo—cuja vida é impessoal, e cujas idéas são sempre nobres e verdadeiras. Não se vê ali por entre varzeas correr o carrego constrangido e retorcido pelas pedrinhas de seu leito—é o homein, ou sua imagem nesta vida;—não se vê acolá—o mar soberbo, que avassalla dous terços do nosso planeta, e senhor, e sem contestação, estende seus braços sobre as praias, e contra ellas luta sempre com renascido esforço—sem cansar um momento—é o povo, ou a sua imagem nesta vida.

A intelligencia tem partido um por um todos os élos da longa e fatidica cadeia aristocratica. Cromwell fez-se dictador—Napoleão Imperador, um dominou a Inglaterra—o outro o mundo—um desdenhou o diadema e o throno, e outro distribuiu-os com pulso de soldado e mão de genio por entre seus geraes.

Para a intelligencia não ha columnas de Hercules—em um instante ella percorre todo o mundo—recorda o passado, aviveta o presente, e eonebe o futuro—ergue as lousas, e se envolve no turbilhão de poeira do que se sumiu—lemhra—alenta os vivos, e com elles se bate em campo aberto—actua—rasga os nevoeiros do porvir—escreve seu testamento—raciocina.

O grito de Independencia ou Morte, que agitou o limpidio espaço dos campos do Ypiranga, acendeu o entusiasmo dos valentes Paulistas de 1822, e como um bello hymno eneantou a juventude da patria. Os élos da cadeia colonial quebrárão-se aos olhos desses meninos, que mal poderião comprehendier os

compromissos patrióticos que deste brilhante feito nascerão. O pendão português rasgado na hora da liberdade, devia ser substituído por um outro, que eterno fosse, saudado pelos povos, respeitado de todos, e admirado pelos séculos futuros. Os cavaleiros da Independência, os grandes estadistas brasileiros, tudo haviam feito com a Independência. A organização social e política tinha de ser o gigantesco trabalho dessa juventude, que por assim dizer havia inspirado a liberdade ao nascer, que com ella despertaria, e com ella deveria crescer. A Independência tinha sido uma solemne aclamação; a organização do Império uma terrível luta, sim, mas gloriosa. O entusiasmo santo da Independência vinculou todos os corações, e identificou todas as vontades; mas esta febre quasi divina passou, e entrou-se na arena dos interesses contraditórios, e dos princípios opostos.

O regimen do poder singular, se batido estava em suas primitivas e rudes expressões, nem por isso desamparou o campo de batalha. Vestiu-se com estranhas roupas, tomou novos emblemas, e alçou bandeira nova, occultando porém no fundo da consciência a reservada intenção de conservar ao povo apenas a irrecusável partícula de liberdade, com susto de que se envenenasse se por ventura saboreasse toda a que tinha incontestável direito. Era a autoridade com todas as suas pretensões de força, encobrindo, sob o pretexto de ordem, o desejo de arbitrio.

Porém a Independência havia exaltado por demais o ânimo da mocidade para que ella se contentasse com um tal simulacro.

Começa a luta. O parlamento é a arena e a espada a palavra. Que bellas batalhas, que guerreiros, e que eloquencia foi a daquelle periodo!

Ninguem triumphou, porque não era tempo de vencer, mas de lutar sem desesperar um dia, nem recuar um instante. A escola clássica da autoridade divina, ainda que se pensasse moribunda, quicô dissolvida por o grande acto de 25 de Março de 1824; o tempo, este primeiro poder dos engenhos humanos, havia-lhe imprimido tal vida, e tão duradoura havia sido, que suas raízes se afundaram nos espíritos daquela geração já decadente, sim, porém sempre respeitável pelos seus talentos, idade e prestígio social. O direito divino desapareceu das taboas constitucionais, porém o princípio de autoridade e ordem disfarçou-se, para amparar o velho sistema já modificado pelo bom senso.

A escola da liberdade constitucional, do governo do homem pelo homem, sem privilégios offensivos e inuteis, sem exploração do rico sobre o pobre, veio com toda a mocidade do tempo collocar-se adiante daquela como uma barreira e um protesto.

E' a época da resistência liberal do 1º reinado. Figurão na cena política os mais avantajados talentos do Brasil — Vasconcellos — Honório, — Evaristo. São os primeiros lidadores naquelle tempo.

A abdicação em 1831 mudou completamente a cena política. A liberdade constitucional triunfa, mas eu creio que foi por cedo que esse triunfo não produziu o bem que devêra. Entretanto o princípio liberal se reforça pelo poder, e tenta consagrarse nas instituições; e parece incrivel, o resultado foi muito inferior aos poderes de que dispunha então o partido liberal; as reformas, por precipitadas, tornaram-se na vida prática difficiles de execução, o governo tinha a vontade, porém faltava-lhe a força. O pensamento ficou no espaço da intellectualidade.

O período regencial é uma cadeia de ameaças burladas pela impotência do governo, e divisão dos partidos, que se repartem em grupos de aspirações extraordinárias, porém pobres de ação. Salváram a monarquia e a integridade do Império.

A academia de S. Paulo conferiu nestes tempos os primeiros grados de formatura em Direito. Começa portanto a independência literária a dar seus primeiros e robustos rebentos. Então a academia de S. Paulo era por assim dizer uma escola de Girondinos, encorajada pelas circunstâncias especiais que se reflectiam sobre o governo do Império. As palestras, os clubs, as maçonarias e todas as sociedades, eram labaredas que requeimavam aquelles nossos primeiros estudantes de Dírcito. A agitação estava no paiz pela abdicação, e pelas idéas que a animavam e conservavam, nos

livros que então serviam de roteiros em direito social naquella academia. O impulso liberal de tudo triumphou, menos do direito existente e consagrado pelos séculos. Parece que houve patriotas, mas faltaram jurisconsultos, que teriam de aparecer com brilho e verdadeiro sucesso, educados em nossas academias. O corpo acadêmico era forte em número, ardente de patriotismo, e reunia em si filhos de todas as províncias do Império, que a vontade da conquista científica havia atraído à capital da província de S. Paulo. Nas vésperas da abdicação a cidade de S. Paulo era uma fornacaria ardente, em que as paixões políticas se encandeciam ao sopro do fogo da mocidade talentosa. O recinto da academia mais de uma vez foi invadido pela turba entusiasta dos estudantes, que, convocados em assembleia política e deliberante, ofereciam à liberdade seus mais preciosos bens, e muito alto faziam ouvir seus protestos de liberdade, que o tempo veio modificar a respeito de uns, e condenar a outros como perjuros. Nos dias subsequentes à abdicação a cidade de S. Paulo foi um verdadeiro altar da liberdade. Entoaram-se todos os hymnos liberaes, e correu-se a largo pano pelo mar imenso das paixões políticas. Mas toda esta festa era nobre, generosa, sincera, porque a mocidade, além de incorruptível, é sem cálculo.

Nestas primeiras convulsões políticas, nestas primeiras multidões de liberaes, decididos a resistirem à opressão — já se começava a ver os primeiros traços do caráter e talentos extraordinários do homem que a morte tão cedo arrebatou dos primeiros postos do partido liberal.

O Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos foi um fiel e eloquente pugnador da escola liberal. A sua virilidade deve-se considerar como a sagrada de sua juventude. Entrou na vida pública como liberal, e desceu à tumba com o mesmo pensamento, confirmado e enrobustecido pela experiência e provações. É um traço este que bem caracteriza aquelle notável caráter político, tanto mais apreciável, quanto é certo que difícil é a constância em um paiz ainda não constituído, e consequintemente de reiteradas vacilações nas causas e nos homens.

Curta, e hem curta foi sua peregrinação na terra; porém, nem assim faltam vivos vestígios de sua passagem, principalmente na província de S. Paulo, para cuja prosperidade concorreu tanto como outro qualquer de seus mais abençoados filhos.

Em Novembro de 1836, com 20 annos de idade, recebeu o grão de Bacharel em Direito. Em 1838 defendeu theses, e obteve o grão de Doutor, assim de concorrer a uma cadeira vaga na Faculdade; porém o governo imperial annullou o mesmo concurso, e nunca mais o Dr. Gabriel voltou às pelejas académicas, nas quais alcançou os mais assinalados triunfos, e bem merecidos louvores.

Logo depois de formado foi nomeado promotor público da capital; emprego que abandonou por delicados escrúpulos de sua bella alma. Exerceu igualmente com honra e inteligência superior o lugar de juiz de direito da capital.

Em 1840, ainda no verão dos annos, foi eleito deputado provincial por S. Paulo, e tomou assento depois de longas disputas naquella assembleia, que, a pretexto de lhe faltar a idade legal, tentava recusar-lhe a cadeira de legislador, que o povo lhe havia concedido. O motivo do ostracismo parlamentar a que seus adversários o queriam votar é uma de suas glórias.

A voz da justiça se fez ouvir, e os direitos do talento e do povo foram, como cumpria, respeitados. O Dr. Gabriel entrou na assembleia provincial.

A nomeação imperial para presidente de S. Paulo recahindo sobre a pessoa do distinto e sempre chorado Paulista Tobias de Aguiar, trouxe também a nomeação do Dr. Gabriel para seu secretário. Neste posto prestou relevantes serviços à sua província.

Desde aquella memorável época até a infânia de sua morte, teve sempre, salvo poucos intervallos, assento na assembleia provincial. Embora o exclusivismo dos partidos empregasse todos os meios para excluir seu nome, tão conhecido e ilustrado, das urnas eleitorais, o seu prestígio mais de uma vez triumphou destes injustos odios e caprichosas exclusões, senão mesmo criminosas.

Em 1844 foi eleito deputado á Assembléa Geral, e o Brasil inteiro sabe quanto honrosamente desempenhou este mandato do povo, resistindo á força em nome da lei, aos podresos em nome dos abatidos, e á tyrannia em nome da liberdade.

Em 1848 foi reeleito. Dissolvida porém a Assembléa Geral naquella nefasta época, não voltou ao corpo legislativo na sessão que se seguiu; porquanto o paiz apresentava a feição triste da divisão entre vencidos e vencedores. Resistio pela imprensa com artigos constantes pautados pela prudencia, e animados pela convicção. Nesta arena era um lidor temivel, contra o qual era possivel e facil a luta, porém não o triumpho.

O prelo da folha *Ypiranga* — trouxe a lume por muitos e inteiros annos, seus vigorosos artigos, em que a belleza da dicção, o fogo do patriotismo e o sentimento do liberalismo tinham suas mais bellas e eloquentes expressões. Elle sabia unir os descontentes, aplacar os resentimentos dos amigos, animar os fracos, e conter os impetuoso, que levavão seus sentimentos á ultima escala de exageração, de modo a parecerem-se imprudentes, ou desesperados.

Sua saude se foi consumindo como uma luz. Os poderosos e graves interesses de um partido inteiro, a que estava unido de alma e coração, não lhe concedião tempo para refazer-se de forças.

Lutador que morreu na luta, e que jámais viveu para si! O seu grande porvir foi uma nuvem dourada, que o furacão da morte dissipou; e hoje resta a memoria de sua alma, e o tumulo que encerra o seu esqueleto!

Era o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos um consummado orador, de palavra bella e fluente, de variados conhecimentos, e de tão feliz expressão e gesto, que realmente seduzia e arrastava.

Recusou em 1848 a presidencia da província de Pernambuco, e em 1857 a do Rio Grande do Sul, não por se esquivar dos serviços que como bom e leal cidadão devia á patria, mas por sentimento filial, que o possuia tão fino e delicado, quanto mais que era elle o centro de sua numerosa familia, que o adorava.

Nunca esteve na alta administração, pelo que não se ofereceu oportunidade de firmar creditos de espirito pratico; porém, a regular-se as grandes empresas pelas pequenas, deveria ter sido um distinto administrador. Eleito pelo povo da capital da província de S. Paulo vereador da camara municipal, mostrou-se zeloso, activo, e fez importantes serviços áquelle municipio.

Acompanhou seus amigos com fidelidade e coragem na desgraçada revolução de 1842, sofreu o destino reservado aos vencidos, apresentou-se ao tribunal do povo para ser julgado, e foi absolvido, porque o povo não sabe condenar a consciencia pura e o martyr da liberdade, que ainda que illudido estivesse, ou exagerado fosse, não lhe passava pelo espirito senão o pensamento de vingar a lei fundamental offendida.

Foi seu defensor o Dr. João Crispiniano Soares, verdadeiro amigo. O sabio jurisconsulto brasiliense advogou a causa da lei, da patria e da innocencia na pessoa do distinto Paulista Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, que um alvará de soltura restituio á sociedade e aos amigos.

Em 1854 foi nomeado pelo Governo Imperial lente da Academia Jurídica de S. Paulo; o filho illustre daquelle Faculdade envergou a veste do apostolado scientifico, e ensinou com proveito para a mocidade para o paiz, e para as letras jurídicas.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo circulo do Rio Claro, em sua pro-

vinha. A compressão dos vencedores tinha cessado, o paiz entrava em confraternisação, seu nome não podia ser excluido das urnas eleitoraes.

Em 1857 foi igualmente eleito deputado provincial por dous circulos eleitoraes, o de Taubaté, e Rio Claro. Parece que o povo, descobrindo nos neovotos de um proximo futuro seu tumulto, se tornava sclicito em lhe dar as mais solenes provas de confiança, dedicação e reconhecimento no derradeiro adeos pronunciado entre as acclamações da victoria eleitoral e uma sepultura!

Em 1858 a assembléa provincial o nomeou seu presidente. Os representantes da província estavão tambem animados dos sentimentos de que o povo dera espontaneas e sinceras expressões.

Aos 23 de Maio de 1858 o immortal Paulista restituio ao Creador sua alma — vítima de um ataque apopleptico. Seu crânio era acanhado para conter sua intelligencia!

Nascido ao 1º de Abril de 1816, a Providencia só lhe concedeu 42 annos de vida, de trabalhos e dedicação por sua terra e por o Imperador.

O luto cobriu a cidade e a província de S. Paulo! Bem pouco sobreviveu a seu amigo e correligionario Raphael Tobias de Aguiar que elle acompanhou na desgraça e na ventura.

Forão duas perdas irreparaveis. As cinzas do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos descansão na santa terra da Igreja da Ordem Terceira do Carmo da cidade de S. Paulo. Fechou os olhos na mesma terra em que os abriria; assim não acontecera ao illustre Paulista Rafael Tobias de Aguiar!

O destino, se não é caprichoso, é certo que se não explica — resignemos á vontade daquelle que é Senhor do mundo!

Se os principios liberaes não fossem os dogmas do culto politico da geração actual, se a liberdade deixasse de ser a honra do individuo bom, e o poderoso elemento que anima e engrandece as nações de boje; se no Imperio do Brasil a multidão não amasse nossa livre Constituição — seria para affrouxar aos mais crentes a cruel fatalidade que pesa sobre o partido liberal em que a morte escolhe seus mais energicos e dedicados propugnadores.

Temos perdido em pouco tempo as mais bellas esperanças e os mais solidos prestigios. Desde os fundadores da Independencia até o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, se tem findado com saudades para todos os Brasileiros — os nossos muito conspicuos politicos e estadistas.

A França, a Inglaterra e Alemanha vêm seus homens de estado crescerem em gloria e idade — até tocarem a uma velhice a todos os respeitos veneranda. Dupont de l'Eure assistiu a quatro revoluções, Lafayette dirigi os batalhões do povo em 1789, e ainda em 1830 com uma palavra deu uma corda. O gabinete de S. James e o parlamento inglez têm usanía de oferecer ao mundo politico o bello espectáculo do governo do seculo actual pelos homens do seculo passado!

Entre nós não se vê estes homens, que a idade abatendo o corpo, entretanto fortifica o espirito. Nossos talentos como que morrem na madrugada da vida. Apenas começam a constituir sua influencia, como principal elemento para a conquista do poder, que a morte os arrebata!

Não se deve comparar a luta politica na Inglaterra, com a do Brasil; ali quatro gerações trahalhão, levando cada uma sua pedra, assim de estabelecerem um dia a independencia de um de seus descendentes; cá, um só homem affronta todas as provações, sofre todas as vicissitudes, e em sua rapida carreira cura de fazer sua fortuna, e firmar seu credito politico.





OS CONTEMPORÂNEOS



REVISTA MENSAL

Barão de Iguarassim.



## BARÃO DE IGUARASSÚ.

**S**E um grande saber junto a uma probidade irreprehensivel, se o amor da patria e a dedicação ao soberano, se emsim a reunião geralmente reconhecida de um bello caracter e dc uma urbanidade toda particular merecem uma lembrança historica, ninguem tinha mais dircito do que o Conselheiro DOMINGOS RIBEIRO DOS GUIMARÃES PEIXOTO de figurar na *Galeria dos homens illustres do Brasil*.

Lisongeio-me, pois, eu que fui seu amigo, de ter a honra de referir esta vida toda de abnegação e de trabalho, inteiramente dedicada ao allivio das miserias da humanidade.

O Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto nasceu em Pernambuco no dia 14 de Agosto de 1790, filho legitimo de Luiz Ribeiro Peixoto dos Guimarães, e de D. Josepha Maria da Conceição Peixoto. Depois de ter feito suas humanidades na sua cidade natal, entregou-se ao estudo da medicina e da cirurgia, não sómente sob a direcção dc seu pai, mas ainda seguindo os cursos de cirurgia nos hospitais.

No anno de 1810, desejando adquirir uma instrucção mais completa, veio para o Rio de Janeiro, onde, depois de se ter matriculado na escola cirúrgica desta corte, entrou como alumno interno no extinto hospital militar; apenas tinha concluido o curso de anatomia e physiologia, foi encarregado (sem ordenado nem gratificação) da instrucção medico-cirúrgica dos pensionistas que por ordem do Senhor D. João VI forão mandados vir da Costa d'Africa, e a estes explicou um curso completo de anatomia e physiologia.

Em 12 de Maio de 1812 teve carta de cirurgião na conformidade da lei; e em 1813 foi nomeado 2º cirurgião do sobredito hospital, continuando no ensino dos sobreditos pensionistas.

Impellido pelo desejo de augmentar sua instrucção, conseguiu, na qualidade de 1º cirurgião, dirigir-se a Coimbra, passando a Lisboa na não *Medusa* em 1814. Tocando por escala na bahia, foi ali julgada incapaz a dita não, e o Dr. Peixoto vio malogrados os seus desejos.

Teve pois de voltar ao Rio de Janeiro, onde foi nomeado vaccinador em 1815. A consideração publica, de que se viu então investido, consolou-o um pouco de não ter effectuado a sua viagem á Europa.

Em 1817 foi nomeado cirurgião da casa real, em 1820 cirurgião da real camara. Estas duas ultimas distincções lhe forão tanto mais caras, que forão devidas ao favor do Senhor D. Pedro I, então Príncipe Real.

Foi a partir desta época que a protecção deste Príncipe Magnanimo imprimiu no coração do Dr. Peixoto sentimentos de gratidão e de veneração, aos quaes conservou-se fiel toda sua vida, como teve muitas occasões de o provar.

Um incidente dc que foi vítima o Príncipe Real teve uma grande influencia na carreira do Dr. Peixoto. S. A. Real, ao chegar á tribuna da capella por occasião de uma festividate, se ferio no lado esquerdo da testa, com um varal de ferro que sobre Elle cahio casualmente, fazendo um talho e interessando toda a espessura da pelle, no comprimento de uma pollegada. Chamado para socorrer-ló, o Dr. Peixoto prevenio as consequencias, ordinariamente tão graves, em uma parte tão melindrosa, e obteve uma cicatriz regular sem deformidade.

Depois desta época foi encarregado de tratar a Família Real, assim como S. M. a Imperatriz, cada vez que o não podia fazer o Barão de Goyana. Estas relações tornáron-se de mais a mais estreitas e frequentes, e quando morreu o dito Barão, foi elle quem lhe sucedeu em todos os seus cargos.

Em 1821 foi concedido com o habito de Christo, e agraciado com o fôro de cavalheiro fidalgo.

Um notável acontecimento ocorreu em 4 de Fevereiro de 1822, e foi o falecimento do Príncipe de Beira, o Senhor D. João Carlos. Pelos movimentos politicos de então, achando-se S. M. a Imperatriz gravida, julgou o Imperador acertado remover a Família para a Fazenda de Santa Cruz, d'onde em poucos dias voltou com o Príncipe gravemente doente de febre nervosa com convulsões, ás quaes succumbio na idade de 10 meses e 8 dias. O Dr. Peixoto recebeu a honrosa missão de o embalsamar.

No inesmo anno no dia 11 de Março teve lugar o feliz nascimento da Princeza Imperial; e posto que o Barão de Goyana tivesse sido encarregado de a receber, o seu mau estado de saude obrigou S. M. o Imperador a convidar o Dr. Peixoto para o parto; alta prova de sua estima e confiança para com elle, confiança que nunca desmentio, como se pôde ver nas instruções por escrito que deixou ao Dr. Peixoto, relativamente a seus Augustos filhos, quando deixou o Brasil.

Em Julho de 1823 vindo pela chacara da Joanna deu o Imperador uma grande queda de cavallo, com fractura de duas costellas; o Dr. Peixoto o tratou por espaço de um mez pouco mais, e cabendo-lhe igual honra na occasião em que Sua Magestade se ferio no pé com a propria espada, quando em exercicio de tropa no campo de S. Christovão.

Em Agosto de 1824 nascceu felizmente a Prineza a Senhora D. Francisca, e o Dr. Peixoto teve a distinta honra de a receber, sendo remunerado com a direcção de fôro de lidalgo cavalheiro.

No mesmo anno foi nomeado cirurgião-mór do Imperio, e em 23 de Fevereiro de 1825 recebeu o titulo de conselho.

A 2 de Dezembro de 1825 nascceu S. M. o Imperador, hoje reinante; ao Dr. Peixoto coube a muito prezada honra de o aceitar em suas mãos, e S. M. o Imperador em seu jubilo de ter um herdeiro varão, não julgou poder dar-lhe maior prova de satisfação, do que abraçá-lo em publico; e para tornar esta homenagem mais honrosa, quiz que a Imperatriz lhe concedesse o mesmo favor, sendo então agraciado com commendada da ordem de Christo.

No anno de 1826, elle acompanhou SS. MM. II. na viagem que fizerão á Bahia.

O dia 11 de Dezembro do mesmo anno foi fatal pela morte de S. M. a Imperatriz: a profunda aflição que esta perda tão inesperada causou ao Dr. Peixoto, reacendeu em seu coração o antigo projecto de ir formar-se na Europa. Dirigiu pois ao Imperador a sua petição, e obteve a graça da licença, e endurecendo o seu coração sobre os laços de sua família, partiu com destino a Paris em 16 de Setembro de 1827.

Conhecendo a pureza de suas intenções, dignou-se S. M. o Imperador ajudar os seus esforços com a Sua protecção, dando-lhe a pensão de 600\$000 réis annuas até concluir a sua formatura, com os vencimentos de todos os seus empregos. Emili os seus votos estavão cumpridos, habitava Paris, centro de todas as sciencias e de todas as ilustrações.

Frequentava as escolas com a maior assiduidade, notava-se a sua cabeça branca em todos os cursos, assim como em todas as clínicas; os professores não contentes de o acolher á porla, o designavão á mocidade estudiosa como um modelo a seguir.

Frequentava também os salões dos mais celebres professores, e foi num dos saráios do illustre Cuvier que tive a honra de o conhecer.

Chamado a Paris por um augusto suffragio, eu esperava que a alta posição que eu ia ocupar, deixasse tempo de me entregar aos grandes estudos que me impunha a futura publicação da bibliotheca — cirurgica — polyglotte: mas assim como o Dr. Peixoto, eu não tinha contado com as revoluções.

De ha muito recebia elle desfavoráveis notícias do Brasil, cujo horizonte político se cobria de nuvens. Já lhe tinham tirado a pensão que devia á Município do Imperador, assim como o lugar de cirurgião-mór do imperio e os ordenados correspondentes.

O Imperador sempre grande, sempre grato, den de seu bolsinho a pensão de 800\$000 que lhe foi regularmente paga, até que se formou. Durante a sua residencia em Paris, recebeu o oficialato da ordem da Rosa, como prova de sua dedicação e dos seus serviços. S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Marquez de Rezende, plenipotenciário encarregado de receber a rainha de Portugal, o induziu a ir esperar-a em Genova, onde devia arribar; esta viagem foi inútil, por ter S. M. aportado á Inglaterra; foi contudo útil á scienzia: durante a sua assistencia em Genova, o conselheiro Peixoto teve numerosas conferências com o conselho superior de saude sardo, sobre as questões das quarentenas.

O conselheiro Peixoto apresentou uma these que fez sensação; tratava de medicamentos pouco conhecidos, ou ignorados na Europa; o Dr. Alibert fez-lhe elogios que muito o deviam lisonjear; mas o que foi para elle um premio muito mais elevado, foi a viva e sincera amizade que lhe tinham os Drs. Dubois pai e filho, A. Richard, os dous Cloquet, e sobretudo Orlila, de quem era muitas vezes conumensal.

O Dr. Lisfranc o tratava com uma cordialidade rara, de que lhe deu provas publicas.

Deixou Paris, levando consigo a amizade e a estima de todos que o conheciam. Por mim nunca esquecerei seu bello proceder, nem suas vivas ins-

tâncias para que eu o acompanhasse ao Brasil; mas não previa então que eu aqui viria sem poder gozar de sua amizade e protecção.

Arrebatando a tormenta revolucionaria, o Imperador abdica e se retira a bordo de um navio inglez.

Nada detém o conselheiro Peixoto, e passando impassível pelo meio de uma multidão exaltada por esse recente sucesso, dirigiu-se a bordo do navio em que estava o Imperador, que entre lagrimas e soluções lhe agradece esta nova prova de aflição, recomendando-lhe de não abandonar os Seus Augustos Filhos. A multidão respeita a sua volta, como o fizera no momento em que ia pagar este piedoso e ultimo tributo áquelle que tinha sido seu constante Mecenas.

A Regencia não podia ficar indiferente ás provas de saber e de dedicação que acabava de dar o conselheiro Peixoto, salvando em 1833 a vida ao Senhor D. Pedro II, actual Imperador, pois que n'um officio muito conhecido, para que seja mister referir aqui, apressou-se em felicita-lo oferecendo-lhe uma recompensa pecuniaria.

Esta oferta foi recusada com extrema delicadeza, e o conselheiro Peixoto contentou-se com o titulo de 1º medico de S. M. e da Familia Imperial, impondo com condição absoluta que este titulo nenhum honorario lhe traria até á maioridade de S. M.

Em 1841 foi agraciado com o titulo de official-mór honorario.

Emili o ultimo e não pequeno serviço em que terminou esta tão brilhante carreira, foi o de haver recebido em 23 de Fevereiro de 1845 o Filho do Mouareha, que elle mesmo recebera, querer dizer o Príncipe Imperial D. Alfonso, pelo que foi agraciado com o titulo de BARÃO DE IGUARASSU.

O BARÃO DE IGUARASSU exerceu durante mais de vinte annos a cadeira de physiologia, e ali estão os seus numerosos alunos que mais alto fallão do que em o posso fazer, e que todos de comum acordo confessão, que a benevolencia com que tratava sempre a moeidade, era igual á sua eloquencia e profunda sabedoria.

Além dos numerosos documentos esquecidos na secretaria do Imperio, deixou um volumoso manuscrito sobre physiologia, que aguarda ainda as horas da publicação.

Foi por varias vezes director da escola de medicina. Haverá quem ignore os extraordinarios esforços, os trabalhos immensos de que necessitou, a principio, semelhante estabelecimento? Haverá quem ignore que até o dotou com estatutos feitos por elle, e impressos á sua custa, e que para sustentar a dignidade desta sua filha, sempre deixou de lado amizades, considerações e interesses particulares?

Seus serviços á humanidade forão bastante apreciados em toda esta cidade, e nôrtemente na Santa Casa da Misericordia desta corte, já como facultativo, já como digno irmão, e duas vezes provedor, constituinte credor do maior respeito e gratidão. Faleceu no dia 28 de Abril de 1846.

A vida do Barão de Iguaressu foi a de um homem de saber, de probidade e de coração. Não faltou para sua felicidade e de sua família, senão mais alguma firmeza; mas pertinacia na sua resistencia aos esforços da inveja, e do enemigo, sempre sentados no degrão do trono.

Em posição científica nada tinha a invejar, e até hoje nenhum medico brasileiro pode lisonjear-se de ter sido, como elle, medico correspondente da academia imperial de medicina de Paris, da sociedade de Medicina d'Emulação, da de historia natural, e de chimie medica da mesma cidade, do instituto historico, da sociedade das sciencias, bellas lettras, e de muitas outras sociedades sabias.

Aquelles que o conhecêram, lamentarão a sua morte, e ainda hoje conservam delle uma honrosa lembrança.

Dr. Cu. J. F. CARRON DU VILLARDS.



OS CONTEMPORANEOS



MARQUEZ DE RONDON

*Marquez de Rondon*



## MARQUEZ DE BAEPENDY.

OVO esquecedor somos nós, e se dahi nos provêm a vantagem das fácies rehabilitações, de modo que o passado, ainda o de hontem, não é obstáculo para ninguém, tambem dahi nos provêm a desgraçadissima perda das lições da nossa historia, que tão uteis poder-nos-hia ser; e, o que ainda é peior, perdemos a recordação dos grandes serviços, dos grandes merecimentos . . . . , e isso nos dá certa feição de ingratos, que cumpre repelir.

Seja isso devido á rapidez com que entre nós se alterão as gerações, como deve de acontecer em um povo que constantemente recebe da emigração novos elementos, ou seja devido á rapidez com que os factos nos impellem para diante, impedindo-nos de olhar para trás, assim de prestar ao passado o culto e o reconhecimento que lhe são devidos, o certo é que o hontem da sociedade brasiliense está tão longe do hoje della, que já, dos que ainda se lembrão dos grandes cidadãos que presidirão ao nosso nascimento político, aos primeiros esforços de nossa organização, desses mesmos que ainda disso se lembrão, pouco os apreciam devidamente, poucos se collocam nas circunstâncias em que se elles acháram, poucos reflectem nas dificuldades com que lutáram; poucos dizem: « Se temos patria, se no dia da nossa independencia não cahimos nesses abysmos de miseria em que tantos povos foram arrojados, a esses nossos compatriotas o devemos: honra e gloria a elles! »

E quando a morte leva para melhor mundo algum desses veteranos da patria, a pena de algum jornalista, dando treguas ás questões do dia, escreve uma palida necrologia, ás vezes della se encarrega algum amigo . . . . , e quando essa necrologia tem ocupado um cantinho de algum periodico pensa-se que está pago o tributo devido ao illustre morto!! Pensa-se que essa voz que lhe iuanda uma fria saudade saldou todas as contas, e que nada mais lhe deva a posteridade!

Ao distinto Marquez de Baependy outro tanto por certo não aconteceria se a pena que da sua biographia se encarrega fosse mais digna della, se o estylo da obra igualasse o sentimento dc profunda veneração que lhe consagra quem, collocando-se no meio da inexperiencia de então, devidamente aprecia a sua superioridade.

Na cidade de São João d'El-Rei, em 8 de Setembro de 1763, nasceu MANOEL JACINTHO NOGUEIRA DA GAMA (MARQUEZ DE BAEPENDY). Oriundo de antiga e distinta familia de servidores do Estado, teve dc seu avô e de seu pai exemplos de dedicação á patria que nunca esqueceu nem marcou.

Seu pai, Nicolao Antonio Nogueira, que se esposara na cidade de São João d'El-Rei com D. Anna Joaquina de Almeida e Gama, de distinta familia, sendo alfercs de ordenanças da mesma cidade, mal tem noticia de se acabarem ameaçadas as fronteiras, reune o corpo em que a força moral e o amor dos cidadãos lhe dão o commando, e marcha nos annos de 1776 e 1777 para São Paulo, na distancia de 160 leguas, recusando, com o nobre paterno exemplo, indemnisações e galardões.

Com taes exemplos alimentado, logo nos seus primciros annos, o joven Manoel Jacintho mostrou que em intelligencia, em força de animo, em todas as virtudes do homem e do cidadão, continuaria e augmentaria o thesouro da familia.

A esse tempo, bem que, como colonia, atrasadissimo se achasse o Brasil em tudo quanto era cultivo intellectual, a província de Minas Geraes estava em um grão de desenvolvimento de que facil explicação nos dão a riqueza do seu ouro e dos seus diamantes, e o cuidado especial que da metropole por isso recebia: as letras pois ahi erão, não só cultivadas, senão honradas, e a existencia de tantos poetas, e entre elles o immortal José Basilio da Gama (primeiro de Manoel Jacintho), dão documento desse asserto. O menino frequentou com assiduidade e proveito esses estudos, e tanto que aos 19 annos incompletos, tendo ido para Portugal assim de continuar em Coimbra a carreira das letras, e achando-se desprovido de recursos pecuniarios pelas dificuldades das comunicações e das remessas de fundos, conseguiu em Lisboa sustentar-se com o producto do seu trabalho intelligent e paciente por espaço de dous annos.

Como Rousseau, teve de copiar musica para viver. Por sim chegárao-lhe os paternos auxilios, e o joven laborioso, que lutára com a miseria e a vencera, pôde ir á Athenas Portugueza fortificar a sua intelligencia.

Matriculado nas facultades de philosophia e de mathematica da Universidade de Coimbra, começou os seus estudos com tanto brilho, que, tendo-o o infortunio de novo perseguido, achando-se destituído de auxilios paternos por haver a fortuna dc seu pai sido compromettida na fiança de um arrematante de dízimos que se deixára alcançar, achou o joven Manoel Jacintho fructo imediato da sua applicação. Lições particulares que dava a seus collegas, mais felizes, porém menos estudiosos, o habilitárao não só para viver sobre si e continuar seus estudos, senão até para mandar ao Brasil á sua familia alguns tenuis auxilios que ao menos lhe servião para provar-lhe que seu filho não soffria as privações da miseria, e assim lhe minoravão as mágoas da sau-

dade. Insaciável de trabalho, não lhe bastavão as doutrinas do curso de philosophia e do de mathematica; aprovado, premiado em todos os annos, ainda quiz mais, e matriculou-se na faculdade de medicina, de que frequentou o primeiro e o segundo annos com geral aplauso.

Foi então a sua carreira escolar interrompida: inesperadamente, e sem que o requeresse, recebeu, por decreto de 16 de Novembro de 1791, a sua nomeação de lente substituto de mathematica da Academia Real de Marinha em Lisboa, e ali teve de exercer o professorado até 1801.

Nesse periodo, horas e distinções o vierão procurar, e a par delas a amizade e estima de pessoas da maior consideração. Em 16 de Dezembro de 1793 foi promovido a 1º tenente de marinha, em 20 de Outubro de 1796 a capitão-tenente, e em 23 de Julho de 1798 a capitão de fragata; cavalleiro de São Bento de Aviz, professou em 20 de Novembro de 1793.

Entre as pessoas cuja amizade então o acolheu, sempre mencionar o ilustrado ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho (depois conde de Linhares), que em tão alta consideração tinha a inteireza e as luzes da lente de mathematica, que até ao ultimo instante o apregoa como seu melhor amigo. Dessa amizade utilizou-se Manoel Jacintho, menos em benefício próprio do que para dar expansão ao seu espírito generoso e humilde, especialmente para com aquelles seus patrícios que, longe da pátria, mais necessitavão de proteção. Na escola da desgraça tinha Manoel Jacintho aprendido a condonar-se dos desgraçados. Dentre os que aproveitaram os benefícios do seu distinto compatriota, só apontaremos o conselheiro José de Rezende Costa, que, envolto com seu pai no famoso processo da *inconfidencia* e desterrado para Cabo-Verde, foi agraciado e empregado no Erário de Lisboa, d'onde ao depois passou para o do Rio de Janeiro.

Ainda no meio dessas prosperidades, a desgraça o não deixou tranquillo: seu irmão mais velho, Antônio Joaquim Nogueira da Gama, que com elle fôra do Brasil doutorar-se em Coimbra, mal acabava de tomar o capello na faculdade de medicina, quando faleceu, deixando em summa pobreza sua viúva e seis filhos menores. Não obstante seus poucos recursos pecuniários, teve Manoel Jacintho de acudir às necessidades de sua cunhada e de seus sobrinhos, a quem enviou para Minas ao seio de sua família, continuando a dar à viúva uma mezada, em Coimbra, enquanto existiu.

Despachado no 1º de Junho de 1801 inspector geral das nitreiras e fábricas de polvora de Minas Geraes, e ao mesmo tempo deputado da junta de mineração e moedagem e secretário do governo, teve de deixar a sua cadeira de lente de mathematica. Foi logo depois, no 1º de Outubro, nomeado deputado da junta da Real Fazenda na mesma província, então capitania, declarando-se vitalício em sua pessoa o lugar de secretário do governo.

No entretanto, querendo o governo da metrópole ainda aproveitar-se em Portugal dos talentos do nosso distinto compatriota, nomeou-o, em 12 de Novembro do mesmo anno, ajudante do intendente geral das minas e metais do reino, no curso docimástico da casa da moeda; e ali estabeleceu elle o laboratório químico, e igualmente encarregou-se da construção das nitreiras artificiais em o Braga de Prata, e delas foi nomeado inspector.

Promovido em 9 de Fevereiro de 1802 a tenente-coronel do corpo de engenheiros, pediu e obteve, em 2 de Julho de 1803, a sua demissão de secretário do governo de Minas Geraes, lugar que não chegou a exercer, e em 24 de Setembro do mesmo anno foi nomeado deputado e escrivão da junta da Fazenda da dita província. Em Março seguinte pôde voltar para sua pátria, a cujo progresso de então por diante teve de consagrar um espírito cultivado por diuturnas luctações, fortificado pelo sofrimento, e cheio da mais acrisolada dedicação.

Proseguindo na sua carreira administrativa, sempre estimado e coadjuvado na razão do seu zelo pelo serviço público, apesar da reluctância que á sua posse opôs, sob o mais frívolo pretexto, o capitão general Pedro Maria Xavier de Attayde, e que o obrigou a voltar a Lisboa, donde regressou em Julho de 1806, foi sustentado no emprego pelo Príncipe Regente e pelo seu ministro, o sempre memorado Luiz de Vasconcellos e Souza.

Nesse emprego, que começou a exercer em 27 de Setembro do mesmo

ano, mostrou quanto pôde um espírito esclarecido junto a um carácter integro e a um coração generoso. Pelo estado em que ainda hoje entre nós se achão a fiscalização, a arrecadação das dívidas do Estado e a cobrança dos impostos, pôde-se fazer idéa do que serião elas em 1806, em uma província central da colónia. A esse estado procurou-a arranjar Manoel Jacintho, e sem queixas nem relutâncias o conseguiu em grande parte.

Tanto ali se distinguiu, que em 1808, criado no Rio de Janeiro o Real Erário, foi chamado para oelle desempenhar as funções de escrivão. Então começou essa série de imensos e inapreciáveis serviços, que só poderão ser compreendidos por quem attender às circunstâncias do tempo, à falta de homens, e aos interesses filhos do abuso e da prevaricação, que de tropel não acham-se offendidos pelo genio fiscalizador e systematico do nosso distinto patrio.

Estreou elle não só com os seus conselhos quanto á administração, senão apresentando um donto e bem deduzido parecer ácerca dos melhoramentos exigidos para a cobrança das rendas e fiscalização da despesa. Levado ao conhecimento do Príncipe Regente em 1812 esse plano, foi por elle muito aprovado. Mas se recebeu Manoel Jacintho essa honra, teve em compensação os odios e rivalidades de quantos sugavão a substancia do Estado, que queria elle salvar para ser aplicada ao serviço público. Sobranceiro porém a esses odios, a essas inimizades, nem por amor das suas sentiu Manoel Jacintho arrefecer o seu zelo, nem por vingança perseguir os que o hostilizavão; antes, generoso, salvos os públicos interesses por elles offendidos, procurou adotar-lhes o rigor das suas destituições.

Enquanto na carreira administrativa assim prosseguia, era chamado a prestar outros serviços, e indefeso sempre acudia ao reclamo. Installada em 1811 a Real Academia Militar (que depois de tantas transformações e mudanças de nome ainda subsiste sem grande alteração no essencial), foi elle nomeado deputado da junta que a devia dirigir, e inspector das suas aulas, lugar que serviu sem estipendio até ao anno de 1821.

A par dos serviços, não lhe fôrão escassos os galardões honoríficos. Promovido a coronel do corpo de engenheiros a 4 de Julho de 1808, foi em 6 de Fevereiro de 1818 nomeado brigadeiro graduado; em 8 de Junho de 1819 obteve a effeclividade desse posto, reformando-se em 11 de Dezembro de 1822 no de marechal de campo. Comendador de Aviz em 31 de Maio de 1809, obteve em 10 de Março de 1814 o título do conselho, e em 18 de Janeiro de 1815 o lorde de fidalgos cavalleiro.

Nessa posição se achava Manoel Jacintho Nogueira da Gama, quando o movimento político que agitou em 1820 a Europa, e que ao mesmo tempo envolveu a Itália, a França, a Espanha e Portugal, propagou-se ao Brasil, único de todos esses países que teve de dever-lhe benefícios reais e progresso, pois deveu-lhe a constituição e a independência.

A agitação das idéias, a esfervecência dos espíritos então dominantes não podiam deixar de tirar um cidadão da importância e do merecimento de Manoel Jacintho da esfera administrativa em que até então se havia circunscripto o seu zelo activo e patriótico, e de aproveitá-lo para causas ainda maiores e mais úteis. A vida política se lhe abriu.

Em 23 de Fevereiro de 1821 foi nomeado secretário e deputado da junta que com os procuradores das caixas do Brasil devia tratar das leis das cortes de Portugal e dos melhoramentos úteis ao Brasil. Em 4 de Abril passou a ter exercício no conselho da fazenda, para o qual pediu e obteve a sua exoneração das funções que exercia no Real Erário, em que ao depois só interveio em 21 de Fevereiro de 1822 como membro da comissão encarregada de seu exame, e posteriormente e por diversas vezes como ministro da fazenda e presidente do tesouro público. Em 21 de Abril de 1824, eleitor da freguesia de S. José, assistiu a essa tragica reunião dos eleitores na praça do comércio.

Não é da nossa tenção escrever aqui a história política de nossa pátria; abstemo-nos portanto de apreciar os acontecimentos, de explicá-los nas suas causas; sómente os indicamos em tudo quanto nelles se achou envolto o nosso distinto compatriota, contentando-nos com dizer que sua voz ilustrada e eloquente, interprete de uma opinião conscientiosa e despida de ambições,

nunca serviu uma só idéia de desorganização, nunca favoreceu a demagogia; nunca porém também sacrificou a causa do progresso humanitário para a liberdade.

Deputado pela província do Rio de Janeiro à assembleia constituinte, que, como se sabe, foi o centro de reunião de todos os homens conspicuos de que então se glorava a nossa pátria, e a quem, ainda virgem de cabalas e trapaças eleitoraes, o povo congregava para que lhe dessem, o que a sua inexperiencia desejava, uma sabia constituição política, Manoel Jacintho, precedido pelo seu nome, pelos seus serviços, não podia deixar de para logo ocupar eminente posição, especialmente como financeiro. Tanto se distinguiu, que dali a tres mezes, em 17 de Julho de 1823, foi chamado ao ministerio da fazenda e à presidencia do tesouro publico.

Em época tão calamitosa, o poder poucas condições de estabilidade oferecia, o paiz poucos elementos de grandeza apresentava: achar meios de acudir ao serviço público, de satisfazer todas as exigencias que appareciam, era o mais que ao ministro da fazenda era dado; nem então lhe era possível conceber e menos realizar grandes planos. Manoel Jacintho o comprehendeu, e, ministro, continuou a obra de organização a que, annos antes, havia posto peito.

Infelizmente a agitação demágica impelia o paiz para a sua ruina; a assembleia constituinte não sabia segregar-se della; em luta directa com o poder, atacando-o no seu principio, collocava-o na necessidade de salvar-se por um golpe de estado. O ministro da fazenda e quatro dos seus collegas não quizerão aceitar a responsabilidade moral desse acto, e renunciaram as pastas dous dias antes da dissolução da constituinte.

Dissolvendo porém essa assembleia, que, como todas as constituintes, era, apesar da ilustração dos seus membros, incapaz de cumprir a sua missão e de subtrair-se ao domínio das facções, o chefe do Estado havia promettido aos povos uma constituição: cumpria mostrá-lhes que a dissolução não havia sido uma agressão á liberdade nem uma falta á fé jurada, mas simplesmente um recurso extremo contra abusos legalmente irreprimíveis e inevitavelmente fúnebres: foi pois em 13 de Novembro nomeado conselheiro de estado o ex-ministro Manoel Jacintho, e coube-lhe a gloria de ser um dos autores e signatários desse pacto fundamental a que deve a nação brasileira a diuturnidade da sua duração e a garantia das suas liberdades. Por esse serviço decorou-o a coroa com a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro.

Por carta imperial de 15 de Outubro de 1823 foi-lhe conferido o título de Visconde de Baependy com as honras de grandeza, e foi nomeado depois, em 21 de Janeiro de 1826, chamado de novo ao ministerio para a repartição da sua especialidade, a da fazenda. Em 12 de Outubro do mesmo anno obteve o título de Marquez.

Infelizmente só conservou o poder um anno: nomeado das intrigas e manejos da época, persuadindo-se que não gozava de suficiente confiança da coroa, por não haver ella querido acceder ao desejo, por elle mostrado, de reformar a alfandega, contra a qual tantas e tão fundadas acusações eram geralmente dirigidas, pediu em 19 de Outubro a sua demissão; não lhe foi porém ella concedida, e teve o dedicado e leal servidor de continuar ainda tres mezes contra a vontade nessa posição, em que, vítima de tantos euredos, não lhe era dado servir, como entendia conveniente, o monarca e a pátria. Emsim, em 15 de Janeiro de 1827, conseguiu retirar-se do ministerio com os seus collegas, Marquezes de Caravellas, de Paranaguá e de Inhambaré.

Retirando-se porém do poder, não arrefeceu o seu zelo pelo serviço do paiz e devoção ao Imperador: no conselho de estado, os seus votos, os seus pareceres escritos e luminosamente deduzidos, de acordo com os dictames da sãa política, se nem sempre infelizmente foram seguidos, ali estão todavia para mostrarem que, se o erro dominou, não foi por não haver quem apontasse a verdade. Entre esses pareceres faremos sobressair o em que aconselhou a reprovação desses empréstimos de Londres que com tão fúnebre encargo onerarão as finanças do paiz, e tanta pretexts derão aos claimores contra o governo de então. Não menos importante é o que deu sobre as questões suscitadas pela morte d'El-Rei o Sr. D. João VI e pelo chiamamento do Imperador do Brasil como D. Pedro IV no trono portuguez. E por fim, em annos posteriores, quando o espirito revolucionario, já senhor das massas

populares, impelia a cámara temporaria, onde dominava, contra o senado e o princípio conservador, quando a crise precursora do sete de Abril se apresentou, o seu voto aconselhando ao poder que se circunscrevesse na restricta esfera da sua ação legal, mas nella cumprisse energico a sua missão constitucional e firmasse a independencia e ponderação dos dous ramos do poder legislativo, o seu voto, dizemos, se houvesse sido adoptado, talvez nos tivesse pouparado os desastres de uma revolução.

Apresentado em 1826 em lista triplice para senador pelas províncias de Minas Geraes e do Rio de Janeiro, foi escolhido por aquella, e tomou assento logo na instalação do senado, nesses bancos a que tanto realce souhe dar.

Entretanto iam correndo os tempos, e os esforços revolucionarios, mal contrariados pela ação inexperiente e fraca do governo, tinham chegado ao seu ponto: a revolução estava madura; só lhe faltava um opportuno ensejo, e os seus planejadores o procuravam com todo o afan. Verificáron-se as fatais ocorrências de Março de 1831; o monarca que em frente delas julgou possível accommodar a oposição organizando um ministerio de sua confiança, sentiu que nem assim a satisfaria, e organizou outro gabinete em vistas de reprimir as tendências revolucionarias que ameaçavam a sociedade. Desse gabinete, organizado na noite de 5 de Abril, fez parte, como ministro da fazenda, o Marquez de Baependy.

Mas a revolução estava em campo: sens autores, recebendo perder os elementos que haviam congregado, acolherão a notícia da organização do novo ministerio com o rompimento de ha muito preparado.

A parte que nos ultimos acontecimentos do reinado do magnanimo fundador do Imperio coube ao nobre Marquez de Baependy, o que honra contra o seu conselho, ou conforme com elle, nessas ocorrências que precipitadas se agglomerarão no dia e na noite de 6 de Abril de 1831, poder-lheia mais de espaço ocupar; facil nos seria recompor essas scenas intimas em que a timidez lutava com a dedicação, e os mais nobres pensamentos eram contrastados por frio desanimo; deixemos porém á historia o que á historia pertence, e, biographos, digamos sómente que em todos os momentos, que equivaliam a seculos, desse dia fatídico, o nobre marquez não desmentiu um só instante a sua reflectida lealdade, a sua intelligente dedicação á patria e ao Imperador.

No dia da abdicação, na presença dessa grande prova de ingratidão dos povos, o nobre Marquez como que deu por linda a sua missão politica. Vítima dos furores revolucionarios, como ex-ministro, apontado ás calumnias mais torpemente inventadas, insultado o seu domicilio, o prestante Brasileiro apenas reunio os seus esforços aos alguns amigos da ordem que procuravam neutralizar com a propagação das sãas doutrinas o espirito da irreflectida destruição de que se achavam possuidos os revolucionarios.

Para justificar a revolução, os dominadores da época trataram de formular acusações contra os ex-ministros do Imperador: o Marquez de Baependy foi um dos escolhidos, e para honra sua ali está essa acusação em que o espirito sagaz do odio politico, pesquisando uma longa vida ministerial, em uma pasta de tão complicados quanto graves negócios, apenas achou para base do crime de prevaricação um facto meramente administrativo e da maior insignificancia. Firme na sua consciencia, o nobre Marquez respondeu vitoriosamente a tão injusto projecto de acusação. E de facto tão injusto era elle, que a propria comissão encarregada de examinar a acusação a desprezou pelo seu nenhum fundamento, o que foi aprovado pela cámara dos deputados em Setembro de 1831.

Não podendo lutar contra a torrente, o nobre Marquez retrou-se da vida politica: se comparecia no senado, se com o seu voto ainda disputava algums dos grandes principios de ordem á conquista revolucionaria, se defendeu a constituição do imperio contra os ataques dos seus reformadores, nunca mais ocupou a tribuna; sua voz eloquente emudeceu.

A causa porém da monarquia constitucional brasileira tipa de ser salva. O anno de 1836 viu resurgir poderoso, ilustrado e unido o partido que reagiu contra os erros revolucionarios; logo no anno seguinte foi o nobre Marquez eleito vice-presidente do senado, e como tal teve de reger em toda essa

sessão os trabalhos de tão importante camara; no anno de 1838 foi eleito seu presidente.

De posse da plenitude do poder executivo e moderador, o Senhor D. Pedro II, por occasião da sua coroação em 18 de Julho de 1841, galardoou o velho e constante servidão da monarchia brasileira, o ministro fiel e amigo dc seu Augusto Pai, com a Grã-Cruz da Ordem da Rosa.

A vida politica, a vida activa e de trabalho do nobre Marquez estava acabada; seus dias continuároa ainda alguns annos a deslizarem-se no seio do socego e da ventura domestica de que era tão digno, e se ainda, não obstante a sua idade, aparecia entre os anciões da patria, se ainda pôde com o seu voto sustentar algumas vzes à causa de toda a sua vida, já não era senão o venerando representante do Brasileiro distinto que tão alto havia elevado o seu nome. No meio dessas vicissitudes dos tempos, e dessas modificações de caracteres, de opiniões e de princípios, que tão infeliz consequencia são da fraqueza humana na vida politica, ao nobre Marquez cabe uma gloria: seu carácter, suas opiniões forão sempre os mesmos, os seus votos nunca se desmentirão; nunca em sua longa existencia politica houve um passo que lhe deixasse a amargura do arrependimento.

No meio dessa existencia tão activa, tão cheia, o nobre Marquez, ainda conservando essa previdente generosidade que nas lutas da sua mocidade com a pobreza se havia acrisolado, teve a lembrança da fundação de um monte-pio, especie de associação mutua em que os pais de familia menos abastados, e a quem era tolhido economizar um patrimonio para seus filhos, pudessem com alguns fracos sacrifícios comprar para suas famílias parca, porém segura subsistência. Em Junho de 1825 offereceu elle ao Senhor D. Pedro I um projecto para a fundação de um monte-pio geral para as famílias brasileiras; já anteriormente havia offerecido um para as famílias dos militares. Aquelle interessante trabalho foi apresentado no senado em 26 de Agosto de 1834, e delle posteriormente resultou o instituto que ali temos com o nome de Monte-Pio geral dos servidores do Estado, cuja idéa é atribuída a outrem, realisando-se assim ainda uma vez o famoso distico de Virgilio:... *sic vos non vobis...*

Na vida do nobre Marquez pôde-se considerar o homem privado e o homem publico; e neste podemos ver — o homem de estudo e de magisterio,— o homem de administração,— e o homem politico, e em todos esses aspectos pôde o Brasil usanar-se de tão distinto filho, e apresenta-lo como modelo.

Homem politico, em uma época de luta com a desorganização revolucionaria, quando os mais funestos absurdos erão reconhecidos como princípios e até proclamados como axiomas, teve elle na sua intelligencia fria e calma, no seu coração cheio de lealdade e de devoção, meios de premunir-se contra todos os erros, e, convencido que só sob a egide da autoridade pôde vigorar a liberdade, nem um só momento sacrificou uma á outra. Até 1831 foi um dos oradores mais distintos e que melhor direcção derão aos debates do nosso parlamento, elucidando-os com a maior clareza de expressão, a mais logica argumentação. Ministro e conselheiro de cstadt, sempre fallou o monarca, ainda em risco de desagravar-lhe, a linguagem da verdade. Disso tem o arquivo do conselho de estado provas escriptas que o futuro historiador das cousas da nossa terra poderá compulsar.

Homem de administração, todos os seus trabalhos na província de Minas Geraes e na organização do Erario do Rio de Janeiro dão testemunho de que tinha elle todas as qualidades necessarias ao administrador, compreensão rapida e clara, perspicacia, perseverança, e essa qualidade sem a qual nocivas são todas as outras, acrisolada inteireza.

Homem de estudo e de magisterio, basta lembrar que, ainda estudante, no ensino achou os recursos da existencia, que, chamado ao professorado

publico em um estabelecimento importante, conquistou a mais subida estima e consideração, para se ter idéa do que foi; e se como litterato administrador escreveu diversos trabalhos sobre as finanças do Brasil, se como agronomo e amigo do progresso publicou interessantes memórias sobre o cultivo da canella do Ceylão e sobre a granza ou ruiva dos tintureiros, como professor traduziu, para uso da mocidade, a Metaphysica do calculo de Carnot, a obra de Fabre sobre torrentes e rios, e a Mecanica de Lagrange. Foi membro de muitas sociedades litterarias e científicas, quer nossas, quer estrangeiras: a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico Geographico do Brasil, as sociedades Litteraria e Amante da instrução, a Promotora da instrução de Vassouras, a de Agricultura, Commercio e industria da Bahia contára-o entre os seus sócios; bem como a Sociedade Universal de Estatística em França, a Academia Franceza de industria agricola, manufactureira e commercial, a Academia Real das Sciencias de Lisboa, a Sociedade Litteraria Tibuciana, &c.

Como homem particular, sempre prestimoso e obsequiadador, não poucos benefícios soube espalhar. Affável, jovial e docil, conciliava com o respeito a affeição de quantos tinhão a ventura de o tratar.

Casando-se em 5 de Agosto de 1809 com a Senhora D. Francisca Monica Carneiro da Costa (Marquesa de Baependy), filha legítima do coronel Braz Carneiro Leão, um dos mais abastados e consideraveis negociantes da praça do Rio de Janeiro, cuja viúva foi posteriormente nomeada baroneza de São Salvador de Campos, teve desse feliz consorcio tres filhos, um o Visconde de Baependy (Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama), a quem deixou em maioridade, e dous outros, Manoel Jacintho Carneiro Nogueira da Gama e Francisco Nicolão Carneiro Nogueira da Gama, ainda menores. Modelo de todas as virtudes domesticas, amou extremosamente a sua família, e, zeloso pela sua sorte, nada deixando ao acaso, conhecendo a fragilidade das cousas humanas e os vaivens do mundo, com os bens da fortuna que lhes deixou, ainda melhor herança lhes preparou, quer no exemplo das suas virtudes, quer no assiduo cuidado da sua educação.

Do Estado nada deixou a seus filhos senão o seu nome e a recordação dos seus serviços, que mais devem considerar-se como empenhos que os obrigão que como vantagens de que tenham de fruir.

Cidadão tão virtuoso, homem de tanto merecimento, devia merecer da Providencia uma remuneração; elle a teve na sua longa existencia, nos serenos annos da sua velhice, no amor da sua família.

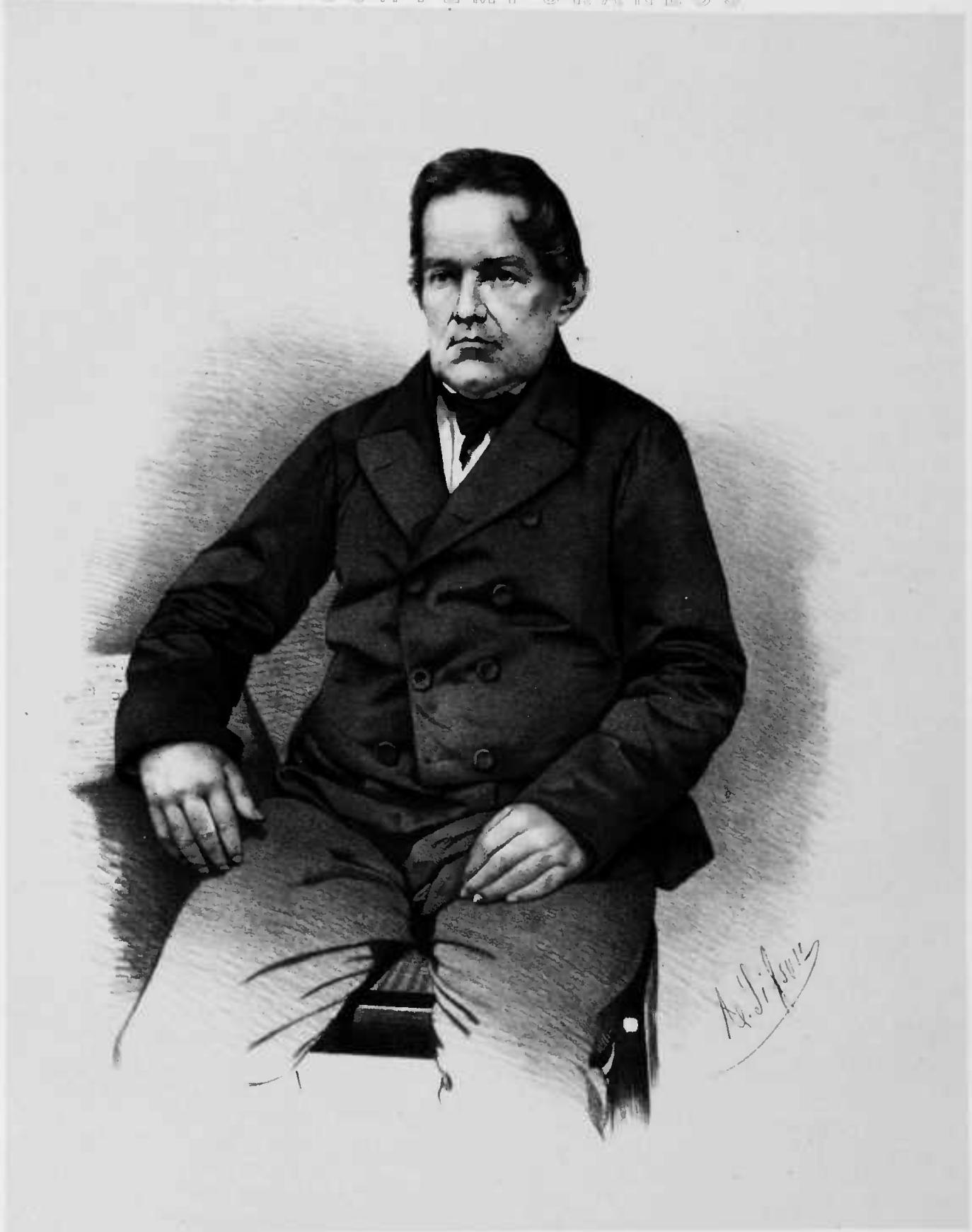
Em 15 de Fevereiro de 1847, pela meia hora da madrugada, depois de curta enfermidade, entregou a alma ao Creador. Sua morte foi a do filósofo christão, como fôra a sua vida. Seu corpo foi sepultado nos jazigos da ordem terceira de São Francisco de Paula desta cidade com as honras devidas aos altos cargos que durante tantos annos exerceu. Tinha de idade 81 annos, 5 meses e 7 dias.

Sua morte foi geralmente sentida não só pelos seus amigos, como por aquelles que só de nome o conheciam; e se inimigos teve, nascerão-lhe elles das lutas políticas e do exacto cumprimento dos deveres dos cargos que ocupára, porque a ninguem odiou, e nunca a ninguem perseguiu.

Nenhum cidadão mais do que elle consagrou ao serviço da patria diuturna dedicação. Nas épocas difíceis do nascimento político da nação brasileira, quando tudo estava por crear, finanças, administração, recursos materiaes e moraes, e quando entretanto, alimentado pela infancia nacional, o espírito revolucionário tudo perturbava, até como que adrede tudo compromettia, o Marquez de Baependy, esse glorioso Brasileiro, ahí se achou em constante esforço, em constante luta, vítima, como todos os que se consagrão ao serviço publico, da inveja de uns, da calunia de outros, nunca porém menos energico, menos dedicado.



OS CONTEMPORÂNEOS



JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR.

*José Martiniano de Alencar.*



# JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR.

## I.

Em 1822 uma mocidade ardente e entusiasta pela liberdade e independencia de sua patria representava o reino do Brasil no Soberano Congresso que se reunira em Lisboa.

Trinta e seis annos são passados; e daquelle pleiade brillante, daquelle phalange illustre dos primeiros representantes do paiz, apenas se encontra hoje no senado, entre as novas glorias que o voto popular e a confiança da corôa chainou a ocupar essas cadeiras, uma trindade respeitavel por muitos titulos.

O Marquez de Olinda, Vergueiro e Alencar, são os tres nomes que lembra ainda aos Brasileiros as calorosas discussões do congresso português, em que os filhos da joven patria que ia surgir proclamavão á face da metropole o direito que tinha o Brasil de declarar-se independente, lançando assim através do oceano o grito dessa revolução que devia consummar-se em 7 de Setembro de 1822.

O Marquez de Olinda, quando a sua carreira parecia terminada, assumio de novo o poder; Vergueiro depois de ter illustrado a tribuna e dirigido a opiniao publica, trabalha ainda pelo paiz dedicando-se á colonisação e á agricultura; Alencar, uma das popularidades de 1830, um dos homens mais notaveis da oposição de 1839, um dos autores da revolução parlamentar que produziu a maioria em 1840, só aspira a servir a seu paiz com o seu voto de legislador, e a conservar puras e inalteraveis as crenças politicas que o dirigirão durante a sua vida.

Poucas existencias ha no Brasil tão cheias de vicissitudes como a sua; poucos homens passarão por tão duras provanças, e acoinpanharão a revolução da independencia de seu paiz desde o primeiro balbuciar deste povo, ainda menino e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espiritos extinguio os antigos partidos.

O que ba de notavel porém na sua vida, é que, tendo muitas vezes exercido, pelo seu prestigio, pela sua habilidade na direcção da politica, uma influencia decidida sobre os negocios do paiz, não occupou nunca as primeiras posicões officiaes; além do cargo de senador a que fôra chamado na primeira vaga por uma eleição espontanea e quasi unanime, apenas foi duas presidente de sua província.

Mas o seu caracter explica este facto: a sua modestia reprimia as aspirações; e o seu interesse pelo paiz passava adiante dos calculos da ambição pessoal; depois de ter servido nobremente o seu partido, depois mesmo de se haver sacrificado por elle, offuscava-se e desprezava as glorias de chefe, para gozar da intima satisfação que sente o simples e obscuro cidadão, quando tem a consciencia de haver cumprido o seu dever.

Assim em todas as épocas em que as suas idéas triumpharão, ou em que o

seu partido dirigi o paiz, elle conservou-se na sua modesta posição; em 1831, sendo presidente da camara dos deputados, continuou no seu posto depois da revolução; em 1834 quando Feijó, seu amigo íntimo e dedicado, governava o Brasil, contentou-se com a presidencia do Ceará, onde o levára o seu amor pela província natal; em 1840, quando a revolução da maioria sahiu de sua casa (\*) para rebentar no senado e echoar na camara dos deputados, apenas aceitou aquella mesma presidencia com o fim de ir reparar os males que as administrações passadas ahi havião feito.

O reverso desse quadro é ainda mais significativo.

Se durante a sua carreira politica Alencar pela sua modestia e pela sua reserva não quiz ou não soube procurar para si as primeiras posicões officiaes no momento em que os seus amigos dominavão; sempre que o seu partido foi vencido, sempre que uma reacção se operou contra os liberaes, o seu nome figurou como martyr entre os mais distintos e os mais celebres; algumas vezes mesmo na primeira plaina.

Em 1817, soffreu quatro annos de prisão rigorosa na Bahia, onde teve por companheiro Antonio Carlos, que depois foi um dos seus mais dedicados amigos, e verdadeiro apreciador do seu caracter; em 1824 esteve de novo preso um anno; em 1842 accusado de ser o chefe de uma imaginaria associação dos *Invisíveis* foi processado com Feijó, Vergueiro e José Bento; em 1848 atribuiu-se-lhe o movimento politico de Pernambuco e o accusárao na camara dos deputados.

Tanta celebridade e tanto prestigio no revez; tanta obscuridade e tanto afastamento no triumpho; — é um contraste que faz honra ao caracter do homem politico, e que lhe deu essa reputação de integridade que seus proprios inimigos nunca lhe negáro.

Mas naquelles tempos de verdadeiro entusiasmo e fé robusta o povo sabia desempenhar a sua missão; e a urna popular era como o altar da patria onde se sagravão puros votos de reconhecimento e gratidão aos bons filhos e aos bons cidadãos.

Ao passo que Alencar era esquecido, ou fazia-se esquecido das distincões officiaes, não lhe faltavão as honras populares.

Em 1821 as portas do carcere se abrirão para deixa-lo saber, ao mesmo tempo que as do Soberano Congresso se abrirão para recebê-lo. De volta da Europa encontrou no Rio de Janeiro o diploma de deputado à constituinte. Minas Geraes e o Ceará o elegérão simultaneamente á segunda legislatura.

Em trinta e seis annos, apenas quatro esteve fôra do parlamento; e isto porque achando-se ainda em 1825 compromettido na revolução do anno anterior não pôde ser eleito á primeira legislatura.

## II.

J. M. DE ALENCAR começou a sua carreira politica muito cedo.

Em 1817, achava-se estudando em Olinda, quando sobreveio essa revolução mal planejada, aspiração precoce de um povo pela liberdade que ainda não se tinha impregnado nas primeiras camadas da sociedade; e que era apenas compreendida por alguns homens instruidos, a quem os échos da revolução francesa, e da independencia dos Estados Unidos, chegavão apesar de amortecidos pelo tempo e pela distancia.

Moço, entusiasta, amando a sua patria com o mesmo ardor que depois sempre mostrou, arrastado pelo exemplo de seus mestres, Alencar deixou-se levar pelo movimento; e partiu para o Ceará, munido das cartas e instruções necessarias para fazer apparcer a revolução naquella província. Desempenhou a sua commissão; porém pouco tardou que a impericia dos chefes fizesse abortar todo o plano.

Effectuou-se a restauração; e elle foi preso e conduzido a Pernambuco: depois passou á Bahia, onde esteve quatro annos encarcerado com o rigor que o governo absoluto usava para os crimes politicos; ahí assistia elle a essas expansões da immensa erudição de Antonio Carlos, que consolava a uns da desgraça, e a outros instruia, como um livro vivo e eloquente.

Soltos em 1821, voltou ao Ceará, e eleito deputado ás cortes de Lisboa, tomou assento em 10 de Maio de 1822. Foi companheiro de Antonio Carlos, Vergueiro, Barata, Muniz Tavares, Lino Coutinho e outros; apesar de muito moço e inteiramente alheio aos estylos parlamentares, apesar do aspecto imponente dessa respeitável assembléa onde tinham assento Borges Carneiro, Fernandes Thomaz, Guerreiro, Ferreira Borges, Girão e mais homens notaveis de Portugal; o joven deputado achou nas suas convicções a coragem necessaria para acompanhar os seus collegas nessa luta parlamentar que preludiou a separação do Brasil.

Chegando a Portugal a noticia da independencia, Alencar abandonou as cortes com alguns outros deputados; e sem passaporte, não obstante a proibição do congresso, passou á Inglaterra, e correu ao reclamo de sua patria; acabou porém a revolução consummada, e recebeu o diploma de deputado á constituinte.

Nessa assembléa, seguindo sempre os principios de liberdade, sustentou os de ordem nas sessões agitadas que então apparecerão; pelo que mereceu a sympathia geral, e a estima de D. Pedro I, que sempre o distinguiu. Dissolvida a constituinte, voltou á sua província, da qual estava ausente havia dons annos; ahí ahou os seus amigos e sua familia comprometidos na revolução de 1824; preferiu comprometter-se com elles a abandoná-los.

Preso e conduzido por Minas Geraes até o Rio de Janeiro, foi ser julgado na capital do Ceará pela commissão militar presidida pelo coronel Conrado, a qual proferiu sentença reconhecendo-o inocente e absolvendo-o. Passou esse pouco tempo estranho á vida politica, até que em 1828 as provincias de Minas Geraes e do Ceará o elegerão deputado á segunda legislatura.

Este facto bastante notavel, era a rehabilitação do seu passado politico, se elle precisasse de outra além do reconhecimento da sua innocencia pela commissão militar; o voto de uma província illustrada como a de Minas Geraes, que o tinha visto na desgraça, era a maior prova de consideração que podia merecer um cidadão.

Alencar optou pela sua província, como é de lei; e na vaga que elle deixou tomou assento Evaristo Ferreira da Veiga, eleito primeiro suplente. Foi nesta sessão de 1830 que elle mais se distinguiu pela sua moderação, defendendo como membro da comissão de poderes contra os liberaes exaltados, o direito que tinham José Clemente Pereira, Salvador José Maciel e Oliveira Alvares de tomarem assento como deputados; devendo notar-se que nesta defesa, movida

apenas por sentimento de justiça, elle corria risco de perder a sua popularidade á vista da excitação dos animos contra aquellas elicções.

Em 2 de Maio de 1832 entrou no senado, sendo o primeiro senador eleito pela regencia; e foi aceito por aquella corporação, então quasi toda composta dos membros da primitiva fundação, como uma garantia contra as idéas da abolição da vitaliciedade, que começavão já adquirir muita voga; recebendo no seu seio um dos membros mais proeminentes do partido liberal, o senado julgava adquirir um defensor valioso.

Mas elle não contava com o caracter de Alencar; e não sabia que, deputado on senador, elle votaria com a mesma facilidade pela idéa, desde que a considerasse util para o paiz; e assim o demonstrou pouco depois, e em todos os actos de sua carreira parlamentar.

Nomeado presidente do Ceará em 1834, dedicou-se, durante os tres annos que exerceu esse lugar, a promover os melhoramentos moraes e materiaes que reclamava o estado de atraso de sua província. Purgou-a dos assassinos que a infestavão; fez punir todos os criminosos grandes e potentados; introduziu colonos naquella época em que nem se fallava de colonisaçao; mandou vir operarios da Europa; creou um banco pequeno mas em relação aos recursos do lugar; reprimiu o tráfico, apprehendendo o unico contrabando que apareceu no tempo de sua administração, de modo que um só Africano não escapou; e desenvolveu as obras publicas, construindo estradas e pontes.

Não tendo a província rendas para as suas despesas, tanto que recebia uma quota de Pernambuco para suprir o deficit, elevou a receita a ponto que não só cobria aquellas despesas accrescidas com a criação da assembléa provincial, e os gastos feitos com a prisão de criminosos e com as obras publicas, mas deu para se enviar uma remessa á Inglaterra assim de amortizar a dívida publica, facto de que não havia exemplo na província; e deixou ainda um grande saldo.

O maior elogio que se pôde fazer da sua administração é que o ministro do imperio em 1837, Vasconcellos, um dos nossos mais distintos estadistas, acerriamo adversario politico de Alencar, quando este pela desistência de Feijó e mudança de politica foi demittido, recommendou ao seu successor, o conteleiro Manoel Felizardo de Souza e Melo, que não desfizesse os actos da presidencia anterior, nem hostilisasse o partido que a havia apoiado; instrução que o novo presidente executou tanto quanto era possivel naquelle tempo de luta e opiniões extremas.

Voltando da presidencia do Ceará, Alencar veio tomar em 1839 o seu posto de oposição no senado, e ahí foi um dos sete senadores que impediram durante um anno a passagem da interpretação do acto adicional, apesar de todo o esforço do governo e da maioria.

No anno seguinte planejava elle com Antonio Carlos, José Bento, Paula e Souza, Limpo de Abreu, Martim Francisco, Hollanda Cavalcanti e outros a revolução da maioria, que se realizou em 23 de Julho, e que inaugurou o presente imperio; ainda desta vez aceitou a presidencia do Ceará para com prazer com os seus amigos, e evitar uma dificuldade ao ministerio.

Foi o segundo e ultimo periodo de sua vida administrativa; periodo durante o qual mostrou ainda uma vez a sua energia e coragem civica em reprimir os movimentos sediciosos que alguns dos adversarios da maioria fizeram aparecer na província, e dos quais não se devem revolver as cinzas.

Voltando á oposição em 1842, em quo teve de sofrer o processo de que fallámos, nella se conservou até 1845, em que exerceu uma influencia notável como um dos chefes da maioria que apoiava o ministerio Macahé.

Desde então, ou porque julgou com razão que depois de tão longa luta tinha direito ao repouso, ou porque entendeu que os seus serviços não eram mais precisos, retirou-se da scena politica; porém até hoje ainda nem um seu aliado dirigiu-se a elle que não encontrasse o mesmo liberal de 1830.



O S C O N T E M P O R A N E O S



Lith. P. A. Pinto - Fábrica Americana, Rio de Janeiro

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

*Evaristo Ferreira da Veiga*



# EVARISTO FERREIRA DA VEIGA.

Onde está elle?—Esse homem fabricado  
De sangue novo, pelo molde antigo,  
De grega e de romana contextura,  
De tempra sublime,  
Que vale mais que os séculos que o produzem?  
MAGALHÃES.

**A**HISTORIA, pharol brilhante erguido nas fronteiras do passado para illuminar a estrada do futuro, nunca mais digna se torna do que quando, espaneando as trevas que rodão os tumulos, nos mostra em todo o seu esplendor os varões illustres, cujos feitos honrrão o paiz de seu nascimento, enja vida foi gloriosa para a humanidade. Esses homens modelos, que provocão a atenção do presente, deixão escapar dos labios gelados palavras conseilheiras de virtude, de valor, de nobreza; os raios da luz, que, como auréola sagrada, circundão suas frontes, acendem n'alma o amor da patria, e o respeito, que acompanha sua memoria, excita no coração desejos de imita-los; nobre e energica a ambição desperta, cresce, inflamma a vontade, que então opera prodigios. Muitas vezes—quasi sempre—a inveja e a ignoraneia contemporaneas, dando-se as mãos, pagão com desprezo, senão com martyrio, as nobres abnegações, os esforços generosos das almas escolhidas. Os interesses, que lutão uns contra outros por alcançar o predomínio; as paixões, que obscurecem a razão e aconselhão o mal; o erro, que calon profundamente nos animos e que o falso orgulho ainda mais asserra, temem, odeião, desconhecem os espíritos elevados e nobres, que os combatem em nome da virtude, da justiça e da razão.

Mas ha um momento em que todas essas vozes emmudecem, uma época em que a verdade profere a sua sentença definitiva; é quando um tumulo se abre, quando uma nova geração, gozando dos benefícios que resultárao dessas lutas, repelle a herança de preconceitos, e, buscando nas sombras do passado o autor de tantos bens, repele o seu nome entre vivas de gratidão. Este juizo da posteridade, sentença da justiça divina, que a humanidade proclama, é a recompensa mais pura, mais duradoura, mais invejável; essa crença de vida futura, essa esperança de merecer um dia as bençãos de uma geração inteira, constituem o mais nobre incentivo para as almas verdadeiramente heroicas.

Cumpre pois que a historia, illuminando com seu facho as sombras do passado, nos deixe ver em toda a luz as imagens dignas de veneração; que de geração em geração uma voz se erga d'entre o povo, como a da sentinella quando alta vai a noite, repetindo o nome e os feitos dos homens que ganhárao a immortalidade, prestando homenagem ao passado e incitando os animos, que desfallecem no presente.

O Brasil, bem que de moderna data no quadro das nações, conta já numerosos filhos, que devem ser apontados como exemplos, e a Galeria dos Brasileiros Illustres pôde usanar-se de sua riqueza. Nesse monumento erguido à memoria dos grandes homens do Brasil, um dos mais elevados pedestaes deve ser reservado para o busto nobre do varão, enja vida vamos rapidamente bosquejar.

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de Outubro de 1799. Seu pai, Francisco Luiz Saturnino, era professor de primeiras letras e tinha aula aberta na rua de S. Pedro, donde mais tarde foi passada para a do Ouvidor. Ali recebeu Evaristo os primeiros rudimentos de instrução, e ao mesmo tempo lições de severa moralidade, que ficárao profundamente impressas em seu coração. Na idade de doze annos passou a estudar grammatica latina com o professor Manoel Marques, e rhetorica com João José Vahia: pouco tempo depois frequentou como externo as aulas do Seminario de S. José, onde estudou philosophia racional e moral e as linguas francesa e ingleza, aprendendo mais tarde consigo mesmo a italiana. Contava dezenove annos quando concluiu os estudos. Então seu pai, que deixára a aula de primeiras letras para abrir uma loja de mercedor de livros á rua da Alfandega, chamou-o para o balcão. Depois de cinco annos, tendo perdido sua mãe, estabeleceu de sociedade com seu irmão, o Sr. João Pedro da Veiga, uma livraria á rua de S. Pedro, esquina da da Quitanda, donde mais tarde sahio para continuar o mesmo negocio por sua conta na rua dos Peseadores.

Até então Evaristo era apenas conhecido como negociante honrado, ho-

mem assavel e esposo modelo, que já então se achava casado com D. Edeltrudes Maria da Ascenção, a quem consagrou viva amizade até o derradeiro instante de sua vida.

Não obstante, essa perspicaz intelligencia, que seus professores tanto haviam apreciado, não dormitava, não; enriquecia-se no estudo, concentrava-se para mais tarde resurgir cheia de força e de esplendor. A sede de conhecimento, que desde os primeiros annos o atormentava, encontrára fonte abundante para fartar-se nos livros, entre os quaes elle vivia. Seu natural discernimento e bom gosto havião-o levado a fazer nua ajuizada escolha entre as diversas obras de bons autores. Com elles conversava Evaristo durante as longas horas da noite, e nesse continuado lidar sua intelligencia mais se desenvivia, novos pensamentos ensinados pelos sabios, ou inspirados pela meditação, vinham enriquecê-la, e de dia em dia mais vasta se tornava sua erudição.

Limitar-se-hiā a isso os desejos de Evaristo? Não, de certo; fôra preciso ser profundamente egoista para, conhecendo-se tão rico, guardar consigo esse tesouro, e Evaristo primava em generosidade. A fortuna, que adquirira no negocio, não a empregava consigo, que erão simples os seus habitos e seus gostos bem afastados da ostentação; distribuia-a pelos desvalidos, a quem sua caridade ia encontrar até em paizes estrangeiros. Quem assim tão despegado se mostrava das riquezas materiaes, tão prompto em soccorrer os infelizes mal aquinhoados, não podia certamente ser avaro das riquezas intellectuaes; não, elle as enthesorava porque sentia instinctivamente que havia de chegar o dia em que infelizes de outro genero, desvalidos de outra fortuna precisarião tambem de seu auxilio. Mas a modestia, que era base de seu caracter, e a desconfiança das proprias forças ainda não experimentadas, não lhe deixavão conhecer que esse dia já era chegado, embora alguns amigos, que o apreciavão em intimas conversações, assim lh'o dissessem e lhe vaticinassem um porvir de gloria.

Filho do Brasil, nascido em meio desta natureza tão garrida, desta vegetação tão luxuriante, sob este céo tão anilado, escutando as poderosas vozes das florestas, a suave harmonia dos bosques, o doce murmurar dos rios, o estalar das catadupas, Evaristo era poeta; e sua brillante imaginação, despertada pelo brado erguido nas margens do Ypiranga, celebrou em bellos cantos a aurora da liberdade. A patria foi a musa que acordou o poeta; a patria, seu primeiro amor, foi tambem o termo unico de todas as suas ambições. Desde então elle publicou varios artigos e folhetos politicos, que respiravão o perfume embriagador do patriotismo, e que desde seu apparecimento atrahirão a atenção publica, incerta ainda sobre o nome do autor, porque esses escriptos erão publicados sob o anonymo. Beim depressa porém o nome de Evaristo tornou-se conhecido no Brasil de uma extremidade á outra.

A 11 de Junho de 1828 os batalhões de Allemães e Irlandeses se sublevão na corte e perseguem ferozmente o povo: a 6 do mez seguinte o barão Roussin, vice-almirante francez, entra de morrões acesos pela bahia do Rio de Janeiro e vem insultar a fraqueza do Brasil! Ao ouvir os clamores do povo, ao sentir as faces abrasadas pela vergonha da affronta, Evaristo esquece a propria modestia e escreve estas nobres palavras: *Desgraçado o povo que soffre o jugo estrangeiro! Os seus mesmos benefícios são amargos e pagão-se a peso de ouro; os seus insultos, quem os tolerará?*

A Aurora Fluminense repetiu esse brado de indignação aos ouvidos do povo. Fundado em fins de 1827 por tres cidadãos, esse periodico foi desde 1828 exclusivamente redigido por Evaristo, e tornou-se a tribuna em que se advogavão os interesses publicos, o pulpito de que baixavão lições para o povo. Despontára o dia esperado; Evaristo abriu o cofre em que amontoára riquezas de conhecimentos e com larga mão as distribuiu.

Não cabe nos limites deste simples esboço uma apreciação de Evaristo como jornalista; diremos sómente que a Aurora Fluminense tornou-se em pouco tempo conhecida de todo o Brasil, e grangeou para o seu redactor uma grande popularidade, que foi de dia em dia augmentando. Durante os oito annos de sua existencia a Aurora foi o orgão das necessidades e dos interesses do povo, o defensor estremuo de seus direitos, o campeão destemido das liberdades

publicas, o guia consciencioso da opinião, a ara sagrada em que se venerava a patria. Dotado de vasto talento, rico de erudição, animado pelo mais desinteressado patriotismo, Evaristo discutia com alta superioridade em sua folha todas as questões que importavão ao progresso do paiz; mas, vivendo no meio do turbilhão das facções, cujos planos elle contrariava e que buscavão afasta-lo jogando-lhe insultos, via-se obrigado a descer ás questões individuais; se ás declamações respondia com raciocínios, combatia os insultos com uma ironia penetrante, que deixava profundamente ferido o amor-próprio de seus adversarios.

O nome de Evaristo espalhava-se por todo o imperio, e além do Oceano; seu merito grangeou-lhe os titulos de socio do Instituto historico de Paris e da Arcadia Romana; a sociedade Amante da Instrucção contou-o mais tarde no numero de seus membros benemeritos. Ao mesmo tempo a fama de seus talentos, de suas virtudes, reunia na sua loja de livreiro todos os verdadeiros patriotas; ahí doutrinava elle o povo, e aquelles que o ouvião ião mais longe repetir suas palavras e aumentar a sua popularidade. A província de Minas tres vezes o escolheu para seu representante na camara dos deputados. O Rio de Janeiro não se mostrou ingrato para um filho que tanto o honrava; se nas eleições de 1828 Evaristo ficou no numero dos supplentes, nas de 1836 reuniu dous diplomas, o de Minas e o do Rio de Janeiro.

Como deputado Evaristo foi o mesmo homem que no jornalismo, defensor dos mesmos principios sobre que se baseava sua doutrina: liberdade moderada para o povo, prestígio e força para a monarchia, respeito ás leis, fiel observância da constituição do Estado. Não quadrava esse programma á administração, e por isso encontramos Evaristo dirigindo a oposição parlamentar de 1830.

Começarão a aparecer nessa época as idéas de reforma da Constituição e federação das províncias, como consequencias fatais dos erros do governo. Evaristo viu na adopção de taes idéias uma offensa á constituição e o enfraquecimento do Brasil; sua voz poderosa ergueu-se contra os reformistas. Mas embalde! a reacção estava na razão directa da oppressão; a faísca lançada nos espíritos ardentes devia em breve produzir o incendio.

Pela primeira vez Evaristo hesitou; pareceu-lhe o principio que devia resistir á torrente, que dar-lhe o apoio de seu nome seria contribuir para a perdição da patria; logo porém cooheceu que todo o esforço humano seria impotente para sostener o rochedo, que, despegado de sua base e impellido por uma força fatal, rolava irresistivel e ganhava nova velocidade com a carreira, cujo termo era o abysmo da anarchia. Então a alma do herói partiu-se em um soluço, houve um momento de agonia, uma dor sem nome varou-lhe o coração! Pago esse tributo á natureza, Evaristo ergueu a fronte, e, cerrando os ouvidos aos insultos, aos sarcasmos, ás maldições com que era pago o sacrifício de seu amor-próprio, passou para as fileiras dos reformistas. Não podendo fazer parar o rochedo, queria ao menos desvia-lo do abysmo, arriscando-se a ser por elle esmagado. « Combati a reforma, dizia elle então, em « quanto não a julguei do voto geral; hoje é necessaria, e pugno por ella; fa- « ça-se, faça-se, mas a ordem e a tranquillidade presidão a tudo, e a lei á « sua propria alteração. »

De dia em dia os espíritos mais se azedavão. D. Pedro I parte para a província de Minas, alim de com sua presença restabelecer ahi a ordem, e publica em Ouro Preto a proclamação de 22 de Fevereiro, que foi mais uma faísca para apressar a explosão. Por occasião de seu regresso á corte fazem-se grandes festejos, acendem-se fogueiras, bandos armados percorrem as ruas da cidade insultando e maltratando os Brasileiros, cujo sangue corre. Evaristo querendo evitar mais graves desordens, escreve estas memoráveis palavras: *O sangue derramado pede sangue, tristes effeitos dos odios e dissensões civis!* admoestação prudente, que seus inimigos traduzirão como provocação ás paixões populares. Longe porém de aconselhar represalias sanguinolentas, o herói apella para a autoridade e redige a representação de 17 de Março, assignada por 23 deputados e um senador, na qual se pede ao monarca que *desaffrente o Brasil vilipendiado e punjido!*

Tudo é baldado ! O dia 7 de Abril vê consummar-se a revolução ! Evaristo conhece que é chegado o momento do perigo e redobra esforços para afasta-lo. Elle sabe que na taça das revoluções o povo bebe um leitor que embriaga ; que a liberdade, virgem santa, veste uma túnica tão fina que se despedeça aos abraços frenéticos do povo em delírio ; então a virgem profanada se transforma em medonha fúria, corre nua, soltos os cabellos, sacudindo o brandão da anarchia, e vinga com as próprias mãos o ultrage que sofreu.

Resolvido a encaminhar a revolução, Evaristo começa pregando o esquecimento das offensas, pedindo perdão para todos ; arrisca-se para salvar seus inimigos. Graças à influencia do seu talento e de sua virtude elle conseguiu suspender o braço armado da revolução ; luctuosas scenas de proscrição e de exterminio, quasi inevitáveis em tales momentos, não empanarão o brilho desse quadro magestoso, que representava a liberdade triumphante.

Apenas porém se completa a vitoria, os interesses individuaes, as paixões exaltadas, os espíritos hallucinados resuscitão os antigos partidos, cada qual mais absurdo em suas pretenções, querendo por caleulo ou por irreflexão arremessar novamente o paiz para o abysso que ainda está mui proximo. Evaristo consegue que essas mãos malvadas ou ignorantes hão de dilacerar o seio da patria, seu unico amor, e por cuja felicidade tanto tem porfiado ; olha em torno de si, procura um lado — não o mais poderoso e mais forte, — que lhe importa o poder ? — mas aquelle onde ha mais razão e mais justiça, porque só o seu triunpho pôde ser duradouro, só elle pôde produzir a paz. Então torna-se chefe do partido moderado, dá-lhe vigor, empresta-lhe sua influencia, alarga seu circulo, consegue emfim supplantar seus contrarios, isto é, salvar a ordem, a liberdade, a monarchia. Por longo tempo tem em suas mãos os destinos do Brasil, a sorte de um imperio depende de sua vontade. Podendo ser tudo, elle quiz ser sómente Evaristo, o amigo de sua patria. Essa immensa influencia, de que dispõe, elle só emprega para debellar as facções que renascem, e conservara conquista que lhe assegura o futuro do paiz.

Na celebre sessão de 30 de Julho de 1832, em que devia ser proclamada a nova constituição, que lhe pareceu um acto precipitado e perigoso, Evaristo deixou por momentos seu partido, que então tinha na cámara maioria. Seu

silencio e completa abstenção em tal crise contribuirão fortemente para malograr o plano dos moderados.

No entanto as esperanças de restauração do ex-imperador ganhavão corpo de dia em dia. Evaristo, julgando que a realização dessa idéa seria uma fonte de males para o Brasil, a combatia com todo o vigor, face a face. Na noite de 8 de Novembro de 1832, achava-se elle em sua loja discorrendo em companhia de varias pessoas, quando ouviu-se o estrondo de uma pistola, e Evaristo viu tres de seus amigos cahirem por terra banhados em sangue. O heróe levemente ferido corre á porta da loja, explica ao povo a scena que se acaba de dar e termina exclamando : *Não nos farão calar com estes argumentos.*

Dessa época em diante Evaristo dominou em todas as eleições, e influiu poderosamente na marcha do governo. Em 30 de Dezembro de 1835 terminou a publicação da *Aurora Fluminense*, e desde então conservou-se afastado dos negocios publicos.

A 22 de Novembro de 1836 partiu para a província de Minas assim de pagar uma dívida de gratidão para com essa briosa província, que tres vezes o elegera deputado. De volta á corte, e já molesto, sentiu tão doloroso abalo ao contemplar o estado das cousas publicas, que atacado por violenta enfermidade falleceu a 12 de Maio de 1837, depois de sete dias de sofrimento, dando á sua esposa e ás suas tenras filhas este ultimo conselho : *Vivei no santo temor de Deus e nelle confai, e em meu irmão.*

Seu corpo foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula ao lugubre som das lamentações da cidade inteira.

O dia 12 de Maio de 1837 foi uma data de desolação e de luto para o imperio ; a grande familia brasileira pranteava a morte do seu filho mais querido, do varão que, sempre calmo no vortice das revoluções, generoso no triunpho, modesto no fastigio do poder, consagrando toda riqueza da sua intelligencia, todo o amor de seu coração, toda a energia de sua vontade, á ventura da patria, vivendo no periodo mais agitado da historia do Brasil, legou ás gerações por vir o exemplo de uma vida pura e bella, como em noite serena o céo estrellado desta terra que elle tanto amou !





C O M M U N I C A N C E S



8. 1. 1858.

ANTONIOSKY TRIBB. SCHROD. R.M.C.

Antoniosky Tribb. Schrod. R.M.C.



# A. C. R. DE ANDRADA MACHADO E SILVA.

« Eu passarei á posteridade como o vingador da dignidade do Brasil. »  
*Discurso de ANTONIO CARLOS na Constituinte; sessão de 10 de Novembro de 1823.*



o meio das grandes peripecias do drama social ; nas oscilações tempestuosas que sóem sempre acompanhar a infancia das nações que se constituem, a Providencia não abandona a humanidade. Quando os destinos da sociedade, agitados pela luta das paixões, vacillão incertos a perder-se nos abyssos da dissolução, ella envia á terra esses apostolos predestinados, a quem entrega o verbo de uma nacionalidade nascente, e confia a missão de dirigir as gerações que timidamente o caminho apenas encetado da existencia. Sua passagem na terra é como um clarão luminoso atravez dos acontecimentos que os circundão. Engrandecidos pela consciencia de sua elevada missão, elles atravessão com serenidade impassível o tumultuar das paixões, que ao redor delles se desencadão, e realizão seu destino com a omnipotencia das grandes convicções. Em suas frontes, ungidas pela gloria, está estampado o sello da grandeza. Seus passos são marcados com os benefícios que derramão, com o heroísmo que os engrandece.

O infortunio e o sofrimento conferem-lhes ás vezes a corda do martyrio ; e a gratidão dos povos coloca seus vultos venerandos no templo da patria, allumiados pelo irradiar de uma gloria infinda.

Tal foi Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Patriotismo ardente, provado nas lutas do despotismo ; carácter romano temperado nas provações do infortunio ; coragem cívica levada até o heroísmo ; consciencia nobre e orgulhosa de seu merecimento ; alma volcânica, exaltada pela perspectiva da gloria ; tudo concorreu para tornar Antonio Carlos o homem do povo, o tribuno gigante de nossas liberdades. Sua imaginação rica e fecunda, sua variada e brilhante erudição, a energica vivacidade de sua expressão, seu mesmo busto magestosamente talhado, — allumiado pelo raio de um pensamento viril, tudo assegurou á sua palavra essa omnipotencia grandiosa, que força as convicções e arrasta os espíritos. Os talentos da eloquencia brilhavão-lhe na fronte sulcada pelo infortunio, e cada debate era um trophéo, cada discurso um louro, que ajuntava á sua corda de orador. Sua palavra autorizada dominava as discussões, e intervinha para decidir o pleito, como o raio rebenta entre trevas para desfazer a tempestade e serenar o horizonte. Quando ocupava a tribuna, suas palavras, eneendidas pelo entusiasmo, rebentavão em borbotões, e vasavão-se nos moldes de uma eloquencia animada no fogo sagrado do patriotismo. Dir-se-hia que elas levavão consigo a centelha, que lhe ardia no cerebro.

Foi o vulto gigante das cortes de Lisboa, o orador mais proeminente da constituinte ; e em nossa galeria parlamentar ninguem lhe disputa a primazia. Seu nome é um monumento nos fastos da patria : e pois reivindica-lo do olvido é restaurar um monumento de glorias, esquecido pela ingratidão dos contemporaneos.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu na, então, villa de Santos, no dia 1º de Novembro de 1773 ; forão seus pais o coronel Bonifacio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Barbara da Silva.

Feitos seus primeiros estudos em sua terra natal, foi sua educação litteraria confiada aos cuidados do virtuoso bispo D. Fr. Manoel da Resurreição, o mesmo que abrira a José Bonifacio os tesouros da intelligencia. Municido desses princípios, que fazião-lhe já antever os segredos da sciencia, seguiu para Coimbra, o theatro dos talentos brasileiros naquelle tempo, e ahi obteve com assinalado aproveitamento o grão de bacharel em direito. Sua intelligencia, desabrochada sob o sol dos tropicos, robusteceu-se com os variados estudos da historia e da litteratura, e adquiriu esse brilhante cabedal de erudição, que era como o preludio do grandioso futuro que o aguardava.

Concluidos seus estudos, começou seu tirocinio na carreira publica ; depois de haver servido o lugar de juiz de fóra em Santos, foi promovido a ouvidor e correger do comarca de Olinda, sendo logo depois elevado á categoria de desembargador da relação da Bahia.

Seu destino porém estava escrito nas paginas do porvir ; não o talhára a Providencia para seguir placido e sereno a vida impassivel do juiz ; sadára-o para ser o herói de uma nacionalidade. Sua existencia devia reflectir as oscilações que caracterisão as grandes épocas, e sofrer as duras provações que engrandecem os filhos da liberdade.

Em 1817 Pernambuco, cansado sob o peso de um absolutismo sem grandeza, recordou as tradições de sua historia, e levantou um grito prematuro em prol da independencia da terra de Santa Cruz. Antonio Carlos não trocou a toga do juiz pela opa do tribuno. Sua intelligencia e seu coração negavão-se a um movimento generoso embora, mas que o lugubre exemplo de um passado ainda recente augurava, que havia de ser esmagado sob a acha implacável do poder, e que o sangue de novas victimas viria ajuntar-se ao cruelto supplicio de Tira-dentes.

Sua fidelidade entretanto foi posta em duvida por um poder suspeitoso, e das mãos do algoz só o salvou o seu destino providencial.

Atirado em lobrego segredo no calabouço das Cinco Pontas, quando, certo de sua inocencia, fôr voluntariamente apresentar-se ao governo interino da capitania, Antonio Carlos estava votado á mesma sorte, que pesou sobre o padre Roma e tantas victimas infelizes, que cahíao sob o gladio do absolutismo.

O sofrimento exalta e depura as grandes almas; os caracteres superiores contão seus triumphos pelos dias de tribulação. Louge de recuar espavorido diante do cadafalso, seu espirito antolhou a palma sublime do martyrio; e a resignação e a coragem eivava convertêrão-lhe a agonia do suppliciado em um canto de inspiração alta :

- Sagrada emanacão da liberdade,
- Aqui do cadafalso eu te saudo!
  
- Livre nasci, vivi, e livre espero
- Encerrar-me na fria sepultura,
- Onde Imperio não tem mando severo,
- Nem da morte a medonha catadura
- Inclui o pôde horror n'um peito fero,
- Que aos fracos tão sómente a morte é dura! \*

O solo do Brasil não manhou-se com esse crime : o patriota resignado, que virá despontar-lhe o sol da gloria detrás do cadafalso, teve sua caheça salva ; sua missão não estava ainda cumprida. Sua dedicação pela causa da liberdade ia soffrer a prova do sofrimento para mais acrisolar-se. Transportado aos carcereis da Bahia, mais de quatro annos geoueiu nas torturas da prisão.

Os seres predestinados porém imprimem o sello de sua grandeza, em todas as situações de sua vida. A masmorra, o lugar do crime e do vicio, converteu-se para Antonio Carlos, em theatro de brillantes virtudes. Sua intelligencia, comprimida pela mão de ferro do poder, não apagou-se as trevas que o cercavão : foi um raio luminoso levado ao canto escuro da prisão. Seus companheiros de infortunio, elle os enriqueceu com os thesouros da sciencia, e derramou sobre elles a resignação de sua alma impassivel.

Quanta grandeza encerrada no ambito estreito de sua masmorra ! quanta elevação no sofrimento ! quanta sublimidade no martyrio !

O orgulho nacional deve despertar-se ao influxo benefico desses grandes exemplos de nossa historia, que energicamente proclamão a magnanimitade do caracter brasileiro. Mais de uma epopeia de heroico sofrer tem no Brasil ilustrado as profundezas teuebrosas da prisão. Claudio Manoel da Costa, esse genio desditoso, cuja alma exhalava-se em hymnos de suave melaneolia, entoou entre grilhões o canto da agonia, e resignado pôz termo á sua existencia, por ver apagar-se a luz que a allumiava — a liberdade. Gonzaga, o cantor melodioso, que sonhara um paraíso nos braços de sua querida Marilia, que enlaçava as inspirações do poeta com a causa de seu paiz, foi, coitado ! gemer suas poesias plangentes estreitado entre quatro paredes ennegrecidas, no meio de gemidos de proscripciones ! Antonio Carlos, privado da liberdade, vigiado por baionetas, assumiu o sacerdocio augusto da palavra, purificou o crime, e sagrou ao serviço da patria seus dias amargurados, quando ella lhe imprimia na fronte o ferrete da ignominia !

Sua grandeza d'alma pareceu sublimar-se no infotunio. Ao rei, que aceava-lhe com a liberdade, se pedisse perdão, respondeu com a dignidade da innocencia : « que perdão só a Deos de seus peccados, e ao rei só pedia justiça. » Essas palavras notáveis sellão a nobreza de seu caracter.

Suas virtudes devião ter uma recompensa : não podia terminar sens dias em uma masmorra aquelle que estava destinado a inscrever seu nome no grandioso inonumento da criação de um imperio. Antonio Carlos adormeceu um dia nos latibulos do calabouço, e no dia seguinte viu saudá-lo o sol da liberdade, e apontar-lhe para as cõrtes portuguezas, como para o theatro de suas glórias. Sua estrella, obumbrada na America, rutilará resplidente em Portugal.

Reconhecido inocente, e proclamado o sistema constitucional pela revolução do Porto, foi o illustre Paulista deputado por sua província ás cõrtes dc

Lisboa. Do antro escuro da prisão o destino fê-lo passar para o sanctuario augusto do legislador. Ali sua voz desprendeu-se magestosa como a do filho da liberdade, e fez ouvir sua palavra eloquente em defesa de uma causa proscripta, enquanto não lhe chegava o dia de cearc uma patria para sagrar-lhe o culto de sua intelligencia, as pulsações valentes de seu coração.

A grande epopeia da independencia começava a desenrolar seus largos episodios. Arrastado pela eegueira do interesse, Portugal tentava escravizar o Brasil, como outr'ora Xerxes lançar cadéas ao mar. O genio da liberdade Americana, encadeado tres seculos pelo absolutismo, sacudio seus pesados grilhões, e arrojou-os quebrados aos pés de seu injusto dominador. A metropole estremecen de colera ; o congresso portuguez trovejou ameaças contra o Brasil. Era uma luta de morte.

Antonio Carlos ergueu-se como um gigante, e oppôz o poder de sua palavra fulminadora á arrogante prepotencia dos deputados portuguezes. Baldado esforço ! Força nenhuma humana pôde desvendar os olhos ao fanatismo politico, e conter-lhe os desvios : a luz da razão lhe é desconhecida.

Vendo os priueiros arrebóes da liberdade dourarem as plagas de sua querida patria, deixou nm paiz surdo á voz da prudencia, um paiz em que seu patriotismo esgotava-se em baldadas, posto que generosas, tentativas para abater o poder da força e o despotismo do numero. Negou saunceionar com sua approvação essa constituição das cõrtes, que fazia desapparecer nossa nacionalidade, declarando a destituição do rei, se viesse para o Brasil ; em Outubro de 1822 a Inglaterra, o asylo classicos dos foragidos filhos da liberdade, recebia em seu seio o illustre Brasileiro, acompanhado de seis dignos deputados, enjos peitos pulsavão com igual ardencia pelo engrandecimento de sua patria.

No Brasil já o sistema constitucional começava a frutificar ; estava convocada a assembléa constituinte, encarregada de organizar o novo imperio. Ainda em Inglaterra foi Antonio Carlos a ella deputado pelos suffragios de sua província ; e chegando á sua patria, foi tomar assento no seio da representação nacional. Novo theatro desdobrou-se para o portentoso orador das cõrtes de Lisboa.

Quando o paiz, longo tempo adormecido sob o jugo de um captiveiro inglorio, desperton-se aos doces accentos da liberdade, o seu vulto grandioso desenhou-se com magestade no horizonte da patria.

Antonio Carlos foi na constituinte a encarnação viva da reacção nacional, que se erguia energica contra o passado para abater o absolutismo. Dir-se-hia o genio altaneiro da liberdade, que quebra as eadées em eivico denodo, e recuperava seus direitos postergados. Sua palavra traduzia as arrojadas inspirações de um patriotismo ardente : parece que o sol dos tropicos depositará em sua alma o raio vivificante de sua luz animadora.

Sua imaginação brillante e lecnnda comunicava a seus discursos uma energia e vehemencia do mais bello efeito. Fallando do barbaro alvará de 30 de Março de 1818, a indignação do patriotismo arrancou-lhe estas energicas palavras : « *Steterunt coma, et vox faucibus haesit.* » Pareceu-me ver nelle os ultimos arraneos do assustado despotismo, o qual, certo de largar para sempre o ensanguentado assento que para desgraça do Brasil tanto tempo ocupára, queria ao menos na sua quenda rodear-se de victimas e de sangue !

Ao lado desse poder da palavra, dessa eloquencia superior, que constituia sua preeminencia, brillava o talento do publicista, robustecido por um estudo profundo e severo. Encarregado pela assembléa da honrosa tarefa de elaborar com outros dignos deputados o projecto de constituição que devia reger o imperio, redigio esse trabalho luminoso, que será sempre um padrão de gloria para seu nome, e um monumento imperecedouro de suas erenças liberaes.

Uma aureola de brillantes glórias veio cingir a fronte do patriota, que sagrava o culto de seu coração, os recursos de sua intelligencia ao engrandecimento de sua patria. Feliz quadra essa, em que a erença vigorosa da primeira idade, a esperança da mocidade — virgem do descrer da velhice, alentada pelas illusões da liberdade, operava a grande obra da regenera-

ção política do Brasileiro no meio dos aplausos jubilosos de uma nacionalidade nascente.

A primeira phase da constituinte porém, limpida e risonha, ia desaparecer, apagada nas trevas de um futuro assustador. A queda dos Andradas produzira no paiz esse fatal estremecimento, que abalara profundamente o sistema constitucional; vacillante ainda. O ministerio de hontem tornára-se a oposição de hoje. Antonio Carlos, arrastado por seu genio fogoso, pela ardencia de seu patriotismo, fulminou na imprensa e na tribuna a marcha de um poder que desenhava em seus actos uma reacção ao principio da revolução da independencia.

No meio desse exaltamento politico, um facto acompanhado dos mais tristes episodios veio despertar-lhe o espirito, e avivar-lhe as apprehensões do patriotismo. Um Brasileiro foi por motivos politicos aggredido e gravemente ferido por dous officiaes portuguezes. O facto revestiu, pelas circunstancias do tempo, o caracter de uma offensa feita á nacionalidade. Foi uma centelha atirada ao tumultuar ardente da alma apaixonada de Antonio Carlos. Seu coração revoltou-se, e do alto da tribuna lançou ao paiz estas palavras de indignação, que pareciam queimar-lhe os lábios quando as proferia:

«Como, Sr. presidente, lê-se um ultrage feito ao nome brasileiro. . . . e nenhum signal de marcada desaprovação apparece no scio do ajuntamento dos representantes nacionaes? . . . . . Morno silencio da morte, filho da coacção, pêa as linguas; ou o sorriso, ainda mais criminoso, da indifferença salpica os semblantes. Justo céo! e somos nós representantes? . . . Não! não somos nada, se estupidos vemos, sem os remediar, os ultrages que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros, que adoptamos nacionaes, e que assalariamos para nos cobrirem de baixões. . . .

Os cabellos se me irrião, o sangue serve-me em borbotões á vista do infando attentado, e quasi machinalmente grito — Vingança! Se não podemos salvar a honra brasileira, e se é a incapacidade e não traição do governo, quem acorçoa os scelerados assassinos, digamos ao illudido povo, que em nós se fia: «Brasileiros! nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomai-vos mesmos a defesa da vossa honra e direitos offendidos! Mas será isto proprio de homens que estão em a nossa situação? Não. . . . ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder á confiança que em mim pôz o brioso povo brasileiro. Poderei ser assassinado: não é novo que os defensores do povo sejam victimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará Vingança! e eu passarei á posteridade como o vingador da dignidade do Brasil» . . .

O poder estremeceu ante essa indignação omnipotente do patriotismo, e jurou suffocar nos antros da masmorra essa voz poderosa, cujos échos repetitivo sua condenação. Assestou-se a força armada para dispersar os representantes do povo: na hora suprema da agonia, quando a acha do poder pendia sobre a assembléa, essa gloriosa constituinte, que proclamava como um dever do cidadão o morrer pela patria, aceitou resignada o sacrilicio, e allumiou seus ultimos dias ao clarão de uma gloria immorredoura! E nós, em criminosa ingratidão, esquecemos esses episodios grandiosos de nossa historia, essa epopeia de civismo romano, e só temos para o passado um estupido riso de desdém!

Antonio Carlos foi um daquelles a quem o poder conferiu a corda do martyrio.

Preso ao sahir da assembléa, foi arrastado aos carceres, e dahi atirado violentamente nas plagas do estrangeiro.

Uma sina mysteriosa, uma sorte impiedosa parece persegui na terra os filhos da liberdade. O sello do infortunio foi-lhes impresso na fronte no dia de seu nacer. A grandeza está sempre enlaçada com o martyrio: o symbolo do heroísmo é sempre uma corda de espinhos. Clemenin teve um presentimento profundo da mysteriosa afinidade que liga a virtude e o sofrimento, quando, alinhando o busto monumental de Dupont de l'Eure, e descrevendo-lhe o caracter venerando, disse que á sua virtude, para ter um que de perfeito e de completo, faltava apenas um pouco de proscripção, que entretanto não lhe desejava.

Mais de quatro annos gemeu o illustre proscripto em França, lamentando as dôres do exilio os males que ameaçavão sua querida patria.

Em 1828 foi-lhe dada voltar ao Brasil, não como homem restituindo á liberdade para saudá-la em jubiloso entusiasmo, mas para entrar no escuro segredo de uma prisão sob o peso de seu processo, que procurava imprimir o ferrete do crime na fronte laureada com as glórias da independencia. Proclamado inocente pela relação da corte a 6 de Setembro de 1828, voltou á sua terra natal, a villa de Santos, para ali repousar em quieto abrigo das vicissitudes de uma vida tempestuosa, amargurada pela ingratidão de seus concidadãos.

E sua patria não soube acolher o filho perseguido, que correra a buscar um asyllo em seu seio. A província da Bahia pagará a José Bonifacio o tributo da gratidão nacional, e o ministro da independencia aparecerá, como uma glória do passado, na legislatura de 1830. Minas dera a Martim Francisco uma voz no parlamento, e o congresso dos legisladores retumbou com os échos de sua palavra magestosa. Antonio Carlos, o herói propugnador dos direitos do Brasil, que affrontara as iras da metrópole para nos dar uma patria, o portentoso oráculo da constituinte, teve em recompensa de seus serviços o esquecimento, a ingratidão. Mesmo no retiro os destinos de seu paiz ocupavão a mente do patriota, proscripto na obscuridade. Seu patriotismo, mais de uma vez provado em crises difíceis, não podia testemunhar com impossibilidade o funebre espectáculo que ante seus olhos se desenvolvia. Essa patria, que se erguera ao soni de sua palavra poderosa, que lhe custára as dôres do exilio, elle a via abysmada em um pêlo insondável de desgraças. O 1º imperador abdicára, e o novo imperio, apenas sahido do berço, antolhava com dôr os inales sinistros de uma longa menoridade.

O espirito nacional, abalado pela repercussão do sete de Abril, abandonado a si mesmo, reflectia a divisão, que produzia nos animos a queda do monarca. Tres partidos politicos desenhavão-se no paiz, e tentavão partilhar a posse de um poder enfraquecido pela revolta. Os Andradas guardáram generosa fidélidade ao ex-imperador, e affrontáram as paixões do dia, os odios implacaveis da exaltação politica, e a defesa da monarchia. Nomeado pela regência enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á corte de Londres, Antonio Carlos declinou de si essa comissão para não participar dos fructos de uma revolução que lhe despertava as apprehensões do patriotismo.

Por este tempo, quando o paiz oscillava no meio dos reccios melancolicos da restauração, partiu para a Europa, depois de haver pela imprensa unido sua voz á de seus illustres irmãos, e a prol da causa publica, ameaçada pela lava revolucionaria. O governo olhou com desconfiança para esse acto, e julgou n'elle enxergar uma tentativa simuladamente emprehendida para trazer ao Brasil o duque de Bragança, como querido os restauradores.

As paixões do dia aceitáram essa palavra, emanada das regiões do poder, e repetíram-a em odio a Antonio Carlos. A verdade histórica a este respeito ainda não apareceu em toda sua luz. Cumpre desvenda-la para dizer-lhe com inteireza ao paiz e á posteridade.

Em 1833, desvanecidas já as apprehensões da restauração, voltou ao Brasil. Sua província lembrava-se então, posto que tarde, do filho esquecido, e pagou-lhe o tributo de sua gratidão, elegendo-o deputado á legislatura de 1838.

Pela primeira vez, após uma ausencia de longos annos, sua voz saudosa ia echoar no augusto recinto dos legisladores. Não era o novel parlamentar, que vinha balbuciar na tribuna a palavra de suas timidas inspirações. Era o patriota, encanecido no serviço desse paiz, que gemera dias amargos na terra do estrangeiro, e voltará com a fronte irradiada pelas glórias da proscripção. Sob aquella corda de cabellos brancos agitava-se ainda o mesmo pensamento viril, ardia o mesmo fogo de inspiração, que era o segredo de seu poder na tribuna.

Antonio Carlos apareceu com magestade no antigo theatro de suas glórias, e parecia haver-se engrandecido com as lutas do sofrimento. Sua

palavra era fecunda de graves pensamentos, e sob suas fulminações omnipotentes o poder recuava terrificado. Essa brillante oposição de 1838, que conquistou em nossa história parlamentar um lugar de honra, e procurou sustar a democracia ferida pela reação monárquica, essa oposição engrandecida pelos talentos dos Alvares Machados, Martinho Francisco, Montesuma, Limpe de Abreu, teve por luzeiro de seus triunfos a palavra luminosa de Antônio Carlos.

Um dia sua eloquencia devia abater sob sens golpes audaciosos esse governo, que vergava sob o peso de uma tarefa superior ás suas forças, e abrir uma época nova nos destinos do paiz. Os grandes oradores são os arbitros dos imperios. Os discursos de Mirabeau desmoronárão um throno secular; e suas palavras cheias de fogo, como saídas de um volcão, converterão-se em outros tantos factos sociaes, que mudárão a sorte da especie humana. A' eloquencia' de Antonio Carlos faltava esse triumpho soberano, que devia provar, que, confiando-lhe o poder da palavra, Deos lhe dera o verbo de uma nacionalidade e o sceptro da situação.

A maioria apareceu como a estrela que propicia rutilava no horizonte do Brasil: à sua luz radiosa surgiu a personalidade política de Antônio Carlos e revelou-se em toda sua grandezza.

Essa idéa fecunda, que alentava as forças da nação, como fadada a restituír-lhe a vida, pairava em todos os espíritos. Todos os labios murmuravão tremulos essa palavra de salvação para o paiz. A representação nacional recebeu o influxo da opinião, e em sua phisionomia desenhou-se a anxiedade que preocupava a todos para apagar de uma vez a luz tibia e agonisante do governo da regencia. Depois de mil oscillações e hasares, o deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva propôz na sessão de 21 de Julho de 1840<sup>a</sup> a maioria do Sr. D. Pedro II. Estava travada a luta. Trazendo para o paiz a salvação, a nova idéa acarretava para a regencia a perda do poder; acceder a ella era, por parte desta, um suicidio. A maioria encontrou no governo vigorosa opposição.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, chamado no momento supremo para conjurar a crise, adiou a assembléa geral por decreto de 22 de Julho de 1840. Foi um verbo de morte atirado no meio da indignação publica. «*E' um traidor, é um infame o actual ministerio. . . . quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto,*» disse Antonio Carlos, e suas palavras soáram como uma fulminação terrível contra o ministerio. A camara resiste á execução de um decreto, que parecia destinado a abysmar a nação em um pe-lago de infinitas dissensões. Os deputados correm pressurosos ao senado, dirigem uma energica representação ao throno; o monarca accede á anxiedade geral; o imperio está salvo. A maioridade era uma realidade.

Em todo este patriótico movimento, que desenlaça em um dia os anseios do futuro, e decide dos destinos da nação, figura com honra e glória o nome de Antonio Carlos.

Proclamada a maioridade, foi o illustre patriota chamado a dirigir uma situação creada por elle, e a insignia do ministro cobriu o peito do tribuno popular, cingido já com o laço glorioso da independencia. O poder e a liberdade derão-se as mãos em união fraternal. A confiança publica renascia, e dias risonhos pareciam aguardar o imperio.

Foi o raia de um dia que allumiou os horizontes da patria, e sumio-se vencido pelas trevas, que vierão de novo enlutar os destinos da paçao.

A 23 de Março de 1841 o ministerio da maioridade estava cahido do poder, e Antonio Carlos descia de novo á arena politica para combater pela causa da liberdade, que seu patriotismo via ameaçada pela volta da reacção monarchica.

Na assembléa provincial de S. Paulo desprendeu contra o poder sua voz

prestigiosa, e em sua representação ao trono significou com energia suas melancolicas apprehensões pelo futuro do paiz: « Senhor, as convulsões politicas, como funestos cometos, trazem em sua canga os estragos, as miserias, o derramamento de sangue mesmo inocente, e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua ruina inteira ; como não deprecará, pois, a assembléa provincial de S. Paulo o exercicio do poder tutelar do monarchia para arredor de si tão medonho porvir? Já se nos antolha lobrigar na lava revolucionaria os talismans quebrados da jerarchia e da autoridade, e só da piedade de V.M.I. esperamos o socorro de nossa inquietação. . . . . A assembléa provincial de S. Paulo tem cumprido com o seu dever, sabe que a verdade nem sempre é agradavel aos principes, e de certo nunca aos zangões que os rodão e abusão de sua inexperiencia. . . . »

A recompensa deste acto de civismo elle a teve em uma solemne desfeita por parte do poder, a exautoração das honras de gentil-homem. A adversidade, que assignala a vida dos filhos da liberdade, devia perseguí-lo até a ultima hora.

Dissolvida a camara dos deputados em 1842, para a qual fôra eleito pelos sufragios de sua província, retirou-se á sua cidade natal, para ahi repousar, no tranquillo remanso da paz domestica, de uma vida tempestuosa e agitada, cheia de dolorosas tribulações. Ainda o voto da patria veio arranca-lo do placido retiro, e a legislatura de 1843 vio-o em seu seio como representante do povo. Sua vida fôra toda dedicada á causa de seu paiz; a gloria de sua patria o sol luminoso que lhe allumiava a existencia. Seus ultimos momentos ainda os empregava em pagar-lhe o tributo de seus esforços para engrandecê-la.

Tantos e tão relevantes serviços, entrelaçados com as glórias da proscrição, que é como a prova suprema da virtude cívica, devião concitar a gratidão de seus concidadãos. A província de Pernambuco, em cujo peito bulharão sempre ardentes as crenças do patriotismo, essa província, que em cada feito de sua história enumera um louro inmarcável, levantou-se para pagar a Antônio Carlos a dívida nacional. Em 1845 o illustre Paulista estava escolhido senador por essa província. Sua palavra luminosa foi lançar seu último clarão no teatro das glórias dos Paulistas Souzas, Vergueiros, e Feijões.

Mas era tarde, bem tarde, que a patria o revocava do esquecimento para pagar-lhe a divida de sua gratidão. A sima dos grandes homens acompanhava-o sempre. Tasso morreu na vespera do dia em que sua patria arrependida ia no Capitolio cingir-lhe a fronte com a coroa de—príncipe dos poetas italianos. Antonio Carlos entrou para o Congresso dos Anciãos da Patria, quando sua vida, esgotada nas lides políticas, buscava o repouso eterno, e sua voz enfraquecida ia a sumir-se nas voragens do tumulo.

No dia 5 de Dezembro de 1845 já o paiz lamentava seu passamento; já seus labios, consumidos pelo fogo da palavra, estavão pregados pela mudez da morte.

Foi um astro luminoso, que afundou-se nas cores do poente; um nome glorioso, que a historia conquistou para suas paginas. Sua figura gigante avulta no portico da independencia, como um dos creadores de nossa nacionalidade. No meio da geração presente symbolisava um resto do passado, respeitado pela mão do tempo para illustrar sua patria com os episodios de seu civismo romano, e no meio da descrença do seculo ser o modelo vivo das venerandas virtudes de nossos maiores. O brilho de sua gloria nunca mureou-se com a mancha do crime. Enquanto houver um culto pelos grandes homens, e a virtude civica inspirar a gratidão, o Brasil inteiro repetirá com religioso respeito o nome de Antonio Carlos, que irá abrindo um sulco immenso através dos seculos futuros!

OS CONTEMPOANEOS



Lith. S. A. Sison, Rua da Assembleia, 67, Rio de Janeiro

OS CONTEMPOANEOS

*João da Cunha*



# JOÃO DA SILVA CARRÃO.



PROVA mais eloquente que os Brasileiros têm para demonstrarem a sua liberdade politica é a de contarem na galeria de seus bustos historicos homens que fizerão as suas reputações a troco de sacrificios proprios, independente do prestigio da familia, ou da riqueza. Embora o patronato alguma vez se acenda de pretenções audaciosas para succumbir o merecimento, que arrebanta valente do seio da mais modesta, quiçá empobrecida familia; embora: o talento desmente em publico a medieoridade ornada de ouropel, e vexa solememente os patrons, quando de tal tarefa se não encarregão innocentemente os afilhados da fortuna.

E' um erro grave do poder acerar-se da ignorancia protegida, deixando em desamparo a intelligencia enroscada pelo trabalho, e resignada pela consciencia do que vale, o que é mais que uma bella esperança, pois que essa mesma consciencia se torna a final a sagradação de um direito. Resistir á intelligencia é multiplicar-lhe os triumphos, dando-lhe ao mesmo tempo nova tempera e renascido vigor.

A unica escola da gloria é o trabalho; a unica aristocracia que a sãa philosophia reconhece é a do talento e da virtude, e a unica força que jámais abandona o homem é aquella que se conquista pela vigilia, e não a que se recebe em doação.

Ter a coragem de esperar o bem do futuro, dobrando-se sem humiliação ao presente que esmaga e afflige, é talvez a mais distinta virtude para um espírito que se dedica ás pelejas politicas.

Conquistar uma posição, sustenta-la enquanto passa o tusão da adversidade sem perder a postura, e engrandece-la sem exageração nos dias da ventura, é um grande testemunho de razão pura e de serenidade d'alma.

Longe de nós, que escrevemos estas linhas com a mão na consciencia, a intenção de negar ao talento seus impetos, seus desdens, quem sabe mesmo se suas vinganças. Muitas vezes o esforço da calma quebra o vaso de argila, a paixão justa arrebanta a valvula da razão.

Pois bem: o Dr. João da Silva Carrão é um bello modelo moral da grande virtude da moderação. Escrevo singelamente a historia da sua vida, para que fique bem certo que é elle dotado de um talento que se não excede, de uma alma que se não turba, porque lá impera sempre a razão, e de uma modestia que só pôde ter como correlativo uma grande intelligencia e copioso merecimento.

Devo-lhe a verdade, por isso a escreverei inteira; falte embora a biographia, porém fique mais ou menos fiel a effigie de tão avultado caracter.

Nascido a 14 de Maio de 1814, na cidade de Coritiba, hoje capital da província do Paraná, e naquelles tempos cabeça da comarca do mesmo nome, pertencente á província de S. Paulo, seu primeiro vagido perdeu-se na atmosphera pesada do regimen colonial. A independencia da patria mal se desenha em sua alma como fugitiva lembrança dos dias bellos e risonhos da tenra adolescencia. E' a esta geração que pertence o presente do paiz; que o enchão de gigantescos phenomenos politicos, ou de maravilhosos artefactos industriaes, a gloria será sómente sua, bem como a maldição da posteridade lhe pesará violenta sobre sua memoria, se ao patriotismo deixarem substituir a indifferença, e o que é ainda mais terrivel, consentirem que o egoísmo mate em flor a dedicação.

O caracter cavalheiroso e escaneado dos homens de Coritiba, se não é seu distintivo, é pelo menos um de seus principaes atributos.

Filho legitimo do finado capitão Antonio José da Silva Carrão, que por largos annos exerceu o importante emprego de thesoureiro geral da comarca, até que foi extineto, recebeu de seu pai as primeiras lições de firmeza e dignidade.

A Coritiba era então uma povoação ainda em aurora, e portanto não é de admirar que, afóra os primeiros rudimentos da educação, lhe faltassem as aulas de humanidades. Mas o latim era ahi ensinado com momento espanhoso á mocidade pelo afamado reverendo padre Francisco de Paula Prestes. A este distinto professor entregou Antonio José da Silva Carrão seu filho, que de prompto e com confessada admiração do professor, concluiu em mezes o estudo da lingua latina! Mas quantas vezes sua diligente e extremosa mãi não o arrancou a horas altas da noite da mesa do estudo, em que a jovem e robusta intelligencia com apaixonada vontade de saber se afadigava em reiteradas lutas para o descobrimento da verdade?

Os estudos preparatorios tinham cahido em declínio na cidade de S. Paulo, pelo que o capitão Antonio José da Silva Carrão mandou seu filho para Sorocaba, onde os concluiu com louvor.

Matriculou-se em 1833 na academia de S. Paulo: formou-se bacharel em sciencias sociaes e juridicas em 1837, e recebeu o derradeiro grão de doutor em direito no anno de 1838.

Em cada anno de sua vida academica obteve um triumpho, precursores

lieis de sua gloria futura. Seus companheiros o admiravão e estimavão-no, por quanto, a par de uma intelligencia vigorosa e de um raciocinio tão robusto e compacto a que se não resiste, se via e se sentia uma modestia tipo, e um coração docil.

A amizade não é para o Dr. Carrão um simples sentimento; é uma religião com todos os seus deveres.

O vigor raro de sua intelligencia e a candura de sua alma lhe creáro admiradores, que se tornáro logo amigos. A bella palavra do joven Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, tão cedo perdido para as letras e para a patria, se fazia ouvir nos salões da academia de S. Paulo, e levados de sympathie atração, os dons talentos se encontráro unidos pelos vínculos da sciencia, da politica e da amizade.

Em 1833, sendo ainda estudante do 3º anno, collaborou na redacção do *Novo Pharol Paulistano*, do qual era redactor Francisco Bernardino Ribeiro, assumindo alguns meses a redacção.

Nas mãos do estudante João da Silva Carrão, o *Novo Pharol Paulistano* não era mais essa bigorna de aço para quebrar os martelos do despotismo, não era esse facho ardente para atiçar as paixões populares, com o propósito de annullar um rei, ainda compromettendo uma monarchia inteira. O *Novo Pharol* era a luz doce que esclarecia os mares aos viajores desnorteados, era a tocha da razão alagando com seus bellos clarões o sanctuário da consciencia politica.

E prestou grandes serviços esta pequena folha em S. Paulo, pregando a unica e verdadeira politica conforme com a razão e os interesses do paiz.

Nunca se precisou no Brasil de tanta moderação nos partidos como naquelle periodo regencial, em que a victoria de 1831 estimulára os vencedores à exageração, e os vencidos à irritação nascida do despeito. A revolução, que estava no poder, não tinha outra força que não fosse a moral, e entretanto os interesses dos pequenos grupos conspiravão. Era preciso affrontar todos estes perigos, chamando os espíritos à discussão calua das causas publicas, e dando à imprensa esta physionomia de imparcialidade científica, que convence sem irritar.

Tanto o finado Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, como o joven estudante João da Silva Carrão, tinham convicções politicas, mas não odios de partidos. As opiniões da mocidade explicavão-se pelos prosadores eloquentes e poetas, nos quais bebem a longos sorvos as idéas, mas nunca por viangâncias individuais ou de grupos. A razão teve no *Novo Pharol* seu altar, e dali radiou a paz e a concordia.

Foi este o primeiro marco que João da Silva Carrão, ainda nos estudos, assentou no estadio da vida politica. Não era sua ambição de gloria que tinha pressa do alarido do renome, ou dos prazeres do poder; não; era sua intelligencia admirável, amadurecida ainda no primeiro albor.

Com a abdicação em 1831 o partido liberal se dividiu em duas frações muito distintas: os exagerados e os moderados; os primeiros não se contentavão com as instituições adquiridas, e sonhavão reformas; os segundos desejavão a permanência do regimen monarchico-constitucional. O Dr. João da Silva Carrão pertencia ao partido liberal moderado, sem adeptos na academia de S. Paulo. A mocidade folga nas lutas, e procura as grandes impressões e as novidades surpreendentes. Na cabeça do joven a idéa não produz só a convicção, porém sim um entusiasmo febril, avido de peripécias.

O estudo serio e a educação bem dirigida tinham dado ao espírito do Dr. João da Silva Carrão a calma e a reflexão, de maneira a excluir esses impetos desordenados, que o consomem de esforços estereis, e dos quais nos dias de attenção e retrospecto ao passado quasi sempre se torna motivo de arrependimento.

Acabava de receber o grão de doutor quando vagáro na faculdade duas cadeiras. Entrou em concurso com o finado Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, e a congregação dos lentes propôz ambos ao governo imperial em 1838.

Os dons concorrentes liberaes, decididos e de talentos superiores, não podiam agradar ao gabinete de 19 de Setembro, que, inspirado pela paixão politica e egoísmo de partido, não consentia que o merecimento conquistasse os postos da república, e ainda os das letras, sem commungar no mesmo evangelho politico, ou pelo menos prestar nas vesperas da investidura o juramento de obediencia.

É escusado dizer que os dons concorrentes ás cadeiras da academia não perderão aquella nobre postura politica de independencia e profunda convicção.

O governo de 19 de Setembro, que tinha suas viangâncias a preencher, e obstaculos a pôr a toda a prosperidade que pudesse tocar a algum liberal, usou do direito dos tyranos, annullando o concurso por caprichosa nullidade, e que em nada podia affectar a regularidade da prova, e muito menos pôr em duvida o alto merecimento dos candidatos. A verdadeira nullidade foi a opinião politica a que pertenciam os dons concorrentes.

O governo fez da sua vontade lei. Os amigos dos Drs. Carrão e Gabriel virão com razão na annulação do concurso uma inspiração politica, e molestados entenderão pedir-lhes que não mais concorressem até que mudasse o espirito do governo, que estava disposto a annullar todos os concursos em que fossem aprovados e propositos Brasileiros liberaes.

Eleito deputado suplente á assembléa geral em 1840, esteve nas sessões preparatorias da camara dissolvida préviamente em 1842.

Sens principios de ordem e de liberal moderado repugnárao com o projecto da revolução de 1842 nas províncias de S. Paulo e Minas Geraes. Quando foi occasião de ser consultado por seus amigos, o Dr. João da Silva Carrão ainda tentou persuadi-los da temeridade, senão loucura, de semelhante tentativa de vencer pelas armas as idéas retrogradadas do governo de então. Mas a febre do entusiasmo e a confiança de uma quasi unanimidade adhesão da província ao movimento armado os ensurdecia ás vozes da razão calma e não comprometida.

Vencido em seu parecer pelo numero, nem por isso o Dr. João da Silva Carrão se deixou dominar; porém não teve outro remedio senão o silencio. Ah! quantas illusões se fizerão, quantas suspeitas crueis e injustas, quantas murmurações! Entretanto era de mister sofrê-las sem desabafo, porque os homens de bem pertencem a um partido, como a uma familia pertence o filho.

Não conhecemos alguém em politica que padeça com mais resignação a proscrição, nem tão pouco quem tenha esperança mais viva no futuro.

A proscrição politica que padece em virtude da revolução vencida não o acobardou. O futuro é a grande viagem dos espíritos resignados, e a esperança das idéias opprimidas, porém não batidas.

O jurisconsulto da altura do Dr. João da Silva Carrão não tem precisão da generosidade dos governos para conquistar uma vida commoda, senão feliz. A intelectualidade de seu carácter e a severidade a que sua alma se tinha habituado não podiam suportar a humiliação, e nem tão pouco as transacções da politica.

Em 1843 livrou sua residencia na cidade de S. Paulo, e abriu escriptorio de advocacia. O advogado se nivelou com o jurisconsulto, inspirando a maior e mais viva confiança a todos que o procuravão para dar remedio a seus sofrimentos. A pobreza encontrou um vingador de prestigio e de saber; a riqueza um amparo forte; o arbitrio um censor circumspecto, e por isso mesmo cruel.

Sua reputação correu a província, e de remotos termos vinham a seu escriptorio clientes animados de esperança no patrono que a popularidade de um grande nome lhes designava.

Tem sido um verdadeiro sacerdote da nobre profissão do advogado. Nesta gloriosa arena adquiriu os mais vigorosos títulos ao reconhecimento do povo, que procurou sempre ansioso as urnas eleitoraes para conferir-lhe o mandato legislativo.

Se a força mais de uma vez pesou sobre a consciencia publica, de sorte

que ficou privada de se exprimir livremente, todavia não foi menos grato ao candidato do povo os nobres esforços empregados para seu triumpho.

O successo não é a medida da justiça, nem o correlativo da verdade.

Em 1844, quando já tinham serenado os odios que a revolução de 1842 atiçara, e parecia dever começar o trabalho da razão desprevenida na indagação do passado, creou o Dr. Carrão com o conselheiro Campos Mello um periodico politico denominado *American*, com o proposito de explicar as causas da revolução, e apagar as negras sombras com que os adversários ennegreciam aquelles acontecimentos, para mais facilmente desmoralisarem o partido liberal da província, e ungirem com a salvação publica os golpes que da corte descarregaram os arautos do partido saquarema contra os chefes daquella crença.

Era de mister preparar o futuro de uma religião política vencida e perseguida, o que não se podia conseguir sem moralizar aquelles factos anomiaes, que determinarão o triste acontecimento da revolução, de cujos efeitos e existencia também eram responsáveis em maior parte seus provocadores.

O *American* fallou a linguagem da moderação, raciocinou. E com este espírito obteve assinalados triumphos na opinião, que a final veio a ter um juizo verdadeiro sobre o estado do partido liberal antes e no tempo da revolução armada.

Os chefes do partido liberal não perdoarão ao philosopho e ao escriptor imparcial a independencia com que condemnára a revolução da qual elles haviam tomado a direcção suprema. Aguardarão o dia da eleição para se vingarem, excluindo da chapa liberal o nome do Dr. João da Silva Carrão.

Assim são os homens: aborrecem a verdade, porque com sua franqueza lhes molesta o amor-próprio, e amam a lisonja e a mentira, porque está sempre prompta a sanctificar seus erros.

O povo repugnou subscrever ao acto de proscrição que os chefes do partido liberal haviam lavrado com tanta fraqueza; e apesar da união em que o partido vivia, a desobediecia a um tal decreto se tornou inevitável.

O Dr. João da Silva Carrão foi eleito primeiro suplente à deputação geral, e tomou assento na camara em 1846!

Em 1845 foi nomeado lente da faculdade de direito em S. Paulo, depois de um concurso brilhante e de proposta de seu nome ao governo pela congregação da faculdade. A vara da proscrição não pesava mais sobre o partido liberal. Estava no poder o ministerio de 2 de Fevereiro.

Sobre a profundeza dc seus conhecimentos juridicos, de sua palavra clara, systematica e correcta, de sua logica vigorosa, são testemunhas sinceras todos esses jovens que tiverão a fortuna de receber suas lições.

O direito á sua voz como que se aviventa e toma todas as proporções gigantescas da sciencia da vida social.

Elle explica a lei em sua origem historica, com sua philosophy e seu

desenvolvimento no tempo. Na academia é um grande jurisconsulto, na imprensa um distinto publicista, no escriptorio um exímio advogado. A seu raciocínio corresponde a convicção; os espíritos robustos se dobrão submissos á poderosa pressão de sua logica de ferro: se não fôr seu amor pela verdade, elle a poderia fazer passar pelos cadinhos de sua dialética de modo a desvirtua-la, illudindo aos mais atilados. Não o faz, por quanto seu espírito aborrece o paradoxo; porém em algum dia de ostentação academica, principalmente em provas de doutoramento, leva de vencida aos primeiros acometimentos os espíritos mais preparados.

Foi membro da assembléa provincial de S. Paulo nos annos de 1842 a 1843, de 1846 a 1849, de 1856 a 1857. A instrução publica, as finanças e melhoramentos materiaes, receberão impulsos beneficos de sua alta razão legislativa, dos quais ainda goza a província.

Nos dias da desgraça e na hora da adversidade do partido liberal de S. Paulo o primeiro homem que aparecia para animar os amigos e prepara-los para a resistência era o Dr. João da Silva Carrão.

Em 1849, que a infeliz revolução de Pernambuco tinha acabado por desfchar tão rude golpe no partido liberal, creou o Dr. Carrão em S. Paulo o *Ypiranga*, que foi por muitos annos o mais temível campeão das idéas liberaes na imprensa, e um centro de unidade, de força e de desafogo ao sofrimento. Nunca faltou a esta folha dignidade e moderação. Sua colleção é uma erudita obra de direito publico, e uma historia vivaz, sim, mas fiel das lutas políticas daquelles tempos.

O *Ypiranga* foi um bello estandarte, e todo aquele que se bateu á sua sombra deve ter uma grande usfania. Ao Dr. Carrão ficará a gloria de ter dado palavra e tribuna a um grande e patriótico partido nos annos de oposição e de padecimentos.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo 1º districto eleitoral (o da capital) da província, apesar de ser o collegio eleitoral em sua maioria composto de membros do partido outr'ora chamado Saquarema. Sua candidatura foi aceita pelos proprios adversários, tal é a confiança que seu merecimento inspira, e tal é a prova solemne e irrecusável de sua moderação.

Attendendo o governo imperial sobre suas brilhantes qualidades para executar fiel e proveitosamente a politica da conciliação na longinqua província do Grão Pará, o nomeou em 1857 seu presidente. Em menos de um anno o jurisconsulto, o publicista, e o advogado mostrou seu grande talento administrativo, e preencheu sua missão tão exactamente, que os proprios inimigos políticos não acharam motivo razoável de censura.

Aqui pára sua carreira publica. Que Deos lhe conceda muitos annos de vida para que o nosso paiz possa usufruir todos os benefícios que tem direito de esperar de uma intelligencia tão avultada e de um coração tão puro.





OS CONTENDES D'ORANGE



Lith. J. A. Souza Rua da Assembleia, 67. Rio de Janeiro

MARQUES DE SANTA CRUZ  
INVENTOR DA MARIA PRIMA DO IMPERIO DO BRAZIL

Romanos, Arcebispo da Bahia



# CONDE DE S<sup>TA</sup> CRUZ, ARCEBISPO DA BAHIA.

 Ex<sup>mo</sup> e Rv<sup>mo</sup> Sr. D. Romualdo Antonio de Seixas, actual Arcebispo da Bahia, e Metropolita do Imperio do Brasil, seu Primaz, e uma de suas maiores glorias nas letras e virtudes, nasceu em Camutá, villa e hoje cidade da Província do Grão Pará, no dia 7 de Fevereiro de 1787, de pais honrados, ainda que pouco favorecidos da fortuna, o Sr. Francisco Justiniano de Seixas e a Sr.<sup>a</sup> D. Angela de Souza Bittencourt.

Sua família pertencia ás mais antigas e principaes da província. Como fosse elle o primeiro fructo do feliz consorcio de seus pais, era o ídolo e o objecto da ternura delles a tal ponto, que desejando seu pai envia-lo á capital para ahi receber a educação litteraria, sentia tão viva saudade, que declarava desistir dessa resolução, se no momento da partida seu filho chorasse. Mas tão grande vontade mostrava já o joven Romualdo de se entregar ás letras, de que havia de ser tão extremado cultor, que apesar da tenra idade de 7 annos, e do affecto filial tão natural na infancia, não só não derramou uma só lagrima, mas até manifestou satisfação e alegria, como presentindo naquelle primeiro passo de sua vida a gloria que o esperava no mundo litterario, e que compensaria a seus desvelados pais a pena daquella ausencia.

Seu tio o padre Romualdo de Souza Coelho, a quem fôra recommendedo, e que era então secretario do Ex<sup>mo</sup> Bispo Diocesano D. Manoel d'Almeida de Carvalho, o fez entrar no Seminario Episcopal, onde esteve por espaço de um anno, passando logo depois para a companhia do mesmo seu tio, que residia no proprio palacio do Prelado. Continuou porém o joven Romualdo a frequentar o Seminario como alumno externo, sem que todavia lhe faltassem as condições do internato, tão necessário para inspirar nos candidatos ao sacerdicio os sentimentos de solida piedade, porque as proporcionavão em alto graão a casa de Bispo tão virtuoso, e os exemplos de tão digno mentor.

Estudou grammatica latina no espaço de 3 annos, e com tanta distincção, que seu professor, um dos mais habeis que ha tido aquella província, não cessava de o elogiar publicamente á face de seus condiscípulos. A par do muito talento desenvolvia-se nello um tão vivo ardor pelos estudos, que, aproveitando as tregos dadas aos trabalhos escolares, aprendeu a lingua franceza, em que se aperfeiçoou, lendo todos os dias a vida dos Santos escripta nesse idioma, adquirindo ao mesmo tempo com o conhecimento deste a importante lição das praticas virtudes dos Heróes Christaos, como quem havia de ser chamado um dia para as inculcar com a palavra e com acções ao rebanho de Jesus Christo. Passou depois a frequentar a aula de Philosophia racional e moral no collegio, que entao se abriu no Convento dos Religiosos de S. Antonio, por faltar essa aula no Seminario; seus progressos foram rápidos nessa sublime arte de pensamento, e lhe conciliáron particular estima, e consideração de seus mestres, que assim davão testemunhos de admiração ao precoce desenvolvimento com que seu espírito se exercitava nas dissertações sobre as mais importantes questões de Philosophia. Esse brilhante começo de vida litteraria em um joven que apenas contava 13 para 14 annos de idade, não podia deixar de atrair a atenção de Prelado tão douto como zeloso pelos

interesses da Igreja, a cujo ministerio se dedicava esse notável estudante. Sob seus auspícios pois resolveu o padre Romualdo de Souza Coelho enviar seu sobrinho a Portugal com o fim de concluir os estudos na celebre eongragação de S. Felippe Nery, que ainda então florecia em letras e virtudes pelos grandes varões que em seu gremio possuía.

Foi ali recebido com singular agrado o joven Paraense, de modo que não sendo permittido no 1º anno, em que havia uma especie de noviciado, frequentar as aulas, fez-se em seu favor uma excepção de regra, dando-se-lhe licença de ouvir as lições de Physica do insigne padre Theodoro d'Almeida.

Depois de dous annos, em que muito aproveitou com tão grandes mestres, foi indispensavel regressar a seu paiz; mas demorando-se ainda alguns meses em Lisboa, empregou-os com tino e gosto, em visitar as bibliotecas e outros estabelecimentos litterarios, e bem assim em aperfeiçoar-se no estudo da eloquencia e outros ramos de litteratura na companhia do famoso Doutor José Joaquim Ferreira de Moura, que depois foi um dos principaes ornamentos das cortes de Portugal, e que muito o apreciava, convidando-o para diversos exercícios litterarios.

Voltando ao Pará na idade de 18 annos, desejava muito o Prelado, seu benfeitor, achar uma oportunidade, em que pudesse fazer brilhar os talentos do seu protegido, e essa não se fez muito esperar á generosa benevolencia do illustre protector, por quanto, abrindo-se então a Aula Publica de Philosophia com grande solemnidade e assistencia do capitão general Conde dos Arcos, de cujo governo recebêrão as letras entre nós a mais viva animação, foi o joven Romualdo encarregado de recitar, depois da Oração inaugural do respectivo professor, um discurso analogo ao objecto, comissão que desempenhou com grande e geral applauso. Desde então o Conde dos Arcos o honrou com sua estima, e não cessou de tecer elogios ao seu talento, mesmo depois que se retirara para o Rio de Janeiro.

Sendo iniciado no Estado Ecclesiastico pela recepção da prima tonsura, foi logo nomeado mestre de ceremonias do solio; e depois, chamado ao magisterio no Seminario Ecclesiastico, ocupou successivamente desde a idade de 19 annos, as cadeiras de Grammatica latina, Rhetorica e Poetica, Philosophia racional e moral, Lingua franceza, e ultimamente Theologia dogmática, com notável aproveitamento de seus discípulos, alguns dos quaes ainda hoje se distinguem por suas luces e posição social, sendo essa uma das épocas em que mais floreceu em letras o mencionado Seminario.

Chegando á competente idade de 21 annos recebeu a ordem Subdiaconal; e como uma graça especial de seu Prelado e por tantos titulos merecida, teve logo a permissão de annunciar a palavra Divina, sendo os seus primeiros ensaios na Oratoria Sagrada, cujo modelo veio a ser, o Panegyrico de S. Thomaz de Aquino, que elle havia escolhido para protector de sua aula, e que o improvisou por haver adoecido na vespera da Festividade o Ex<sup>mo</sup> Bispo Diocesano, que o havia promettido pregar; e poucos dias depois o de S. Anna, na entao villa de Camutá.

Exercia pela segunda vez o Magisterio de Philosophia, e havia já recebido a

ordem de Diacono, quando por occasião da chegada do príncipe regente e sua corte ao Rio de Janeiro o elegeram o mesmo Bispo D. Manoel d'Almeida para ir em seu nome comprimentar o soberano, e ao mesmo tempo tratar de graves e importantes negócios da diocese. Nem a pouca idade, nem a circunstância de não ter ainda os ordens todas, forão dificuldade para essa preferência tão justificada pela circumspeção de seu caráter, pela somma de seus conhecimentos e gravidade de costumes.

Acompanhado de outro jovem Ecclesiastico, vice-reitor do Seminário, partiu a cumprir essa honrosa comissão com viagem laboriosa e longa, porque em tal época mui poucas comunicações havia para o Rio de Janeiro.

Foi preciso começar a dirigindo-se pelo interior da província até a cidade de S. Luiz do Maranhão, onde perto de um mês esperou que se concluisse o fabrico da embarcação que o conduziu a Pernambuco com escala pelo Ceará, em cuja capital se demorou alguns dias, e 18 naquela outra.

Nessas capitais recebeu muitas demonstrações de hospitalidade e benevolência, que suavisaram os penosos sofrimentos e até mesmo privações de viagem tão incomoda como incerta. De Pernambuco seguiu para o lugar do seu destino em uma excellente galera, onde encontrou toda a sorte de comodidades, e excellentes companheiros.

Chegando á nova corte do Brasil teve com o seu colega a honra de apresentar-se ao príncipe regente, que os acolheu com singular benignidade, mostrando grande prazer por esse testemunho de vassallagem enviado de uma das mais remotas províncias de seus Estados.

Cumprida esta primeira parte de sua missão, passou a tratar dos negócios, de que ia encarregado, sendo o principal delles o conflito do seu prelado com a junta da corte, que por occasião do recurso interposto por um padre criminoso, a quem elle suspendeu o exercício de suas ordens, procedeu até ocupar-lhe as temporalidades.

Nessa occasião não só mercerão os dous jovens Ecclesiásticos o mais distinto acolhimento da parte de Sua Magestade, mas também este os agraciou com a mercê do hábito de Christo, e promoveu-os ás cadeiras de conego da Sé do Pará, então vagas.

Regressando ambos á sua província, recebeu o conego Romualdo a sagrada Ordem de Presbytero, e celebrou a sua primeira missa na igreja parochial de Camutá no dia 1º de Novembro de 1810, algum tempo depois de tomar posse de seu canonicato.

Sempre assediado á terra de seu nascimento, foi nela por algum tempo preslar os serviços de vigário encomendado, até que de novo chamado á capital exerceu os cargos de provisor e vigário geral durante a ausência de seu tio o conego Romualdo de Souza Coelho, que fôra pelo referido prelado enviado ao Rio de Janeiro para assistir á coroação do Rei. Vagou a Sé do Pará pela morte de seu bispo, e sendo o conego Souza Coelho nomeado vigário capitular, e alguns meses depois sucessor no bispado, partiu novamente para a corte a esperar as bulas de confirmação, ficando entretanto seu sobrinho o conego Seixas eleito para o substituir no dito cargo de vigário capitular. Coube a esse jovem e já tão distinto Ecclesiastico a honra de pregar nas Exequias do dito seu prelado e bemfeitor. Ninguém certamente estava mais habilitado para tecer o elogio do illustre falecido do que aquelle que testemunhara tão de perto suas virtudes. Essa tocante e eloquente oração funebre, em que as evangélicas acções do morto realçam nas pompas do estylo e na linguagem sentimental do orador, profundamente commovido por tão grande perda, foi impressa em Lisboa, merecendo que um dos mais insignes pregadores dessa capital, a cuja censura fôra submetida, dissesse que o autor do discurso começava por onde os outros acabavão.

Por este tempo chegáram ao Pará os dous sabios naturalistas alemães Doutores Spix e Martius, com o fim de fazerem explorações científicas; distinguindo logo o subido mérito do vigário capitular dessa diocese, contrahíram com elle intimas relações de amizade, e quando voltáram á Europa, lhe enviáram de lá o diploma de socio da real academia das ciências de Munich.

Proclamando-se em Lisboa a constituição, teve de se organizar no Pará a junta provisória, que devia governar a província; e era tão proeminente o conceito do Sr. Romualdo Antonio de Seixas, que sobre sua pessoa recabia a eleição de membro e presidente da referida junta; prestando nessa qualidade relevantes serviços ao paiz, como fosse, entre outros tão conhecidos dos Paráenses, a abertura de um canal da maior urgência para o comércio por facilitar a comunicação com o interior da província; o projecto da uma estatística da mesma, nomeando-se para esse efeito comissões sob a direção do ilustrado tenente-coronel Baiena; a conclusão do fabrico da fragata *Imperatriz*, a segurança individual, e as missões entre os indios do alto Amazonas.

Obrigado pela força armada a aceitar pela segunda vez a presidência da nova junta provisória em 1823, quando ainda o Brasil se achava unido à Por-

tingal, fez o relevantíssimo serviço de salvar a vida de alguns jovens das principais famílias, que havendo imprudente e prematuramente proclamado a independência, tinham sido condenados á morte, conseguindo o Sr. Seixas, a despeito de furiosa resistência dos chefes militares, e com risco de sua própria existência, que elles fossem enviados a Lisboa com o apparente pretexto de solicitar-se a aprovação do poder moderador, mas com a oculta confiança de que só assim os poderia subtrair ao infame supplicio, como de facto aconteceu, regressando elles imediatamente salvos ao seio da patria, por cuja liberdade se haviam sacrificado. Essa salvadora medida, proposta pelo humaníssimo e patriota presidente da junta, por meio de uma energica indicação, em que demonstrava sua conveniencia política, causou geral satisfação, iluminando-se nessa noite quasi toda a cidade.

Esfregando-se a metrópole por conservar o Brasil ligado a seu jugo, e resolvendo nesse intuito organizar um conselho de estado composto de Portugueses, e Ultramarinos, foi o Sr. Seixas um dos nomeados membros do referido conselho por proposta das cortes, mas não chegou a tomar posse desse cargo, por haver caído a constituição em Portugal. Por esta occasião foi também eleito deputado suplente ás cortes.

Proclamada a Independência do Brasil, foi eleito deputado pela sua província á assembleia geral legislativa, e bem assim membro do conselho geral da mesma província, e só deixou de entrar na lista tríplice para senador, porque, sendo eleito, apressou-se em declarar que ainda não tinha a competente idade, pois que contava 38 annos.

Partindo como deputado para o Rio de Janeiro, S. M. o Sr. D. Pedro I começou logo a distingui-lo com sua particular estima e benevolência. Na pomposa cerimónia da apresentação do recém-nascido Príncipe Imperial (hoje Imperador o Sr. D. Pedro II), coube-lhe a honra de pregar um eloquente discurso, que correu impresso por todo o Império. No fim da sessão legislativa, quando se preparava para regressar á sua província, foi nas vésperas da partida tão digna e providencialmente nomeado Arcebispo da Bahia por Decreto de 12 de Outubro de 1826.

Nomeação verdadeiramente inspirada pelo Céo, e cujo acerto, confirmado por uma série de factos gloriosos, honra sobremaneira o princípio que a fez.

Esse inesperado acontecimento, mudando todos os planos do distinto deputado pelo Pará, roubando-o talvez para sempre de suas vistas para o collocar na eminentíssima dignidade de Primaz de todo o Império, obrigou-o a ficar na corte, aguardando as bulas de sua confirmação.

Nesse interim falecendo a 1ª Imperatriz, foi o Arcebispo eleito da Bahia encarregado de pregar a oração fúnebre, que corre também impressa na colecção de seus primorosos escritos.

Sendo expedidas as bulas de confirmação em 30 de Maio de 1827 pelo S<sup>o</sup> P. Léo XII, teve lugar a sagrada do Ex<sup>o</sup> Sr. D. Romualdo Antônio de Seixas no dia 28 de Outubro de 1827 na Capella Imperial, sendo seu sacerdote o Ex<sup>o</sup> Bispo Capelão-Mór D. José Caetano da Silva Coutinho, e recebeu o Pallio das mãos de mesmo prelado na sua Capella Episcopal no dia 4 de Novembro seguinte, assistindo a esta cerimónia os Ex<sup>o</sup> Bispos do Maranhão e de S. Paulo.

Em data de 18 de Maio de 1828 dirigiu elle da corte sua primeira Carta Pastoral, saudando os seus Diocesanos na effusão daquelle zelo e caridade que caracterisam os escolhidos de Deus.

Não lhe sendo possível logo tomar pessoalmente posse do Arcebispado, nomeou para esse fim na qualidade de governador o conego deputado geral pela Bahia o Dr. José Cardoso Pereira de Melo, que em nome de S. Ex<sup>o</sup> Rev<sup>o</sup> realizou no dia 31 de Janeiro de 1828 com grande pompa e solemnidade.

Na sessão legislativa de 1828 foi eleito Presidente da camara, cargo que exerceu sucessivamente até o fim da mesma sessão, e depois do encerramento desta partie para a Bahia, em cujo porto chegou no dia 26 de Novembro pelas 4 horas da tarde, recebendo todas as honras e continências devidas á dignidade episcopal, e bem assim as maiores demonstrações de público regozijo.

Orphão de Pastor ha tantos annos, a Diocese Bahiana saudava justamente jubilosa áquelle que juntando a tão eminentíssimo poder o prestígio do saber e das virtudes, trazia a bem fundada esperança de restaurá-la na disciplina e na fé.

A cerimónia da entrada solene fez-se doutras dias depois (28) sahindo da Igreja do mosteiro de S. Bento o prelado brilhante e numeroso, como pedia a grandeza desse acto.

Na legislatura de 1834 a Bahia, testemunhando o elevado mérito de seu digno prelado, espontaneamente o elegeram deputado geral á assembleia, porque então o voto era ainda a expressão da vontade popular. Nessa, assim com-

na anterior e subsequentes legislaturas, em que continuou a ter assento na camara temporaria, prestou os mais assignalados serviços á religião e á patria, como fossem, entre outros, a sustentação do celibato clerical, dos impedimentos matrimoniaes, dos direitos da S<sup>a</sup> Sé sobre a confirmação dos Bispos, e de on'ros pontos concernentes á disciplina da Igreja, que havião sido atacados por alguns membros da mesma camara.

Sua palavra, sempre eloquente, pugnou com energica dedicação pela edificação ou melhoramento dos Seminarios, como o meim mais efficaz da regeneração do clero; advogou com patriotico e evangelico zelo a causa da liberdade e civilisação dos indígenas, bem como a utilidade das Missões, repelindo vitoriosamente, auxiliado de outros illustres parlamentares, o projecto anti-catholico apresentado pelo governo, mandando vir Irmãos Mórvares para catechisarem os ditos indígenas.

Vivamente empenhado em remover do clero tudo quanto o pudesse figurar odioso aos olhos do povo, e desvia-lo da brandura de seu ministerio, propôz a lei que isentou os parochos do Imperio do cargo de juiz de paz, a que então se achavão annexas algumas atribuições criminais, isenção que ao depois conseguiu das assembléas provinciales da Bahia e de Sergipe estender a todos os ecclesiasticos, não só relativamente a esse cargo, mas tambem aos de promotor publico, jurado e ao alistamento da Guarda Nacional.

Obteve mais a reforma da relação Metropolitana, e o augmento de seus ordenados; finalmente não houve questão ou controversia alguma, que tocassem nos interesses da Religião, e na liberdade e independencia da Igreja, em que sua voz poderosa e illustrada se não erguesse para os defender.

Igual zelo, e incansavel patriotismo demonstrou nos negocios civis ou politicos. Foi sua a indicação que, acolhida com aplauso, se converteu em lei decretando o pagamento das dividas contrahidas pela finada I<sup>a</sup> Imperatriz, cuja dotação prescripta pela Constituição ainda se não havia votado.

Foi elle que primeiro propôz a navegação a vapor nas aguas do Amazonas, e a elevação do Rio Negro á categoria de província, projectos de incalculaveis vantagens, e que, não sendo então estas devidamente comprehendidas, ficáron adiados, não podendo todavia deixar de ser um dia apreciados, como forão em épocas bem recentes, reproduzidos por outros deputados, e passando em ambas as camaras.

Na famosa sessão de 1836 pertenceu á illustre oposição, que fez baquear o Regente Fcijó, sucedendo na Regencia do Imperio o senador Pedro de Araujo Lima, hoje Marquez de Olinda.

Na desagradavel questão sobre a remoção do tutor dos principes filhos de S. M. o Sr. D. Pedro I, o benemerito José Bonifacio de Andrade, declarou-se altamente o Ex<sup>o</sup> Sr. Arcebispo contra semelhante medida, unindo-se aos defensores deste grande homem.

Na outra ainda mais desagradavel do banimento do immortal principe, fundador do Imperio, collocou-se á frentē dos 17 deputados que votárao e declarárao seus votos contra esse triste projecto, que por honra do paiz cahio no senado.

Occupou de novo a cadeira da presidencia da camara temporaria na 1<sup>a</sup> sessão da Legislatura de 1838 até o mez de Agosto, em que pediu dispensa de continnar nesse cargo em razão de molestia, e a obteve não sem dificuldade.

Nesse mesmo anno, a 18 de Julho, presidio, como Metropolita e Primaz do Brasil, a brillante ceremonia da sagrada de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II.

Seu profundo saber, circumspecção, firmeza de caracter, posição social e assibilidade, lhe grangeárao sempre na camara temporaria o maior respeito e sympathias da parte de seus collegas, de modo que, para não citar outros factos, pedindo o Sr. Arcebispo a palavra para oppôr-se a um topico da resposta á Falla do Throno, de que era relator o illustre Antonio Carlos de Andrade, este apressou-se a entender-se com aquelle prelado, não hesitando em modificar os termos em que era concebido o referido topico, por não estar muito de acordo com as crenças religiosas.

Tendo votado pelo tratado entre o Brasil e Portugal com os Srs. Calmon (hoje Marquez de Abrantes), Paim e Galvão, deputados pela Bahia, soffreu com estes viva guerra e injurias de alguns jornaes da mesma província, de forma que procedendo-se á eleição para a ditta legislatura de 1838, foi apenas eleito 1º suplente; mas como, em consequencia da revolução do Pará, ainda se não tinha ali feito a eleição dos sens deputados, apenas constou aquella exclusão pela Bahia, foi o digno Sr. Arcebispo eleito 1º deputado por sua província natal, que assim vingou a gratidão do paiz; porquanto esse mesmo tratado era tão vantajoso aos interesses do Brasil, que os jornaes de Lisboa por esse motivo fizerão graves censuras contra o agente portuguez que o

negociou; e em uma excellente Memoria que publicou na Bahia o sabio padre Francisco Agostinho Gomes forão estas vantagens plenamente demonstradas.

Não podendo ir ao Rio de Janeiro para a 2<sup>a</sup> sessão de 1838, recebeu com surpresa o Decreto que o nomeava ministro do Imperio, com um convite sobremodo honroso do Regente Marquez de Olinda; mas não julgando o Sr. Arcebispo na sua tão reconhecida modestia, que pudesse prestar ao gabinete os serviços que reclamava a critica posição do Imperio, escusou-se a todas as instâncias que se lhe fizerão para aceitar este eminent cargo.

A sessão de 1841 foi a ultima em que compareceu na camara, porque d'abi em diante não se ocupou mais do que do Regimen de sua Diocese.

Na assembléa provincial da Bahia, a que pertencem por muito tempo desde sua installação, offereceu as mesmas provas de solicitude e zelo pelos interesses do paiz e da Igreja, existindo muitos monumentos desses serviços nos seus sabios cscríptos.

Além da 1<sup>a</sup> eleição para senador, malograda pela sua declaração de falta de idade, como mais acima dissemos, foi ainda votado e entrou na lista triplice pelo Pará em duas ou tres subsequentes eleições; porém, apesar dos votos tão espontaneamente pronunciados e repetidos de seus patricios, apesar da opinião publica, e da sua alta posição e serviços, nunca foi escolhido. A propósito dessas exclusões todas que nos abstemos de qualificar, dizia elle—que não tinha vocação para senador. Mais modesto que esse celebre varão na antiguidade, cujo nome nos não lembra, que exclamou congratulando-se com sua patria por haver esta achado outros mais dignos de ocupar o cargo por elle solicitado, o Sr. Arcebispo oppôr-se aos seus amigos na Bahia quando por vezes pretendêrao propôr-lo candidato á senatoria, dizendo que esta província abundava em ilustrações, a que elle não podia ser preferido.

A maior parte dos galinetes o hão tratado sempre com muita deferencia e consideração. Rebentando no Pará a revolução de 1835, recebeu por aviso do ministro do Imperio insinuação da regencia para dirigir uma pastoral aos habitantes dessa província, persuadindo-lhes que depuzessem as armas, e voltassem á ordem e á obediencia das instituições. Sempre prompto a prestar-se ao serviço da patria, onde quer que elle fosse reclamado, assim o praticou, sendo portador da pastoral o illustre general Manoel Jorge Rodrigues, que nessa expedição contra os rebeldes teve por um grande recurso da estratégia militar o pôderoso prestigio dessa palavra doce e efficaz do eloquente prelado.

Quando em 1837 o grito revolucionario da Republica lançou por terra na capital da Bahia as instituições juradas, retirando-sc com as mais autoridades para o Reconcavo, ali publicon duas pastoraes, que produzirão felix impressão, reanimando os sentimentos de lealdade e coragem dos habitantes.

Então quasi todos os membros do gabinete lhe dirigirão por este motivo palavras de felicitação e agradecimento, exprimindo-se um, que essas pastoraes tinham valido um exercito. Expressão tanto mais verdadeira quanto é certo, que a força pôde abafar as revoluções, mas que as não destróe, se a convicção não acalma a agitação das idéas, que se traduzem nas comemoções populares.

Já em outra época, quando por occasião da abdicação do Sr. D. Pedro I, a capital da Bahia vio-se ameaçada de uma desastrosa guerra civil, a ponto de se reunirem os doux partidos auxiliados pela força armada, um no forte de S. Pedro, e outro no quartel da Palma, muito concorreu o Sr. Arcebispo para os reconciliar, indo pessoalmente fallar-lhes, e assim se restituio a tranquillidade publica.

Nas numerosas relações que tem entretido sempre com pessoas distintas, ou em dignidade, ou em saber, ha recebido constantemente os mais lisonjeiros testemunhos de apreço e admiração. Os Soberanos Pontífices Gregorio XVI e Pio IX o honrárao com Breves Epistolares demonstrativos do mais alto conceito, e o mesmo mereceu sempre dos delegados da Santa Sé desde o Arcebispo de Tarso até o de Edessa, ultimamente fallecido.

Não só muitos dos nossos bispos, vigarios capitulares, e parochos, se gloriam de consultar suas luzes em materia da administração pastoral, mas tambem muitos seculares illustrados se não tem dedicado de recorrer nas suas duvidas e controversias a essa subida intelligencia, que o distinto litterato e chronista mór do Imperio o Sr. coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva não duvidou classificar como a primeira do paiz na sua breve, porém luminosa Historia do Brasil.

Para corroborar esta verdade citaremos o distinto publicista Silvestre Pinheiro, que não só lhe enviaua suas obras, como tambem submetteu ao seu exame e juizo algumas antes de as dar aos prélos. O já referido naturalista allemão Dr. Martius, além da muito honrosa menção que faz de S. Ex<sup>o</sup> na sua viagem ao Brasil, ha entretido com elle uma interessante

correspondencia lendo-lhe o epitheto de Mestre. O celebre poeta o Sr. Antonio Feliciano de Castilho, cujo nome, como o de Camões, basta para immortalisar uma nação, tributa em suas cartas ao illustre prelado brasileiro o maior testemunho de respeito aos seus conhecimentos scientificos. O seu irmão o Sr. conselheiro José Feliciano de Castilho, tambem distinto litterato, lhe dedicou a sua interessante tradução da —*Mulher Catholica*— com as mais lisongeiras expressões.

O benemerito fallecido conego Luiz Gonçalves dos Santos, em cujos escriptos teve sempre a Igreja o mais estrenuo defensor, não tem para assim dizer uma pagina em suas obras, que não seja uma homenagem ao saber do respeitável Metropolita. O sabio lente de Direito Ecclesiastico da Academia de Olinda, o Sr. Dr. Villela Tavares, não obstante a renhida discussão que teve com o Sr. Arcebispo ácerca de alguns pontos dessa sciencia, acaba de tecer-lhe os maiores elogios no bello discurso com que abriu a sua aula no corrente anno. Tanto é certo, que nas lutas da intelligencia os espíritos elevados tendem a se approximar pela força irresistivel da verdade, ainda quando se combatem. O famoso orador sagrado Mont'Alverne, gloria do pulpito brasileiro, e do Monarca que o estima como Luiz XIV a Bossuet, não menos modesto que illustrado, folga de humilhar-se nas suas cartas ante a sabedoria do Arcebispo da Bahia. Ultrapassariam os curtos limites que nos temos traçado se foramos mencionar todos os nomes daquelles litteratos nacionaes e estrangeiros que o honrão com sua admiração.

O Instituto d'Africa em Paris, que conta em seu gremio um grande numero de altos personagens de todos os paizes, o nomeou seu presidente honorario vitalicio.

A Academia Real das Sciencias de Munich, a sociedade dos Antiquarios do Norte na Dinamarca se honrão de tê-lo por socio correspondente, e da mesma sorte o Instituto Historico e Geographico e a sociedade das Bellas Artes do Rio de Janeiro, o Instituto Historico e Geographico da Bahia, e outras associações a que pertence como socio honorario.

Com um nome europeu na república das letras, nenhum titulo mais honroso para elle que o de sabio dado por autoridades de incontestavel competencia na materia, era portanto de honra para o seu paiz, distingui-lo entre seus concidadãos com essas condecorações, sómente valiosas quando concedidas ao merito. S. M. o Sr. D. Pedro I, de saudosa memoria, além de outras provas de particular apreço, com que sabia estimar o verdadeiro merecimento dos servidores do Estado, condecorou o Ex<sup>mo</sup> Arcebispo da Bahia antes de sua elevação ao Episcopado nomeando-o pregador de sua Imperial Capella, e depois grande dignatario da Ordem da Rosa; e o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe a graça de Grão Cruz da Ordem de Christo.

Alheio aos negocios politicos do paiz, e deseansando, á sombra do sanctuario, dessas fadigas tão gloriosas em pró da patria, em unia vida mais conforme talvez a seus commodos e gosto, o Sr. D. Romualdo Antonio de Seixas entrega-se absolutamente ao cultivo das letras, cujo amor nunca morre no genio, e ao regimen de sua venturosa diocese, em que não menos importantes serviços continua a prestar á religião e ao paiz.

O seu primeiro cuidado no governo da diocese ha sido a educação do clero, como a fonte da regeneração do povo nos solidos principios da Fé e dos costumes. Com este intuito fundou o grande Seminario Ecclesiastico que pouco e pouco se tem elevado ao estado lisongeiro que hoje se observa, e onde o padre que antes dessa criação se ordenava com algumas noções apenas de Theologia moral, hoje é obrigado a frequentar, em um curso de 4 annos, as aulas de Historia Sagrada e Ecclesiastica, Exegética, Direito natural, Theologia, Dogma e Moral, Direito Canonico, Eloquencia Sagrada, Canto Gregoriano e Liturgia; e a par dos estudos profesionaes recebe esses habitos de piedade e abnegação, que formão a parte mais essencial do sacerdocio.

Para conseguir esse duplo elemento, que constitue o verdadeiro padre católico, S. Ex<sup>mo</sup>, a exemplo de veneraveis Bispos, confiou aos padres da Congregação da Missão, como especialmente habilitados por seu instituto, não só a direcção do grande Seminario, como tambem a de um outro pequeno Seminario, que estabeleceu como preparatorio para o outro, e que possue as

cadeiras de latim, francez, grego, geographia, philosophia, e rhetorica, pagas pelos costes publicos.

E' innegavel o beneficio desse estabelecimento, donde tem sahido ecclesiasticos que hoje dignamente occupão diversos empregos da Igreja com grande proveito publico, e edificação dos fieis, até em outras dioceses do Imperio.

Em diversas e luminosas pastoraes, e bem assim por todos os meios a seu alcance, não tem cessado de exhortar e providenciar ácerca da residencia dos parochos, administração dos sacramentos, explicação do Evangelho, conferencias ecclesiasticas em todas as parochias, e outros objectos concorrentes á disciplina e á Fé.

Acompanhando sempre o espirito publico na sua firme adhesão e amor ao sistema Monarchico Constitucional, tem sido sempre solicto em ordenar as preces ou acções de graças conforme as diversas occurrencias relativas aos membros da dynastia Imperial, e aos fastos da nação.

Nada esquecendo de seus deveres pastoraes, não obstante sua proactividade e fadigas, em 1845 e 1846 visitou pessoalmente as freguezias do litoral do Recôncavo, onde foi recebido com todas as demonstrações de piedoso entusiasmo e amor filial. Nessas visitas tornou-se incansavel em exhortar de viva voz e por escripto ao clero e aos fieis ao cumprimento dos respectivos deveres, em regular e reviver o culto Divino, na administração do Sacramento do Chrisma, e muitas vezes distribuiu elle mesmo a Sagrada Eucaristia a numerosos fieis. E se pelo seu máo estado de saude não estendeu, como desejava, essas visitas até o interior da província, suprio essa falta por meio de seus delegados, e de pastoraes.

Considerando a educação religiosa da mocidade, especialmente das jovens que um dia constituirão as familias, principal base da futura felicidade do paiz, que debaixo desse ponto de vista tem pouco merecido, forçoso é dizer-lhe, do zelo do nosso governo, aliás louvavelmente solicto e empenhado em todos os demais melhoramentos materiaes e scientificos, o Ex<sup>mo</sup> Sr. Arcebispo, a despeito de mil dificuldades, que sua dedicação sabe superar, promoveu a fundação de collegios para educação das orphâas e filhas-familias abastadas sob a direcção das virtuosas Irmãs de Caridade. Fundação que ha merecido na experiecia de seus visiveis benefícios as bençãos de todos os verdadeiros amigos do paiz, máo grado essas paixões ruins e mesquinhas, que em toda a parte se revoltão contra as cousas mais santas, e mais uteis.

Sempre que sua saude o permite faz a pregação do Evangelho, especialmente no tempo quaresmal na Igreja Cathedral, com grande concurrence de fieis, entre os quaes pessoas notaveis por suas luzes e posição: sendo para sentir que suas tão interessantes e eloquentes Homilias não fossem escriptas em razão de suas muitas occupações no immenso expediente de tão vasta diocese.

Possuido de constante zelo da religião, nos mesmos discursos em que por vezes fallou de objectos profanos, nunca deixou de os christianizar ou dar-lhes um carácter religioso, como no bello e primoroso improviso, que foi obrigado a fazer no acto solemne da inauguração da estrada de ferro depois da ceremonia da benção, demonstrando que esses prodigios na ordem material, em que o genio do homem como que reassume o sceptro do poder, que o Creador lhe conferira sobre toda a natureza no momento da criação, tinham um sim providencial chamando os homens á fraternidade, ou á unidade religiosa e social, e facilitando por esses meios a rapida comunicação de suas idéas e interesses. Essa breve e sublime allocução excitou vivo entusiasmo entre seus numerosos ouvintes, e foi muito applaudida pelos jornaes.

Cercado do maior respeito publico em qualquer parte onde comparece, recebe as mais vivas demonstrações de amor e veneração, que merecem suas luzes e virtudes. O homem ilustrado encontra em sua conversação o maior interesse, o jovem a maior animação, o pobre um socorro prompto, o culpado um juiz benigno. Ninguém se chega para elle, que não fique encantado e satisfeito.

Suas obras impressas, além de alguns avulsos, constão de 5 volumes em 4<sup>o</sup>, e o 6º acha-se nos prélos.



O. & C. MONTAVERDE & C. 03



F. FRANCISCO DE MONTE ALVERNE

Dr. Francisco de Monte Alverne

S. A. Sisson Editor rua dos Ourives 81.



# FREI FRANCISCO DO MONTE ALVERNE

Tantos esforços, fatigas tão aturadas erão precisas para deixar um vestígio de minha passagem nesta terra, onde recebi aplausos, cordas e orações, de que nenhum orador, nenhum filósofo antes de mim ousou ainda gloriar-se. (Fr. F. do Monte ALVERNE, *Conclusão de seus sermões*, vol. 4, pag. 290.)

## § 1º

ão é de certo despida de espinhos a tarefa que trouvamos sobre os nossos hombros, traçando o quadro histórico da vida de Fr. Francisco do Monte Alverne. A época recente de sua morte, os poucos dias passados do período de sua glória, a falta de inteligência daquelle que tanto emprehende, são dificuldades que só podem ser vencidas pela dedicação do amigo.

Ainda não é tempo para bem julgar aquelle que acaba de descer á sepultura. Ainda a luta do sentimento e da paixão pôde abrasar os animos, e fulminar o que por nossa consciencia, aliás pura e sincera, fôr dictado em prol do illustre linado.

E ainda mais crescem os embargos quando se trata da biographia de um religioso Franciscano, isto é, do verdadeiro soldado da Cruz, contra quem se conspira infelizmente o seculo dezenove, por intermedio de cabeças vertiginosas, que em sua descommunal perseguição desabão nos abyssos das contradições, desconhecem as necessidades de seu paiz, e inconsideradamente procurão destruir o elemento unico formador da ilustração, moralidade, e virtude de um bom clero.

São esses perseguidores contradictorios, porque quando pedem o direito amplo da liberdade dos povos, restringem um dos meios de praticar esse direito, impedindo a vocação natural de qualquer à vida do clauстро.

São desconhecedores das necessidades de seu paiz. Argumentando com os abusos da instituição, proclamão principios abstractos, idéas exaltadas que nascêrão com a revolução de 1789, e querem, por força de imitação imprudente, que nas terras virgens do Brasil, em seus sertões e campos despidos de civilisação, o monge seja uma inutilidade.

Semelhante doutrina só por uma má e desgraçada applicação pôde fecundar em nosso paiz. Temos ainda necessidade de conquistar e civilisar tribus numerosas de selvagens: essa conquista feita com a espada e o canhão pro-

duziria sombras e cadáveres, alcançada com a pa'avra e com a eruz, produzirá novos seres, que serão outros tantos elementos de uma boa população para o nosso interior. A catechese pois pôde novos Anchietas e Nobregas, estes só se podem formar no claustro.

E tanto isto é verdade, que ao passo que se parece condemnar a ordem monacal, crê-se um centro de missionarios estrangeiros. Novo erro. Despreza-se os nucleos nacionaes que bem dirigidos pôde prestar relevantes serviços, e são elles substituídos por estrangeiros, que não têm nem mais inteligencia, nem mais vontade, e que nessas missões terão sempre o defeito de viciar a lingua portugueza.

Não é só a catechese que exige a conservação e o aperfeiçoamento da ordem monacal, a nossa educação intellectual, morale e religiosa também a reclama. Não nos illudamos. O sistema francez pôde ser uma realidade nos centros populosos, e ali se encontrará facilmente quem se dedique ao ensino dos meninos; no interior do paiz é uma infructuosa utopia. Só a resignação evangélica pôde chamar os homens a esses pontos remotos do interior, essa resignação pôde ser encontrada naquelles que tiverem sido educados na austerdade do claustro.

São aniquiladores do elemento unico capaz de formar um clero perfeito. Não acreditam os que o sacerdote moralizado e illustrado, se forme no meio da sociedade, rodeado de prazeres e seduzido insensivelmente por gozos incompatíveis com o seu estado. A mais anstera disciplina de um prelado energico e virtuoso não pôde contê-lo, e sobre elle ha de pairar sempre a imputação malevolâa nascida pelo menos da apparencia do contacto com o mundo e sociedade em que vivemos. Essas imputações ainda que vagas são como a fumaça que sobe aos ares do pequeno incendio, e que torna em brasa o corpo combustível que encontra, e sobre o qual passa constantemente. Entre o sacerdote regular e secular não ha dúvida que o respeito é sempre mais decidido para aquelles a quem o povo vê todos os dias encerrado no retiro da oração, coberto com os habitos da disciplina, praticando actos de penitencia, sujeito a regras e costumes que o mais bem intencionado secular não pôde apresentar.

Não se condemnem os conventos. Sejão elles reformados e melhor dirigidos assim de que prestem os serviços que só elles podem fazer. Extirpem-se os abusos introduzidos pelo correr dos tempos, mas não se aniquile sob o pretexto do abuso pratico, u que está reconhecido como bom e proveitoso principiu.

## § 2.

A nossa historia é fertil em provas dos bons serviços prestados ao paiz pelas ordens regulares religiosas, e entre elles ntu ha iluvida alguma que inferior lugar não ocupa aquella que foi fundada em 1210 pelo grande patriarcha S. Francisco de Assis.

Não é preciso para isso compreender lembrar que essa ordem tem cedido ao Estado suas melhores casas, que mais de uma vez pobres tem prestado asylo aos desvalidos, que forão sempre us escolhidos para guiar os ultimos momentos daquelles que acabavão de ser fulminados pelas justiças da terra; basta termos em memoria que ahi florescerão as grandes intelligencias, de um Rodovalho, de um S. Carlos, de um Sampaio, do ultimo de seus finados Fr. Francisco do Monte Alverne, e tantos outros.

Quando em 1808 a espada do conquistador da Europa obrigára á illustre e muito nobre familia de Bragança a deixar o velho Portugal e a procurar um asylo na terra de Santa Cruz, a corte portugueza ficou maravilhada por encontrar nos claustros de sua colonia, intelligencias superiores, que se havião formado sem ir a plagas mais remotas, nem a horizontes mais distantes que os muros de um convento: intelligencias que se podião elevar á altura da oratoria sagrada tal qual o Sr. D. João VI não tinha visto na velha Europa, as quaes vantajosamente discutião com aquelles que erão acompanhados pelos pergaminhos lustrosos das mais notaveis Universidades (1).

Então florecião no convento dos religiosos dc Santo Antonio, entre outros, tres Brasileiros, todos tres nascidos na cidade do Rio de Janeiro, todos tres distintos pelo saber profundo, illustração e proeminentes como oradores sagrados. Erão elles Fr. Francisco de S. Carlos, Fr. Francisco de Sampaio, e Fr. Francisco do Monte Alverne. O primeiro faleceu em 6 de Agosto de 1829, o segundo em Setembro de 1830, e o terceiro acaba de exhalar o ultimo suspiro no dia 2 de Dezembro de 1858.

Erão tres vultos que fazião parte dessa pleiade em que fulguravão Caldas, Monsenhor Netto, e Congo Januario, oradores sagrados, philosophos e theologos profundos.

O unico que restava era Fr. Francisco do Monte Alverne, testemunho vivo desse saber, e dessa proeminencia da oratoria sagrada em outros tempos. Era a ultima das estrellas brillantes desse firmamento, e como as outras correu a sua orbita, e lá cambou no occaso — morreu!

## § 3.

Para bem comprehendermos a vida de Fr. Francisco do Monte Alverne, preciso é abrir o livro das Chronicas dos membros da sua ordem, e nello ler-se-a o seguinte (2):

« Fr. Francisco du Monte Alverne, que no seculo se chamava Francisco José de Carvalho, naseeu aos 9 de Agosto de 1784 na cidade do Rio de Janeiro, foi baptizado aos 24 dias du referido mez de Agosto na Sé Cathedral daquella mesma cidade. Forão seus pais João Antonio da Silveira, natural e baptisado na freguezia do Pico bispado de Angra, e Anna Francisca da

Conceição, natural e baptisada na freguezia de Nossa Senhora da Guia deste bispado do Rio de Janeiro.

« Aos 28 de Junho de 1801 entrou para o convento da ordem Seraphica da Conceição, sendo accito pelo ministro provincial Fr. Antonio de S. Bernardo Monçao, e professor a 3 de Outubro de 1802 nas mãos do guardião, que era Fr. José Mariano do Amor Divino. »

Exulta, Francisco de Assis, que alistou-se nas fileiras de teus soldados e irmãos, mais um denodado campeão, que cingindo-se de gloria, ha de augmentar o brilho e a reputaçāo daquelles que seguem teus preceitos.

Então possuia a ordem um magnifico convento na cidade dc S. Paulu, onde havia estabelecido um collegiu, no qual recebērão educação e illustração muitos dos homens que hoje dirigem a faculdade de direito em S. Paulo, que ocupão respeitavel posição na sociedade.

Para esse conventu, ou antes para esse collegio de S. Paulo, fonte unica de instrucção primaria e secundaria naquelle tempos, foi Monte Alverne em 1804 como collegial, e ahi recebeu as lições do theologo profundo Fr. Ignacio de S. Justina, que já faleceu, e foi sepultado no convento da ordem em Itú.

E tendo adquirido a instrucção precisa, recebeu as ordens, que lhe forão conferidas pelo sabio bispo de S. Paulo D. Matheus de Abreu Pereira.

Tao rapidos forão os progressos do joven religioso em seus estudos, tão firme a sua applicação, tão vantajosos os resultados, que elle, que já em 1810 tinha sido eleito pregador e *passante*, isto é, substituto de philosophia e oppositor das cadeiras de theology, foi na congregação de 24 de Abril de 1813 eleito lente de philosophia para aquelle collegio de S. Paulo, e depois, em 1816, lente de *prima* do mesmo collegio.

Ainda existem nessa terra illustre dos Andradadas, testemunhos vivos e valiosos do saber profundo professado por Monte Alverne nas cadeiras que lhe tinham sido confiadas. Ainda a tradição conserva intacta a memoria do bons serviços prestados á sociedade, á sua ordem e ao seu paiz na cadeira do magisterio pelo mui digno Franciscano.

Era então de costume nos conventos a defesa de conclusões magnas, verdadeiras festas litterarias que se ostentavão com todo esplendor, e ás quaes concorria o que de mais notavel em saber e illustração possuia o paiz. Monte Alverne, o estudante que não tinha passado em suas pesquisas scientificas além dos muros do seu convento, bateu-se com vantagem e victoria com aquelles que ostentavão grande sciencia, e que se fazião ainda mais recommendedos pelos titulos adquiridos com talento e estudo.

E taes forão os seus serviços na carreira do magisterio, que no capitulo em que sahio eleito provincial Fr. Angelo de S. José Mariano, o corpo capítular reunido no dia 27 de Outubro de 1821, querendo recompensar os serviços prestados na sua brillante carreira, como consta da acta capitular ás fls. 127 e 178, tendo em consideração oito actos de conclusões publicas em philosophia, e não havendo titulo explicito legal que obrigue os lentes de prima a defenderem actos publicos de theology, lhe declaráro todos os seus privilegios, e mais os de outra guardiania.

Já então Monte Alverne era theologo de nunciatura apostolica, titulu que lhe foi dado em 18 de Novembro de 1818. — Examinador da mesa de consciencia e ordens, cargo de que foi incumbido desde 20 de Setembro do mesmo anno. — Foi guardião do Convento de Nossa Senhora da Penha em 1819. — Foi secretario da província em 1824, e em 1825 eleito custodio de mesa.

## § 4.

Não foi só nesse celebre collegio dos Franciscanos em S. Paulo, que Monte Alverne exerceu com honra e gloria o magisterio; tambem no lugar em que havia nascido, no Rio de Janeiro, seguiu a mesma profissão com

(1) Prologo das Obras pratorias de Monte Alverne.

(2) Livro dos assentos dos religiosos da ordem Seraphica da Conceição do Rio de Janeiro, 4 a. 34.

reputação superior, lecionando no seminário de S. José rhetorica, philosophia racial e moral, e theologia dogmatica.

Se em S. Paulo ha testemunhos vigorosos do saber do illustrado professor, não menos são os que existem na capital do Imperio. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manoel de Araújo Porto Alegre, Antonio Felix Martins, e tantos outros, ahí figurão proeminentemente na república das letras, e tornão ainda mais grandioso o nome daquelle que elles melhor do que ninguem conhecêrão, e de quem recebêrão a sciencia, a palavra e a inspiração.

Bem o disse o Sr. Porto Alegre, « aquelles que como elle passáram das lições de Fr. José Polycarpo de Santa Gertrudes, o mestre bondadoso, para aquellas de quem se diz — rei da palavra: estes mais do que ninguem podem aquilatar quão grande, magestoso e solemne era o saber do philosopho brasileiro (3)! »

O finado Bispo D. José Caetano foi quem o nomeou professor para o seminário de S. José, funcções que preencheu até 1836. E tambem neste intervallo de tempo recebeu o illustrado Fluminense as nomeações de examinador synodal e membro correspondente do Instituto Historico da França.

Scus serviços forão aqui como ali importantes para a sciencia, elle proprio o diz com orgulho e franqueza nos seguintes termos:

« Empreguei, é verdade, os annos da minha mocidade em dirigir as intelligencias que me tinhão sido confiadas, revelci verdades que meus antecessores não me tinhão comunicado, alarguei a esphera da intelligencia: marchei intrepido; pisei o egoismo: fui sobranceiro á intelligencia: não voltei o rosto á injuria, á calumnia: fui conspurcado por a inveja....; mas longe de succumbir levei de vencida meus adversarios.

« Uma nova arena se abrio diante de mim no seminário de S. José. Meus serviços são conhecidos: a mocidade não foi enganada, o que não era conhecido foi apresentado ás claras.... (4) »

E no entanto o grande homem de quem se podia esperar a continuaçao de serviços senão maiores, ficou quasi morto para o mundo! Fatal amaurosis acommetteu seus bellos olhos, sepultou-o em profundas trevas, e privou-o da contemplação do mundo externo, sempre brilhante, magnifico e encantador, como creaçao sabia de um Deos.

Apenas acommettido dessa horrivel enfermidade retirou-se ao claustro, e lá ficou esquecido doze annos!!

Quão ingrato é o mundo?! Monte Alverne que guiára a mocidade pelas veredas escabrosas da vida. Que com a palavra inspirada pela chamma celeste, convertéra talvez tantos corações estranhos aos influxos beneficos da religião! Que havia descido da cadeira sagrada, seu carro triumphal, e estendido o braço de gigante sempre vencedor nos combates da cruz, a sens patricios que lutavão com o genio da desordem e da anarchia. Que com a sua palavra sagrada, e o fogo do patriotismo que abrasava seu peito, havia tanto concorrido para que a pedra preciosa do continente sul americano, a monarchia brasileira, não fosse marcada pela mão impura do audaz e despotico aventureiro. Monte Alverne fica esquecido! Por doze annos teve por companhia o silencio de sua cella, a presença muda de seus livros, o braço de um fiel escravo que o guiasse atravez das massas agglomeradas em nossas ruas, que ás vezes por curiosidade apenas perguntavão — quem é este cégo que passa — e que com indifferença de gelo ouvia a resposta — chama-se Fr. Francisco de Monte Alverne.

E' sem duvida horrivel o sentimento de ingratidão! com elle não é possivel o descjo da gloria, nem o amor ao trabalho. E onde está a gloria, onde a virtude, onde emfim a nobreza da alma? quando o seculo só tem por divisa — *Sé rico e serás feliz!*

### § 5.

Estamos nos ultimos dias do anno de 1836. Estamos na época em que a noite se declarou eterna para Fr. Francisco de Monte Alverne. Desde então inauditos são os sofrimentos que cercão a alma do triste e deseconsolado velho. Cégo não podia prestar os serviços impostos ao seu ministerio. Cégo viu-se abandonado por aquelles que ainda ha pouco pequenos junto de seu vulto de gigante, havião parasitas crecido á sombra de uma grande arvore, e tratavão dc fazer cahir a seiva daquelle de quem receberão a vida.

No meio de seus sofrimentos, nem um queixume, nem uma accusação. Resignado consolava-se implorando o auxilio da religião, de quem sempre fôra o mais denodado defensor.

Elle o diz nos seguintes termos:

« O resultado dc tantas fadigas foi a extenuação de meu cerebro, e a perda irreparavel de minha vista. No sim de 1836 terminava todos os meus exercícios litterarios, e eu me achava impossibilitado para emprehender o mais insignificante trabalho. Não é dado a alguns homens avaliar as agoniás de meu coração nesta horrivel peripécia dc minha vida. Deos cbegou aos meus labios a taça da minha tribulação, suas fezes não estejão talvez ainda esgotadas.... a vontade do Senhor seja feita.... (5). »

Tanta resignação só se podia esperar do philosopho para quem a primeira lei era o Evangelho.

A' vista destc deploravel e inesperado estado havia sido jubilado lente cm 24 de Abril de 1841, e tambem em 1847 foi nomeado membro honorario do Instituto Historico e Geographic Brasileiro, e em 1848 membro honorario da Imperial Sociedade Amante da Instrucção.

Seria tão grande abandono devido a essa sorte geral que infelizmente acompanha todos os homens de letras em qualquer parte do mundo?! Seria o ostracismo da Grecia que fazia beber a Socrates a cicuta?! Seria a decadencia dos Romanos que condemnava a desterro o poeta Ovidio?! Seria a indifferença imperdoável quasi contemporanea que lembra-se de coroar Tasso quasi moribundo, e que abandonava Camões esmolando o pão sobre despreziveis palhas em um hospital?! Teria Monte Alverne provocado o ciúme das medioeridades, que carregados depois com ouropelis, nem sequer se dignavão olhar para o homem que temia pelo seu merecimento real?!

Se assim foi, maior ainda a ingratidão!! Condemnar-se ao esqucimento e abandono ao intelligente e illustrado Monte Alverne, que teve a ousadia de combater por aquellas mesmas idéas que cubrirão de gloria, de brasões, e levárao ao poder, outros que apenas sizerão numero material no grupo, que jámais entrárao em combate, porque este podia ser sustentado só pelo saber e pela virtude.

Oh! não sejamos tão facis em condemnar o homem que tão nobre, virtuoso e desinteressadamente servio nas fileiras do christianismo, que desceu até o mundo para com a luz brillante do Evangelho sustentar o berço d'Aquelle que era o penhor da grandezza e estabilidade da nação brasileira, o defensor da religião do Estado — a Religião Catholica Apostolica Romana.

Ainda é muito cedo para bem julgar essa época memoravel, mas hoje todos já concordão que o grande partido que combateu a restauração, e perseguiu o republicanismo, foi o grande partido que mais serviços prestou ao paiz, porque foi aquelle que salvou a monarchia brasileira.

Que vinha porém fazer o frade nessa luta de paixões, quasi de sangue? Que vinha buscar elle no meio do seculo quando sua missão era toda divina, sendo apenas soldado no reino de Jesus-Christo?

Só a má vontade pôde [denegrir os passos do grande] Alverne nesta sua

(3) Discurso recitado por Porto Alegre Junio ao cadaver por occasião de se dar este á sepultura.

(4) Improviso feito por Monte Alverne na inauguração do *Ensaios Philosophicos*.

(5) Prologo das suas obras oratorias.

conducta. E' dirigido pelo sacro-santo amor da patria que o inspira, pela dedicação ao seu monarca a quem considera como anjo tutelar da nação, e portanto corre em socorro desse paiz, desse monarca, não brandindo uma espada mortífera e desoladora, e sim usando da palavra que subjuga convencendo, que crea novos mundos, que faz vigorar boas idéas. O grande meio e argumento de que se serve é o Evangelho—o grande fim que almeja a religião.

O mais aspero boral, o mais mortificante cilicio, pode enfraquecer as paixões satânicas do mundo, embotar a sensibilidade física, pôr em contacto o homem com a divindade, não poderá porém enervar o patriotismo e o amor da nacionalidade nos vôos de suas inspirações nobres—para isso era preciso destruir o Eu e apagar o sentimento da virtude.

Pelo amor da verdade, não se exija do religioso o sacrifício do amor filial, e ainda mais do amor da patria.

Como quer que seja, Fr. Francisco de Monte Alverne depois de cégo ficou esquecido no retiro da sua cella por espaço de doze annos!....

#### § 6.\*

Corria o anno de 1848. O Dr. Joaquim Pinto Brasil, que com tanto entusiasmo e distinção dirigia as cadeiras de philosophia, na aula pública, e no Imperial Colégio de Pedro II, como substituto ali do conselheiro Salles Torres Homem (hoje ministro da fazenda), e aqui em lugar do proprietário Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães, agrupou em redor de si os moços intelligentes que cursavão o primeiro ramo da ciência, e creou uma associação litteraria que foi denominada—*Ensaio Philosophico*—, à qual mais tarde o Exmo Bispo Diocesano concedeu o título honroso de—Episcopal.

Essa associação foi solemnemente inaugurada no dia 10 de Dezembro de 1848 em uma casa do largo de S. Francisco de Paula, canto da rua do Fogo.

Para assistir a essa solemnidade foi convidado o padre-mestre Fr. Francisco de Monte Alverne, que pressuroso veio assistir á primeira festa litteraria de moços que reuniram suas forças no estudo da philosophia do Espírito Humano, por meio da associação, a primeira nessa geração que então se creava.

Não contava o venerando ancião com o que lá o esperava. Acostumado ao retiro e ao esquecimento, surpreendido ficou quando se apercebeu que o primeiro passo que davão esses moços fracos, cheios apenas de amor de glória, era vingar a sua memória indignamente esquecida, e fazer justiça ao seu mérito transcendente e incontestável. E por isso o proclamaram—o genuíno representante da philosophia do Espírito Humano no Brasil, e como signal de seus triunfos pedirão ao prelado fluminense que lhe oferecesse uma coroa de louros.

Era a primeira vez que Monte Alverne, depois de doze annos de duro esquecimento, via-se restituído á posteridade honrosa a que tinha jus por sua inteligência e por seus serviços. Lágrimas abundantes correrão de seus olhos, o prazer ineffável reanimou suas feições abatidas e maceradas pelo desgosto, sua voz sonora e grave desprendeu-se de seus lábios quasi frios pela indiferença. Ouvio-se um ligeiro queixume da vítima da ingratidão, logo depois um agradecimento a quem lhe sabia fazer justiça. Por meio de uma exhortação vehementemente convidou os moços que o vitoriarão a trilbarem o caminho da glória, a prossegirem com frente alta, não obstante a má vontade, o desprezo, e a própria inveja que por ventura se oppusesse aos seus cursos, porque elle havia também encontrado estes obices, mas com pertinacia continuou, não voltou o rosto—cabio afim extenuado, sem luz e sem forças, mas nunca vencido.

Era na verdade solenne o momento em que orava o venerando Alverne, sua alma era o embate de violentas commoções, e mais de uma lágrima vertida sens ouvintes quando elle exclamou :

« Estou fraco e abatido.... a posição em que estou é tão extraordinária para mim, que talvez não a comprehendais!.... Se eu soubesse que era arrancado das bordas do meu sepulcro, do seio do meu retiro, para receber das mãos da mocidade uma coroa de louros, honra cívica que premeia meus serviços pisados pela ignorância, esquecidos pela estupidez, e mal pagos pela mais fria indifferença, ainda assim talvez não tivesse coragem de apresentar-me para recebê-la.

« Eu sei que ella tem um grande peso, que tem um brilho muito acima de meu merecimento, e que meus trabalhos não correspondem a esta aureola que recebo no lim da minha vida!.... Parece-me que sou uma vítima enfeitada para a hora do sacrifício! Tanta honra, tanta consideração para um homem occulto no silêncio de uma cella, passando da obscuridade á glória, a velhice coroada por a mocidade, a morte reanimada pela vida.... são phenomenos tão grandes, geram sensações tão poderosas que não as posso occultar.

« Doze annos tenho estado em silêncio!.... Sabéis que força é preciso para que escapem estas palavras toscas no meio de tanto entusiasmo, a despeito desta glória que a mocidade acaba de revelar, deste futuro que se apresenta tão radioso!»

Ainda nesse improviso energico e cheio de vida que parece feito nos primeiros annos de Monte Alverne, respirão as suas idéas dominantes, o amor de sua patria, e a sua dedicação pela religião do Cordeiro Imaculado.

« Sempre vi (continua elle) no carácter dos Brasileiros essa superioridade de talentos que ninguém lhes contesta, esse futuro grandioso, essa glória que deveria ilustrar o nosso paiz tão espinhoso pelo estrangeiro que não nos conhece e aprecia, porque talvez não nos possa bem avaliar.

« O Christianismo que revelou os verdadeiros destinos do gênero humano, ennobreceu o coração do homem, elevou sua razão, illustra o seu espírito, e marcha sempre a despeito de todos os revezes á frente da civilização, porque elle é o seu mais forte elemento, porque elle é o tipo nobre e sublime da grandeza, da glória e da liberdade do homem (6).»

São sempre as idéias dominantes do grande homem — a patria e o Evangelho. E não é Monte Alverne o próprio que nos arroubos de seu entusiasmo de fogo pela patria invoca a proteção de S. Sebastião em favor da terra brasileira, e apoio decidido em prol da cidade a rainha da América do Sul, que imediatamente se collocou debaixo de seu protectorado (7)? Não é elle o mesmo que explanando as idéias de seus trabalhos oratórios, nos diz que o seu pensamento é a religião do Crucificado — e quem invoca o psalmo do rei David para explicar a sua idéia (8)?

Desde esse seu primeiro triunfo não ficou mais Monte Alverne abandonado e esquecido — no silêncio da cella, quasi um tumulo. Em 1851 iguais demonstrações se reproduzem com a criação da sociedade Emulação Philosophica, da qual foi proclamado presidente perpetuo e grande conservador.

E taes foram os seus serviços á sua ordem e á religião que o SS. Padre, por intermédio de seu internuncio nesta corte monsenhor Bedini, e com beneplacito imperial, em 1850 dispensando a irregularidade contrariada pela cegueira, concedeu que elle pudesse ser definidor, representar no capítulo da ordem e assignar de chancela.

Não foram estas as únicas ovações que recebeu Fr. Francisco de Monte Alverne,

(6) Improviso feito por Monte Alverne na sessão de inauguração do Ensaio Philosophico.

(7) Panegírico de S. Sebastião. Obras oratórias.

(8) Prologo das mesmas obras.

uma maior lhe estava reservada, verdadeira apoteose digna de seus talentos, capaz só ella de transmittir o nome do ilustre Franciscano ás gerações posteriores.

§ 7.<sup>o</sup>

Os contemporaneos de tres reinados, e que floreerão com Fr. Francisco de Monte Alverne, o considerão como um grande philosopho, como o genuino representante da pura philosophia do Espírito Humano no Imperio do Brasil. Infelizmente ainda não é dado ler a prova cabal de seus conhecimentos nesta arvore gigantessa, da qual nascem todas as sciencias — o seu compendio de philosophia — que começava a ser impresso, quando foi surpreendido pelo sonno eterno dos justos.

Impossivel pois é darmos um juizo sobre esse trabalho, que, segundo ouvimos a mais de um entendido em tais materias, e que tiverão o prazer já de o ver, se julga perfeito.

O que é verdade tambem é que o methodo de ensino por elle proposto, não está em harmonia com o que ultimamente se costuma seguir nas aulas, pois que se nos informa que elle pretende que o estudo se comece pela logica — e sendo assim devemos lastimar que não lhe sobrasse tempo de fazer o prologo dessa obra, no qual havia de necessariamente defender o seu systema, que se acha em oposição com o que segue a escola moderna dos psychologistas franceses.

Essa obra estava escripta originariamente em latim, tendo o illustre fundado deliberado imprimi-la, propôz-se reduzi-la á linguagem vernacula, visto que o estudo da lingua latina, hoje muito desprezado, fazia com que o seu compendio não tivesse applicação fertil para a mocidade para quem era destinado.

Não obstante a privação em que estamos do livro complexo de suas idéas sobre a materia, acreditamos poder afirmar pelos fragmentos de seus discursos, pela doutrina de seus discípulos, que elle repelia com energia as premissas falsas de Condillac — e que philosopho espiritualista tondo por base — *o nosce te ipsum*, acompanhava a razão até os limites do finito, e abraçava a crença do mysterio — que consola a alma, e que a não martyrisa como o racionalismo sceptico e estupido — que vai esbarrar no abysmo do atheismo com todos os seus horrores.

Procurava conhecer-se a si — conhecendo-se a si via que a razão tem limites até onde chega — d'ahi preciso é chamar em socorro a revelação, sciencia profunda e inabalável, porque é a sciencia de um *Deos*.

Reconhecendo os fóros da razão — e admittindo a intervenção da divindade nos casos em que sem ella nada tem explicação, Monte Alverne não naufragava no systema do extasis impropositivo, que tira ao homem a sua qualidade mais proeminente — o ser capaz de se conhecer.

Era um verdadeiro philosopho do Christianismo.

§ 8.<sup>o</sup>

Se a reputação do theologo e philosopho não lhe pôde ser contestada, muito menos a de pregador notável entre os primeiros pela eloquencia, linguagem e dicção.

Ainda bem em principio de sua vida monacal deu elle logo mostras de sua proeminencia nessa carreira, por quanto já em 17 de Outubro de 1816 tinha sido elle nomeado pregador régio, nomeação que, segundo se exprime a chronica de sua ordem, era digna de seus talentos.

Não se pense que era pequena cousa a reputação de pregador naquelles tempos, em que a cadeira sagrada era a unica em que se manifestava gloriosamente o saber, a illustração, e as flores da eloquencia.

Os conventos eram nuclos fertilissimos de reputações scientificas, e na oratoria sagrada se manifestava apenas Monte Alverne, quando já nelles faziam as delicias da corte portuguesa, e arrebatavão admiracão, os projectos e abalisados oradores como S. Carlos, Sampaio, monsenhor Netto, padre Caldas e outros.

Ainda as tribunas parlamentar e judiciaria não existião, e que mais tarde chamando a si recentes talentos eclipsáram a tribuna sagrada.

Grande devêra ser o esforço, o trabalho, e o estudo de Fr. Francisco de Monte Alverne para poder competir com os contemporaneos, que, segundo elle mesmo diz, na grande arena, a capella imperial, monumento immortal de piedade do Sr. D. João IV, ostentavão toda a pompa do genio brasileiro (9).

Não é nossa intenção fazer um exame desses sermones, verdadeiros modelos de eloquencia, monumento inimitável da litteratura sagrada brasileira. Elles ahi correm impressos, graças aos seus ultimos esforços, coadjuvado pelo seu dedicado amigo o Rev. padre João Diniz da Silva. Todo aquele que ama a litteratura patria deve sem duvida alguma lançar seus olhos para esses livros de ouro. Apenas fallaremos do seu sermão monumental, o panegyrico por elle feito a S. Pedro de Alcantara, que bem se poderá dizer o ultimo cantico do servo de Deos, no grande officio e desempenho do sacerdocio.

Quem depois de estar dezoito annos cégo, escreve um panegyrico como o de S. Pedro de Aleantara, quem subindo á tribuna sagrada abatido de forças e de sofrimentos, acabrunhado pelo peso de setenta annos, repele essa sua producção com a cnergia e força de vinte annos, quem faz acompanhar essa recitação de um accionado magestoso e grave do qual nem memoria havia, esse será com toda a justiça reconhecido pelos contemporaneos como o principe dos oradores sagrados.

§ 9.<sup>o</sup>

Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II a gloria de fazer triunfar em seu reinado augusto a memoria daqueles varões do Evangelho e da ordem Franciscana que havião precedido, e sido coevos de Monte Alverne. Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o grande facto immortal de evitar que Monte Alverne descesse ao tumulo sem uma lagrima ardente de saudade de seus compatriotas reconhecidos a seu nome e aos seus serviços.

Havia quasi dezoito annos que o Alverne não subia á cadeira sagrada, e nem pela lembrança de ninguem passava a possibilidade de um tal facto, e no entanto annunciou-se aos habitantes descuidosos da corte do Brasil, que no dia 19 de Outubro de 1854 o padre-mestre Fr. Francisco de Monte Alverne faria o panegyrico de S. Pedro de Alcantara.

Pressurosa corre a populacão ao templo da capella imperial. Os velhos ião recordar-se de seus tempos triumphantes da oratoria sagrada, os moços verificavam se a tradição não faltava á verdade, e se com effeito o Alverne era o primeiro entre aquelles que tanto se diziam gloriosos nesses mistérios.

O resultado foi além da expectativa: os velhos sonháram com os bellos dias de seu passado e mal acreditavão que no homem de setenta annos estivesse aquelle mesmo Monte Alverne, que outr'ora com tanto saber fazia comprehendêr os mysterios divinos da religião; que com tanta energia atacava o vicio, e os vaidosos dominadores da terra; que com tanta melancolia e saudade pranteava a morte da primeira imperatriz do Brasil; e que finalmente com tanto fulgor descrevia os feitos daquelle que bem havião merecido de Deos, e que a Igreja reverenciava como seus heróes: os moços mal comprehendiam o que diante delles se passava, e com dor confessavam que á vista do sermão de Monte Alverne, o interprete fiel do passado, a tribuna

(9) Prologo das obras oratorias de Monte Alverne.

sagrada era hoje triste sombra, pallido reflexo do que fôra em tempo de S. Carlos e Sampaio.

Novas sensações, novos combates para a alma do velho Franciscano. Com o corpo alquebrado pelos annos, pelos desgostos e pelos trabalhos, sem vista, sem scienzia do compacto auditorio que o cercava, bem se pôde dizer que Monte Alverne fallava para o céo, e qual o imortal fundador de sua ordem, apresentava nos gestos, nas feições e na voz aquella divina inspiração que guiára o grande servo de Deos, que mereceu em recompensa gravar em seu corpo os mysterios vivos da paixão do Redemptor.

Abre a boca, desprende a voz, e bem depressa esse auditorio compacto e immenso, arrebatado pela eloquencia, pela dicção correcta, pelas imagens, e pelo accionado animador da palavra, foi levado espontaneamente ao aplauso. Facto virgem e sem exemplo nos annaes dos povos.

Mal pensava Monte Alverne que lhe estava reservada unia significação mais grata, mais notavel e mais sensivel ao seu nome, do que unia mitra sobre a fronte, resplgentes condecorações sobre o peito e titulos pomposos, porque as mitras, as condecorações e os titulos são muitas vezes partilha da mediocridade, e no entanto o aplauso espontaneo na propria casa de oração, a ovacão inesperada pela massa do povo, só pôde ser conquistada pelo genio na circumstancias em que estava Fr. Francisco de Monte Alverne.

Na verdade grande peça de eloquencia é esse sermão do qual infelizmente não podemos dar completa noticia, porque não se acaba publicado.

Os pequenos trechos que passamos a citar dão uma idéa da grandeza do todo.

Assim é que depois de fazer um brihante exordio, elle o continúa fazendo transpirar ligeiro queixume que solta sua alma, queixume repassado de uneção, porque elle não blasfema contra o autor de seus dias, mostra-se resignado, e só diz — *E' tarde!... E' muito tarde!...*

« Não, não poderei terminar o quadro que acabo de bosquejar: compellido por uma força irresistivel a enetar de novo a carreira que percorri por 26 aunos, quando a imaginação está extinta, quando a robustez da intelligencia está enfraquecida por tantos esforços, quando não vejo as galas do sanctuario, e eu mesmo pareço estranho áquelle que me escutão, como desempenhar esse passado tão fertil de reminiscencias? como reproduzir esse transporte, esse enlevo com que realcei as festas da religião e da patria?... *E' tarde!... E' muito tarde!...* »

Ao terminar estas palavras, levanta-se o signal de aprovação das massas que ahi se agrupavão, parecia que todos sentião profundamente a dor que nutria o seu peito, traduzida nestas tocantes e eloquentes phrases.

« Seria impossivel (continúa elle) reconhecer um carro de triumpbo neste pulpite que ba dezoito annos é para mim um pensamento sinistro, uma recordação afflictiva, um phantasma infenso e importuno, a pyra em que ardêrão meus olhos, e cujos degráos desejei só e silencioso para esconder-me no retiro do clauastro. Os bardos do Thabor, os cantores de Hermon e de Sinai, batidos da tribulação, devorados de pezares, não ouvindo mais os échos repetirem as stropbes de seus canticos, nas quebradas de suas montanhas pittorescas; não escutando a voz do deserto que levava ao longe a melodia de seus hymnos; penduráro seu alaúdes nos salgueiros que bordavão o rio da escravidão; e quando os homens que apreciavão suas composições, quando aquelles que se deleitavão com os perfumes do seu estylo, e a beleza de suas imagens, vinham pedir-lhes a repetição dessas epopéas em que perpetuavão a memoria de seus antepassados e as maravilhas do Todo-Poderoso, elles cobrião suas faces humedecidas de pranto, e abandonavão as cordas frouxas e desafinadas de seus instrumentos musicos ao vento das tempestades. »

Bella e sublime comparação ampliativa com que o orador descreve o seu estado, e a impossibilidade em que está de repetir aquellas epopéas, que faziam as delicias das gerações que outr'ora o ouviaõ.

Termina o seu exordio com a seguinte apostrophe, cheia de bellezas innumeraveis, e que tañbem faz ver cada vez mais a crença existente de seu espírito, que a religião é a fonte inesgotavel e unica de todos os seus bens e de suas inspirações.

« Religião divina, mysteriosa e encantadora. Tu que dirigiste meus passos na vereda escabrosa da eloquencia, tu a quem devo todas as minhas aspirações, tu, minha estrella, minha consolação, meu unico refugio, toma esta corda... Se dos espinhos que a cercão rebentar alguma flor, se das sylvas que a enlaçao reverdeceren algumas flores, se um enfeite, se um adorno renascer dessas vergonreas já seccas; deposita-a nas mãos do Imperador para que a suspenda como um trophèo sobre o altar do grande homem a quem elle deve o seu nome e o Brasil a protecção mais decidida. »

Depois de traçar com mão de mestre a vida do heróe denodado do Evangellio, depois de fazer a defesa dos serviços prestados pelo claustro, depois de descrever com êôres inimitaveis a abdicação de Carlos V, termina a sua narração pintando a morte de Pedro de Alcantara de um modo tão pathetico, que novos murmurios de approvação partem do meio do povo que silencioso e absorto o escutava.

« Olidador(diz elle) tinha já dobrado a meta do estadio que levára de vencida. Exhausto de forças cahio sobre montões de palmas e grinaldas, que merecera por sua perseverança. Pedro de Alcantara está rodeado por seus irmãos que o observão, chorão e admirão. O pobre de Jesus-Christo despe o habitu e pede outro mais velho em que se envolva depois de morto. O superior olha em torno de si, e não encontrando quem ostente igual desprezo, veste a reliquia inestimável, e lhe dá em troco a sua tunica. O corpo do penitente assemelha-se ás raizes ressecadas, sua pelle está denegrida e queimada com o fogo da mortificação. O frio da morte agita seus membros lusidos e descarnados. Um moço religioso approxima-se, e intenta estender sobre elle um lençol : retira-te, grita o lidor: ainda ha perigo, o inimigo está em presença, ainda não cessou o combate! O Justo imprime os seus labios no signal adoravel da redempção.... Pedro de Alcantara subio ao throno de Deos. »

Era na verdade aquelle mesmo orador sagrado que nos tempos de sua força e mocidade, fazendo o panegyrico de S. Sebastião, exclamava :

« Eis-aqui, senhores, o protector que o céo nos concedeu, o anjo tutelar que defende os muros desta cidade heroica, desta patria amada, paiz classicoo da liberdade brasileira, escolho terrivel do despotismo ; que debaixo de mil êôres, que debaixo de mil fôrmas tem procurado enxovalhar a terra de Camarão, de Bueno e de Negreiros. Salve, ó patria minha, ó terra de minha mae, ó paiz em que descansão as cinzas veneraveis de meu pai! São passados duzentos e sessenta e quatro annos que teus bravos filhos proclamáro no meio dos mais ardentes aplausos a intervenção do homem extraordinario, que reanimando o valor de nossos batalhões assugentou de nossas praias esses feroces oppressores que pretendião lançar sobre nossos pulsos o eadeado infame da escravidão e do opprobrio. Cingida de gloria, cercada de illustração, tu justificas da maneira a mais completa que a sorte dos povos está confiada a uma providencia que zomba das paixões e illude a politica dos homens. Tu serás grande, tu serás venturosa, assim está scripto, assim está decretado. »

E' ainda o mesmo Monte Alverne que pregando por occasião do anniversario do juramento da Constituição, proclama idéas de puro direito publico, e dá conselhos salutares áquelle que tiverão a ventura de nascer em um paiz regido por codigo tão sabio e tão perfeito ; assim se exprime :

« Quando todas as nações da terra se deixasse envilecer pelo captiveiro, quando todo o mundo se deshonrasse abraçando uma direcção que degrada e embrutece o homem; cada um de nós errando o coração ás suas mais caras affeições, deve defender a todo transe esta arvore mysteriosa que encerra a semel de prosperidade naciunal. Não permitta Deos que tenhamos outro procedimento. Os verdadeiros filhos de uma patria degenerada não podem en-

contrar algum pretexto para violar nma convenção regulada pelos principios da justiça. Repelli com horror todas as insinuações que tendem a destruir o edificio social. Um anathema de execração fulmine aquelles que pregando a doutrina do absolutismo apagão os brasões de vossa gloria; e lisongeando-vos com as idéas de uma liberdade sem limites procurão submergir-vos em horrores da anarchia, depois de mostrar-vos á face do universo, como infractores desta constituição, que só pôde afiançar o vosso engrandecimento.»

Eis-ahi a doutrina de um verdadeiro sectario da monarchia constitucional, que odia o despotismo, e que despreza e fulmina a liberdade licenciosa.

E este trecho eloquente paraphrase de versiculos do livro dos Machabeos.

E sempre o grande Monte Alverne, o defensor da religião, o amigo dedicado de seu paiz, propugnador pela conservação das instituições e do throno.

Eis como de repente passou o genio do silencio, a vida brilhante! Maiores serviços lhe foram ainda exigidos. Monte Alverne não se negou a elles, e obediente ao convite do Excelso Monarca Brasileiro, fez o panegyrico da Virgem Mãe do Salvador, hymno pomposo tecido á sua Assumpção, e recitado na igreja da Gloria do Outeiro, no dia 15 de Agosto de 1855.

Este novo sermão, complexo de bellezas, é ainda digno do saber e da ilustração de Fr. Francisen do Monte Alverne. Depois de um magnifico exordio, entra o orador no assumpto de seu discurso, pinta com cêores celestes, extraídas dos livros dos Prophetas e dos Evangelistas, Aquella a quem Deos creou para ser a Mãe sempre Virgem do Salvador do homem; a estrella salvadora em nossas tribulações, e a rainha dos anjos, que em contímos còros evangélicos rodeião o seu throno de luz; e depois de descrever assim esse quadro do mysterio sublime de nossa Santa Religião, elle nos faz ver que essa mulher Santa *ab initio*, que veio como segunda mãe dos homens reparar os males que causára a primeira, e que dando á luz o Homein-Deos, regenerou a humanidade, era a protectora sempre constante, sempre vigorosa da Christandade. E como sempre depois do tributo á Religião, elle não se esquecia de sua outra mãe querida — a Patria, demonstra n'uma rapida descripção dos acontecimentos historicos, quanto essa protecção fôra decidida, e muito principalmente quando as trombetas dos exercitos tocavão festivas a ultima victoria. A esse som amado desperta-se eloquente o septuagenario Franciscano e exclama :

« Não nos pezamos de asseverar: o Brasil não tem que pretender de sua preclara interventora nutros documentos da affeção mais apurada. A concordia restabelecida; a tolerancia extirpando ou moderando odios inveterados e animosidades mal extintas; melhoramentos materiaes considerados outr'ora qual a representação de um sonho; a façanha de Monte-Caseros, restaurando a vergonha de nossas armas nas margens do Ituzaingó, e afugentando esse despota popular que nos atirava a todo o instante o cartel de desafio, e cuja presença no poder era uma ameaça para o Brasil, e uma affronta ao Imperio; a passagem do Tonelero ganhando para a marinha militar uma aureola que deslumbrou as proezas do Obligado e S. João de Ullôa, sâo o mais bello relevo a este reinado que levará aos terainos do orbe o renome brasileiro, e com elle a alta fama de seu abalisado Monarca. »

E se alguém honver ainda que pense que a causa que den lugar ao esquecimento do infeliz cégo, por doze annos, foi quicá alguma idéa vertiginosa que sustentasse na época do perigo para a monarchia, risque de sua lembrança semelhante pensamento, e para capacitar-se que o Alverne fallando ao seculo foi sempre sustentador da monarchia constitucional, lêa o seguinte trecho do panegyrico de Nossa Senhora da Glória :

« Não está ainda tão viva a lembrança desses dias de luto, de terror e incerteza em que o Brasil achou-se a braços com essa fatal minoridade, o escolho em que tem vacillado as monarchias mais bem organizadas? Quem acreditaria que um principe de cinco annos pudesse comprimir a anarchia, e assegurar um paradeiro á guerra civil, que assolava nossas sociedades e todas as nossas províncias? Quem se jactaria de predizer as consequencias dessas idéas exageradas, desses projectos sinistros, dessas aspirações criminosas, que punhão em risco o padrão indelevel do bom senso dos Brasileiros? oh! nunca

foi mais justamente apreciado o influxo benefico da realeza; nunca foi mais valioso este prestigio que torna tão veneravel a magestade dos reis!... Ao fragor do incendio que reduzia a cinzas nossas povoações, ao tenido lugubre dos punhaes fraticidos que votavão a uma vingança estupida centenares de victimas, á inauguração desses festins selvagens, em que o canibalismo dava os mais freneticos emboras ao roubo, á devastação, á barbaridade e á ignorância, Deos nos deparou no Principe com que nos mimoseára, o termo de tantos dâmmos, e a aurora de uma felicidade que não nos era dado lobrigar (10).»

A peroração desse panegyrico é igualmente de um magnifico efeito, e só respirando os perfumes das flores de icadamente colhidas pelo eximio Alverne na fonte secunda de suas inspirações — a Religião e o Evangelho.

Este bello sermão já não pôde ser recitado como fôra o de S. Pedro de Alcantara. A enfermidade tinha caminhado a passos de gigante, e Monte Alverne havia-se levantado do leito da dôr, para ir prestar essa bomenagem á Glória de Maria, em nome do Magnanimo Chefe dos Brasileiros.

Apezar dos sofrimentos do corpo, continuava sempre activo o seu espírito, e assim ainda depois disso fez o exame e critica do poema — Tamoyos — composição do distinto poeta Domingos José Gonçalves Magalhães; preparava-se para dar o seu parecer sobre a obra do mesmo — Factos do Espírito Humano — sobre a grande questão mais importante da actualidade — o casamento mixto — e ainda em signal de respeito ao SS. Padre Pio IX propunha-se a fazer o panegyrico da Conceição, no dia 26 de Dezembro do corrente anno na igreja da Ordem Terceira da Conceição, quando foi surpreendido pela morte.

Erão vãos desejos de seu espírito que não recuava logo que se tratasse de glorificar a Religião de Jesus Christo, mas que se quebrão de encontro á fria lage da sepultura.

#### § 11.

Não foi só do grande mundo do seculo que Monte Alverne sofreu desprezos e perseguições; no mesmo claustro houve quem, desconhecendo seu merito, e sua reputação, o tratasse desapiedadamente, e o que é mais para admirar que esse pouco caso tenha partido de quem com elle havia sido contemporaneo.

A Providencia Divina que fez com que o seculo acabasse respeitando-o e reconhecendo sens serviços, fez com que também no claustro fosse elle reverenciado: e esta consideração e esse respeito derão-se logo que sahio ministro provincial o mui distinto e esperançoso Fluminense Fr. Antonio do Coração de Maria e Alineida, que era seu extremoso amigo, e havia sido seu discípulo, coadjuvado pelo guardião Fr. João do Amor Divino Costa.

E assim devêra ser, porque Monte Alverne acreditava firmemente no futuro, acreditava que só os moços lhe havião de fazer justiça: sua crença era bem fundada, porque a mocidade não é egoista, e com entusiasmo tributa veneração e respeito áquelles que fazem a gloria do passado, e que lhe podem servir de modelos para o presente e futuro.

#### § 12.

No dia 29 de Novembro de 1858, estando Monte Alverne em Nictheroy, em casa de um amigo, para onde se havia retirado, não só para distrahir seu espírito, como para completar o seu trabalho sobre os Casamentos mixtos, foi acometido de uma congestão cerebral, que pela terceira vez o atacava, e apezar dos esforços da arte, rodeado de seus amigos, e de seus irmãos, que havião corrido em seu socorro, e que lhe ministráram os ultimos serviços da Religião, ás 11 horas da noite do dia 2 de Dezembro do mesmo anno passou ao sonno eterno e á mansão dos justos.

(10) Panegyrico de Nossa Senhora da Glória, em 15 de Agosto de 1855.

Morreu justamente no dia em que o Excelso Monarca, o amigo a quem sempre dedicára grata afseição, completava 33 annos, como se quizesse que o Monarca Brasileiro quando pensasse no dia faustoso de seu nascimento, tivesse uma lembrança do pobre Franciscano, a quem tanta consideração dera em sua vida, a ponto de o ir ver em soa propria cella depois do seu grande sermão de S. Pedro de Alcantara.

Apenas S. M. I. teve noticia do passamento de Fr. Francisco do Monte Alverne, ordenou que o seu corpo fosse conduzido ao cães da cidade, em uma de suas galeotas, e d'ahi aos jazigos de sua ordem em um eoche de sua imperial casa; e por outro lado o mui digno provincial Fr. Antonio do Coração de Maria, mandou que o corpo fosse antes embalsamado, em signal de respeito e piedade ao preclaro varão que acabava de desapparecer da face da terra; os desejos do provincial encontrárão no Dr. Peixoto a melhor execução, o qual generosa e gratuitamente tudo fez para esse fim.

Na tarde de 4 de Dezembro, pelas 5 horas da tarde, abordou ao cães a galeota imperial, que vinha impellida por branda viração trazendo os restos mortaes de Monte Alverne: numerosos e dedicados amigos ahi o esperavão, e pegando no caixão o levárao até o carro que o conduzio junto á ladeira do convento. A comunidade trazendo á sua frente os irmãos da Ordem Terceira da Penitencia, de eruz alçada e dirigida pelo provincial, recebeu o caixão que levado á igreja, foi d'ahi conduzido, depois das orações do estylo, á capella onde foi depositado. Grande foi o concurso de povo que assistio ás ultimas honras prestadas ao talento, aos serviços e ás virtudes do digno Fluminense.

S. M. I. querendo ainda por sua Alta Vontade dar um signal do apreço e consideração que lhe merecia o fadado, mandou assistir ao funeral o seu mor-

domo-mór, conselheiro Paulo Barbosa da Silva, general Cabral, e o camarista Nogueira da Gama. Encerrado o caixão e fechado, forão as chaves entregues ao mordomo de S. M. I.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! lidador forte e invencivel das glórias do Christianismo, e de tua patria. Foste ainda assim mais feliz que os companheiros de tuas lutas.

Como elles, morreste simples frade da ordem Seraphica da Immaculada Conceição, e assim devêra ser para maior gloria, porque teu saber, teus serviços, se traduzião n'um nome que não devêra desapparecer, e com esse nome desceste ao tumulo. Entao como hoje, és sempre Fr. Francisco do Monte Alverne.

Mas, enquanto dos outros só existe a memoria, porque nem de seus jazigos, nem de seus restos ha noticia, o teu corpo ahi está como reliquia das glórias dessa casa, para ser mostrado aos vindouros, resumindo-se em teu cadaver tudo quanto de grande ostentou o passado desse clauastro.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! teus desejos estão cumpridos: querias sahir deste mundo com a docc consolação de que de ti se tivesse uma lembrança honrosa, e que sobre a tua sepultura se derramasse uma lagrima ardente (11). A memória não se destruirá jámais, as lagrimas de teus amigos forão abundantes e espontaneas.

Está vingada a memoria do grande S. Carlos, do immortal Sampaio; gratidão ao actual prelado da Ordem Franciscana Fr. Antonio do Coração de Maria!

(11) Conclusão de suas Obras oratorias.



OS CONTEMPORÂNEOS



A. Sisson 1858

JERÔNIMO FRANCISCO COELHO

*Jerônimo Francisco Coelho*

S. A. Sisson Editor rua dos Ourives 81



# JERONYMO FRANCISCO COELHO



ERONYMO FRANCISCO COELHO, do conselho de S. M. o Imperador, guarda-roupa da casa imperial, commendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da imperial ordem da Rosa, brigadeiro do exercito, vogal do conselho supremo militar, e deputado á assembléa geral legislativa; nasceu na villa (hoje cidade) da Laguna, província de Santa Catharina, a 30 de Setembro de 1806; seus avós forão, por parte paterna, o fallecido capitão-mór daquelle villa Jeronymo Francisco Coelho, e por parte materna o alferes de milicias Lino dos Santos, natural este da villa da Laguna, e aquelle da cidade do Porto.

E' o filho segundo do já falecido major Antonio Francisco Coelho, que era primogenito daquelle capitão-mór. Tanto seu pai como sua mãe, D. Francisca Lina do Espírito Santo Coelho, que ainda hoje vive, são naturaes tambem da villa da Laguna, de onde veio para a corte com seus pais em 1809, tendo tres annos de idade.

No anno de 1813 seu pai levou-o em sua companhia para a província do Ceará, para onde havia sido nomeado commandante de um corpo de infantaria, e ao mesmo tempo inspector das tropas da mesma província, de que era então governador Manoel Ignacio de Sampaio. Ali, sendo ainda menor, assentou praça de 1º cadete na companhia de artilharia, em 17 de Dezembro de 1813.

Tendo seu pai adoecido gravemente, com elle regressou para a corte no anno de 1815, tendo sido então escusado da praça; infelizmente seu pai, tres mezes depois de sua chegada á corte, succumbio á molestia de que fôra acometido; um seu tio, o Dr. Joao Francisco Coelho, o tomou a si com vistas de encarregar-se da sua educação, entregando-o por isso aos cuidados do padre-mestre Florencio Alves de Macedo Pereira, um dos mais acreditados professores de latim daquelle tempo.

Falecendo seu protector e tio Dr. Coelho poucos mezes depois da morte de seu pai, teve de continuar a sua educação a cargo de sua mãe, D. Francisca Lina Coelho, que, comquanto se achasse na corte, fôra de sua terra natal, sem parentes, e em circumstancias pouco favoraveis, não esmoreceu, e sobranceira ás dificuldades proprias de quem se acha em terra estranha, dotada porém de energia e resolução superior á de seu sexo, empênhou-se com a maior dedicação e desvelo em completar a educação de seus filhos, inclusive a do mais velho o hoje falecido Dr. Antonio Francisco Coelho, que foi major do corpo de engenheiros e lente da escola militar. Continuou os seus estudos de latinidade com o mesmo padre-mestre Florencio, de philosophia racional e moral com o padre-mestre Frei José Polycarpo, estudando outros diferentes preparatórios, como frances, inglez, etc.

Novamente assentando praça no regimento de artilharia da corte a 16 de Fevereiro de 1816, matriculou-se na extinta academia militar a 8 de Março de 1820, onde sempre primou como estudante, obtendo as cartas dos cursos mathematico e de engenharia, tendo alcançado os primeiros premios no 3º e 4º annos.

Foi promovido a 2º tenente em 23 de Fevereiro de 1823, e a 12 de Outubro de 1824, contando apenas 18 annos de idade, já se achava no posto de capitão, tendo em 20 mezes obtido tres postos, mediante concurso e exames publicos, conforme a lei de promoções, que então regia.

A proibição de promoções no exercito, que posteriormente foi decretada por lei da assembléa geral, o fez retardar 13 annos na carreira dos accessos, vindo a ser despachado major para o corpo de engenheiros a 13 de Setembro de 1837, tendo feito passagem para esse corpo a 2 de Janeiro de 1834, tenente-coronel a 7 de Setembro de 1842, coronel a 14 de Março de 1847, e finalmente brigadeiro a 14 de Março de 1855.

Serviu portanto efectivamente por espaço de 14 annos em diversos corpos arregimentados da arma de artilharia, tendo tido muitos annos por commandante o venerando marechal do exercito Francisco de Paula Vasconcellos, o primeiro e mais distinto artilheiro do Império.

No inez de Dezembro de 1827 casou com D. Emilia Carolina da Costa Barros, filha do tenente-coronel Francisco da Costa Barros. Existem deste consorcio dous filhos e uma filha, sendo aquelles o capitão de engenheiros bacharel em mathematicas Jeronymo Francisco Coelho, junior, e o tenente do estado-maior de 1º classe José Francisco Coelho. Viuvou em 30 de Agosto de 1854.

Toda a sua vida, depois de adolescente, tem sido sem interrupção consagrada ao serviço do Estado, quer no serviço militar dos corpos, quer em commissões profissionaes de engenharia, ora nos altos cargos da suprema administração, ora, finalmente, no corpo legislativo, tendo principiado o seu tirocinio parlamentar na assembléa provincial de sua província, de que foi membro desde 1835 até 1847.

No anno de 1838, aos 32 annos de idade, tomou pela primeira vez assento na assembléa geral legislativa, como deputado pela província de Santa Catharina, sua terra natal, tendo sido eleito e reeleito seguidamente por espaço de dez annos, até o de 1847 inclusive.

Como politico, honesto e probó sen ostentação, de inabalável firmeza de carácter, grangeando por isso a estima e respeito, não só dos seus co-religionários, como dos seus antagonistas políticos, professou sempre até hoje opiniões liberaes, sempre porém reflectido, tolerante e moderado, nuna acompanhando seu partido nas suas exagerações. Seus principios têm sido constan-

temente a alliança da liberdade com a ordem, e o do triumpho das idéas liberaes conquistado pela convicção no campo da legalidade e dentro dos limites e orbita das leis.

Assim, apesar de intimamente unido á oposição de 1838 e 1842, de que fazia parte distintas notabilidades, tacs como os irmãos Andradas, Marinhos, Ottonis, Alvares Machados e outros, delles frequentes vezes se separava em diversas votações, não adoptando o principio severo de negar pão e agua ao governo, prestando-lhe, pelo contrario, o seu voto nas medidas puramente governamentaes, e negando-o ás que erão de confiança, ou simplesmente de occasião, ou ás que erão exigidas pelo espirito de partido.

Negou, por exemplo, ao gabinete de 19 de Setembro o seu voto á lei interpretativa do acto addicional, e da reforma judiciaria; concedeu-o porém a todas as leis de força e á de orçamento, e bem assim á do 1º de Dezembro de 1841, de que foi o autor de acordo com o ministro da guerra de então, José Clemente Pereira, organisando o quadro dos officiaes do exercito, e augmentando-lhes a tarifa dos soldos.

Tomou parte nas questões mais graves de seu tempo, e em geral em todas que dizia respeito a assumptos militares; seus discursos erão sempre ouvidos com atenção pela camara; sua eloção era facil e clara, e algumas vezes até graciosa. Logico nos raciocinios, e rigoroso nas suas demonstrações, o seu voto e opiniões emitidas nas discussões quando se tratava de matérias profissionaes, decidião ordinariamente a votação da camara, sem distincção de partido.

Todas essas provas exhibidas no parlamento merecerão-lhe a honra de ser chamado aos conselhos da corôa, fazendo parte do gabinete de 2 de Fevereiro de 1844 como ministro da marinha, e interino da guerra, passando depois a efectivo para esta ultima repartição a 23 de Maio desse mesmo anno.

Ao historiador imparcial pertence para o futuro apreciar devidamente os actos do gabinete de 2 de Fevereiro, tendo em vista a situação politica daquella época. Esse gabinete, proclamando a politica da concordia e da clemencia, aconselhárá á corôa o perdão para os vencidos na rebelião de Minas e S. Paulo em 1842, e em consequencia teve lugar a 14 de Março de 1844 o acto magnanimo da amnistia. Este facto conspirou contra o gabinete, e tornou profundamente hostil o então denominado partido da ordem, e dividio em dous campos adversos os partidos actualmente conhecidos eom os nomes de liberal ou luzia, e conservador ou saquarema.

Nesta situação dos espíritos abriu-se a sessão legislativa de 1848, e achou-se o gabinete na camara dos deputados em frente de uma oposição violenta, forte por sua grande maioria, que abrangia tres quartos do numero de deputados; respeitável pela importancia e pelo talento de seus chefes, entre os quaes se contavão os Srs. Viscondes de Uruguay e de Itaborahy, Eusebio, Pereira da Silva, Souza Ramos, Visconde da Boa-Vista, Rego Barros, e outros, todos fervorosos em suas erenças politicas, e decididos a todo o transe a golpear e derribar o novo gabinete.

Coube ao Sr. Coelho, como ministro da guerra e deputado, sustentar na camara temporaria a luta renhida, que então se travou na discussão do voto de graças.

A oposição em grande maioria, por meio de seus mais eloquentes órgãos, estigmatizando o gabinete, declarou-se com elle inconciliável, e ameaçou-o energicamente com a recusa clara e decidida de sua confiança, e intimando-o, quasi em tom imperativo, a que se retirasse pela falta de apoio dos representantes da nação.

Foi então que o Sr. Coelho, na sessão de 23 de Maio, respondendo á oposição em um energico discurso, declaron que o gabinete não se retirava, apesar da oposição em maioria se declarar inconciliável, e de ameaçar com a recusa decidida de confiança por parte da camara, terminando com as seguintes memoraveis palavras: « Temos recursos na constituição; appellaremos para a corôa e para o paiz, e o seu juizo supremo decidirá quem deva governar o Estado: *ou nós, ou vós.* »

A revelação, que se continha nestas palavras, impressionou vivamente a oposição. No dia seguinte (24) lia-se em ambas as camaras o decreto de dis-

solução entre os vivas e aclamações do povo, que occupava as galerias e as imediações do paço da camara dos deputados.

A nova camara dos deputados, reunida em 1845, prestava o seu apoio unanimemente ao gabinete de 2 de Fevereiro, exceptuando tres deputados, que se declararão em oposição, talentosos e habcibis oradores, a quem nesse tempu se denominou — Patrulha.

O partido liberal, rehabilitado e chamado ás posições officiaes, movido principalmente pelo sentimento de gratidão, dava pleno apoio ao gabinete, mas nelle se presentia uma certa soscregnidão e impaciencia pela adopção de medidas no sentido da politica do progresso, e em antagonismo com as medidas fortes, que tinhão sido convertidas em lei pela politica anterior.

Era como uma reacção natural, que o governo prudentemente procurava moderar, abstendo-se de promover medidas precipitadamente no sentido, que seus amigos desejavão, pelo que era por elles accusado de incrcia. Foi por isso que o Sr. Coelho, á vista desses indícios de soscregnidão da parte dos amigos do gabinete, em uma das sessões de Maio de 1845 proferio esse notável discurso, no qual proclamou a inercia como sistema politico em certos casos e em dadas circunstancias, considerando-a, tanto no sentido physico como moral, uma força capaz de resistencia, e muitas vezes a unica propria, salutar e benesica para impedir movimentos desordenados.

Este discurso lhe alienou as sympathias de alguns de seus amigos politicos; posteriormente, tendo-se opposto e fazendo cahir com o seu voto, e o do seu collega dos estrangeiros, Ernesto Ferreira França, a medida proposta sobre a incompatibilidade dos magistrados com as funcções de deputado, estando além disto nesta parte divergente da opinião dos outros seus quatro collegas, teve de retirar-se do ministerio a 26 de Maio de 1845.

Entre os serviços mais notaveis prestados ao paiz neste seu primeiro ministerio deve contar-se a parte directa e activa com que planejou e concorreu para a pacificação da província do Rio Grande do Sul.

Em perfeita intelligencia e acordo com o então presidente e commandante em chefe do exercito naquella província, o general marquez de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporaneo na academia, tudo entre elles se predispoz o combinou com tanto acerto, que a paz veio a effectuar-se pelos meios da convicção espontanea e sincera, fazendo com que os rebeldes confiassem na clemencia imperial e na fé do governo.

Para esse sim veio particularmente á corte em commissão por parte dos rebeldes o (entre elles) tenente-coronel Antonio Vicente da Fontoura, acompanhado pelo coronel Manoel Marques de Souza (hoje Barão de Porto-Alegre). Foi o Sr. Coelho quem fez com o commissario Fontoura e coronel Marques todos os ajustes e combinações precisas para se realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos despendidos e milhares de vidas preciosas sacrificadas não tinhão podido conseguir.

No seu gabinete e com seu punho foi elle quem redigio as instruções de 18 de Dezembro de 1844, que forão levar a pacificação material e moral á infeliz e magnanima província do Rio Grande do Sul, ha nove annos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia essas instruções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá, que a paz desta província foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnanimitade da corôa, e sem ao mesmo tempo humilhar os brios daqueles nossos valentes irmãos illudidos, que depunham as armas, e voltando á comunhão nacional, vinhão abrigar-se sob o manto da clemencia imperial.

Quando na camara dos deputados a oposição pouco generosa, e certa de que o melindre das circumstancias não permitia ao governo fazer revelações, arguia o gabinete de ter mareado o brilho da corôa, o Sr. Coelho respondia com sua voz expressiva: « Senhores, está unida toda a grande familia brasileira, o Imperio está em paz; rendamos graças a Deos. »

Em objectos de serviço distinguio-se sempre por sua grande actividade: entre outros factos ha o seguinte dc notoriedade publica. O partido da urdem na província das Alagoas incorrera na mesma falta, que arguia a seus adversarios politicos, pois quando em oposição, descrendo dos meios legaes, revol-

tou-se e recorreu tambem aos meios materiaes, empunhando as armas e atacando om seu palacio o delegado do governo o Sr. Bernardo de Snuza Franço; e os revoltosos nessa occasião não desdenháro em chamar em seu auxilio o famoso bandido e saltador das matas do Jacuipe Vicente de Paula.

O presidente da provincia, sem força para resistir á revolta, que com tanta furia rebentara de improviso, havia solicitado auxilio aos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Todas estas noticias chegáro à corte trazidas pelo vapor *Imperador*, que entrou neste porto a 17 de Outubro de 1844; o incansavel ministro da guerra de 2 de Fevereiro deu logo todas as providencias, e com tal rapidez, que no dia seguinte, 18, havendo apenas decorrido 24 horas, o mesmo vapor sahia pela barra fóra e com uma força de linha de 400 praças completamente armada e municiada, sob o commando do valente general Seára, e a 24 do mesmo mez saltava a força nas Alagoas, e no dia seguinte era reinstalado em seu palacio o presidente, que desde o dia 21 se achava com as principaes autoridades a bordo do hiate *Caçador*; a 31 de Outubro dava-se o sanguinolento combate da Atalaya, e logo em seguida outros, em que as forças legaes leváro sempre de vencida os revoltosos. A' presteza dos auxilios enviados da corte pelo ministro, e á concurrence dos socorros das provincias da Bahia e Pernambuco deve-se o ter sido supplantada em começo uma revolta, que, com o auxilio e intervenção dos bandidos das matas, ameaçava tomar grandes proporções, e produzir males incalculaveis.

Em quanto ministro, não se descuidava da parte puramente administrativa. Deu á Escola Militar os estatutos do 1º de Março de 1845, fazendo cessar a confusão de doutrinas, que resultava de uma interminavel sucessão de reformas sobre reformas; restaurou o Hospital Militar da corte, em beneficio da vida dos soldados, que mal tratados nos insalubres e mal providos hospitaes regimentaes, sucumbíao á mingua em numero extraordinario; fundou o observatorio astronomico do Castello, cuja criação, decretada por lei ha muitos annos, tinha ficado em letra morta, e nunca se euidára na sua execução.

Deixando de ter assento na camara dos deputados no anno de 1848, foi nomeado presidente e commandante das armas da provincia do Pará, tomando posse destes cargos a 8 de Maio do mesmo anno.

Nesta presidencia ainda mais firmou o seu credito de administrador intelligente, recto, justo e imparcial; desenvolveu sua habitual actividade dando impulso a diferentes obras publicas da provincia, apezar dos minguados recursos das rendas provinciales, tendo encontrado os esfres exhaustos e a provincia com uma dívida superior a 70:000\$.

Durante a sua administração no Pará, em principio de 1850, tentáro os Francezes uma segunda ocupação do Amapá, sendo governador de Cayena Mr. Pariset, que mandára estacionar algumas goletas o brigues de guerra em frente á embocadura do mesmo Amapá. O Sr. Coelho, por seu turno, mandou preparar todos os navios de guerra da estação do Pará, e expedio para Cayena o brigue de guerra *Nietheroy* com officios áquelle governador, fazendo energicas reclamações contra a tentativa de nova ocupação; travou-se então de parte a parte, por meio de notas diplomaticas, uma renhida e luminosa discussão, que foi toda publicada no relatorio de estrangeiros de 1852, sobre a questão de limites do Oyapok, e sobre a verdadeira intelligença dos tratados, cujo resultado foi fazer calar no animo do governador de Cayena a convicção da injustiça de sua pretenção; retiráro-se os navios franceses, não indo portanto ávante a projectada ocupação.

Para caracterizar devidamente esta sua administração na provincia do Pará, e conhecer-se a norma de princípios que o dirigiu, basta copiar textualmente um trecho do seu relatorio de entrega ao vice-presidente o Dr. Angelo Custodio Corrêa, em que, entre outras regras que o guiáro no seu governo, pôde dizer-lhe o seguinte:

« Não partilhei com ninguem o exercicio de minha autoridade: governei só, acertei e errei só. Nunca admitti confidencias auriculares sobre objecto de negocios publicos, e nenhum acto de minha administração foi por alguém annunciado de vespera na praça publica.

« Esforçando-me por imprimir em todos os meus actos um certo eunho de

« imparcialidade e justiça, consegui nullificar a apparição de partidos, e ter « uma presidencia tranquilla, etc. »

Entregando as redevas da administração do Pará no 1º de Agosto de 1850, tendo conquistado as sympathias dos Paraenses, recolheu-se á corte em Novembro desse mesmo anno, e então retirou-se completamente da vida politica e administrativa, empregando-se por seis annos em diferentes cargos puramente militares, taes como o de director da fabrica da polvora, que exerceu até o mez de Junho de 1854; de director do arsenal de guerra da corte, até Setembro de 1855; director da Escola de Applicação do Exercito, até Março de 1856, em que foi nomeado presidente e commandante das armas da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

A' excepção dos cargos de presidente e commandante das armas das províncias do Pará e Rio Grande do Sul, nunca quiz acumular mais de um vencimento ou gratificação por empregos diversos.

Quando foi nomeado director do Arsenal de Guerra da corte, a que estava annexa a direcção das obras militares, fez separar este ultimo cargo, que desde então até hoje tem director especial, dizendo que no serviço do arsenal tinha de sobra com que ocupar-se, e que não queria ser director honorario ou nominal daquellas obras sómente para receber as gratificações, que importavão em 1:600\$ por anno; nisto deu ao mesmo tempo prova de desinteresse e zelo pelo bem do serviço.

De maneiras affáveis no seu trato ordinario, e ao mesmo tempo energico nas oceasões precisas, nos empregos superiores, que ha exercido, tem sabido fazer-se respeitar e obedecer, captando ao mesmo tempo a cordial estima de seus subordinados; é assim que, quando embarcou para o Rio Grande do Sul, despendendo-se delle os alumnos da escola de applicação reunidos em corpo, com seu novo director e mais officiaes e empregados daquella escola, um dos alumnos, em nome de todos os seus collegas, leu um discurso por elles assignado, em que, além de muitas outras expressões lisongeiras, tratando de retratar o seu carácter, exprimiu-se nas seguintes palavras :

« O que nos penhora individualmente, o o quo nos constitue gratos sobretudo, são essas qualidades pessoaes, quo vos distinguem, são essa candura e intelligencia, que unia e separava *in continentem* o director o o alumno, que distingua o mestre d'entre os que trabalhavão juntos, e que obsequiava ordenando, etc. »

Dous annos depois de ter deixado a direcção do arsenal de guerra da corte, quando os operarios e mestrança desse arsenal delle ba muito já não dependião, achando-se já na presidencia do Rio Grande do Sul, esses seus ex-subordinados se recordavão agradecidos de sua paternal administração, e espontaneamente cotisando entre si uma parte do producto de seus salarios, mandáro preparar uma rica espada de ouro, e lh'a enviáro para aquella província, como um signal de lembrança e reconhecimento ao seu ex-director.

Chegando á província do Rio Grande do Sul, foi acolhido com a mais cordial benevolencia e sympathia; todos ali, tanto ex-rebeldes como legaes, consideravão o ministro pacificador de 2 de Fevereiro como um antigo conhecido e amigo.

Nesta segunda administração seguiu invariavelmente os mesmos princípios, que na província do Pará, de rectidão, igualdade, justiça e imparcialidade para todos: assim tambem do mesmo modo conservou a estima, sympathia e consideração dos Rio-Grandenses até o ultimo dia de sua presidencia.

Coube-lhe ali dissolver a divisão auxiliar brasileira, que havia regressado de Montevideó, organisando as brigadas que devião guarnecer, policiar, e defender nossas fronteiras, e dando-lhes instruções convenientes para remover ou resolver os diferentes conflictos, que com diversos Estados vizinhos ali ordinariamente surgem.

Assim como no Pará, nessa província deu elle o maximo impulsão ás obras publicas, creando a respectiva repartição; planejou e den principio a essa importante estrada de 60 leguas pelo litoral, que tem de dar commoda e segura comunicação entre as cidades de Porto-Alegre e Laguna, da qual devem prover immensas vantagens ás duas províncias de S. Pedro e Santa Catharina, e que

tem por fim proporcionar em época talvez bem proxima a construcção de uma estrada de ferro, que será a verdadeira e unica possível barra do Rio Grande.

Tendo-o a sua província, depois de decorridos dez annos, reeleito deputado á assembléa geral legislativa, passou a administração da província ao segundo vice-presidente em 13 de Março de 1857, e veio para a corte tomar assento.

Aqui chegou nos ultimos dias do mez de Abril do mesmo anno; e tendo logo ocorrido a retirada do gabinete de 6 de Setembro, presidido pelo Sr. general Marquez de Caxias, entrou segunda vez para o ministerio, como ministro da guerra do gabioete do 4 de Maio daquelle mesmo anno de 1857.

Na forma da constituição, teve de passar novamente pela prova das urnas eleitoraes, e seus patrícios o reconduzirão por uma excessiva maioria de votos.

Posto que ha dez annos retirado do parlamento, nesse se apresentou com o desembaraço do antigo parlamentar, sem desmentir um só momento o conceito que outr'ora houvera adquirido.

Nas discussões da sessão legislativa do corrente anno, aggredido o gabinete de 4 de Maio por uma oposição compacta, systematica, energica e talentosa, conservou-se sempre a par de seus collegas, na altura de sua posição.

Com quanto alquebrado de forças e já investido pela enfermidade que depois o veio a prostrar, ainda era o mesmo administrador intelligent e incansavel. Na previsão de uma guerra imminente, que estava a rebentar a cada momento com a republica do Paraguay, e que a todos parecia inevitável, coube-lhe, como ministro da guerra, a ardua tarefa de providenciar, não só sobre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenaes, mandando fazer avultadas compras na Europa, como tambem sobre o movimento e marcha das tropas, parte das quaes tinham de atravessar centenares de leguas por caminhos inhospitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exercito oo Rio Grande do Sul, e de fazer remessa para a fronteira do Baixo-Paraguay, oa província de Matto-Grosso, á custa de grandes sacrifícios, de um immenso e pesado material de guerra, remettendo para ali engenheiros babeis, e officiaes experimentados das diferentes armas, grande numero de artistas, operarios dos principaes officios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo forças já preparadas e promptas a marchar á primeira voz nas províncias de Goyaz, Minas, S. Paulo e Paraná.

Não se limitava sómente á expedição de ordens geraes, pois tratava logo de promover os meios de facilitar a sua execução, e de prevenir os embaraços e dificuldades provaveis, que pudesseem ocorrer, organizando explicitas e minuciosas instruções sobre os detalhes relativos á especialidade de cada serviço.

Todo este insano trabalho era feito sem ostentação nem apparato, e ainda assim teve de curtir amarguras, vendo a imprudencia com que a imprensa oposicionista, para atacar o gabinete, esmerilhava, esquadrinhava, espreitava, e por este modo irreflectidamente revelava ao inimigo todas as medidas, todas as providencias tomadas pelo ministro, discutindo-as e censurando-as uma por uma.

Conscio de seus deveres em assumptos tão melindrosos, cerrava os ouvidos a estes clamores indiscretos, e proseguia sem a menor hesitação em fazer executar as suas ordens; e ainda mesmo que a questão pendente com o Paraguay não tivesse tido, como teve, tão feliz e pacifica solução, quando soasse a hora do combate, o Imperio bavia de se achar preparado para sustentar com honra e gloria a sua dignidade e os seus direitos.

Infelizmente em meio da sessão legislativa do anno de 1858 não pôde resistir á enfermidade que ha tempos o affligia, e cahio gravemente enfermo, como ainda até boje se acha, tendo passado há seis mezes por acerbos e crueis sofrimentos, de que ainda não está livre.

Este motivo o tinha feito passar interinamente a pasta da guerra ao seu collega da marinha o conselheiro Dr. José Antonio Saraiva em 10 de Julho deste anno, até que, ainda pelo mesmo motivo, deixou o ministerio, e com isso deu lugar á retirada de todo o gabinete a 11 de Dezembro do corrente anno.

Neste segundo ministerio conve-lhe a tarefa de ser ainda o reformador das escolas militares, como houvera sido em 1845, e ao 1º de Março do corrente anno de 1858 fez publicar o novo regulamento respectivo.

Entre os serviços profissionaes, que prestou em diferentes épocas, deve ser mencionado um, em que deu prova de seu desinteresse, e tambem de sua dedicação á Imperial Familia.

Logo depois do primeiro ministerio, em Outubro de 1844, foi escolhido por S. M. o Imperador para chefe da comissão de engenheiros incumbida de medir e demarcar as 25 leguas de terra que devião formar o complemento do dote da Sereníssima Princeza de Joinville, sendo essas terras nos sertões de S. Francisco, da província de Santa Catharina. Nessa importante e espinhosa comissão empregou cinco aturados mezes, internado em ermos sertões, sofrendo toda a sorte de privações, quasi sempre sem abrigo contra as intempéries, em māos ranchos de palha, feitos á pressa em cada dia no lugar do pouso, muitas vezes sem mantimentos, e algumas vezes chegando a sua comitiva ao ponto de desespero e desanimo. Mas o exemplo do sofrimento e paciencia do chefe, que, calmo, sereno e resignado, compartilhava com igualdade as mesmas privações, a sua perseverança e actividade, fez superar todas as dificuldades, e chegar ao termo dos trabalhos da completa medição, demarcação e mappeação de tão extensa e agra porção de territorio. Salvou tambem grandes embaraços compondo-se amigavelmente com todos os heróes e posseiros confinantes nas terras proximas ao litoral, evitando conflitos e contestações, devido principalmente á influencia e estima de que gozava como deputado em sua terra natal, e muito difícil teria sido a qualquer outro terminar em paz tão melindrosa comissão, na qual, e no dizer dos naturaes do paiz, se lhes tiravão as terras para dar aos estrangeiros.

Por esta comissão, attendendo a que o assumpto se referia a serviço da Casa Imperial, reounciou aos seus vencimentos ordinarios, bem como ás avultadas gratificações extraordinarias, que a todos os outros membros da comissão foram concedidas.

Tendo servido em altos e importantes empregos, como chefe de tres repartições militares, dous ministerios, duas presidencias, tendo estado muitos annos no parlamento, e incumbido de difficéis comissões da sua profissão, acha-se no fim da sua carreira tão pobre como no principio. Quando se lhe faz alguma observação nesse sentido, responde: « À minha pobreza é a minha riqueza. »

De costumes simples, de uma vida sem fausto e sem luxo, accostumando-se ás suas circumstancias e aos recursos de cada época de sua vida, é seu dito habitual: « Vivo com todo o dinheiro, gasto tudo o que ganho, e sómente o que ganho; nada tenho, e nada devo. »

Em toda a sua vida nunca importunou os ministros com pedidos para si, nunca solicitou empregos ou comissões; ao contrario, sendo consultado, rejeitou muitos de elevada importancia; é maxima sua *nunca pedir*. Sendo ministro, escreveu-lhe um general, em vesperas de um dia de despachos, pedindo-lhe conselho se devia fallar a outro de seus collegas, fazendo-se lembrado para um despacho que delle dependia. O Sr. Coelho, como membro do gabinete, sabia que esse general estava já inscripto na relação dos agraciados; e sem querer revelar-lhe o que havia, e mesmo para poupar-lhe o vexame de um pedido superfluo, respondeu-lhe escrevendo por baixo da carta estas laconicas palavras: « Os generaes não pedem; eu acostumei-me a não pedir (para mim) desde subalterno. »

O Monarca o tem honrado com diferentes provas de estima, nomeando-o seu guarda-roupa, conselheiro, e condecorando-o com as commendas de Aviz e da Rosa, e ultimamente acaba de ser agraciado com a nomeação de vogal do Conselho Supremo Militar.

Taes são os traços biographicos e os factos principaes da vida do Sr. brigadier Jeronymo Franciso Coelho.

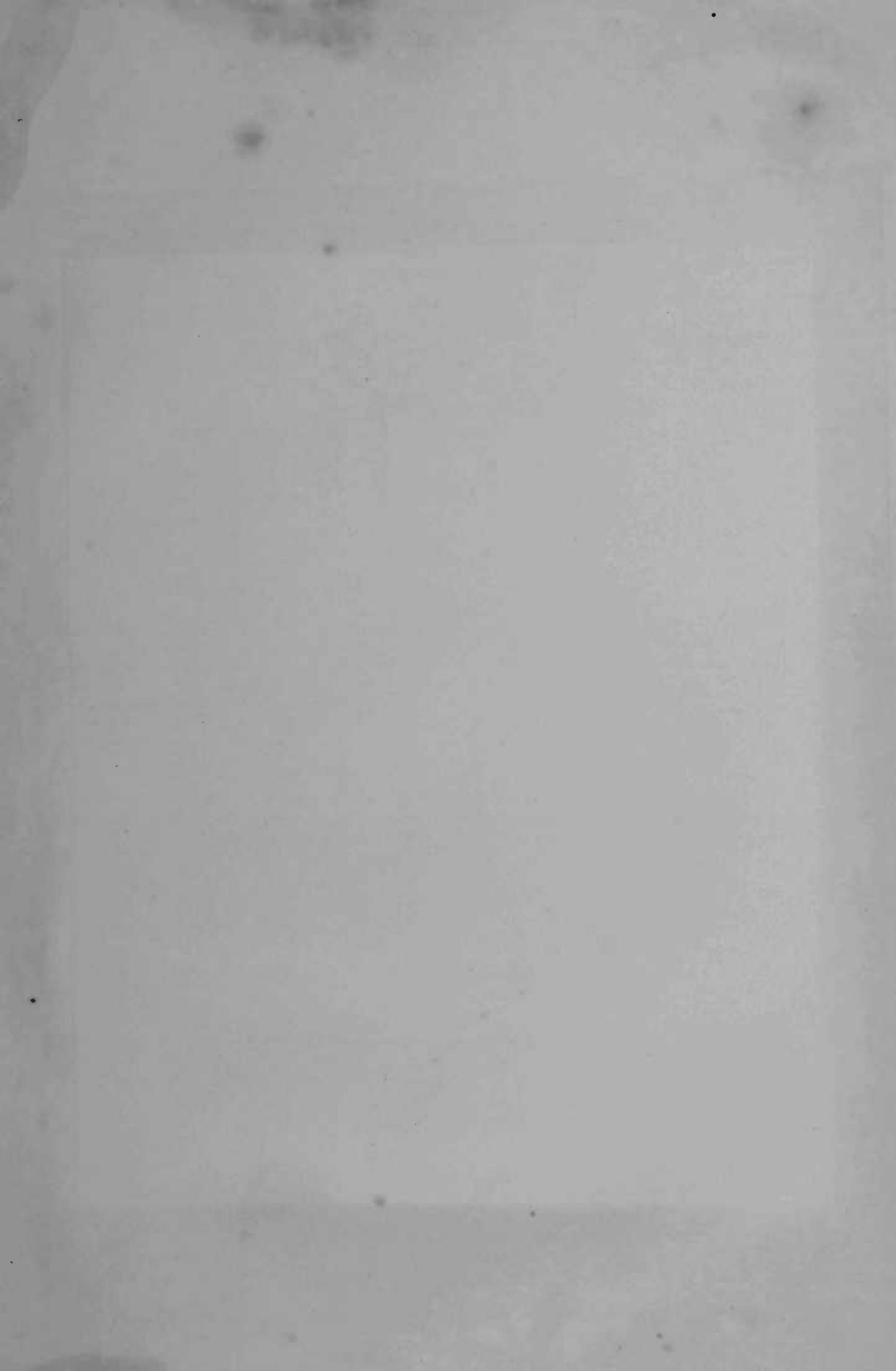


85 - STÄTTE IN PARAGUAY



DA STÄTTE DELL' ALBUM

Visconde do Rio Bonito



## VISCONDE DO RIO BONITO.

**N**os paizes livres, onde o systema representativo não é formalidade exterior ou rebuço do despotismo, e sim a manifestação verdadeira da intelligencia e vontade popular, — exerce o commercio grande e natural influencia, já pelo trato quotidiano em que vive com todas as outras classes, já pelas repetidas oecasiões que tem de prestar-lhes serviços, já porque adquire uma posição de abastança e de independencia, a *aurea mediocritas* que é considerada pelos philosophos como a situação mais feliz sobre a terra.

Habituado ao trabalho e á economia, com o espirito de ordem e de regularidade, procurando no seio da familia o descanso e a compensação das fadigas diurnas, apreciando os homens e as cousas sem o prisma das paixões politicas, o negociante tem sido, nesta eôrte, um tipo de moralidade e dedicação á ordem publica, e de abnegação e modestia.

Praticando as mais raras virtudes civicas, pensa que cumpre deveres ordinarios e communs: a unica ambição a que aspira, é a de ser tido na conta de homem de bem e de cidadão prestimoso e desinteressado.

Esta foi a classe em que nasceu João Pereira Darrigue Faro; esta foi a escola em que se doutrinou desde a infancia; esta foi a tradição que recebeu, continuou e legou a seus filhos.

Seu pai, o negociante Joaquim José Pereira de Faro, tinha conquistado no commercio franco e na laboura uma bella fortuna, e o que é melhor, o titulo de honrado e cavalheiro. Alliado aos homens de verdadeiro patriotismo, que cuidavão dos negocios publicos por bem do paiz e não por interesse de posição ou de familia, aquelle negociante coneorreu com a sua influencia e cabedaes para os melhores actos da existencia do Brasil. Na época em que o espirito publico reagio contra os planos imprudentes de uma politica que offendia não só a liberdade constitucional, mas ainda os instinctos nacionaes, o velho negociante Faro foi respeitado pelos partidos attenta a franqueza e rectidão com que, apesar de nascido em Portugal, aconselhou a seus filhos que acompanhasssem a oposição e servissem a causa do Brasil, sua patria, causa que elle tambem adoptava de coração. Mais tarde o partido moderado, reconheecendo essa nobreza de sentimentos, accitou o concurso da familia Faro, teve nella um apoio constante e sempre desinteressado, e distinguiu-a, dando a seu chefe na

eleição a que se procedeu em 1833 para senadores pelo Rio um lugar na lista triplice, ao lado de Diogo Antonio Feijó e de Antonio José do Amaral.

A estas qualidades de cidadão, herdadas de seu pai, João Faro reunia um caracter sympathico, de grande amabilidade, que lhe grangeou amigos verdadeiros em todas as classes da sociedade. Tinha tambem uma virtude, que lhe inspirára sua digna mãe, a Sra. D. Anna Rita de Faro, e era o amor dos pobres e desgraçados. Homem lhano, que vivia sem ostentação apezar de sua riqueza, se elle distinguia o poderoso e o rico do infeliz e do pobre era para estender a sua mão com mais cordialidade a estes.

João Faro nasceu a 9 de Julho de 1803. Nessa época a educação litteraria no Rio de Janeiro era minguada de recursos. Destinado para a mesma profissão de seu pai, recebeu a instrução eommum e depois seguiu o curso completo da Aula do Commercio. Como se lhe percebesse logo a aptidão que depois mostrou em varias commissões administrativas, foi aproveitado para o antigo Banco do Brasil, onde prestou serviços até a liquidação desse estabelecimento e adquirio uma pratica que lhe foi summamente proveitosa.

Na época da independencia, o Senhor D. Pedro I querendo ter em torno de si os filhos das principaes familias, creou a guarda de honra. Fazendo parte della João Faro, foi promovido desde o posto de alferes até o de major, e mereceu ser escolhido para commandar o picquete que em 1826 acompanhou o imperador na sua viagem á Bahia. O seu zelo no serviço, a delicadeza de suas manciras, os sacrificios de fortuna que fazia para corresponder á confiança imperial, lhe grangeáron a estima de D. Pedro, que o condecorou com o habito do Cruzeiro, com o habito e depois commenda de Christo, e com o da Rosa á chegada da imperatriz a Senhora D. Amelia.

Não era porém o desejo de obter distincções desta ordem que o movia a prestar-se ao serviço publico. Quando, no tempo da regencia, se errou a guarda nacional, que era destinada a uma vida de lutas continuas para manter a ordem contra a anarchia da exaltação e contra os conspiradores ambiciosos, João Faro ofereceu-se a prestar o serviço de simples guarda; mas o governo, que o apreciava devidamente, confiou-lhe logo o commando do batalhão da Candelaria e o de Santa Rita, de onde passou depois a chefe de legião e preencheu muitas vezes as funções de commandante superior.

O sangue frio e dedicação, a energia e ao mesmo tempo moderação, com que o joven commandante se houve na repressão dos tumultos e scenas desordenadas que diariamente abalavam a tranquillidade desta corte, foram reconhecidos pela estima de sens concidadãos, e pelo reconhecimento do governo. D'ahi datão muitas das relações, que João Faro conservou até a sua morte, com os homens importantes daquella quadra, com os Srs. Costa Carvalho, Honório, Vergueiro, Torreš e outros. Quando um dos mais illustres cidadãos que teve o Brasil e de que se usfanaria qualquer paiz do mundo, quando Feijó veio preso de S. Paulo para esta corte depois da revolução de 1842, a primeira pessoa que o procurou foi João Faro, e ofereceu-lhe tudo o de que precisasse.

Não era então o regente, não era então o ministro que no mais intenso da anarchia soubera fazer predominar a paz e o respeito ás instituições: era o cidadão perseguido, era o homem de sentimentos que se diziam perigosos, era o chefe que tomára, por nobreza d'alma, a responsabilidade de uma revolução a que só adherira quando a vio perdida. Também quando o velho Feijó deu com os olhos em João Faro, subindo ao navio que lhe servia de carcere, voltou-se para um oficial que estava a bordo e lhe disse estas palavras: «Pai e filo, sempre os mesmos! O pai comprometeu-se por Vergueiro, o filho se compromette por mim.»

O governo, também pelo seu lado, o considerava sempre. Assim, o chamou para a commissão mixta brasileira e portugueza, para a direcção dos theatros, para a commissão espinhosa da distribuição de acções da estrada de ferro, para 1º vice-presidente do Banco do Brasil, 1º vice-presidente do tribunal do Commercio, etc.

Considerado sempre por sens concidadãos, João Faro foi eleitor constantemente, membro da camara municipal da corte, e deputado provincial em varias legislaturas. Se não teve um assento na camara dos deputados, sabe-se que foi isso devido á sua abnegação e modestia, porque gozando de uma grande influencia, preferia servir-se della para elevar os seus amigos e os homens que lhe pareciam aptos para os cargos publicos.

A posição politica em que mais francamente se revelou o merito de João Faro foi a vice-presidencia da província da Rio de Janeiro. Quatro vezes sucessivas desde 1850 exerceu elle esse cargo, e com tanta probidade, aptidão e bom senso que, sem distinção de opiniões politicas, toda a província o aplaudiu, as assembléas provinciales o felicitaram, o governo imperial o distinguio e o corpo eleitoral deu-lhe a mais significativa demonstração de reconhecimento. Procedendo-se a uma eleição de senador, quando João Faro se achava fóra da administração, foi elle o mais votado pela província para

uma lista onde figurava o nome do Sr. Ensebio de Queiroz, o homem então de mais prestigio do partido conservador.

Como negociante, era proverbial a sua probidade e cavalheirismo. Nunca perseguiu, nunca vexou. Preferia perder nos seus interesses para não publicar as vilanias de que fosse vítima. Também a estima de que gozava na praça se patenteou na primeira eleição para directores do Banco do Brasil, tendo obtido no primeiro escrutínio maioria absoluta dos suffragios. Igual demonstração teve quando se fizeram as primeiras eleições para deputados ao Tribunal do Commercio. Era além disso consultado e ouvido por todos os negociantes, como um homem de sã razão e de escrupulosa rectidão.

O chefe da nação den-lhe também grandes provas de seu apreço; nomeou-o vedor de S. M. a Imperatriz, e conferiu-lhe o título de Barão do Rio Bonito, título com que falecera seu pai o Sr. Joaquim Faro. Pouco depois o Barão do Rio Bonito foi elevado a Visconde do mesmo nome.

Possuindo, por herança de seu pai, fazendas de café no município de Valença, mostrava-se lavrador intelligent, introduzindo ali notaveis melhoramentos e amenizando a sorte de seus escravos, que o amavam como a um pai. A primeira estrada importante da província do Rio, de traço regular, pela qual puderam transpor a serra grandes carros para condução de generos e passageiros, foi emprehendida de acordo e com o concurso de João Faro, que lhe deu o maior impulso. Fallo da estrada do Presidente Pedreira, que honra ao presidente que a aprovou, e aos fazendeiros (entre os quais, José Clemente, João Faro, Ezequiel Padilha, Camillo Faro e outros), que a dirigirão e levárao a effeito.

Há ainda nma face do carácter do Visconde do Rio Bonito que merece atenção: a sua dedicação aos estabelecimentos pios. Quanto não lhe deve a Santa Casa da Misericordia! Como escrivão do hospicio de Pedro II, quanto não concorreu para se levar ao cabo essa obra de verdadeira piedade! Como provedor do asylo de Santa Leopoldina em Niteroy, a elle se pôde atribuir em grande parte a criação e estabilidade dessa instituição!

Quando contava 53 annos e 4 mezes de vida, faleceu aos 11 de Novembro de 1856.

Terminaremos este ligeiro artigo, recordando as virtudes domesticas de João Faro. Filho, marido, irmão e pai extremoso, tributava um respeito religioso a sua velha mãe, rodeando-a da consideração de todos os seus amigos; amou á sua mulher e amava a seus filhos com uma ternura admirável; votava amizade profunda a seus irmãos e merecia delles confiança illimitada, servindo de pai a todos os seus sobrinhos e mostrando o maior desinteresse, sempre que tinha de entrar com elles em qualquer partilha de bens.

F. O.





Fco de Fernanfa



## FRANCISCO DE LIMA E SILVA.



REGENTE do Imperio Francisco de Lima e Silva, marechal de campo, commendador das ordens de Aviz e da Rosa, grão-cruz da do Cruzeiro, gentilhomem da camara imperial, e do conselho de Sua Magestadde, foi um dos mais notaveis caracteres que atravessáro as phases do reinado, da independencia, da abdicação, da minoridade e da maioria.

O resumo das principaes épocas da sua vida militar e civil, quer como general, quer como regente, comprova as raras qualidades de sua alma, e o quanto deve ser grata a memoria deste benemerito da patria; respeitavel pela sua intrepidez como soldado, admiravel pela sua humanidade como chefe e vencedor, estimavel pela sua prudencia e justica como juiz, unia a todos estes dotes o da urbanidade e modestia, os da caridade e de um pai extremoso.

Deos, nas eventualidades da sua vida, deu-lhe grandes consolações e grandes dôres; porque, se vio seu filho Luiz, o illustre Marquez de Caxias, subir honrosamente os mais altos gráos da escala social, e seu filho José, pela eminencia de suas qualidades, gozar da estima do paiz e do soberano, vio tambem desecrem prematuramente á sepultura seus filhos Francisco e Carlos, militares completos e merecedores de um grande futuro.

Descendente da illustre familia dos alcaides-móres de Faro e de S. Ivo, nascceu no Rio de Janeiro a 8 de Julho de 1783, filho legitimo do marchal José Joaquim de Lima e Silva e de D. Joanna Maria da Fonseca Costa. Segundo os usos e privilégios das familias militares, assentou praça da idade de cinco annos como cadete no regimento de Bragança, onde seguiu todos os postos até o de substituir seu pai no commando do mesmo batalhão.

Na época da independencia prestou os maiores serviços; á sua coragem, firmeza, actividade e confiança publica, deceu a cidade do Rio de Janeiro muitos bens naquelle perigosa conjunctura, e elle o adquirir a fama de um soldado completo.

Para acalmar a revolta pernambucana de 1824 era necessario um homem que pelo seu passado inspirasse a maior confiança, tanto ao governo como aos que não compartilhavão os sentimentos dos revoltosos; e para esta perigosa e difícil missão foi escolhido o brigadeiro Lima e Silva, não só para com-

mandar a brigada expedicionaria, como tambem para presidente interino da província, e da commissão militar, creada por carta imperial de 27 de Julho de 1824.

Combatteu a revolta com todas as armas de um coração bem formado. Aos que não vencia pelo ferro, venceu pela magnanimitade, pela piedade, e por todos os meios de que uma heroica generosidade pôde dispôr em posição tão difícil e tão ampla como o exigão as circumstancias.

Mas não erão os rebeldes á integridade do Imperio os seus maiores contrarios; erão sim os homens armados de um zelo excessivo, e os que disfarçavão seus odios com todas as cōres do falso patriotismo quando invoca a lei. O general Lima tinha horror ao sangue. Para melhor descrever esta situação e o estado dos espíritos, ouçam os que dizia de Pernambuco ao Sr. D. Pedro I o general M., e o que ao governo do mesmo Imperador escrevia o general Lima; o contraste das expressões revela salientemente o que acabamos de dizer, e o quanto era nobre e sumamente humano o coração de Lima, e o alcance de suas vistas politicas naquelle tempo.

Ao Sr. D. Pedro I escrevia o general M.:

« Senhor. — Chegou finalmente a época em que a minha consciencia principia a accusar-me ou arguir-me de não haver eu participado a V. M. a reprehensivel conducta do brigadairo Francisco de Lima, que, insensivel ás honras com que V. M. l. o tem sobejamente distinguido (julgando em seu orgulho que talvez mais se lhe deva), tendo antes em vista seus fins particulares, do que a céga obediencia ás imperiaes ordens, quando todas tendem unicamente ao bem geral do Brasil: que, esquecido do solemne juramento de fidelidade que, quer antes, quer depois de ser nomeado para commandar a expedição de Pernambuco, deve ter prestado nas mãos de V. M. l., ousa insensato novamente cabalar e illudir o governo, deixando de cumprir ordens tão claras como positivas, pretextando duvidas e tropeços que a cada passo o estorvão e embaraçao. Sim, Senhor, chegou o momento em que é preciso arrancar a mascara á impostura, e fazer aparecer o homem tal qual é. O brigadeiro Lima em nada tem cumprido as ordens do V. M. l.; elle não estabeleceu a commissão militar, parece que muito de propósito, para apresentar duvidas que tivessem em resultado o demorar a posse do presidente

« nomeado por V. M. L., e a mim; e enquanto esperava decisões, engolphado na desmesurada ambição de mando, urdia novas tramas, escoigitava novas duvidas para de novo illudir o ministerio, entretanto que as redeas do governo da província erão sustentadas de uma maneira tal, que os rebeldes, que a todo o momento devião ter esperado a justa punição do seu horrendo crime, principiavão a encarar o brigadeiro Lima, senão como seu consocio, ao menos seu patrono, seu protector e amigo; resolvendo entretanto o brigadeiro Lima, em seus para mim occultos planos, e em seus clubs, intrigar e enredar o presidente Mayrink.....»

O vago e a linguagem deste documento confidencial, cujo original temos á vista, justilica o caracter de quem o escreveu, e o do general Lima e Silva. Não seria esta a linguagem dos Sejanos e Tigellinos quando aguçavão as iras de Tiberio e Nero para se fartarem de sangue? O Sr. D. Pedro I foi surdo a todas estas misérias.

Vejamos agora o que ao mesmo tempo escrevia o general Lima, e conjuntamente o contraste que apresenta este documento pela elevação dos sentimentos, pela humanaidade e alcance de vistos políticas! Escreve uma circular ao conselho de estado:

« Pelos papeis officiaes estará V. Ex. bem ao facto do que se tem passado de quanto tenho feito, tanto nesta malfadada província, como nas outras do Norte, e até mesmo na da Bahia.

« A enmmissão militar, tendo sido aberta *immediatamente* que me chegároa com o total destroço dos rebeldes; os presos que estavão no caso de ser considerados chefes da rebelliao, forão já executados; e outros suspensa a execução de suas sentenças, até á decisão de Sua Magestade Imperial, por haver a mesma enmmissão julgado melhor demorar a execução e esperar as imperiaes ordens, do que fazer repetir a scena de 1817, que se julgároa de pois não serem cabeças individuos que já tinhão sido precipitadamente fuzilados na Bahia e nesta cidade, cujos acontecimentos são aqui mui recordados por estes povos, o que, juntin ás mais violencias e despotismos inauditos que então se praticároa, creároa a obstinação que hei encontrado e causároa esta reacção e odio ao governo, supondo talvez que elles se repetisse; era-me portanto mister desmenti-los por factos de moderação, e germinar nestes corações eudurecidos por una edneção pervertida pela lição de infernaes periodicos, o auor que devião ter á sagrada pessoa do Imperador, e a conslancia no governo; e é por isso que tenho sido mais humano que severo, sem deixar de ser justiciero, e me persuado ter alcançado algum fructo.

« V. Ex., como sabio e experimentado nos grandes negocios, estará bem certo quanto difficultoso é classificar e punir crimes de opinião, e em negocios tão melindrosos, mediante as circunstancias em que se tem achado o Brasil, e as vicissitudes das cousas, ns diferentes caracteres com que se têm apresentado; a propugnação pela independencia, os desejos da liberdade dos povos, a alluvião de escriptos incendiarios e subversivos da ordem, que têm posto todos os povos em deseconlância e em attitude de resistirem a que elles chamão ronbo de seus direitos individuaes e de sua decantada liberdade. »

Diz franca e lealmente que a enmmissão militar não deve continuar por ser um tribunal de horror; e que, a executar-se á letra a ultima carta imperial, ainda seria preciso condennar á morte mais de cento pessoas, o que não seria praticavel e nem consentaneo com as pias intenções do Imperador. Pede para que os comprometidos sejam julgados pelos tribunaes ordinarios, que não são odiosos; e lastima a casualidade de ser composta a enmmission de quatro Portuguezes imprudentes que davão a entender o contrario, espalhando que vierão de propósito! Mostra o ponto culminante onde este odioso poderá chegar, assim como a execração em que elle é visto, pois o charão publicamente de verdugo dos seus patricios e o sustentaculo das vinganças dos Européos.

Requer a eleição dos deputados: aconselha uma politica mais branda, medidas prudentes e energicas, e o maior zelo na observação da constituição; bons e honestos empregados, escriptores que dirijao a opinião publica, e uma

correspondencia activa e regular por meio de correios de vapor para mais estreitar os laços de amizade e commercio, e sobretudo pede inteira conslancia nos altos funcionários que se mandarem para a província.

Aquelle que venceu á força de armas Pernambuco, que fez parar a revolução, é o que falla desta maneira ao governo e aos seus conselheiros. Digão os homens de hoje se o regente Lima não era um homem das mais altas qualidades, um espirito vidente e digno de ocupar o lugar que posteriormente ocupou!

Alalmadas as paixões, e antes que alguns dos revoltosos escapados tomassem assento em ambas as camaras, o nome do general Lima foi de dia em dia converteudo-se em um hymno de concordia e gratidão, porque o tempo foi pouco a pouco revelando actos de sua magnanimidade que fazem honra á especie humana, e que serão admirados por todas as idades.

A Providencia havia ligado os destinos da monarchia brasileira áquelle brioso soldado por mais de um facto, e collocado nelle e em seus illustres filhos a continuação da mesma missão.

Arauto da ordem no primeiro movimento contra a integridade do Imperio, depois da independencia, coube-lhe a gloria de famparar a monarchia mais tarde, e de ver em seu filho Luiz o pacificador de quatro províncias revoltas e o general em chefe que mandou um contingente a Buenos-Aires para dethronar o governador Rosas, que em nossos dias fez reviver as loucuras de todos os tyrannos da antiguidade.

De volta de Peruambuco, e estando de semana no paço de S. Christovão, como vedor da santa Imperatriz Leopoldina, coube-lhe a honra de apresentar em seus braços á corte o Sr. D. Pedro II, que acabava de nascer em 2 de Dezembro de 1825! Quem diria então que seis annos mais tarde elle o havia de proclamar Imperador no Campo de Sant'Anna, no meio do povo e tropa, e que lhe salvaria a corda através das tempestades que passároa durante a sua regencia?

Mandado para S. Paulo em 1828 como governador das armas, ali correu perigo de vida no dia 12 de Outubro, quando passava revista ás tropas, por se haver espalhado que fôra ali mandado alim de proclamar o absolutismo. Homens armados de bacamarte o seguião a cada movimento de um lado e de outro, com o fim de o acabarem ali se acaso dêsses a menor mostra de um tal intento. Tudo se desvaneceu ao primeiro — Viva á Constituição do Imperio.

O que escreve este resumo biographico do regente Lima ouvio isto da boca do muito respeitável bispo eleito Moura, no momento em que reprovara o acto e o narrava ao bispo do Rio D. José Caetano.

De fins de 1829 até 9 de Dezembro de 1830 foi comandante das armas interino na corte, e novamente nomeado para S. Paulo, onde não voltou, por ter sido nomeado efectivo em 13 de Março de 1831 para a capital e província do Rio de Janeiro, lugar que deixou no dia 7 de Abril, por ter sido eleito membro da regencia provisoria.

Na noite de 6 de Abril dirigio-se o general Lima a S. Christovão para solicitar do Sr. D. Pedro I algumas providencias, á vista do estado em que se achava o povo e a tropa; e ouvindo a este o firme proposito em que estava de abdicar, disse-lhe: « Pois bem, Senhor, eu parto para o Campo a unir-me com o povo e tropa, e a collocar-me á frente da revolução que se prepara, mas juro a Vossa Magestade que ella será sempre no sentido monarchico. » E o Imperador, dando-lhe um abraço, respondeu: « Sr. Lima, sempre o considerei como meu amigo sincero; vá, e lhe entrego o destino de meus filhos. » Voltou-se, e o general veio para o Campo até chegar o momento em que o Sr. D. Pedro mandou depositar em suas mãos o decreto de sua abdicação.

O general Lima reunio em torno de si todos os amigos da constituição, leu o decreto, e proclamou Imperador do Brasil ao Senhor D. Pedro II.

Na eleição da regencia permanente ninguem pretendeu o seu lugar, todas as divergências forão na nomeação dos dous outros, o que se fez sem grande agitação no palacio dos senadores.

Desenganado n partido republicano, descontentes os que se julgavão com

direito ao governo, começároa a proromper anarchias de todas as especies. O regente Braulio Muniz morreu de hypertrophia de coração; o regente Costa Carvalho, hoje marquez de Mont'Alegre, não podendo supportar a pressão de seus amigos politicos, as inconsequencias da época e as exigencias de novos ambiciosos, retirou-se para S. Paulo, e deixou o velho general com o peso e responsabilidade do governo do imperio.

As camaras, pela factura do acto addicional, decretároa a unidade da regencia, e no dia 12 de Outubro de 1836 entregou o general Lima a Diogo Antonio Feijó a regencia do imperio sem deixar nenhuma queixa, e sem ser accusado de um acto imprudente.

Escolhido senador pelo regente Feijó, obteve ainda mais esta prova do povo fluminense e do governo do quanto era respeitado e das lembranças de grata memoria que deixara após uma regencia tempestuosa, e de amargas provações. Amigos e inimigos lhe fizerão justiça, porque todos reconhecerão os eminentes serviços e a constancia do general Lima e Silva.

As camaras unanimemente lhe concederão uma pensão vitalicia, igual á metade do subsidio que percebia como regente. Essa pensão valeu a muitos desgraçados, consolou muitos infelizes, mórmente militares velhos, porque o regente Lima era de uma generosidade a toda prova; e que o digão as victimas de Pernambuco, as viuvas desvalidas e desgraçadas, e os proprios complicados, que achároa sempre na tenue bolsa do soldado um pão para si, seus filhos e sua familia. O senador Manoel de Carvalho o confessava publicamente, dizendo que Lima tinha sido o anjo consolador de todos os seus desgraçados companheiros, e o seu tambem.

Retirado á vida domestica, e testemunhando os acontecimentos posteriores, as mudanças de idéas, as accusações feitas ao passado por alguns protégos politicos, resolveu-se a eserever umas memorias assim de que a posteridade não ficasse enganada; e dizia elle, que fôra o tempo mais agradavel da sua vida aquelle em que se ocupou com este escripto.

Uma vez, passeando elle pelas salas do paço da cidade com o que escreve estas linhas, e olhando para o retrato da Senhora D. Maria I, que estavam no gabinete do despacho da regencia, exclamou: «Ah! Sr. . . . se este retrato fallasse, se elle contasse o que ouvira neste gabinete quando se quiz vender a corda imperial e mandar o Imperador estudar a arte de governar nos Estados Unidos, muita gente fugiria desta casa e nunca mais aqui apareceria. Eu e os outros que salvemos a monarchia, aqui andamos a admirar estes señhores, que passeião como se nunca nada houvera; a influencia politica é como a moda, que muda com os tempos.»

O homem que ocupou os mais altos empregos do Estado, que teve em suas mãos os destinos do Imperio, que, senhor de uma revolução, tinha por si a tropa e o povo, morreu pobre e foi enterrado pela irmandade da Cruz dos Militares. Seus illustres filhos virão nesta forma de enterro mais um

brazão de familia e um documento indeclinável da probidade daquelle que deixou a regencia muito mais pobre do que quando para ella entrará, porque uma parte dessa pensão do Estado tambem foi distribuida para a amortização de suas dívidas.

No dia 2 de Dezembro de 1853, no momento em que descia para o paço o Senhor D. Pedro II, deu a alma a Deos, aquelle que o havia. . . . annos antes sustentado em seus braços, e no dia 7 de Abril de 1831 segurado em sua fronte infantil esse diadema americano que começa a lançar seu brilho por todo o mundo.

O regente Lima tinha um amor particular ao Senhor D. Pedro II, tinha-lhe uma affeção paternal. Contar-se-lhe os progressos intellectuaes do Imperador, suas boas acções, era uma delicia indisível para elle; e logo acudia cheio de usfania: «Aqui, aqui nestes braços o apresentei á eôrte no dia do seu nascimento; com esta boca o aclamei no campo de Santa Anna, e com este coração leal fiz tudo quanto devia para conservar-lhe a coroa.»

Nos despachos que houverão pela sagrada, foi nomeado Barão da Barra Grande, *sem grandiza*. Julgou de sua dignidade não aceitar, e morrer com o titulo de regente do Imperio. Os individuos que aconselhároa este proceder ao governo devem hoje gemer, pensando que sobre elles recahe sómente tão grande ingratidão, e a responsabilidade de quererem rebaixar o velho general, o pio heróe de Pernambuco, o primeiro regente do Imperio, com um titulo que o collocava abaixo de seus sucessores no governo, e de quem trazia ao peito a grã-cruz do Cruzeiro, e a medalha de ouro dos que pugnároa pela integridade do Imperio.

Era o regente Lima um homem de mediana estatura, de proporções fortes, de uma physionomia austera e de um olhar firme, mas bondadoso. No seu trato familiar era de uma urbanidade tal e de uma modestia que captivava a todos.

A sua conversação era variada, elhia de factos, de anedotas interessantes e de fórmulas muitas vezes originaes; mas em tudo isto descobria-se sempre o soldado, mas o soldado ilustrado por um longo e meditado estudo das cousas humanas. Às vezes encarando os acontecimentos patrios, resumia-os por admiraveis sentenças que tinham o eunho da simplicidade na forma, da intensidade na materia, e da modestia que lhe era natural.

O que escreve este bosquejo passageiro da vida de um benemerito da patria, contrahe por amor da mesma patria o dever de escrever mais de espaço a biographia de um varão, cujo nome deve ser caríssimo a todos os que têm na monarchia o principio de nossa estabilidade e grandeza, e o elemento mais seguro para a ordem e prosperidade do Imperio do Brasil.

Os que passároa pelos dias tempestuosos da menoridade reconhecerão a verdade do grande principio, e os serviços prestados ao Brasil pelo general Francisco de Lima e Silva.







Nicolas Perdizayos Seguineiro



# NICOLÁO PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO.



Vida deste varão illustre é uma das mais importantes entre todas que têm avultado no Imperio do Brasil. Este nome já era conhecido na revolução constitucional de 1820, que tinha abalado todo o imperio portuguez, e se foi engrandecendo todos os annos á proporção que as idéas liberaes ião triunphando da rotina, e dos principios velhos e de oppressão.

Desde que tomou assento nas cōrtes portuguezas, como deputado pelo Brasil, até hoje, o senador VERGUEIRO tem sido fiel e firme ás suas convicções liberaes moderadas. A inconstancia dos interesses, a modiscação que o tempo imprime sobre quasi todos os homens e até sobre as proprias cousas, não arrefecerão seu animo robusto na defesa das maximas constitucionaes.

Nunca foi surpreendido em contradicção politica, nem tão ponco em divergia com o passado. Firmon-se no partido liberal por espontanea tendencia, progredio com elle, e soffreu resignado nos dias infelizes.

Sempre que subio as escadas do poder, foi por provocações de seus correligionarios e exigencias da situaçao, e não por solicitações suas. Pôde-se dizer com toda a franqueza que o senador VERGUEIRO não possue o vaidoso amor do poder. Por mais salientes que tenhão sido os postos de hora e governança que ocupou, não servirão para a prosperidade de seus parentes. O nepotismo não anuviou seu governo, de justiça e abnegação.

Dotado de um espirito illustrado e tenaz, de uma vontade robusta, e logico no governo, jamais voltou o rosto á verdade e á desgraça, não desanimou aos amigos, não offendeu aos adversarios, não provocou excessos, ainda nos periodos mais criticos. Nos grandes conflictos consultava sua consciencia como a um juiz infallivel; a decisão della equivalia á acção.

Na vida publica tem sido um exemplo de fideliade, na vida privada um bello modelo de cidadão e pai de familia.

Eis os contornos geraes de sua bella physionomia moral; entremos nos factos historicos, não para traçar sua biographia, que só mais remota posteridade escreverá como cumple, porém simplesmente uma breve noticia, que sirva para attestar que tão avultado é o seu merito, que, sendo ainda vivo, nem por isso é esquecido.

NICOLÁO PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO nasceu em 20 de Dezembro de 1778, na freguezia de S. Vicente Ferrer, do lugar de Valporto, termo naquelle data da cidade de Bragança, no reino de Portugal.

Em 1801 formou-se na universidade de Coimbra bacharel em direito civil. Passou no anno seguinte a residir na província do S. Paulo, onde exerceu a advocacia, e ali casou com D. Maria Angelica de Vasconcellos, filha do capitão José Andrade de Vasconcellos.

Menos affeçoado ás chicanas do fôro do que dedicado ao serviço da sua patria adoptiva, e obedecendo tanto aos proprios desejos, como ao exemplo de seus maiores, consagrhou o seu tempo aos melhoramentos agricolas; e para executá-los, deixou a banca e foi residir no sertão Pirassicaba, onde a sua influencia intelligente produziu em pouco tempo notavel desenvolvimento na pequena industria que ali então se mantinha.

Em 1821, rebentando a revolução em S. Paulo, foi inopinadamente nomeado membro do governo provisório; e apezar da ponca affeção que votava aos cargos publicos, aceitou aquelle, dizendo: « Não sei como sahirei; mas embora fique mal com todos, hei de ficar bem com a minha consciencia. »

Segundo-se logo depois as eleições para as cōrtes constituintes de Lisboa, foi nomeado espontaneamente deputado, contra o voto do Dr. José Bonifacio de Andrade, vice-presidente do governo provisório, que na mesa eleitoral disse-lhe mostrando a sua cedula: « Sou franco, não voto no senhor, porque faz muita falta ao governo. »

Partiu no entanto o novo deputado para Lisboa, onde chegou em Fevereiro de 1822, encontrando a noticia dos decretos que mandavaão regressar o príncipe regente, e abolião os tribunaes do Rio de Janeiro.

Constando então a impressão desagradavel que esses actos do poder havião causado no Brasil, nomeáraõ as cōrtes para syndicar do seu alcance a uma commissão mixta de doze membros, em cujo numero entrou o Sr. Vergueiro.

Como membro dessa — commissão politica dos negocios do Brasil, — provou o Sr. VERGUEIRO quanto lhe servia n'alma o affecto generoso que consagrava ao Brasil.

Apreciador e juiz imparcial dos factos, escrevem sobre elles um voto em

separado, que denominou-se justamente — a proclamação mais energica da independencia do Brasil.

Achando-se fóra de Lisboa, foi convidado pelo secretario das cōrtes para assignar a constituição, e responden por escripto que «quando estivesse presente, a não assignaria, por não serem nella attendidos os interesses da nação constituída. »

Voltando ao Rio de Janeiro, tomou assento na assembléa constituinte que funcionava, e ali defendeu, como o fizera nas cōrtes lisbonenses, a causa do paiz novo, que devia medrar sob o auspicio da liberdade constitucional, que a opinião inenos projecta do povo começava a preferir ao jugo rotineiro das praxes e das doutrinas do absolutismo.

Em 12 de Noveembro de 1823, dissolvida a assembléa constituinte, e invadida a casa dos trabalhos legislativos, foi o Sr. VERGUEIRO preso com outros representantes e conduzido á fortaleza de Santa Cruz, onde achavão-se os Srs. José Bonifacio de Andrade, e vigario Belchior, illustres socios de seu martyrologio, que uma semana depois vio arrastar ao degredo entre outros encarcerados.

Solto, o Sr. VERGUEIRO regressou talvez com mais ardor ao pacifico remanso onde a sorte ainda não permittio que corressem calmos os seus dias.

Eleito deputado nas subsequentes eleições, e proposto senador pelas províncias de S. Paulo e Minas Geraes, tomou assento no anno de 1826 na camara electiva e nella continuou no seguinte, distinguindo-se com assiduidade nos importantes debates que ali forão enectados.

Em 1828, tendo apenas assistido á primeira sessão preparatoria, foi atacado de uma violenta febre cerebral que pondo em risco a sua existencia como que tornou mais evidente o seu merito, sendo, enfermo como estava, escolhido senador sob nova proposta da província de Minas Geraes.

Em 1830, sofrendo ainda os effeitos da molestia que o prostrára, foi o Sr. VERGUEIRO chamado a formar o novo gabinete, encargo que aceitou conviendo para as diferentes pastas aquelles de seus amigos de cujo devotamento e patriotismo mais esperava, na época turva em que assumião o poder.

Na revolução de 1831, tendo o Sr. VERGUEIRO ficado no Rio de Janeiro durante as férias parlamentares, foi um dos signatarios de uma representação enviada ao governo por 24 deputados, sobre as necessidades urgentes da situação.

Progredindo porém a onda revolucionaria apareceu no dia 6 de Abril a demissão do ministerio seguida da relação dos novos ministros, da suspensão de garantias, e de ordens de prisão em que figurava o seu nome.

No dia seguinte em face do novo gabinete, que nada emprehendia a bem da tranquillidade publica, reunirão-se os revoltosos no Campo d'Acclamação, e ali pedirão em massa a reintegração do ministerio demittido.

Apezar de aceita a substituição dos ministros, e declarando-se que o Sr. VER-

GUEIRO seria incumbido dessa tarefa, não diminuiu a effervescentia do povo, ao qual começavão a reunir-se algnns corpos de linha.

Seguiu-se a abdicação do imperador, tendo sido demittido o novo gabinete com excepção do Sr. marquez de Itahambuape.

Houve então uma reunião em assembléa geral dos deputados e senadores existentes na corte, que concordarão na nomeação de uma regencia provisoria para a qual foi eleito o Sr. VERGUEIRO com mais dous membros.

Nessa posição suprema o já encanecido servidor do Estado não desmentiu os precedentes honrosos do seu bello caracter, mantendo a ordem e semeando a paz em uma quadra tão melindrosa.

Em 1833, apesar do máo estado de sua saude, entrou no ministerio do imperio, e servio interinamente no da fazenda.

Em 1835, sofreu uma gravissima molestia de coração cujos estragos nunca mais pôde sanar.

Em 1837, foi nomeado director do curso jurídico de S. Paulo, cargo que por comprazer exerceu até 1842, tendo antes pedido, por enfermo, ser dele dispensado.

Em 1840, discutindo-se a grave questão da maioridade votou a favor dela como necessidade irrecusavel, e em 1841 por occasião da coroação do Sr. D. Pedro II, foi agraciado com a grã cruz do Cruzeiro.

Em 1842, um desgosto profundo veio ferir inesperadamente o honesto e leal representante do partido liberal do paiz.

Abafada a revo'lucion de S. Paulo, era mister responsabilisar por ella a alguém, e contra toda a expectativa recaiu a escolha no cidadão pacifico, que jamais pretendera firmar com o sangue e o fogo os principios politicos que abraçara e sustentaria na tribuna.

O senado porém julgou improcedente esse processo, em que em vão se procurava lançar um labéo desairoso sobre um benemerito do paiz.

Em 1847, ocupando provisoriamente a pasta da justiça, fô-lo por mais tempo do que esperava, do que resultou-lhe novo acesso de febre cerebral que quasi o deixou sem vida.

Aqui pôde-se considerar terminada a aurea politica do Sr. VERGUEIRO, pois, se ainda hoje, como senador, eleva a voz tremula no mesmo recinto em que colheu as palmas de orador, é para pugnar pelos interesses da colonisação do paiz, a cujo estudo e desenvolvimento ha longos annos se dedica, colhendo lisongeiros fructos dessa pertinacia na prosperidade da colonia que tem estabelecida em suas terras, na província de S. Paulo.

Contando actualmente oitenta annos de idade, o Sr. VERGUEIRO aparece aos olhos da geração presente como um vulto grandioso do cidadão probó e honesto, do estadista integro, e do representante fiel de um partido que se usana de o ter por deceano.



DE CONTEMPORANEOS



V. 1852. Anx

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS.

B. P. de Vasconcellos



# BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS.

**B**ERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS, um dos maiores vultos da historia contemporânea brasileira, nasceu na antiga Villa Rica, hoje cidade de Ouro Preto, em 27 de Agosto de 1793. Forão seus pais o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, e D. Maria do Carmo Barradas; seus avós maternos o Dr. João de Souza Barradas e D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva; seus avós paternos o coronel Jeronymo Pereira de Vasconcellos e D. Anna Jacinta da Natividade.

Dotado de viva compreensão, foi por seus pais destinado desde logo á carreira dos estudos, e mandado para Portugal aos 12 annos de idade, para, sob direcção de pessoas de alta posição da sua família portugueza, aproveitar as lições mais apuradas de certo nas aulas da metropole do que o podia ser nas da colonia.

Corria infelizmente o anno de 1807: os acontecimentos políticos embaraçaram a realização das intenções paternas. O navio que levava o menino brasileiro foi aprisionado e dirigido para Inglaterra: Portugal estava então ocupado pelas armas da França, e a França estava nas suas grandes guerras com a patria de Pitt, ou antes com a Europa inteira.

Da Inglaterra teve de regressar para o Brasil, e de aqui concluir os seus estudos preparatórios. Segundo outra vez para Portugal em 1813, matriculou-se nas aulas de direito da universidade de Coimbra, frequentando-as com a maior distinção, e sahindo enfim em 1818 com o grau de bacharel formado.

Na companhia de seus tios, o conselheiro de estado Fernando Luiz de Souza Barradas Cardoso e Silva e Dr. Bernardo de Souza Barradas, conservou-se um anno em Lisboa, para completar os seus estudos jurídicos; só em 1820 regressou á patria.

Consagrou-se á profissão de advogado; mas tão abundantes naquella época não eram os homens de estudo, que fosse possível ao jovem legista seguir a sua vocação para essa profissão; foi logo despatchado juiz de fóra de Guaratinguetá, na província de S. Paulo. Daí, de volta para Ouro Preto, obteve nomeação de desembargador da relação do Maranhão.

A esse tempo agitava-se o paiz: a revolução da independência, a convocação da constituinte, seus debates, suas lutas, sua dissolução, tinham-se sucedido, sem que ao distinto jovem coubesse nesses primeiros ensaios da vida política do paiz grande papel. Proclamada porém a constituição, convocada a primeira assemblea legislativa, BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS, eleito entre os representantes da província de Minas, veio sentar-se nesse recinto de que não devia mais arredar-se, sem embargo de todas as vicissitudes dos tempos, até que fosse ocupar a cadeira vitalícia de senador.

Então começou a vida política desse homem, cuja falta ainda hoje todos lamentam.

Bom senso nesse grau tão apurado que é quasi genio, amor ao estudo, facilidade de concentrar-se na mais profunda atenção, força de iniciativa para descobrir a solução das complicações, vastidão de conhecimentos, sempre aumentada por incesso estudo de todas as horas, tornarão esse homem o que os contemporâneos presenciáram, o que a posteridade, consultando os monumentos das nossas leis, os annaes do nosso parlamento, os registros do nosso conselho de Estado, ha de por certo admirar.

Para isso tudo concorreu: até a sua saúde deteriorando-se, pregando-o á cadeira e ao leito por fatal paralysia, como que o obrigava a concentrar a vida nas faculdades intellectuaes, e lhe não deixava por unica distração ás dôres constantes, por unica ocupação, senão o estudo, a leitura reflectida dos melhores livros, a conversa familiar e instructiva. Sempre agradável, VASCONCELLOS abria todas as noites a sua sala a quem quer que o procurasse; com a mais prazenteira amabilidade, sem que nunca esmagasse os outros com a sua superioridade intellectual; punha a conversação na altura da intelligencia dos que com elle estavam, e sabia dest'arte aproveitar todos os conhecimentos que cada qual podia ter, em qualquer especialidade.

Com esses dotes entrando na vida publica, VASCONCELLOS alistou-se necessariamente entre esses deputados brasileiros e liberaes que, em oposição ao governo, procuravam dar ao paiz a verdade do regimen constitucional, e as instituições prometidas pela constituição. No meio das patrióticas aspirações que então se multiplicavam, poucos eram os homens praticos, poucos os que aos principios e ás teorias podiam acrescentar conhecimentos positivos de administração e de governo. Entre esses poucos VASCONCELLOS era um dos mais notáveis, e nos trabalhos dessas camaras que nos derão a organização superior do tesouro, da caixa da amortização, do supremo tribunal de justiça, das camaras municipaes, que enfim organizarão o paiz tão recentemente constituído em nação, ampla participação teve elle.

D. Pedro o chamou logo em 1828 para o ministerio; mas então o regimen parlamentar não era comprehendido no paiz; entendia-se que o deputado liberal devia condenar-se eternamente á posição de adversario do governo, nunca aceitar o poder. Por deferencia aos seus amigos politicos, VASCONCELLOS teve de curvar-se a essa doutrina, e de repellar o convite da corda. A luta assim travada, a questão política assim entendida, não podia ter desfecho senão em uma revolução; ella apareceu.

Nem se julgue que se aceitasse o poder, quando a elle chamado, VASCONCELLOS teria salvado o paiz; primeiramente, era mais do que certo que a corte o não receberia nas condições legitimas de ministro parlamentar; em segundo lugar, com todo o seu prestigio e todo o seu talento, é mais do que provavel que VASCONCELLOS, ministro nessa época, sem dominar a torrente, teria sido abandonado pelos seus amigos, considerado transfuga da causa popular. Cumpria pois deixar que o tempo trouxesse as suas grandes lições, e provasse aos liberaes

que a oposição não é senão o combate para triumpho de uma idéa, triumpho que se effectua no dia em que é ella chamada ao poder.

Pela revolução de 7 de Abril de 1831, os liberaes vencedores aceitáron emfim a posição que desde 1828 D. Pedro lhes havia oferecido. Mas então estavão soltas as paixões revolucionarias, a agitação armada, o motim da soldadesca, as pretenções exageradas do entusiasmo punhão o paiz em quotidiano perigo.

VASCONCELLOS foi ministro da fazenda do primeiro ministerio liberal. As finanças então achavão-se no grão maior de descredito e de ruina, agravado ainda pelo efeito natural da revolução, pela intimidação permanente do motim.

Mal comprehendemos hoje os serviços prestados por esse ministerio de 1831, que teve de lutar, no meio da dissolução de todos os elementos do governo, com todos os germens de dissolução social. Reprimir o motim nas ruas, dissolver a soldadesca, manter a ordem publica, restaurar a força moral do governo, até então universalmente considerado como o inimigo da sociedade, conservar unidas as províncias que os sonhos federalistas arrastavão, fazer frente às despezas do serviço publico, manter illeso o crédito nacional, lutar contra a invasão da moeda falsa de cobre, a par da moeda depreciada de um banco mais do que roubado e fallido... Honra e gloria aos homens de então! honra e gloria ao patriotismo e á devação dos Brasileiros! tudo isso se conseguiu, e a posteridade reservará bello quinhão nos seus agradecimentos a esses que lhe salvárao a patria.

Em 1832 foi dissolvido esse ministerio.

Em 1833 estava VASCONCELLOS em Onro Preto, quando ali rebentou uma revolta contra a autoridade do presidente da província, que então era o desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, hoje barão do Potal. No meio dos gravissimos indícios que a havião anunciado, achando-se o presidente ausente da capital, assumiu VASCONCELLOS, na qualidade do 1º vice-presidente, as redeas da governança; era uma posição de perigo e de sacrificio; VASCONCELLOS não tinha a prudencia egoistica que nessas horas abandona o paiz, e tergiversa com o dever: cumpria suffocar o motim. Infelizmente a dedicação do homem não bastava, erão necessarios recursos e não houve tempo de reuni-los: os insurgentes havião combinado o seu plano com tanta sagacidade, que a autoridade só no ultimo momento prevenida, não pôde contê-los. VASCONCELLOS foi por elles preso.

Conseguindo porém evadir-se aos sediciosos, apresentou-se na cidade de S. João d'El-Rei, ali organisou o governo e a defesa, chamou ás armas os Mineiros, e dentro de poucos dias forças consideraveis marchavão contra os dominadores da capital. A revolta não se pôde manter, e o presidente chamado, instado por VASCONCELLOS, para vir tomar conta do seu lugar, pôde fazê-lo livre de todo o perigo, sendo aliás coadjuvado, nas medidas que posteriormente teve de tomar, pela influencia e conselho do grande es'adista.

Em 1834 tinha a camara sido reunida com os poderes necessarios para reformar a constituição, e reaisar essa promessa, que fôra como o ponto de transacção entre todas as fracções liberaes, senhoras do paiz depois de 1831. A dificuldade porém dessa obra constituía uma das maiores complicações do momento: VASCONCELLOS foi della encarregado: infelizmente ao seu trabalho lizerão-se emendas, contra as quaes muitas vezes reclamou perante os seus amigos e aliados politicos, emendas que tornárao defeituosa essa reforma, hoje *acto adicional*, e que exigirão alguns annos depois a sua interpretação.

Em 1835 membro da primeira assembléa provincial mineira, comprehendeu elle que cumpria mostrar praticamente a bondade dessa instituição, e o muito que com ella podia ganhar a administração das províncias; meditando pois sobre as necessidades de melhorameotos apresentou ácerca das estradas e do ensino publico projectos cuja adopção marcou uma verdadeira época de progresso, e a que se prende tudo quanto de melhor tem-se posteriormente feito nesse sentido.

As circumstaocias politicas entretanto se modificavão; o falecimento do Sr. D. Pedro I. que fazia perder todas as esperanças, e portanto todos os receios de uma restauração, a votação do acto adicional tinhão trazido a distensão dos espíritos, tanto tempo empentados nas lutas politicas, e com ella novas necessidades para a governança: cumpria organizar, todos o sentião, e proclamavão; mas como, em que sentido? e quem poria peito a essa reorganização?

Separado dos seus antigos aliados politicos, VASCONCELLOS tomou a frente da oposição que então se apresentava ao governo do regente Feijó. As sessões de 1836 e de 1837 o virão constantemente na tribuna, instando com esse governo para que apresentasse os remedios que julgava necessarios aos males, que elle proprio denunciava, e que todavia elle proprio agravaava. Por fim, em vez de modificar o seu governo, o regente preferiu renunciar ao alto cargo que ocupava entregando-o ao senador Pedro de Araújo Lima, hoje marquez

de Olinda. VASCONCELLOS tomou então a pasta da justiça e interinamente a do imperio. Foi o ministerio de 19 de Setembro.

Nao é aqui lugar opportuno para apreciar a acção e influencia desse tão fallado ministerio; o que ninguem contestará, é que se lhe deve o triumpho do regimen parlamentar, o reconhecimento da condição de solidariedade no gabinete, do apoio das maiorias, da disciplina das discussões. Não é menos certo que as idéas monarchicas, tanto tempo obliteradas, começárao a resurgir nos espíritos, e em publicas e officiaes demonstrações.

Foi nesse tempo, e no meio desses cuidados que VASCONCELLOS, que queria dar impulso aos estudos no Brasil, fundou o collegio Pedro II e decretou a existencia de outros estabelecimentos de instrucção, que não chegárao infelizmente a realizar-se, talvez por falta de cooperadores.

Dissolvido o ministerio de 19 de Setembro, outros lhe sucederão, durante os quaes o prestigio do poder regencial foi-se allunindo.

Em 1840, quando já a revolução da maioridade estava senhora do triumpho, VASCONCELLOS, que estava retirado dos conselhos e da influencia no governo, foi chamado para junto do regente. O movimento já ia muito adiantado; VASCONCELLOS não o pôde conter. Algumas horas depois da sua entrada para o gabinete, havia elle triumphado. Ali corre impresso um manifesto em que o distinto estadista expõe circunstancialmente o que então ocorreu, quaes as vistas e intenções do governo, qual o sentido de seus actos, e porque forão malogrados.

No seu ministerio, VASCONCELLOS havia preparado o immenso trabalho da reforma do codigo do processo. Interrompida a discussão desse projecto, que elle como senador havia oferecido em 1839, continuou depois em 1841 sob os auspicios do ministro da justiça Paulino José Soares de Souza, hoje visconde de Uruguay. Esse foi de todos quantos debates tem ocupado o nosso parlamento o mais aturado, e o mais completo; para a gloria de VASCONCELLOS bastaria a parte que nelle tomou. Adoptado enfim pelas camaras é a lei de 3 de Dezembro de 1841.

Coube-lhe igualmente a gloria de sustentar, e de fazer passar o projecto, também por elle elaborado, da criação do conselho de estado.

Não menos se lhe devem os estudos que preparárao o projecto da lei das terras; embora por ontrem oferecido á attenção das camaras, ninguem ha que ignore a parte que na sua elaboração, como na sua sustentação, coube ao distinto estadista.

Depois da criação do conselho de estado, VASCONCELLOS, nomeado conselheiro ordinario, prestou sempre o mais acurado apoio á administração do paiz, aiuda com ministerios que lhe erão infensos; o conselheiro de estado punha de lado a politica, para esclarecer com a sua vasta intelligencia as questões administrativas, e conseguir o bem do paiz, ainda quando feito por mãos de adversários seus. Pôde-se quasi que sem hyperbole afirmar que enquanto foi vivo, VASCONCELLOS foi o conselho de estado.

Se não saltárao calumnias á sua vida, não lhe saltárao tambem aplausos e galardões.

Ministro duas vezes, deputado em todas as legislaturas até que em 1838 entrasse para o senado, conselheiro de estado desde a fundação, condecorado em 1849 com a grã-cruz do Cruzeiro, havia anteriormente recebido de S. M. o rei dos Fracezes a grã-cruz da Legião de Honra, por ter sido o plenipotenciario brasileiro no tratado matrimonial da Sra. princeza D. Francisca com o Sr. principe de Joinville.

Nos ultimos annos da sua existencia, a paralysia que o atormentava, foi tomando um caracter mais grave, sem todavia conseguir quebrar a serenidade de seu espírito, a actividade do seu amor ao estudo, e do seu zelo pelo paiz.

Ouvindo-o, illudido pelo vigor desse espírito, ninguem podia fazer idéa da fraqueza, do sofrimento desse corpo. Só os seus intimos conhecido, vendo o progresso dos estragos da horrivel enfermidade, que essa imensa luz do genio estava para apagar-se com a ruina desse corpo.

Entretanto não foi a paralysia. Em 1850 a febre amarella que dizimava o Brasil, e que parecia escolher as suas victimas nas eminencias sociaes, acometeu-o... e em 1º de Maio a cidade do Rio de Janeiro, coberta de luto, as camaras que já tinhão soffrido tantos golpes dolorosos, ouvirão a noticia fatal: BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS já não existe.

Seu corpo jaz no cemiterio de S. Francisco de Paula: seu nome na historia, e na recordação dos Brasileiros. Homem politico, VASCONCELLOS ainda não tem herdeiros.

A's vezes nós que o conhecemos, e fômos honrados com a sua intimidade, nos perguntamos, o que teria sido dos acontecimentos do paiz, se, em vez de morrer aos 55 annos, VASCONCELLOS tivesse vivido mais algum tempo, se a sua existencia tivesse sido prolongada até os nossos dias, e... tomamo-nos de reiterados pesares...



S. A. SISSON Junr. LITH  
1859

F. D. Peirce & Sons<sup>Co</sup>



# FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELLOS

FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELLOS, irmão legítimo de Bernardo Pereira de Vasconcellos, foi, como ele, filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de D. Maria do Carmo Barradas, neto pela parte materna do Dr. João de Souza Barradas e de D. Jacinthia Maria da Fonseca Tavoreda e Silva, e pela paterna do coronel Jeronymo Pereira de Vasconcellos e de D. Anna Jacintha da Natividade. Nasceu a 28 de Dezembro de 1812 na antiga Villa Rica, hoje Cidade do Ouro Preto, capital da província de Minas-Geraes.

Apenas concluídos com distinção nas aulas daquela província os estudos preparatórios, seguiu para S. Paulo, e no ano de 1831 matriculou-se na Academia Jurídica, recebendo o grau de bacharel formado em ciências sociais e jurídicas no ano de 1835.

De volta à província de seu nascimento, foi no ano seguinte, o de 1836, nomeado juiz municipal e de orphões do termo do Ouro Preto, lugar que serviu até ser nomeado juiz de direito substituto da comarca do Parahybuna. Nesse cargo pouco tempo se demorou, pois logo em 1839 foi despatchado juiz de direito da comarca do Rio das Mortes, na mesma província de Minas Geraes.

Em 27 de Agosto de 1839 casou com D. Bernarda Malvina de Vasconcellos, que faleceu em Petrópolis no dia 19 de Abril de 1857, ficando-lhe deste consócio uma filha.

No ano de 1840 tomou assento na assembleia provincial e serviu em diferentes outras legislativas, honrado por vezes com a eleição de presidente da mesma assembleia.

Em 1842 foi nomeado chefe de polícia de Minas Geraes, lugar que exerceu até princípios de 1844.

Foi eleito deputado à assembleia geral legislativa no ano de 1842 e reeleito nas seguintes legislaturas, meus em 1844 e 1848, em que aliás lhe coube a suplência proxima, tendo por isso assento na cámara temporária apenas com a interrupção de um ano, o de 1845.

No ano de 1843 foi nomeado 2º, e posteriormente 1º vice-presidente da província de Minas Geraes.

Foi removido em 1844 para juiz de direito da 2ª vara crime do Pará (capital).

Em 1849 serviu pela segunda vez o cargo de chefe de polícia da província de Minas.

Em 1850 foi chamado para servir na polícia da corte, e demorou-se no emprego de chefe de polícia até o ano de 1853, em que foi mandado presidir à província de Minas Geraes.

Neste exercício se conservou até Fevereiro de 1856, sendo transferido no mesmo caráter para presidente da província de S. Paulo.

Tendo tomado posse da presidência dessa província em Abril do mesmo ano de 1856, retirou-se em Janeiro de 1857 da capital de S. Paulo para a do Império, em consequência dos graves sofrimentos de sua mulher, que, como lhe dito, morreu pouco tempo depois.

Eleito deputado pelo 1º distrito eleitoral de Minas, tomou assento na cámara dos deputados no dia 3 de Maio de 1857, e no dia 4 do mesmo mês e ano foi chamado ao ministério da justiça pelo marquês de Olinda, encarregado por S. M. o Imperador de organizar um gabinete pela retirada do que fôra presidido pelo linado marquês de Paraná.

Procedendo-se em Julho deste anu á eleição de dous senadores nas vagas deixadas pelo dito marquês de Paraná e pelo de Valença, foi seu nome incluído na lista sextupla, e por carta imperial datada de 4 de Novembro de 1857 foi escolhido Senador do Império, tomando assento na respectiva cámara em Maio do anno de 1858.

Retirou-se do ministério com seus colegas no dia 12 de Dezembro do mesmo anno de 1858.

E' commendador da Ordem de Christo, e oficial da da Rosa.





BRONZETTE DE MACEBO.

Sergio Tixira de Macebo

LA BESO D'ALDO F. S. G.



# SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

**S**ÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO nasceu no Rio de Janeiro em Setembro de 1809. Seu pai, o major Diogo Teixeira de Macedo, retirando-se do serviço militar nesse posto, tinha vindo estabelecer-se em Pernambuco, e depois nesta cidade.

Sérgio, o quinto de seus filhos, foi o primeiro dos dous que aqui nascerão.

Nas diversas aulas então aquí existentes, e que de melhor conceito gozavão, estudou elle os rudimentos das letras, e as doutrinas preparatórias, sempre bemquisto dos seus professores, e especialmente dos seus condiscípulos.

Sua compleição delicada, seu tardio desenvolvimento phisico davão-lhe uma apparencia de idade inferior á que tinha, e assim concorrião para que sobresahisse entre os seus companheiros, que devidamente apreciavão o seu genio jovial, e o seu commercio facil e ameno.

Resolvido a estudar as sciencias juridicas, partiu em 1827 para Coimbra, e tendo-se matriculado em Outubro, estava, em Junho de 1828, á espera de sua vez de fazer exame, quando, em consequencia dos successos politicos que então agitavão o reino de Portugal, foi fechada a Universidade.

A esse tempo porém já estavão fundados os cursos juridicos no Brasil. Pai desvelado, querendo melhor e mais economicamente promover a educação dos seus tres ultimos filhos, o major Diogo Teixeira de Macedo foi residir em Pernambuco, e o curso jurídico de Olinda vio em seus bancos o joven Sérgio com os seus irmãos Alvaro e Diogo.

Os filhos correspondião ao desvelo do pai: tendo por companheiros de aula moços distinetos, cujo talento posteriormente primou em maior theatro, como fossem seu primo Eusebio, Souza Martins, Franco de Sá e outros, Sérgio sempre com elles foi proposto para premio.

No seu viver de estudante applicado, sentiu que não bastavão as aulas para ocupar a actividade do seu espírito: era tempo de effervescentia politica, e um jornal, do formato e dimensões dos melhores de então, o *Olindense*, apareceu em 1831, e Sérgio achou-se em breve redactor exclusivo delle.

Era difficile os tempos. A abdicação de D. Pedro I havia trazido a crise, que, como lição, ficou na memoria de todos.

O *Olindense* vio-se a braços com os propaladores de idéas destruidoras de toda a ordem social. Em Pernambuco, os resentimentos e as pretenções da luta de 1824 davão talvez ás paixões de 1831 carácter mais acerbo e violento do que no resto do Brasil.

O *Olindense* porém não se desmentiu; firme na sua linha de sustentador das sãas doutrinas, nunca esqueceu a decencia, moderação e energia que lhes dão realce; e seus artigos, reproduzidos na *Aurora*, na *Astréa*, no *Diário Fluminense*,

*nense*, no *Independente*, davão testemunho do merecimento prematuro do joven escriptor.

Formado em Outubro de 1832, o Dr. Sérgio de Macedo, quando se apresentou no Rio de Janeiro, achou já sancionado o código do processo. Exigia este um anno de pratica de advocacia para poder ser juiz: alguns de seus collegas que, favorecidos pela letra inicial dos seus nomes, se havião formado alguns dias antes, tinham sido imediatamente despachados juizes de fóra, e como tales havião entrado na organisação da nova magistratura. Não podendo emprega-lo o ministro da justiça Honorio Hermeto Carneiro Leão, o fez eleger promotor publico, incumbio-lhe diversos trabalhos, e o tratou com aquella amizade que sempre lhe conservou, distinguindo-o com alguma comissão importante em todas as ocasiões em que entrava para o ministerio. Enquanto praticava no escriptorio do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, e exercia o emprego de promotor, escrevia alguns artigos para a *Verdade* e para a *Aurora*, de cujo redactor, Evaristo Ferreira da Veiga, foi sempre amigo.

Ao cabo porém de alguns mezes, o Dr. Sérgio de Macedo resolveu solicitar e obteve o lugar de secretario de legação em Paris, que por mezes esteve vago.

Pouco tempo esteve na posição subalterna de secretario; a mudança do chefe da legação deu-lhe a oportunidade de servir como encarregado do negócios desde Junho até Novembro de 1834. Poucas questões havia então que tratar, todavia uma pequena dificuldade, que ocorreu no serviço, foi vencida com bom exito.

Apenas um mez continuou secretario; em principio de Dezembro lhe chegou a nomeação de encarregado de negócios em Lisboa.

As circumstancias erão melindrosas. O Sr. D. Pedro I governava Portugal como regente. As relações dos dous paizes se azedavão com os movimentos anarchicos aqui ocorridos, em que a perseguição aos Portuguezes era o grito de guerra. O partido restaurador havia comprometido o nome do Imperador, regente de Portugal; numa lei de banimento contra elle fôra infelizmente votada na camara dos deputados. O diplomata brasileiro tinha pois de ir achar em Lisboa uma posição delicadissima.

O governo brasileiro, limitado na sua escolha a homens que não tivessem sido favorecidos pelo governo do Sr. D. Pedro I, nem lhe houvessem sido infernos, depois de se haver dirigido a varios caracteres conspicuos, que todos recusáram, determinou-se a ordenar áquelle que devia obedecer.

Era uma verdadeira loteria incumbar a um moço de menos de 25 annos a legação mais trabalhosa, pelas muitas relações dos dous paizes, e mais melindrosa, por amor daquellas circumstancias.

Antes de partir para esse destino, o joven diplomata casou-se com uma se-

nhora de familia muito distinta e abastada do paria irlandez, familia a que pertencia o celebre deão Swift, tão famoso nas letras e na politica ingleza.

Na opiniao de muitos, a morte do Sr. D. Pedro I tirava á legação brasileira em Lisboa grande parte das suas dificuldades. Era um engano. Não era no ressentimento de um principe daquelle tempore que o negociador brasileiro havia de achar embaraços. O poder estava em Portugal nas mãos dos ultimos e entusiasticos amigos do falecido Imperador-regente. Havia paixões; até mesmo palavras desagradavas tinham sido trocadas entre o ministro dos negocios estrangeiros e o nosso consul.

O Sr. Sergio de Macedo porém teve a fortuna de entender-se com o duque de Palmella, então encarregado da pasta dos negocios estrangeiros. Ilomei superior, e amigo do Brasil, o duque desde logo estabeleceu as relações com o diplomata brasileiro no tom de agradavel cortezia, que ao depois, com a estima progressiva que lhe inspiravam o trato e o caracter do Sr. Macedo, foi perfeita cordialidade.

O digno Brasileiro estudava, entretanto, as relações commerciaes dos dous paizes, segurava a posição dos Brasilciros ali residentes, dava instruções aos consules, e transmittia ao seu governo informações cuja exactidão, denotando estudo e criterio, foram apreciadas pelo ministro Alves Branco, successor do Sr. Aureliano de Souza e Oliveira que o havia nomeado.

Entretanto no Brasil realizava-se, pela morte do Sr. D. Pedro I, importante mudança política. Acabavam as esperanças do partido que desejava aquelle principe no throno, ou na regencia; inutilisava-se o sistema cuja importancia estava na luta com esse partido; surgiam novos systemas, novas pretenções, novos partidos.

A nomeação de uma criança (como diziam os influentes da nova situação) para a espinhosa legação de Lisboa, não era explicada como uma necessidade, mas como um acto de nepotismo. Alves Branco porém, que não conhecia pessoalmente a criança, estava tão satisfeito com as suas communicações, que o sustentou com toda a sua influencia, resistindo ás pretenções dos muitos candidatos, que julgavam commoda uma missão diplomática em terra da nossa lingua.

E' difícil escrever a biographia de um diplomata ainda vivo, e em tempo tão proximo ás negociações em que teve parte. Tudo quanto se começou não foi ultimado, muitas questões devem estar ainda pendentes, até mesmo das concluídas nem todasse podem revelar; só a posteridade talvez possa intuir-se de todos os segredos. Cumpre-nos unicamente fallar daquillo que de algum modo tem chegado ao conhecimento do publico, ou daquillo que nunca foi secreto.

O trafego de escravos se fazia licitamente nas colonias portuguezas. Entendia as autoridades dessas colonias, entendia o governo que só uma lei nova podia tornar ilícito esse trafego.

Ao Sr. Macedo era recomendado representar contra essa tolerancia, contra essa animação a um commercio que era no Brasil contrabando.

O governo brasileiro desde então queria sinceramente a abolição do trafego, e lhe ás suas instruções, o Sr. Macedo insistia perante o gabinete portuguez, allegando que, por virtude do tratado com a Inglaterra, o trafego era illegal nos dominios portuguezes, pois desde que, pela independencia do Brasil, deixaria Portugal de ter colonias na America, caducaria a excepção feita no tratado de 1817 a bem da continuação do trafego ao sul do Equador, em consideração ás necessidades da grande colonia portugueza. Esse proceder do Sr. Macedo em Lisboa grangeou-lhe da parte do governo britannico a reputação de adversario ao trafego, que ao depois tão util veio a ser nas suas negociações em Londres.

Bem depressa dissipou-se a serenidade em que Portugal parecia entrar depois de tão devastadora luta e tão destruidor despotismo.

A guerra civil, a desordem vieram dificultar a posição do nosso diplomata. No meio dos perigos e angustias que cercavam a rainha, o corpo diplomatico estrangeiro havia tomado uma altitude, que os partidos pareciam aceitar.

O representante do Brasil manteve até o fim a posição que lhe competia, com tanta prudencia e dignidade, que nunca deixou comprometido o seu governo na luta dos partidos portuguezes, e que, longe de perder a amizade e consideração dos chefes de todos esses partidos, foi, pelo contrario, cada vez mais bemquisto e considerado, e seu procedimento tanto agradou á Rainha, que, sentindo-se proxima a ser mãe, convidou seu augusto Irmão a ser padrinho do futuro principe, e lhe rogou mandasse a procuração ao Sr. Macedo, apesar da sua inferior categoria diplomatica.

Na occasião do baptizado ordenou que fosse tratado como embaixador, e o condecorou com a grāa-cruz da sua ordem de Christo, dignidade que, pela primeira e até hoje ultima vez, foi conferida a simples encarregado de negocios.

Foi este o ultimo acto da sua missão em Lisboa. As discussões com a Santa

Sé, suscitadas pela questão do bispo eleito do Rio de Janeiro, aconselharam a remoção do ministro brasileiro daquella corte; foi elle mandado para Lishoa, e o Sr. Macedo teve de ir para Roma e Turim.

Retirou-se deixando saudades em todos os Brasilciros residentes em Portugal, deixando a paz e a boa intelligencia entre os dous governos, deixando apontados em sua correspondencia com a secretaria de estado os negocios que careciam de ser attendidos.

Estava em viagem quando lhe foi ordenado que, em vez de seguir para a Italia, ficasse em Paris, e ali substituisse o ministro, que obtivera uma licença.

Entretanto ocorreu a mudança de Regente. Feijó foi substituido pelo Sr. Araujo Lima. Outras deliberações foram tomadas quanto á legação de Paris, e em Abril de 1838 seguiu o Sr. Macedo para Roma.

Na Curia Romana eram conhecidas algumas opiniões que elle emitira oficialmente sobre as relações com a Santa Sé, e por isso foi recebido com distinção pelo Papa Gregorio XVI.

Sua missão em Roma, além do reconhecimento da independencia do Chile, por elle obtido da Santa Sé, nada mais apresenta do que a expedição dos negocios ordinarios, que sempre foram concluidos com felicidade, até mesmo esse da confirmação do bispo eleito do Rio de Janeiro, que foi em si levado a termo decoroso.

Em Fevereiro de 1842 partiu elle de Roma para Turim, apparentemente para levar ao rei Carlos Alberto as insignias da ordem do Cruzeiro, mas realmente para entrar em negociações que oficialmente ficariam secretas, mas cuja existencia se divulgou logo pela imprensa. Respeitamos o segredo oficial, bastando asseverar que o nosso negociador foi louvado e galardoado.

Foi então elevado á categoria de ministro residente na corte de Turim, e dispensado da missão de Roma, continuando todavia acreditado em Parma.

O Santo Padre, por occasião da sua despedida, enviou ao Sr. Macedo as insignias de commendador da sua ordem de S. Gregorio Magno, acompanhadas de um breve pontifício concebido nos termos os mais lisongeiros.

Apenas estabelecido em Turim, teve o Sr. Macedo, em meados de 1843, ordem de ir a Paris substituir interinamente o ministro naquella corte, incumbido de uma missão especial em Londres. Essa interinidade terminou com o anno de 1843.

Nella o Sr. Sergio de Macedo parece ter sido incumbido de transacções directas com o rei Luiz Philippe, e este, bem conio toda a familia real, em cujo gremio acabava de entrar a nossa princeza, a Sra. D. Francisca, sempre o tratou com especial benevolencia.

Voltou o nosso ministro ao seu posto de Turim. Pouco tempo porém lhe foi dado continuar nessa sua quieta residencia; por quanto foi logo removido para a corte de Vienna no mesmo caracter de ministro residente.

O rei Carlos Alberto, que já havia dado ao Sr. Macedo a commendada da sua ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, presentou-o na despedida com uma magnifica boceta de rápê, de ouro, ornada com o seu retrato guarnecido de brilhantes.

Em Vienna o nosso ministro teve de ocupar-se das relações commerciaes, que ião avultando com aquella potencia pelo porto de Trieste.

Obteve do principe de Metternich o reconhecimento das republicas do Chile e do Paraguay; esse reconhecimento que tanto amargurou a existencia de Rosas, e sobre o qual tanto escreveu e representou; esse reconhecimento que todas as outras grandes potencias nos recusaram.

Em 1847 foi o Sr. Sergio elevado á categoria de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, chegando assim, depois de 14 annos de serviço, ao grau mais elevado da nossa diplomacia.

Seguirão-se em 1848 as scenas da estrondosa revolução europea, que produziu a queda do rei Luiz Philippe.

Vio o Sr. Sergio a desorganização completa da monarchia austriaca, e manteve sempre a sua posição, com o corpo diplomatico, ao lado do Imperador.

No meio destes acontecimentos o nosso ministro foi reinovido para os Estados Unidos, onde ocorriam sérias dificuldades.

Quando lá chegou o ministro brasileiro, cahia a administração democratica pela eleição do general Taylor, representante do partido whig ou conservador. A pendencia com aquelle governo teve a solução mais satisfactoria e decorosa que podia ter.

As relações de ambos os governos continuaram nos termos da mais perfeita cordialidade, e todos os negocios que foram aparecendo, ficaram decididos sem quebra dessa boa intelligencia.

O que de mais importante ocorreu foi a proposta feita pelo secretario de estado americano ao nosso ministro para a abertura da navegação do Amazonas a todas as bandeiras.

A resposta do Sr. Macedo collocou logo a questão no ponto em que continuou sempre a ser considerada. O direito do Brasil, de franquear, ou limitar, ou de todo fechar aquelle rincão, foi estabelecido, e a conveniência de tomar qualquer daquellas decisões deixada ao seu juízo e discrição.

Ausente do Brasil desde 1833, alcançou em 1831 o Sr. Macedo uma licença para vir a esta corte. Ao chegar achou-se designado para a legação de Paris, que acabava de vagar. Dispunha-se a ir para o seu novo posto, quando pelo Sr. visconde de Laboral, então ministro da fazenda, lhe foi pedido um trabalho acerca do que conviria fizesse o governo para solver os empenhos em que se achava, tendo de pagar em 1833 o empréstimo português de 1823, que, pelo tratado de reconhecimento da independência, ficaria a nosso cargo, e em 1834 os empréstimos de 1824. O primeiro importava em um milhão sterlino, ou nove mil contos, e os outros em três milhões sterlinos, ou vinte e sete mil contos.

A vista da exposição apresentada pelo conselheiro Sergio, o visconde resolveu incumbi-lo das operações de crédito para isso necessárias: foi pois removido de Paris para Londres.

Depois de 18 anos de ausência da pátria, dos parentes, dos amigos, apenas quatro meses foram dados ao distinto Brasileiro para saciar as saudades, que o devião pungir. Logo em Outubro partiu para seu novo destino.

la cheio de cuidados, pois a sua missão era das mais ardentes; as questões políticas sobrepujavam a dificuldade das questões financeiras: salvar os comprometimentos do tesouro, por maiores que fossem, era muito menos do que vindicar o decoro nacional. Era, pois, esse o momento em que os cruzeiros ingleses queimavam nossos navios nos nossos portos e ancoradouros.

Se porém era ardua a missão, o acerto da escolha ou a fortuna do nomeado para logo a modifiquem: os mais prospertos resultados foram obtidos. Em consequência de suas laboriosas e habiles negociações, e da boa aceitação que ao governo britânico merecia o antigo inimigo do tráfico de Africanos, em fins do Abril ordem era dada aos cruzeiros ingleses de se absterem de violências, expressões de sincero pezar pelo passado eram dirigidas ao negociador brasileiro, com attenciosa franqueza se lhe explicavam as razões que obstavam a que o governo desde logo propusesse a revogação do bill que autorisava tais violências, passando este a ser letra morta.

Ao tempo que salvava a honra do paiz, seriamente se ocupava o ministro brasileiro com os interesses materiais. Então apresentava-se em Londres uma pessoa munida de títulos, que supunha válidos, para organizar uma companhia que construisse a estrada de ferro de D. Pedro 2º. Era princípio de 1852; no mercado abundava dinheiro; nenhuma empresa considerável aparecia; ferro, mão de obra, fretes, engenheiros habéis, empreiteiros os mais sagazes e poderosos, tudo havia em abundância e por preços baixos. O nosso ministro devia impedir que a primeira empresa do Brasil se transformasse em uma especulação de agiotas. Semelhante risco foi desde logo desviado; a mesa de directores que mais poderosa se podia desejar, achou-se promptamente formada.

Questões que se levantaram nesta corte adiáram, primeiro, a adopção da lei que dava a garantia do juro de 5 por cento, e depois, a escolha da pessoa a quem devia ser outorgada a concessão do privilegio. A ocasião fugiu com o anno de 1852. Organizaram-se diversas empresas na Índia, na Itália, no Canadá; todas iam a Londres buscar capitais, elevaram portanto todos os preços, empregaram muitos engenheiros e empresários. Com o anno de 1853 deviam começar dificuldades onde até então tudo havia sido facilidade.

Naquillo porém que só dependia da vontade do nosso negociador, as vantagens do anno de 1852 não foram perdidas. Ao chegar a Londres em fins de 1851, acháram no mercado os fundos brasileiros de 5 por cento ao preço de 86. E o governo tinha obrigação de pagar-lhos ao par em Abril de 1854. Esses fundos porém foram ganhando rápida marcha ascendente; chegaram ao par.

Certa clausula do contrato do governo com os agentes financeiros atava as mãos do ministro. O contrato foi innovado com economia nas comissões, e com eliminação daquella clausula. Livre em suas deliberações, o negociador anunciava, paquete por paquete, ao governo imperial o que esperava para o mês seguinte; os resultados confirmavam suas previsões.

Segundo as clausulas do contrato para o empréstimo português, era permitido resgatá-lo, quando o governo quisesse, pagando as apólices ao par. Em Julho de 1852 concluiu o nosso negociador um empréstimo ao juro de 4 1/2 por cento e ao preço de 95, com o qual remio aquelle outro, quo era de 5 por cento. Assim o onus tornou-se uma fonte de economia.

Era essa a base da grande operação meditada. Só em Abril de 1854 podiam ser pagos os empréstimos de 1824. Como as apólices de 4 1/2 por cento rasgavam pelo par, estava certo o Sr. Sergio de resgatar esses empréstimos por meio de outro a juro de 4 por cento negociado a 94 ou 95.

A guerra europeia porém veio transtornar estas combinações. O anno de 1854 veio achar as apólices brasileiras em um preço elevado relativamente às das outras nações; mas, como as de todas, tinham descido. As de 5 por cento estavam a 96 e 97. O 1º de Abril, termo fatal do empréstimo, batia à porta, o plenipotenciário brasileiro em Londres, obrigado a proceder antes de ter recebido a ultima decisão do governo às ponderações que fizera, desenvolveu, para a operação que unica podia fazer, um sistema tão completo de cautelas e de facilidades, que o resultado veio surpreender a elle próprio, e mais ainda ao governo.

Os empréstimos de 1824 foram pura e simplesmente renovados por mais dez annos. Não pesou sobre o tesouro do Brasil onus algum.

Toda a imprensa ingleza sustentou a modista, e a justiça della. Todos os possuidores de apólices a accitáram. Uma insignificante comissão de 1/2 por cento aos contractadores dos empréstimos pelo trabalho da emissão das novas apólices do dez annos, postas em todas as praças da Europa, por onde se tinham espalhado as apólices brasileiras, foi a unica despesa do tesouro.

A satisfação do Marquez de Paraná, ministro da fazenda, manifestou-se no aviso endereçado ao Conselheiro Sergio, aviso o mais honroso que um funcionário pôde receber. O Sr. Macedo foi então agraciado com a grã cruz da ordem da Rosa, en que era simplesmente oficial.

Temos agora de voltar às estradas de ferro, e ao anno de 1853.

O governo imperial para desembarpaçar-se das incertezas de uma concessão de empresa de estrada de ferro feita aqui, tão longe do mercado em que devia ser levantado o dinheiro, e querendo livrar-se de outras dificuldades, autorisou o ministro em Londres a outorgar essa concessão a quem lhe parecesse oferecer melhores garantias.

Reunida esta autorização, que equivalia a 38 mil contos, aos empréstimos, às encomendas de vasos de guerra, e muitas outras, e às despesas regulares que fazemos annualmente pela Legação de Londres, vê-se que á discreção do Sr. Sergio de Macedo, colocado a duas mil leguas do governo, estiverão entregues mais de oitenta mil contos. A poucos homens talvez se tenha confiado a gestão de capitais tão avultados.

O anno de 1853 devia porém ser para o feliz negociador um anno de provação. No meio delle perdeu o Sr. Macedo sua esposa, modelo de virtudes, mãe extremosa, notável pelo espírito de ordem e economia com que dirigia sua casa. Comprehende-se quão sensível lhe seria essa perda que o deixara com cinco filhos menores; comprehende-se que ella fortemente o impellisse na resolução, em que de há muito estava, de reencher-se à patria, de deixar em si mesmo uma carreira em que elle e seus filhos se tornavam como que desligados dessas aféições íntimas de família, dessas amizades e sympathias da infância, tão poderosas para a felicidade humana, e até como que ficava elle posto em olvido dessa patria que com tanta fidelidade estava servindo.

Seguirão-se os recuos da guerra europeia, a consequente falta de confiança, e o retrahimento dos capitais. Desaparecerão todas as facilidades de formar uma companhia para construir e costear a estrada de ferro de D. Pedro II. Essa concessão, até ali por tantos disputada, agora nem um homem sisudo a queria sem reservas que tirassem toda a obrigação de levantar logo os capitais.

Sendo porém necessário decidir este negocio, assim mesmo com essas reservas indeclináveis foi em Novembro de 1853 feita a concessão a uma poderosa reunião de capitalistas. Seguiu-se a guerra, e a inacção, clausula expressa do contrato da concessão, de que naturalmente se prevalecerão os concessionários.

Entretanto no mercado de Londres a empresa de Pernambuco procurava seu caminho sem a menor intervenção do ministro brasileiro. Aparece porém a empresa da Bahia com a clausula fatal de uma garantia de juros adicionais de 2 por cento, votada pela inexperiencia e pelo irrelectido patriotismo da Assembléa Provincial. Antes de ser concedida essa garantia, logo que apareceu a idéa della, o Sr. Macedo a tinha combatido. Cassandra inútil, não foi ouvido, ou não foi acreditado. Iloje todos conhecem o mal dessa concessão tão elevada; mas naquelle tempo a impaciencia e o entusiasmo não quizeram atender á voz que aconselhava prudencia.

Forçoso foi ás Assembléas Provinciais de Pernambuco e Rio de Janeiro imitarem o exemplo da da Bahia. O governo provincial de Pernambuco autorizou o ministro em Londres a dispôr dos 2 por cento adicionais da Província para obter logo a sua estrada de ferro. Ele os outorgou aos concessionários, limitando a duração a 20 annos, e procurou obter que para a Bahia também a 20 annos se limitasse a concessão: mas já estava feita por 90; baldados foram pois os seus esforços.

Para a estrada de ferro de D. Pedro 2º outro sistema, que exigia maior coragem, foi adoptado. Os concessionários desta empresa renunciariam á

concessão. Se porém com a simples garantia de 5 por cento ninguem queria obrigar-se a leva-la a efeito, com a garantia de 7 por cento todos a queriam; e o nosso ministro era importunado por homens que já não pedião, mas ofereciam comprar por grossas sommas uma tão vantajosa concessão.

O Sr. Sergio de Macedo entendeu que, a fazer o Brasil o sacrifício de tão grande garantia de juros, devia livrar-se dos inconvenientes de uma companhia estrangeira.

Aproveitando os menos incompletos dos planos levantados pelos pretendentes que aqui havião aparecido, fez elle em Fevereiro de 1855 um contracto para a execução das obras da primeira secção da estrada de ferro de D. Pedro 2º. Obtida essa base essencial para a formação de uma companhia, deixou ao governo a opção entre a formação de uma companhia nacional, ou de uma companhia estrangeira, pedindo sómente que apressasse a sua decisão. Aconselhava elle fortemente a formação da companhia nacional, e respondia á objecção da falta de capitais com o recurso ao crédito, com o qual se podia obter o empréstimo desses capitais com o juro de 4 1/2 por cento em lugar de conceder a garantia de 7 por cento unida a tantas probabilidades de questões, de lutas, de encontros de interesses, que nunca se darião nos empréstimos.

Na adopção deste sistema o Sr. Macedo afastava-se da lei. A responsabilidade deste passo entendeu o governo que devia deixar-lh-a: decidiu pois transferi-lo para os Estados Unidos: se fosse arguido por essa falta de pontual execução da lei, poderia declarar que a não tinha aprovado, e com aquela remoção o mostraria.

Vencidas as dificuldades que pensou encontrar na formação da companhia e no levantamento dos capitais, passada a sessão legislativa sem que a menor censura lhe houvesse sido feita no parlamento, quiz o governo recuar da medida tomada a respeito do ministro, reconhecendo o serviço que nisto mesmo havia feito ao paiz. Já era porém tarde; porque a notícia da remoção tinha sido divulgada, e o successor prevenido.

Por uma carta em que tudo isto era comunicado ao Sr. Macedo lhe foi ordenado que não partisse para os Estados Unidos, mas se recolhesse á corte, pois aqui seria útil ao governo.

Ao chegar aqui o Sr. Macedo, consultado sobre o emprego de presidente da Directoria da estrada de ferro, respondeu que o seu decoro não lhe permitia aceitar semelhante posição. Outros empregos foram-lhe oferecidos nesta corte; recusou-os, assim como a missão para os Estados Unidos, e duas outras diplomáticas, dizendo que lhe era preciso estar no paiz algum tempo, e requerendo simplesmente ser posto em disponibilidade activa. Isto lhe foi concedido.

Entenderão seus amigos que convinha responder a censuras que alguns jornais havião feito ao contracto relativo á execução da 1ª secção da estrada de ferro. Elle o fez numa série de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, e depois colligidos em um folheto. A clareza da exposição, a força da verdade, e o tom de convicção que distinguem este escripto calarão em todos os animos desapaixonados. Nem uma resposta lhe foi dada. O espírito de partido tem por vezes refutado asserções refutadas, e insinuações absurdas; o Sr. Macedo nunca mais respondeu. A sua vida ahi está para responder.

Ao Marquez de Paraná, que sempre fôra seu amigo, que sempre confiara em suas luzes e probidade, parecia incomodar a falta de aproveitamento de pessoa capaz de prestar tão bons serviços; ofereceu-lhe diversas presidências de províncias de 1º ordem, que foram recusadas. Por fim a dificuldade de achar um presidente para Pernambuco o fez insistir de modo que o Sr. Macedo não pôde recusar.

A 21 de Maio partiu para Pernambuco no vapor de guerra *Viamão*. Chegou á província a 27, e tomou posse no dia seguinte.

Demoramo-nos na exposição dos serviços prestados no exterior pelo conselheiro Macedo, por quanto, pela sua natureza mesma, são dos que mais facilmente esquecem, e menos são sabidos.

Presidente de Pernambuco, ahi temos o antigo fundador do *Olindense* de volta á política interna, á frente da alta administração do paiz.

Para a época em que foi empregado, para a importantíssima província que

lhe fôra confiada, o Sr. conselheiro Sergio tinha uma grande vantagem; havia conservado todas as suas relações da mocidade, de aula, sem que nas nossas lutas internas se houvesse comprometido; suas idéias o faziam conservador; mas ninguém dos adversários desse partido tinha contra elle represalias que exercer.

Comprehende-se pois como havião de ser acolhidos na província a que era mandado o nome e a pessoa do novo presidente.

Entretanto acercava-se o periodo fatal das eleições, periodo sempre incandescente, e que em Pernambuco, onde os velhos partidos não tinham deposito as suas inimizades, envolvia sérios perigos.

A presença da cholera-morbus na occasião em que se havião feito as qualificações, a abstenção do partido liberal nas precedentes eleições, impunha ao presidente a obrigação de providenciar contra os vícios da qualificação. Elle o faz com tanto acerto, que de todos é louvado; as medidas que então adopta, as soluções que então, e posteriormente, dá a inúmeras duvidas sobre a intelligencia da legislação, não têm sido até hoje combatidas, nem mesmo censuradas.

Em uma das freguesias da capital aparece na eleição municipal alguma desordem; medidas de prudente vigor, por todos os contendores a princípio accitas e applaudidas, mantêm a ordem e restauram a regularidade do processo eleitoral.

Segue-se a essa eleição a dos eleitores; corre pacificamente. Então porém cessa para uma fracção do partido liberal o periodo de louvores e de justiça ao presidente; a sorte das urnas havia sido contraria a suas pretenções.

Impassível ás aggressões, o presidente continua no seu zelo pela prosperidade da província, e em 1º de Março de 1857 instaura a sua assembléa com um relatório em que até os adversários admirarão tantos estudos feitos em tão pouco tempo e no meio de tantos cuidados.

Entretanto o fim da presidência do Sr. Sergio estava chegado: os seus amigos e patrícios do Rio de Janeiro havião-se lembrado dele; e os votos do 1º círculo eleitoral da corte o mandavão á camara.

Para vir tomar assento, deixou elle a presidência no meio das maiores demonstrações de estima e de consideração dos Pernambucanos, e no intervallo da primeira e segunda sessão legislativa, embora não se houvesse até então pronunciado em oposição, não pôde annuir ás reiteradas instâncias do Marquez de Olinda que lhe pedia reassumisse aquele encargo.

Tomou assento na camara em 7 de Maio. Se tem sido curta a vida parlamentar do Conselheiro Macedo, pois apenas consta de duas sessões, se ainda é tão recente que está na memória de todos, ninguém nos contestará quando dissermos que com o seu proceder, com a sua palavra, justificou elle o conceito de que goza, conquistou sympathias que justamente o collocão na mais elevada posição.

Todavia, se não pôde annuir ao convite do Marquez de Olinda para voltar a Pernambuco, não podia negar-lhe o auxilio de suas luzes e experiência para o serviço do paiz nas suas relações exteriores.

Nomeado plenipotenciário para aqui tratar com o ministro inglez, concluiu a convenção que sujeita a uma commissão mixta a decisão e julgamento de todas as reclamações pendentes entre os governos brasileiro e britânico. Um só tribunal tinha até aqui decidido todas as questões: a vontade do governo inglez. Só elle declarava admissíveis as suas reclamações, só elle repelia as dos Brasileiros. Pela convenção, o governo poderoso e o governo fraco se sujeitão ao mesmo tribunal, composto de subditos de cada um delles com voto igual.

Chamado em 12 de Dezembro a tomar a pasta do imperio, no gabinete actual, o Sr. Conselheiro Sergio saberá desempenhar essa nova missão, como tem desempenhado todas as que lhe tem sido confiadas.

Membro de diversas sociedades sabias, nacionais e estrangeiras, condecorado com a mais alta mercê da ordem da Rosa, apresenta em diversas condecorações estrangeiras, o authentic testemunho dos seus serviços diplomáticos, e da consideração em que é tido pelos soberanos das nações perante as quais teve de representar o governo brasileiro.





Lith. Imp<sup>r</sup> de S. A. da Cunha Rio de Janeiro

MANOEL FFLIZARDO DE SOUZA E MELLO

*Manoel Felizardo de Souza e Mello*



# MANGEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO

CONSELHEIRO Manoel Felizardo de Souza e Mello nasceu a 8 de Dezembro de 1805 na freguezia do Campo Grande, município da corte.

Em casa de seus pais, o major Manoel Joaquim de Souza, natural da província de Minas-Geraes, e de D. Luzia Maria de Souza, nascida em Iguassú, estudou as primeiras letras e o latim.

Em Março de 1819 entrou no seminário de S. José, onde frequentou as aulas de philosophia, rhetorica, grego e de frances.

Em Junho de 1822 seguiu para Portugal, e nesse mesmo anno matriculou-se nos primeiros annos mathematico e philosophico, e lembrou o grão de bacharel formado em mathematicas em Junho de 1826, sendo reputado um dos mais distintos estudantes entre seus condiscípulos, e tendo obtido premios em todos os annos em que esta distincção era permitida aos alumnos mais applicados.

Em Fevereiro de 1826 foi despachado lente substituto da academia militar da corte, e, pouco depois, tenente graduado capitão do corpo de engenheiros.

Até 1832 foi incumbido pelo governo de algumas comissões importantes, como a de membro da comissão liquidadora do primeiro banco do Brasil, e do exame do pessoal do tesouro e de todas as outras repartições fiscais da corte, exame preciso para a reforma desses estabelecimentos, pois que antes se devia verificar quais dos empregados então existentes devião continuar no serviço.

Em fins de 1832 teve a comissão de organizar, na qualidade de inspector, a thesouraria provincial de S. Pedro do Sul, e conseguiu em dous annos e meio fazer duplicar a renda.

Retirado poucos dias antes da infeliz revolta que por dez annos assolou aquella província, voltou ao magisterio, e n'elle se conservou até fins de 1837, época em que foi nomeado presidente da província do Ceará.

Grande era então o exaltamento dos partidos politicos em todo o imperio, e o novo presidente sofreu pois da parte de um delles encarniçada guerra; e, se foi forçado a reagir para manter a ordem, conduziu-se sempre com tanta justiça, que, pouco tempo depois, os proprios adversarios o confessaram. Foi obrigado a refazer a polícia, a fazer algumas alterações na guarda nacional mas não demitiu um só empregado cujas funções não influissem na tranquil-

lidade publica: a um só empregado se quer não tirou o pão com que alimentava-se e a sua familia.

Removido em Fevereiro de 1839 para a presidencia da província do Maranhão, encontrou ali em campo a sedição que em Dezembro anterior se havia feito contra o seu antecessor.

Os recursos da província se achavão exhaustos. A unica força de que o presidente Camargo poderia dispôr, e havia mandado contra os sediciosos, tinha sido feita prisioneira, e o commandante esfolado vivo. Tudo foi então preciso crear para repressão da revolta. Da corte e das províncias, e com longa demora, apenas se enviára: da Bahia, um chamado batalhão, recrutado na véspera do embarque, levando o fardamento e armas encaixotados, e por officiaes muito poucos efectivos, e o resto novos cadetes arvorados em officiaes de comissão; de Pernambuco um outro batalhão de soldados novos, ou antes de recrutas que se achavão apenas com as primeiras lições; e do Ceará, uns 30 a 40 soldados. A corte, tendo sua attenção presa com a rebelião do Rio Grande do Sul, apenas pôde enviar para o Maranhão duas ou tres escunas de guerra; e o Pará os destroços de um batalhão que fôrão encher os hospitais militares. Com estes recursos, e creando na província corpos provisórios, conseguiu o presidente Souza e Mello ter em campo cerca de 5,000 praças, bater os revoltosos em diversas ações, e entregar a província a seu sucessor, depois de restaurada pela segunda e ultima vez a cidade de Caxias, de repellidos os desordeiros de todas as povoações, cursos de agua e estradas, e de fazel-los recolher ás matas. Apenas a sua força se animavão então os revoltosos a mostrarse na remota comarca de Pastos Bons.

A província não foi entregue mansa e pacifica ao Sr. marquez de Caxias successor do conselheiro Souza e Mello, mas a revolta que contou um exercito de mais de 15,000 homens estava vencida, e com os meios creados por este administrador. O ofício em que o conselheiro Souza e Mello da conta ao governo de haver entregue a presidencia expõe o estado em que deixava a província.

O emprego da força material muito produziu, e ações mortíferas tiverão lugar, tendo o presidente dirigido uma delas, a da tomada da villa de Icatu; mas o que maiores e mais beneficos resultados produziu foi o constante uso

dos meios brandos para com aquelles que se não achavão effectivamente em armas, e o bom tratamento aos que as depunhão.

Os partidos politicos estavão no ultimo grão de exaltação; um atribuia ao outro a origem da revolta e sua continuaçao: querião portanto aproveitar-se da occasião para saldar contas antigas. A imprensa de um desses partidos, os deputados da província á assembléa geral, o presidente da província de Piauhy, e seus numerosos amigos, mais ou menos abertamente acusavão o conselheiro Souza e Mello por não desenvolver energia contra os autores e fomeutadores da revolta. A tudo resistio o presidente: conbeeia perfeitamente que o concurso de todos os Maranhenses era necessário para debellar a revolta, e fazendo della desapparecer toda a cõr politica e de partidos, conseguio extremal-a da parte sâa da província, deixando-a sómente com a mais vil plebe, que se entregava a todas as orgias de sangue e devassidão, e por isso mais facil foi vencê-la.

Não se limitou o presidente á província do Maranhão; grande parte da de Piauhy, intereceptada da capital, e não podendo receber ordens e auxilios de Oeiras, teve o conselheiro Souza e Mello de encarregar-se de sua administração e de libertal-a dos desordeiros.

Força numerosa ali concentrou, e por medidas promptas e energicas salvou a villa da Parnahyba que estava prestes a ser saqueada.

Dispensado da presidencia do Maranhão, foi promovido ao posto de major pelos serviços relevantes feitos na província; e tres meses depois seguiu como presidente para a província das Alagoas, que agitada se achava ainda pela ultima sedição contra o presidente Agostinho da Silva Neves, e subsequente mudança da capital para a cidade de Maceió.

Sem a menor oposição administrou a província por dous annos e meio, e a deixou tranquilla. Neste intervallo por duas vezes foi eleito deputado em primeiro lugar, e com grande diferença de votos em relação aos que seus collegas obtiverão.

Em fins de 1843 foi nomeado presidente da província de S. Paulo, donde voltando a assistir á sessão legislativa de 1844, e tendo sido dissolvida a camara dos deputados, regressou para a escola militar a exercer o magisterio, exercicio em que se conservou até Março de 1848, época em que na qualidade de ministro da marinha e interino da guerra, ao principio, e depois na de ministro da guerra, fez parte do ministerio de que foi presidente o Exm. visconde de Macané.

Dissolvido o ministerio ocupou-se no magisterio e na assembléa provincial do Rio de Janeiro, da qual foi eleito presidente, e de novo subiu em 29 de Setembro do mesmo anno ao ministerio, ocupando efectivamente a pasta da marinha e interinamente a da guerra. Em fins de 1849 passou-se efectivamente para o ministerio da guerra em que permaneceu até Setembro de 1853.

No seu longo ministerio se fez com rapidez a pacificação de Pernambuco, e se obteve n gloria de duas grandes victorias: a primeira incruenta, a da dissolução do exercito de Oribe, que ha dez annos sitiava a cidade de Montevidéo, e dominava toda a republica Cisplatina; a segunda conseguida com pequena perda de sangue brasileiro, mas com dispêndio de muita coragem e habilidade dos nossos bravos.

A' rapidez do movimento das tropas, e ao completo fornecimento de tudo quanto era necessário para um exercito em campanha, se devêrão em não pequeno numero os bons resultados acima apontados.

O recrutamento do exercito, a promoção dos officiaes, e melhoramentos razoaveis de vencimentos a estes e aos inferiores, a disciplina do exercito e sua administração, forão attendidos por diversos actos administrativos ou legislativos, indicados ou promovidos pelo conselheiro Souza e Mello.

No 1º de Outubro de 1848 foi eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e escolhido em Dezembro do mesmo anno.

Nomeado presidente da província de Pernambuco em Outubro de 1858, tomou posse da presidencia a 6 de Dezembro, e a entregou ao Sr. conselheiro J. A. Saraiva em fins de Janeiro do corrente, por ser chamado ao ministerio da guerra, no qual entrou em exercicio a 12 do seguinte mez.

Em dous meses incompletos de administração em Pernambuco pouco poderia ter feito em beneficio da província; mas conseguiu durante este curto periodo inspirar confiança a todas as parcialidades, ser pelos chefes dellas acompanhado até o embarque, e deixar gratas recordações.

Entre diversas commissões que tem desempenhado nota-se a de comandante geral da freguezia de S. José nos lustrosos dias de 1831 e principios de 1832, em que a cidade do Rio de Janeiro era constantemente insultada por desordenados movimentos revolucionarios. Com a guarda municipal de sua freguezia cooperou activamente para a manutenção da ordem, não embaraçando-lhe este serviço de comparecer muitas vezes á frente da 2º companhia do batalhão de officiaes soldados, da qual foi eleito 1º comandante.

Desde o principio de sua carreira politica sustentou sempre os principios da ordem, e nas camaras legislativas jámais se afastou de tais principios, conciliando-os sempre com a bem entendida liberdade.

Nomeado em Janeiro de 1854 director geral das terras publicas, contribuiu para a organização dos diversos regulamentos para a execução da lei de 18 de Setembro de 1850, montou a repartição, e a tem dirigido desde aquella época.

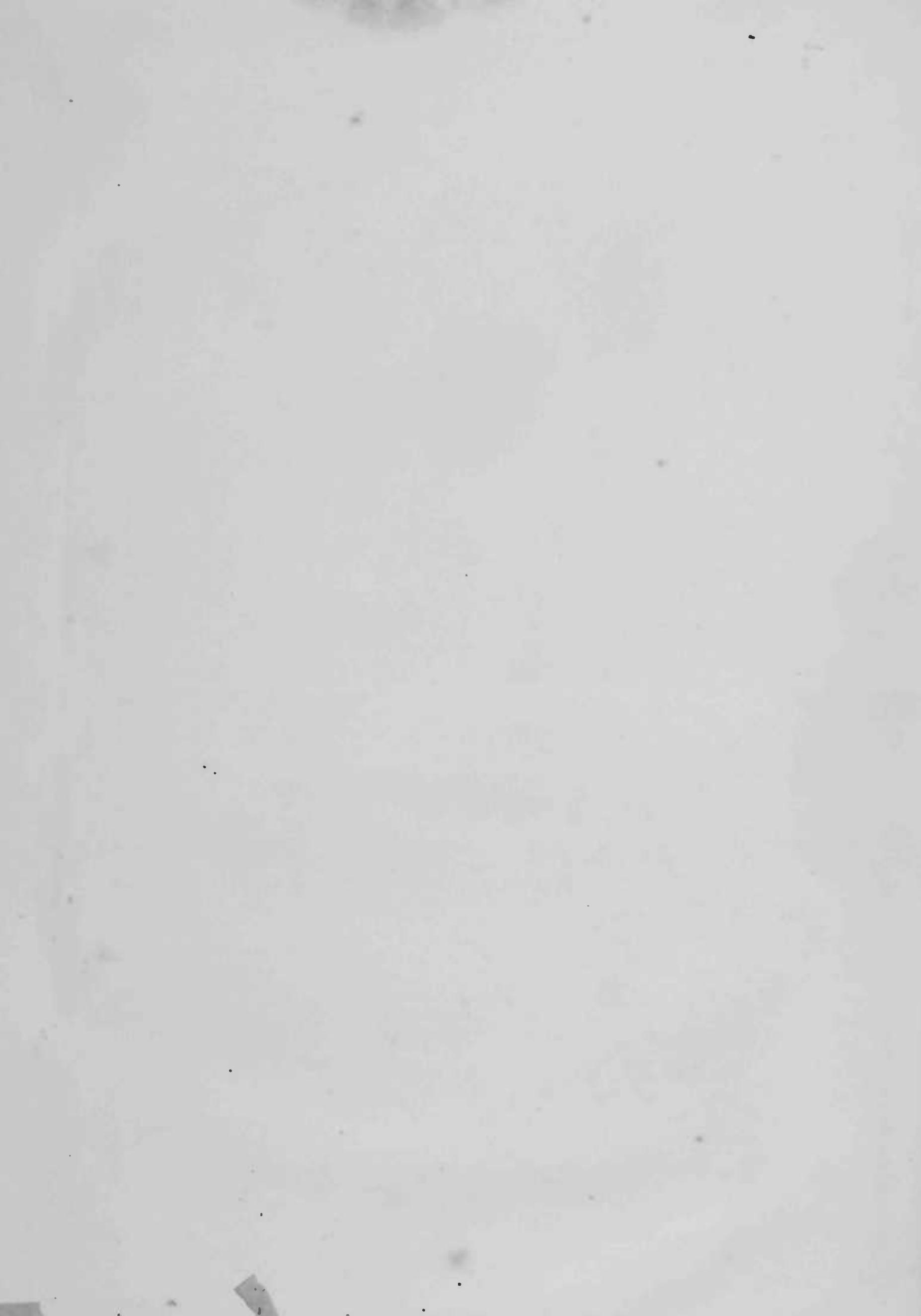
Por decreto de 2 de Dezembro de 1857 foi promovido a brigadeiro graduado; por occasião da coroação teve a eomenda da ordem de Christo, e de Portugal a grã-cruz da mesma ordem pelos serviços prestados à marinha portugueza no desbarramento da não *Vasco da Gama*, etc., etc.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Rua da Assembleia 67

José Thomaz Nabuco 1859



# JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAUJO

ILHO legítimo do senador José Thomaz Nabuco de Araujo, que, no primeiro reinado e durante a minoridade, foi presidente de diversas províncias, e de sua mulher D. Maria Barbara Ferreira Nabuco, o conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo nasceu na cidade da Bahia em 14 de Agosto de 1813.

Logo nas aulas menores mostrou que seria digno da ilustração da família a que pertencia, e a quem o paiz já devia cidadãos illustres na magistratura e na jurisprudencia.

Dotado de atilamento, e de perseverante applicação, ainda menino, já se occupava com assuntos serios, especialmente com as questões políticas, que aliás nesse tempo de patriotismo e de dedicação constituição como a atmosphera em que vivia o Brasileiro.

Quando no anno de 1831 foi matricular-se no curso jurídico de Olinda, o jovem Nabuco era um dos mais distinatos desses jovens em quem descausavão as esperanças da patria.

Político como que desde o berço, discutidor, infatigável no trabalho, se, estodante, sustentava nas aulas logar de honra entre os seus companheiros, não podia contentar-se com os estudos delas para dar alimento á actividade do seu espírito, nem faltar á sua vocação que o chamava a ocupar-se dos publicos negócios; e pois tomou parte em todas as associações patrióticas dessa época de agitação, e para vulgarizar as suas convicções empregou logo a pena de jornalista.

Sem embargo da sua mocidade, solicitavão a sua coadjuvação, aceitavão os seus conselhos, attendião a sua palavra os homens mais notáveis que nessa época dirigiam a opinião pública, e refrejavão os desmandos revolucionários.

O *Echo de Olinda*, montado em 1831 em colaboração com os Srs. Ferraz e Cansanção, então igualmente estudantes, o *Velho* de 1817, fundado em 1833, o *Aristarcho* que existiu de 1834 a 1836 foram os ensaios do estudante que, ao depois, no periodo tão importante de 1844 a 1849 devia, no *Lidador* e na *União*, apresentar-se um dos mais prestimosos atletas da grande causa da unidade brasileira, e das instituições que nos garantem a liberdade e a ordem.

Formado em 1º de Dezembro de 1835, foi alguns meses depois despachado promotor público da cidade do Recife, e nesse emprego se conservou até Janeiro de 1841. Foi então nomeado juiz de direito da comarca de Pão do Alho na mesma província de Pernambuco.

Enquanto promotor público, aplicou-se com a devida atenção e seriedade aos graves estudos de assunto tão arido como a jurisprudencia, e a par dos conhecimentos especiais, que desde então alcançou, e que tão raros são na época da levianidade e do improviso em que vivemos, adquiriu os hábitos da reflexão, madureza e estudo que ainda hoje o recommenda.

Podemos considerar essa época como a de seu tirocinio: tirocinio de eloquência, nas sociedades populares em que sua palavra incansável sustentou os seus principios constitucionais, e no jury em defesa da sociedade contra o crime; tirocinio de publicista e de político, quer naquellas associações, quer na constante redacção de jornais, em épocas tão diversas das de hoje, em épocas em que a luta animada como que punha em questão cada dia, cada hora a existência das instituições nacionais; tirocinio de meditação e de estudo na arida ciência do direito positivo.

Assim preparado antes de chegar aos 30 annos de idade, os votos da província em que residia chamáram-o ao parlamento: nelle teve assento nessa deputação pernambucana que então era tão rica de talentos e de notabilidades, na sessão de 1843, e nunca mais cessou de fazer parte dela, senão quando o partido que lhe era infenso comprimiu o voto popular de modo a excluir todos os que não pertenciam às suas chapas.

Na assembléa provincial pernambucana de que por vezes tinha feito parte havia se adextrado para aparecer em maior teatro.

Antes de o vermos nesse novo teatro, acompanhamo-lo um pouco na sua carreira de Magistrado.

Da comarca do Pão do Alho foi, em 1842, removido para a do Recife; no exercício das funções judiciais em comarca tão importante pôde mostrar o que a natureza e o estudo o haviam feito. Grangeou logo com a consideração e a estima pública os fóruns de abalizado magistrado, a ponto tal que, quando em 1847 a reação política, então desencadeada por um partido que, senhor do poder, não admittia em posições officiaes a quem quer que o não servisse, o removem para a comarca do Assú, houve um clamor geral de indignação, ecoado por toda a imprensa do paiz, e os cidadãos mais grados do Recife, sem distinção de opiniões ou de parcialidades políticas, derão solenmes testemunhos da mágoa que lhes causava a prepotência que os privava de juiz tão recto e tão ilustrado.

Assim o golpe com que o ódio implacável dos seus adversários o queria castigar, achou-se frustrado; foi ocasião para o juiz removido dessa solemne com-

pensação, e ainda mais o servio abrindo-lhe a carreira da advocacia. Em vez de resignar-se ao ilegredo a que era condenado, o jurisconsulto abriu banca de advogado; ali o acompanharia o conceito, as sympathias que tinha sabido atraír, e quando não poder mais regular o restituto em 1849 à sua comarca do Recife, foi para o illustre advogado um verdadeiro sacrificio aceitar a nomeação. Esse sacrificio porém elle o fez, porque as circunstâncias eram graves: Pernambuco tinha visto uma nova revolta, felizmente a ultima que tem ensanguentado o paiz; processos ibam ser instaurados nos compromettidos nessa revolta, o jury do Recife ia julga-los: era pois indispensável que o magistrado que lhe tivesse de presidir, não deixasse que as paixões políticas, os resentimentos e odios se substituíssem á justiça. Nabuco de Araujo comprehenderia que havia uma missão importante para o juiz de direito do Recife, aceitou-a, encarregou-a. Os processos políticos foram então levados a bom exito sem querer da lei e da justiça.

A vida política então completamente o distraiu da carreira de magistrado; restituído á tribuna em 1850, nunca mais pôde voltar á sua comarca, e em 1857 conseguiu a sua aposentadoria de juiz de direito com as honras de desembargador.

As convicções que o conselheiro Nabuco tem por diversas vezes manifestado na tribuna, e que cada vez se curaço mais no seu espírito com os factos que tem presenciado, acerca da incompatibilidade das funções de magistrado com as funções políticas, especialmente as de natureza electiva, determinarão-o naquela solicitação, quando ás nobres inspirações do seu talento, á sua patriotica ambição de servir ao paiz, oferecia a carreira de político melhor e mais vasto campo do que a do magistrado.

Membro distinto das maiorias ordeiras, o conselheiro Nabuco fez-se logo reconhecer como um homem de futuro pelo seu talento de tribuna, pelos seus trabalhos de comissões e de gabinete.

Por amor delles viu-se, no ministerio do Sr. Queiroz Continho, nomeado membro da comissão que teve de organizar os regulamentos necessários á execução do código do comércio; e foi autor do importante regulamento das correições.

Entrando enfim na alta administração, foi em 1851 presidir á província de S. Paulo. Essa província, umas das que mais agitadas temos tido pelas paixões políticas, importante pelas notabilidades que ali capitaneiam os partidos, era incontestavelmente uma das em que se exigem talentos de mais subida plana. O habil administrador aveio-se de modo a neutralizar as paixões, a fazer arrefecer as lutas, a acalmar o antagonismo dos interesses, e teve a fortuna de conciliar-se amizades distintas de ambas as parcialidades, que ainda se lhe conservam devotadas.

Os tempos porém não fazendo sua obra: longe estavam os dias de lutas, os partidos antigos começavam a deixar as suas bandeiras. Nessas circunstâncias o Sr. Carneiro Leão é encarregado de organizar um gabinete, a palavra em que se encerrava o programa da desse gabinete tinha de ser: *conciliação*; um notável discurso do deputado de Pernambuco, no começo dessa sessão legislativa, o seu procedimento na camara, a sua presidencia de S. Paulo, tudo o apresentava ao organizador do gabinete como quem melhor poderia coaljuva-lo na pasta da justiça.

Nesse longo ministerio, que durou de 1853 até 1857, e que é um dos que mais fortes vestígios tem de deixar na nossa história, coube ao conselheiro Nabuco de Araujo papel importante. Os serviços que então prestou, querem dar regularidade á administração da justiça, os seus grandes trabalhos sobre a reforma da nossa organização policial e criminal, e seu projecto para introduzir a luz no caos de nossa legislação hypothecária, e assim tornar possível o crédito terri-

torial, estão na lembrança de todos, e embora não sejam leis do paiz, constituem o mais bello florão de gloria do ministro que comprehende os deveres do seu cargo.

A morte do presidente do conselho determinou a dissolução desse ministerio: se as circunstâncias politicas da proximidade de uma eleição sob o regimen de uma nova lei, impunha aos companheiros do Marquez de Paraná o dever de continuar no poder, considerações politicas de igual peso determinavam-lhes que se retirassem na presença da nova camara: o conselheiro Nabuco o comprehendera e solicitou a sua demissão.

Nesse ministerio, o conselheiro Nabuco mostrou-se um dos mais sinceros e de votados propugnadores da conciliação; na tribuna a defendeu por vezes, a explicou com o seu talento de habil doutrinário, nouas suas grandes exposições de idéas geraes; na prática não fazendo selecção de pessoas pelas simples recomendações do passado, mas sómente atendendo ao merecimento de cada um, mostrou-se o que havia anunciado que seria já na presidência de Pernambuco, já nos seus discursos na sessão de 1853, especialmente quando procurou sustentar a validade do diploma com que então se apresentava como deputado pelo Pará o Sr. Souza Franco.

Depois desse ministerio tão proeminente se tornou o conselheiro Nabuco que na nova organisação ministerial que foi encarregado o Sr. Visconde de Abacaté em 12 de Dezembro do anno passado, não podia deixar de ser contemplado. Teado recentemente da coroa a graça da escolha para senador em uma lista em que só lhe cabia o terceiro lugar, o conselheiro Nabuco entendeu que não podia recusar-se ao convite. Embora disso sacrificasse grandes interesses, aceitou o posto... não o pôde porém sustentar; recusou, dizem-nos pessoas bem informadas, que não se poderia dar entre elle e alguns dos seus colegas a necessaria solidariedade; retirou-se pois em 19 de Março deste anno.

Ao sahir do ministerio em 1857 o conselheiro Nabuco aliston-se entre os advogados do fóro iluminense, onde foi acolhido como devia ser um jurisconsulto tão abalizado; agora que de novo se acha fora do poder, voltará á sua banca de advogado: ainda ali prestará bons serviços á administração da justiça.

Do carácter nobre e desinteressado do habil jurisconsulto ha uma prova rarissima nos nossos dias.

É de prática que as vagas senatorias que aparecem quando no poder estão ministros com a idade d' 40 annos, pertençam a esses ministros. Ainda livre de influencia indebita, a eleição sempre se accommoda em pró do cidadão cujo merecimento está sobressaindo em uma pasta. Nabuco de Araujo tinha ambição mais nobre: desprezando essa prática, no seu longo ministerio da justiça viu sucederem-se sete vagas de senador por províncias onde tinha elle algum título pessoal com que apadrinhasse a sua candidatura; foram essas vagas 2 por S. Paulo, 2 pela Bahia, 1 pelo Pará, 1 por Pernambuco e 1 pelas Alagoas: o ministro Nabuco não foi candidato. Reservava-se para pleitear a sua candidatura no dia em que não fosse mais ministro, no dia pois em que não pudesse ser exprestando a interferencia oficial. Esse dia chegou enfim: a província do seu nascimento apresentou-o á coroa em 1858, e a coroa o escolheu.

Eis em breve transumpto a vida pública do conselheiro Nabuco; da sua vida particular apenas nos cabe aqui mencionar o seu consorcio, logo no começo da sua carreira, em Março de 1840, com a Sra. D. Anna Benigna Barreto Nabuco, filha legítima do tenente-coronel Antonio de Sá Barreto, e D. Anna Felicidade Barreto, irmã germana do Marquez do Recife, descendente em linha recta e legítima dos morgados do Cabo de Santo Agostinho.



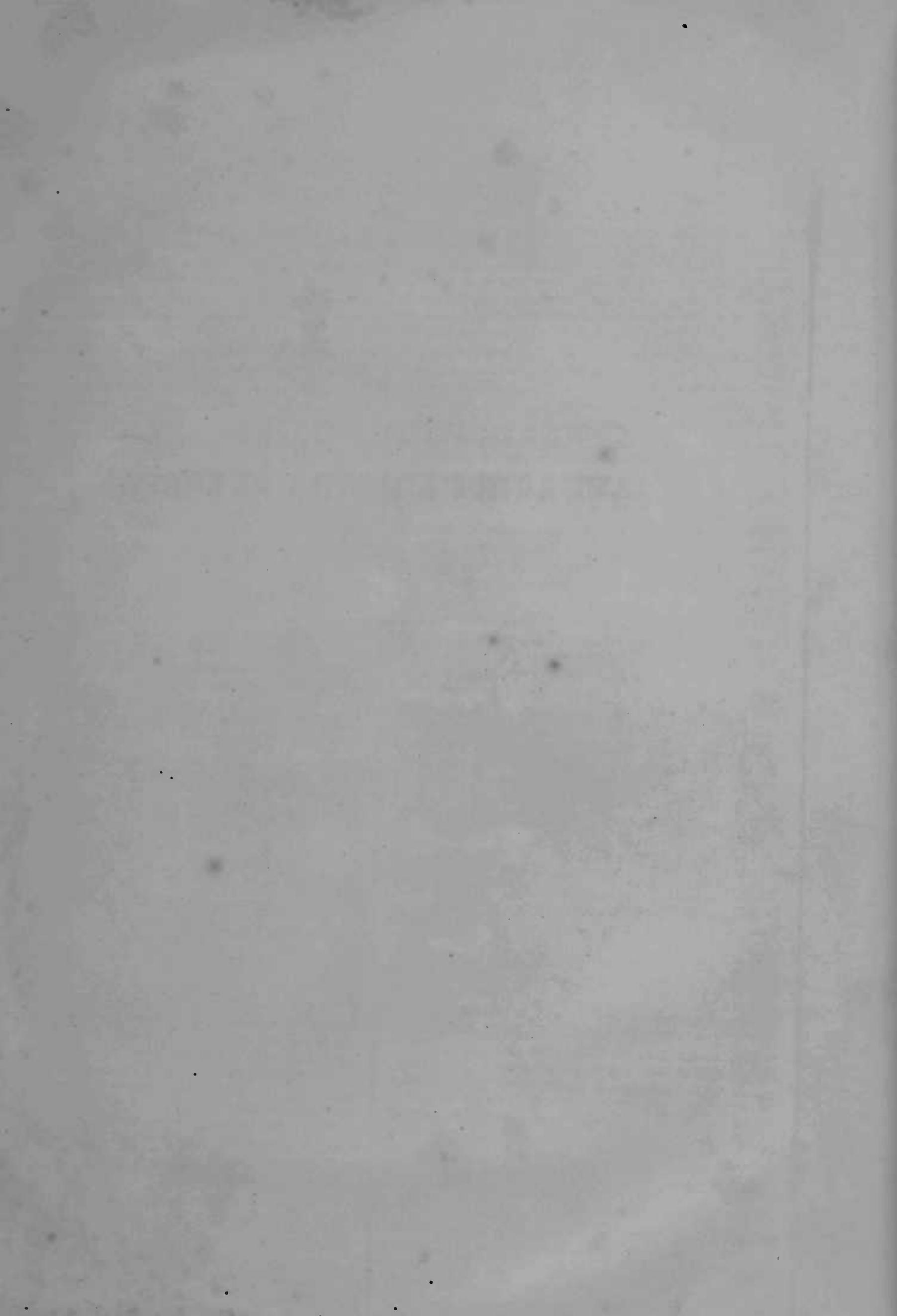
OS CONTEMPORANEOS



Lith. A. Pissin. Rua da Assembleia N° 97 R. de Urz.

CONDE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA.

C. Barbosa



# JANUARIO DA CUNHA BARBOSA

ANUARIO DA CUNHA BARBOSA nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 10 de Julho de 1780. Forão seus pais Leonardo José da Cunha Barbosa e Bernarda Maria de Jesus, aquelle natural de Lisboa, esta do Rio de Janeiro. Perdendo sua mãe quando apenas contava nove anos, e pouco tempo depois seu pai, fieou a sua educação, assim como a de seus irmãos ainda mais moços do que elle, a cargo de um tio paterno, que o sustentou nos estudos preparatórios ao estado eclesiástico, que elle abraçára no anno de 1801 pela ordem de subdiacono, entrando no sacerdócio em 1803 logo que completou a idade para isso requerida. Em 1804 fez duas viagens a Lisboa, e voltando em Junho de 1805 entregou-se ao ministerio do pulpito, em que adquiriu credito.

Estabelecendo-se a capella real no Rio de Janeiro, no anno de 1808, teve Januario da Cunha Barbosa carta de pregador regio. Desvelou-se no desempenho deste encargo, do qual colheu o habito de Christo, os aplausos dos cortezões e a estima de seus patrícios. Em Setembro desse mesmo anno foi Januario admittido a substituir a cadeira de philosophia racional e moral, habilitando-se para isso na mesa do desembargo do Paço, e começou também em Janeiro seguinte a servir o lugar de pro-commissário da ordem terceira dos *Minimos*. Em Desembro de 1814 teve a propriedade da cadeira, vaga por jubilação de seu proprietário.

Em 1821 o grito de liberdade soltado em Portugal achou écho no coração de Januario da Cunha Barbosa, que, como visse desenvolverem-se os destinos do Brasil a esse brado, que retumbou promptamente em todas as suas províncias, quiz logo, associado a um amigo e collega em seus estudos, Joaquim Gonçalves Ledo, concorrer com um contingente necessário em tal encontro. O *Reverbero Constitucional Fluminense*, periódico semanal, apareceu pela primeira vez em 15 de Setembro desse anno, encaminhou os Brasileiros à independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados comprometimentos das cortes de Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquela época, dispondo os animos para a emancipação do Brasil, proclamada em Setembro de 1822, mas começada verdadeiramente em Maio pela representação redigida pelos dous redactores do *Reverbero*, lembrada pelo então presidente da camara municipal José Clemente Pereira, e dissidente por estes e mais dous patrícios, José Mariano de Azevedo e José Joaquim da Rocha, que assim lançarão a pedra angular no alicerce da Independência do Brasil.

Quando em Setembro desse anno os negócios do paiz chegavão ao ponto de seu maior desenvolvimento, Januario da Cunha Barbosa marchou à província de Minas-Geraes para coadjuvar os Mineiros na aclamação do Príncipe então escolhido para reger os destinos da nação. Apesar de que os sentimentos de quasi todos os Mineiros estivessem accordes para este acto, contudo a presença de um fidalgo português, que ali governava com algum partido, fez necessaria a sua ida á capital de Minas. D. Manoel da Câmara nem se pôde oppôr ao acto da aclamação que havia poucos dias antes desaprovado nem se demorou ali depois desse acto, que fôra celebrado na melhor ordem e com entusiasmo impossível de descrever-se. Januario da Cunha Barbosa tratou então em Villa Rica, Mariana, Caeté e Sabará, de temperar algumas paixões irritadas pelos acontecimentos anteriores; trabalhou por si e por seus amigos em ordem a fazer chegar ao centro da opinião nacional os que erradamente divergião, ou que achavão graves embarracos na indignação dos escandalizados por seus primeiros actos; e conseguiu gloriosamente fazer muitas reconciliações. Mas quando Januario da Cunha Barbosa acabava a inteira conversão dos dissidentes, um mez depois da aclamação do Imperador constitucional na capital de Minas, em que tivera não pequena parte, elle foi preso em seu regresso ao Rio de Janeiro, recolhido à fortaleza de Santa Cruz em 7 de Dezembro, no mesmo instante da sua chegada á corte, e no dia 19 posto a bordo de um bergantim francês, e deportado para o Havre, seu processo, sem se attender a um só de seus requerimentos, e seu subsidio para manter-se em terra estrangeira!

Muitos outros companheiros de desgraça, e de tão inqualificável deportação, teve Jauario da Cunha Barbosa. Julgado improcedente o processo contra todos elles, e na ausencia de todos instaurado, teve elle bem depressa em Paris as provas de que sua inocência havia plenamente triumphado, sendo-lhe restituída a liberdade de voltar ao seu paiz.

Em 1823, deixando a capital da França, dirigio-se ao Havre, donde regressou ao Imperio, chegando ao Rio de Janeiro em Dezembro do mesmo anno. O exílio só serviu para fazer avultar a consideração de que por todos os seus actos e serviços feitos à patria se tornaria tão credor. Todo o tempo de sua imprecisa deportação foi pelo illustre Brasileiro aproveitado em ilustrar a sua intelligencia, habilitando-a com os fructos da experientia e a lição dos homens para melhor servir ao seu paiz, cuja prosperidade constituía o constante objecto de sua solicitude e anhelo.

Não era possível que os acrysolados serviços, tão desinteressadamente prestados à patria e ao Imperio por Januario da Cunha Barbosa, ficassem eternamente deslembados na consciéncia publica e nos archivos da administração suprema.

Restituindo á patria, foi o digno Fluminense recebido pelo Sr. D. Pedro I com todos os signaes de benevolencia, sendo logo em seguida honrado com o officialato do Cruzeiro em Abril de 1824, e com o lugar de conego da capella imperial em Setembro do mesmo anno.

Tão significativos actos de distincão da parte do Monarca foram por parte dos povos correspondidos por demonstrações não menos nobres e honrosas. Os Mineiros, recordando os preciosos serviços que lhes prestara o conego Januario, e os Fluminenses disputando-lhes a gloria de os retribuir, conjuntamente elevarão o conego Januario ao alto cargo de representante da nação na primeira legislatura, que teve lugar em Maio de 1826, na qual, em respeito á lei, tomou parte pela província do Rio, por ser a do seu nascimento.

Concluidos os trabalhos do quatrienio, o governo, querendo aproveitar as luzes e reconhecida aptidão do conego Januario, o encarregou, não só da direcção da typographia nacional, como tambem da redacção do *Diario do Governo*.

Como era natural, não poderia deixar o conego Januario nessa sua nova posição de incorrer no desagrado daquelles que, por qualquer modo, hostilissem os actos da administração a cuja defesa se prestava. Não ha ministerio que não tenha adeptos e detractores. Desta origem procedeu o resfriamento das afseções de alguns de seus amigos e admiradores, sem que jamais lhe pudessem fazer carga de ser menos extremoso defensor dos verdadeiros sentimentos liberaes que professava, ou de olhar com menos horror para quanto podia alimentar a anarchia ou a revolução.

Por essas vicissitudes, tão naturaes no regimen da politica adoptada, faieliante se explica a dispensa do conego Januario da redacção da folha oficial, em Abril de 1831, bem como tambem a sua reintegração logo em Junho do mesmo anno, sob a administração da regencia permanente, que soube fazer justiça aos sentimentos e à illustração de um cidadão tão distinto. Novas provas de consideração do governo ainda se observão em suas nomeações de examinador synodal, de chronista do Imperio, e de director da biblioteca nacional.

Nos últimos annos de sua existencia não se descuidava um só momento o conego Januario de dedicar-se com o mais desvelado zelo ao serviço do seu paiz. As letras receberão de sua cultura e constantes estudos os maiores impulsos.

O periodico *Auxiliador da Industria Nacional*, o Instituto Historico e Geographic do Brasil, a *Revista Trimensal* do mesmo Instituto, o poema *Nictheroy*, a colecção das poesias mais estimadas dos poetas brasileiros, com a vida de alguns delles, lhes devem a sua existencia. Se se juntarem a esses titulos de gloria os serviços prestados ao ensino da philosophia por espaço de vinte e sete annos, que lhe valerão por sim a sua jubilação, e os aturados trabalhos de uma activa correspondencia entretida com as principaes sociedades litterarias da Europa e da America do Norte, atinar-se-ha com a razão por que em seus ultimos annos tantas provas de distincão publica, nacional e estrangeira, procuravão como que á porfia honrar o benemerito litterato.

A tão distintos incentivos deveu o conego Januario o ser secretario perpetuo das duas mais uteis sociedades da capital do Imperio, como sejam a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Historico, o ser membro do Conservatorio Dramatico, correspondente de quatorze associações litterarias estrangeiras. As commendas do Cruzeiro e de Christo foram unidas ás da Rosa, da Conceição de Villa Viçosa em Portugal, e de Franciseo I em Nápoles.

Ainda no ultimo quartel de sua vida, e quando os Fluminenses o havião novamente elevado ao lugar de deputado á assembléa geral legislativa, sens anigos o virão dedicar-se com a solicitude que tanto o distinguia ao estudo da reforma da instrucção publica.

Orador sagrado, seus ennumeros sermones e orações de graças attestão a sua profunda erudição, colhida nas melhores obras da litteratura religiosa, publicadas nas linguas latina, portugueza, hespanhola e francesa. Seus proprios desafectos nunca deixarão de admirar o talento e a superioridade com que nessa qualidade honrava as letras e a patria.

Escriptor publico, era dotado de rara fecundidade, de recursos variadissimos e de um estylo lucido, algumas vezes caloroso, sempre insinuante, agradavel e interessante. Era um dos principaes de sua época, digno companheiro dos Cayrus e Ferreiras da Veiga.

Professor de philosophia, por mais de um quarto de seculo, instruia a multidez nos sãos principios da sciencia, extremando-os dos abusos e inconvenientes excessos. Innumeros cidadãos, que por mais de um titulo hoje realçao nas cadeiras dos legisladores da patria, entre a illustrada classe medica, na honrosa profissão das armas, e em outras não menos dignas posições, attestão os serviços importantes e verdadeiramente reaes com que procurava o conego Januario desenvolver e illustrar a intelligencia publica.

Poeta, diferentes escriptos seus o collocão na ordem dos primeiros epicos, satyricos e epigrammaticos da sua época.

Jornalista, foi um dos mais conspicuos collaboradores do tempo, e devendo-se, como acha se dito, á força de seus escriptos, cheios de energia, cabedal e independencia, as causas productoras dos principaes successos do paiz.

O conego Januario arrebatava no pulpito pela sua presença nobre, por sua larga fronte, seu olhar vivo e brilhante, seus gestos regulares, sua voz accentuada e sonora.

Em sua organisação sanguinea, movel e susceptivel, achava-se como que incarnado o espirito do jornalismo.

Era constante e aturado no trabalho, incansavel em produzir, inexaurivel no improvisar. Seus trabalhos apenas se affrouxarão quando, na idade de sessenta e dous annos, uma paralysia lhe veio suspender a acção da mão direita.

A morte o arrebatou na idade de sessenta e seis annos e meio, aos 22 de Fevereiro de 1846, assistindo-lhe aos seus derradeiros instantes os seus melhores amigos.

O paiz deplorou a perda do homem distinto, que por mais de um titulo se havia ilustrado e o havia honrado.

O conego Januario da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratidão dos homens e as atormentas politicas tanto o não houvessem contrariado.

CONTEMPORANEO



MARQUEZ DE PARANAHUÁ

*Marquez de Paranaguá*



# MARQUEZ DE PARANAGUÁ

FANCISCO VILLELA BARBOSA, natural da província do Rio de Janeiro, filho de Francisco Villela Barbosa, tendo terminado os estudos preparatórios seguiu para Portugal, a estudar matemáticas na universidade de Coimbra. Depois de formado nessa faculdade, assentou praça na armada nacional, no posto de 2º tenente, em 1797, na idade de 25 anos, onde prestou bons serviços, principalmente no cerco da praça de Tunis, e na tomada dos piratas Argelinos no Mediterrâneo.

De volta a Lisboa foi nomeado lente da Real Academia de Marinha, por proposta da congregação dos lentes da universidade de Coimbra, segundo a lei; passando para o real corpo de engenheiros, em Agosto de 1802, no posto de 1º tenente, sendo em Dezembro do mesmo anno promovido a capitão, e a major em Julho de 1810.

Sendo já membro da sociedade Real Marítima, Militar, e Geographica de Lisboa, foi eleito socio da Academia Real das Ciências, na classe das ciências exatas, em Dezembro de 1814, sendo em 1818 eleito vice-secretário, com exercício de secretário, que serviu até demitir-se, em 1823.

Além dos trabalhos acadêmicos, F. V. Barbosa procurou dotar as ciências com alguns de seus escritos.

Escreveu para a Real Academia *Elementos de Geometria*, com um tratado de geometria spherica, 1 vol. em 8º, do qual a academia tem feito quatro edições, já extintas. O 6º tomo, part. 1ª das Memorias, e história da Academia Real das Ciências de Lisboa, traz *A Primavera*, sublime cantata, feita por V. Barbosa. Assim como o tomo 8º das mesmas Memorias contém os discursos recitados pelo vice-secretário V. Barbosa na sessão pública da academia, a 24 de Junho de 1821, e no paço de Queluz a el-rei o Sr. D. João VI, em 9 de Julho do mesmo anno, por ocasião da sua chegada a Lisboa.

A mudança de sistema de governo facilitou aos Fluminenses a ocasião de distinguirem ao seu compatriota, que em Portugal tantas provas dava de seu talento; F. V. Barbosa foi eleito deputado às cortes constituintes, pela sua província natal.

Porém apenas os deputados portugueses justificaram a Independência do Brasil com a sua conduta imprudente e provocadora, V. Barbosa provou que tinha um coração brasileiro; que o amor da pátria que nesse palpitava, não tolerava a menor idéa de opressão para o Brasil; e unido à phalange dos Andrade, dos Linhos Continhos, e de todos os outros Brasileiros, reconhecerão que as vistos do congresso eram hostis ao Brasil; que o Brasil, que principiaria a ser livre em 1808, não podia mais voltar às cadeias coloniais; e com elas assignou, a 18 de Setembro de 1822, a declaração proposta pelo digno Paulista Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, de que não juraria a Constituição, porque na sua discussão haviam votado contra ella; e também porque entenderam ter cessado os seus poderes; pedindo V. Barbosa em sessão do congresso, a urgência para a discussão dessa declaração.

Porém apresentando a comissão de Constituição do Congresso o famoso projeto de decreto, que não só cassava os poderes delegados ao princípio real no Brasil, como annullava seus actos, e lhe marcava o prazo de quatro meses para voltar a Portugal, prazo, que na discussão foi reduzido a um mês, depois da intimação; ordenando a el-rei, que no caso de recusa do princípio, fosse elle desautorado! e constando em Portugal, o decreto do princípio real o Sr. D. Pedro, para a convocação das cortes constituintes no Brasil, F. V. Barbosa, depois de declarar ao Congresso Português, que voava ao Brasil, para tomar parte na sua Independência, atravessando, se possível fosse, o oceano com a sua espada na boca, requereu ao governo português a demissão de todos os seus empregos e postos; o que só lhe foi

concedido por decreto de 17 de Maio de 1823, quando regressou para o Brasil.

Sem nos fazermos cargo de historiar os dias da nossa Constituinte, diremos, como e como imparcial, como Brasileiro desinteressado, que tem acompanhado todos os partidos políticos desde 1822, sem nunca haver a elles pertencido, que não tardou em mostrar a Constituinte que não havia compreendido a sua alta missão; a Constituinte, cujos membros haviam sido feitos pela única eleição geral, que o Brasil tem tido, desde a sua emancipação!

No seio da Constituinte manifestou-se um grupo, que cavidava da demagogia, parecia querer lutar com o poder. Essa luta era, sem dúvida, finesta ao paiz; a existência da Constituinte era pois um mal!

Ao chefe do Estado foi indicado o correctivo; porém generoso como era, a ponto de ser tolerante, entendeu que o remedio era violento; e então procurou em ocasião opportuna, com palavras sinceras, como amigo fãtico do Brasil, que elle emancipára! neutralizar as idéas, que pareciam exageradas, de um dos membros mais proeminentes desse grupo; mas a decepção foi completa! a resposta dessa capacidade foi andar, chegou a parecer insultuosa! E foi então, que o Imperador o Sr. D. Pedro I, sciente dessa opinião, e recebendo aviso de um dos caracteres mais distintos da Assemblea Constituinte, em saber e moderação, de que, se o remedio fosse demorado, produziria o efeito inverso, resolveu dissolvê-la, com o decreto de 12 de Novembro de 1823. F. Villela Barbosa, recém-chegado de Portugal, defensor corajoso da monarquia, e da liberdade legal, não desejava ver reproduzidas no seu paiz as scenas da constituinte francesa de 1789 e 90: aceitando a responsabilidade moral do acto da dissolução, com ella aceitou no dia 10 desse mesmo mês a nomeação de ministro e secretário de estado dos negócios do imperio; passando para ministro da guerra a 14, e a 17 para ministro da marinha, cujo ministerio serviu até 16 de Janeiro de 1827, data em que talvez a firmeza de seu caráter o fez solicitar e obter a sua demissão; tendo sido durante esse espaço novamente ministro da guerra, de 26 de Julho de 1824 a 3 de Agosto do mesmo anno; e dos negócios estrangeiros, de 4 de Agosto de 1825 a 21 de Novembro desse anno.

Novamente ministro da marinha, a 4 de Dezembro de 1829, deixou essa pasta a 19 de Março de 1831, tendo estado também com a pasta de estrangeiros desde 29 de Setembro a 9 de Outubro de 1830.

Deixou, dissemos nós, a pasta da marinha a 19 de Março de 1831, porque tendo-se violentemente manifestado o partido revolucionário, pretextava, para as suas iras, a existência do ministerio Paranaguá (F. Villela Barbosa havia sido nomeado por seus bons serviços, Visconde de Paranaguá, e depois Marquez).

Sem dúvida, o Marquez de Paranaguá não transigia com revolucionários, e portanto era elle um obstáculo para seus fins!... O Marquez de Paranaguá deixou pois o poder a 19 de Março de 1831, aconselhando porém à coroa, a nomeação de um ministerio liberal; e esse ministerio, composto em parte de capacidades, o no todo, de pessoas que o seu partido indicava como as mais aptas para satisfazer as suas exigências, ou não tinha força moral para obstar o progresso do mal, que ostentava o seu poder! ou trahia a coroa! e nada fazia. A exoneração desse ministerio foi decretada a 5 de Abril seguinte, e chamado o Marquez de Paranaguá.

Mas o dano estava feito, só medidas energicas podiam salvar o paiz. Porém o Imperador o Sr. D. Pedro I temia o derramamento do sangue brasileiro, no emprego dessas medidas; e generoso e magnânimo, como era, preferiu sacrificar-se, abdicando a coroa em seu exelso filho. Manifestada a vontade do Imperador, o Marquez de Paranaguá retirou-se no dia seguinte ao da sua entrada, a 6 de Abril de 1831.

Dada a abdicação no dia 7 seguinte, licou o nobre Marquez exposto à sanha do partido revolucionário, que a não ser a lealdade de um amigo, que

a tempo u prevenio, para abrigar-se na legação francesa, e depois a bordo do almirante Grivel, elle teria sido victima dos facciosos, que duas vezes, depois de quebrarem as janelas da sua casa, a invadirão; aquelles, que accusavão ao Imperador, e seu ministerio, por inconstitucional; tendo em uma dessas invasões penetrado, em alta noite, até ao aposento da desolada consorte, que como uma heroína lhes bradava pela Constituição, lançando-lhes em rosto a sua feroeidade contra uma senhora! No dia seguinte a nobre Marquez teve tambem de exilar-se, para fugir á sanha dos revolucionarios do 7 de Abril!

O Marquez de Paranaguá era criminoso, por ser amigo do Sr. D. Pedro I, como tantos outros!

Amigo da sua pátria, que tantas vezes cantou na Lyra sublime, que com encanto tangia! só queria para ella o verdadeiro sistema constitucional representativo; e era por isso que os demagogos o tinham como o seu maior antagonista! .. E a tal punto chegou a sua sanha, que além de outras afrontosas calumnias, lhe assacárono haver elle mandado buscar ao estrangeiro, e conservar occultas no arsenal da marinha, *forças de ferro*, para com elles punir aos liberaes! Não é um romance que escrevemos; essas acusações foram tantas vezes repetidas pela imprensa revolucionaria, que Brasileiros respeitaveis as acreditáram! Não ha muitas semanas, que ouvimos a uma alta personagem a confissão a mais sincera dessa fraude!

« Eu cheguei a crer, disse ella, que de facto existião no arsenal da marinha as tais forças de ferro, mandadas vir pelo Marquez de Paranaguá. »

O Marquez de Paranaguá exilado meses, até cessar o vulcão revolucionario, pois que ainda depois exigirão a sua deportação, entregou-se á vida privada, limitando-se a comparecer ás sessões do senado, do qual era membro desde a sua criação.

Conselheiro de estado, pela lei de 20 de Outubro de 1823, foi elle um dos dignos Brasileiros a quem o Sr. D. Pedro I incumbiu a revisão do projecto da Constituição, por Elle redigido, e que por isso teve a gloria de ser um dos seus referendatarios, por cujo motivo foi condecorado com a dignataria da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Em Janeiro de 1826 foi o plenipotenciário do tratado de amizade e commercio que o Brasil fez com a França.

Habituados a julgarmos dos factos pelos resultados, entenham hoje alguns dos nossos politicos, que os artigos permanentes desse tratado, forão um erro, pois que ligárono o Brasil a condições onerosas! Não entraremos no exame da conveniencia, ou desconveniencia desses artigos, mas é nossa convicção, que se na sua estipulação honra sacrificio, era elle necessário naquella época. Encampado o Brasil em 1822, aiula em Agosto de 1823 não havia sido a sua independencia reconhecida pela māi patria, nem por nenhuma nação estrangeira; mesmo a Inglaterra, que maior commercio tinha com o Brasil. O Brasil solicitava esse direito da França, o reconhecimento da sua Independencia. A França, conquanto não receasse comprometter-se com Portugal dando esse passo, toltavia queria tirar vantagem dessa primazia; com o acto pois do reconhecimento da Independencia exigia um tratado de commercio, com tais artigos permanentes: couvinha ao Brasil, naquellas circunstancias, recusar o pedido? Que nos responda o bom senso dos nossos politicos imparciaes.

E' porém verdade, que ás boas relações entre os plenipotenciarios brasileiros e o da França, deve o Brasil as condições favoraveis que lhe vierão do tratado, as quaes constarão a destituição do da França, e com ella a sua desgraça!

Uma outra circunstancia collocon a França em posição vantajosa para com o Brasil; a sua acquiescência á exigencia do Brasil, de novo a māi patria a reconhecer a Independencia do Brasil, antes que aquella o fizesse; e tendo chegado a esta corte, como medianeiro para aquelle fim, Sir Carlos Stuart, em princípios de Agosto de 1823, a 29 do mesmo mēs e anno estava assignado o tratado do reconhecimento da sua Independencia; cabendo ainda a Francisco Villela Barbosa a gloria de ser elle um dos seus plenipotenciarios.

No ministerio da marinha prestou o nobre Marquez relevantes serviços, com os recursos que lhe dava um orçamento sempre mesquinho, como permitiā entāo as finanças do paiz. Aos seus esforços, secundalos pelo digno Fluminense Francisco Bibiano de Castro, e o honrado José Maria de Almeida, apesar do limitado orçamento de 1,200 a 1,600 contos de réis, nos annos de 1823 e 1826, conseguiu mandar para o Rio da Prata uma esquadra respeitável de mais de quarenta vasos, entre os quaes tres fragatas de linha, que a não ser a protecção oculta da grande potencia marítima ás Repu-

blicas contendoras, o Brasil teria evitado a vergonha, de fazer um tratado preliminar de paz, quando as forças imperiales triumphavão dos revoltosos! Os bons serviços prestados pelo nobre Marquez de Paranaguá á marinha de guerra lheão galardoailos pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, com a grāa-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro.

O homem que tantos serviços havia prestado no reinado do primeiro Imperador, não podia ser indiferente ao do Sr. D. Pedro II. Convencido que nada podia fazer durante o governo fraco da minoridaile, tão semelhante dos governos interinos, o Marquez de Paranaguá aguardava a maioria do Sr. D. Pedro II para oferecer-lhe seus serviços, que erão recommendedos por um autographo do Sr. D. Pedro I, que o nobre Marquez só levia entregar depois que o Sr. D. Pedro II, tomasse as redevas do poder.

O Marquez de Paranaguá, assim como tantos outros distinatos Brasileiros, tinha visto a insuficiencia dos governos regenciaes para proverem ao bem do paiz, talvez pela razão já dada, da Irregularidade que traz a interinidade; ne a regencia provisoria, nem a trina, reduzida a um membro que menos fez, só em o seu prestigio militar; e finalmente a de um unico regente, que apezar do prestigio ganho pelos seus bons serviços prestados nas grandes crises por que passou a capital do imperio, e com todo o sufragio do paiz, teve de abandonar o posto, reconhecendo essa impotencia, e então aspiravão o momento feliz, em que o jovem Monarca assumisse o poder; esse momento apresentou-se a 23 de Julho de 1840.

Os partidos politicos reconhecendo a deficiencia de suas forças, que o golpe de estalo de 22 de Julho desse anno acabou de aniquilar, virão na maioria a sua redempçao; e sendo ella aclamada pela assembléa geral, foi o nobre Marquez chamado pela coroa para organizar o seu primeiro ministerio. O Marquez de Paranaguá, panegyrista dessa aclamação, não quiz marcar a sua gloria com uma idéa de interesse pessoal; elle pediu e obteve a declinação dessa honra. Porém a 23 de Março do anno seguinte, 1841, teve de obedecer ao Imperador, entrando para o poder, na pasta da marinha, que pur força de circunstancias deixou a 26 de Agosto de 1842, tornando porém a entrar para o mesmo ministerio a 13 de Setembro desse anno, que deixou a 20 de Janeiro de 1843.

Além de outras provas de distinção que aprovou a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, conceder ao nobre Marquez ronco justiça a seu merito, dignou-se S. M. determinar que o Marquez de Paranaguá exercesse as funções de condostavel, no glorioso acto de sua coroação. No quadro historico que existe no Imperial paço da cidade, representando esse acto solemne, figura o nobre Marquez no exercicio de tão altas funções.

O nobre Marquez renunciou o poder em 1843, para não mais voltar a elle. Reconhecia que suas forças physicas erão apenas sustidas pelo espírito de seu caráter; que 73 annos de idade, dos quais 50 haviam sido passados no boticio de uma vida toda intellectual, que muitas vezes era exacerbada pela sublimidade de suas idéas poéticas, não lhe permitiam outro trabalho, que o da revisão de seus escriptos. Entregue a elle não era todavia indiferente ás discussões do senado, em todas tomava o interess, a que o levava o zelo da causa publica, principalmente naquellas questões que lhe erão peculiares.

Depois de tenaz enfermidade, de mais de anno, e quando parecia completamente restabelecido, findou-se o nobre Marquez de Paranaguá, quasi repentinamente, a 11 de Setembro de 1846, deixando desolada a nobre Marquez, esposa em segundas nupcias, da illustre casa de Brancamps de Portugal, e sem sucessão; sendo suas cinzas depositadas em modesto mausoléu, que a piedade de sua consorte lhe dedicou, na ordem 3<sup>a</sup> dos mínimos.

Se algum dia a historia do Brasil for imparcialmente escrita, serão nella devidamente avaliados os serviços do Marquez de Paranaguá, de carácter firme, independente e probó a toda a prova!

A não ser a fatal resolução do nobre Marquez, de entregar ás chaminas todos os seus escriptos, mezes antes do seu falecimento, teríamos para admirar, não só a sua colleção de poemas épicos, como as interessantes notas para a historia do Brasil, que com todo o esmero as havia escrito, para quatro volumes, e que algumas vezes nos honraram com a sua leitura.

Mandou porém imprimir o seu Tratado de Geometria, que também havia escrito, e que hoje faz parte dos compendios das nossas escolas militares.

O Marquez de Paranaguá havia sido reintegrado nos postos militares de engenharia, de que lora demittido em Portugal, tendo depois acesso até ao de brigadeiro, em que se reformou. O Marquez de Paranaguá honrou a pátria, e o nome de Brasileiro.

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1858.

OS CONTEMPORANEOS

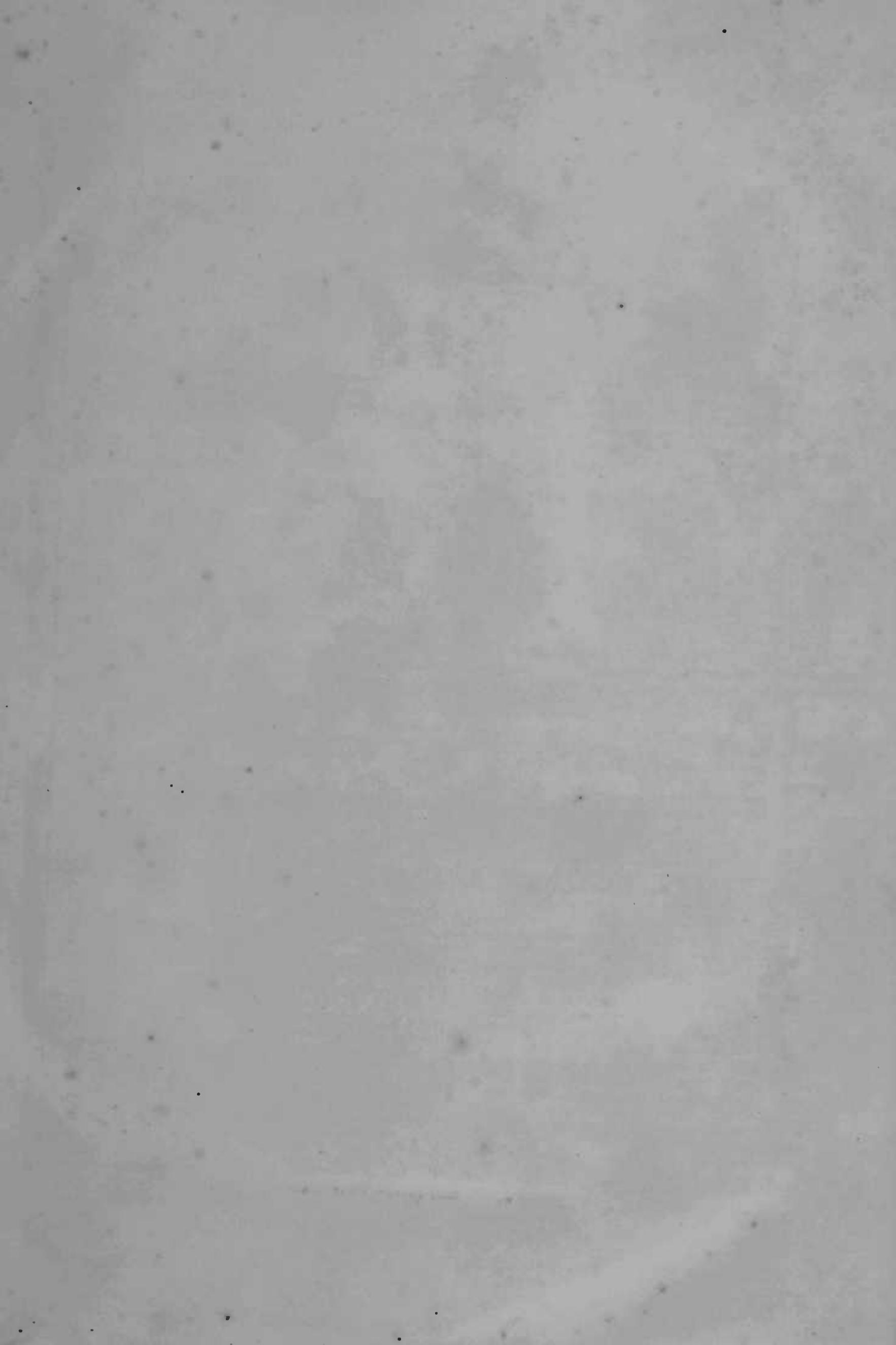


© A. Almada del e lith

FRANCISCO DE ARRABIDA

Bispo de Anemuria

*F. G. Anemuria*



# BISPO DE ANEMURI A

FRANCISCO ANTONIO DE ARRABIDA nasceu na cidade de Lisboa, em Portugal, a 9 de Setembro de 1771, de pais honrados e virtuosos, que lhe derão esmerada educação, baseada nos principios religiosos, os quaes com rapido desenvolvimento o prepararão para o estado regular, e por tal maneira; que Antonio de Arrabida não esperou a idade canonica para o abraçar, e apenas acabados seus primeiros estudos entrou para o claustro, no convento de S. Pedro de Alcantara, quando tinha então 15 annos; tomou logo as primeiras ordens, e abri esperava a época da sua profissão. Porém conhecida sua applicação aos estudos superiores, e seu aproveitamento, foi elle escolhido para lente e bibliothecario do convento de Mafra, onde com grande proveito para si, e para a corporação, esperou a idade necessaria, e professou.

Continuando ali tão honrosa ocupação, forão seus talentos e conducta devidamente apreciados pelo virtuoso principe, depois rei, o Sr. D. João VI, de saudosa memoria, na sua estada naquelle convento, chamando-o para junto de si, quando Fr. Antonio tinha apenas 28 annos de idade !

Colocado assim em tão alta posição desde 1800, Fr. Antonio, o amigo confidente do principe, nunca della abusou : era na habitação regia o mesmo religioso do clauastro ; e cultivando sempre as letras, Fr. Antonio não perdia occasião de fazer bem : quem o conheceu sabia, que era elle o medianeiro entre o principe clemente e caridoso, e o necessitado.

Em política já então era Fr. Antonio de escrupulosa reserva, quando em consultas o ouvia o principe, muito mais depois que sua Alteza foi a regente; e o acerto em que nellas se houve era uma garantia que lhe dava o seu confidente.

Assim passáram os annos até 1807, em que o principe regente reconhecendo a importancia do Estado do Brasil, e querendo dar-lhe um governo mais forte, mais prestigioso, resolveu nomear ao Sr. D. Pedro de Alcantara, principe da Beira, seu condestável no Brasil, para onde devia logo partir.

Tomada esta resolução, e quem sabe com que alcance, aconselhada talvez pelo distinto Brasileiro, então incumbido do gabinete do principe regente, foi por elle comunicada a Fr. Antonio, da parte de sua Alteza, com a declaração, de que o principe o havia nomeado secretario particular do augusto condestável, e que dentro em poucos dias seguiria para o novo destino ; dando-lhe um exemplar da proclamação impressa, que naquelle occasião seria publicada. Ao Instituto Historico e Geographicco do Brasil foi ha dous annos oferecido o documento authentico, que comprovava o facto da nomeação do augusto condestável, até então ignorado. Porém quando Fr. Antonio preparava-se para a longa viagem, com tanto segredo, que sua propria familia apenas sabia que em serviço do regente sabia de Lisboa, é novamente chamado pelo regente, por intermedio do mesmo nosso distinto patrício, e então lhe communica, que o numero de passageiros havia-se augmentado, isto é, que elle e toda a familia real partiu para o Brasil ; que Fr. Antonio o devia acompanhar, e na mesma não, dando-lhe mais, além da nomeação do seu director espiritual, a de mestre do principe da Beira. A notícia da invasão dos Francezes em Portugal havia obrigado o principe regente a tomar uma tal resolução.

Obedecendo Fr. Antonio ás ordens do principe, não pôde ocultar-lhe o desejo que tinha de contribuir para o engrandecimento de um paiz, cuja prosperidade elle tanto prophetisava ; declarando mais, que vindo para o Brasil, seria Brasileiro ! ...

Realizada a viagem, e chegada a familia real a este porto, não tendo sido para isso indiferente ao principe regente o parecer do seu eonfessor, sobre a escolha da província, ou cidade do Brasil, para sua residencia, foi sempre Fr. Antonio o confessor inseparável do principe regente, não porque assim quizesse ostentar privança, mas porque o ordenava o principe : Nós somos testemunha da modestia de Fr. Antonio em todo esse tempo, apesar do reflexo quo lhe cabia, do astro que acompanhava.

Chegada a época da aclamação do principe, por falecimento da rainha a Sra. D. Maria I, foi ella julgada opportuna pelo novo Monarca para elevar o

seu eonfessor em dignidades no seu Estado; porém Fr. Antonio tudo recusou com respeito ; aceitando apenas a pensão do 400\$000 rs. do bolsinho de el-rei, para suas irmãs, que haviam falecido em Portugal.

No anno de 1821 vieram os successos, que proclamaram a Constituição, a 26 de Fevereiro ; e com quanto Fr. Antonio não fosse liberal, todavia desejava que o paiz, que adoptára por patria, tão voluntariamente, acompanhasse as idéas do seculo, e melhorasse, com a adopção de novas instituições ; neste caso pois não hesitou Fr. Antonio, nas respostas que tinha de dar ao principe e ao rei, sendo consultado ; elles foram favoráveis à manifestação popular, e por maneira, que podemos certificar, que a modesta cella de Fr. Antonio, (Fr. Antonio nunca deixou a morada do convento de Santo Antonio desta corte) era o ponto de reunião dos Rochas, dos Azeredos Coutinhos, dos Nobregas, dos Andradas, e outros colaboradores da Constituição e da Independência, onde se resolvia o que devia ser e foi proposto ao principe, e a el-rei, e depois ao Imperador.

Dado aquelle passo importante, já não era possível duvidar da sorte do Brasil ; porém outro tanto não acontecia a Portugal, donde tudo era para receber ; e então pareceu a el-rei, que indo, tudo remedava ; e resolvendo-o fazer, em menos de um mez, não pedia mais a Fr. Antonio o auxilio dos seus conselhos, que lhe recordavam reflexões feitas em 1807, todas favoráveis ao Monarca e ao Brasil, mas que não cessasse de dirigir a seu filho, o principe D. Pedro ; o qual collocando logo a Fr. Antonio no mesmo posto que ocuparia para com seu angusto pai, e já mais o consultando, e ouvindo, que não conhecesse o acerto de suas idéias, e o estudo que fazia dos homens e das coisas do Brasil, o nomeou, a 23 de Outubro de 1822, bibliothecario da biblioteca Pública e Nacional, onde Fr. Antonio prestou importantes serviços, que ainda hoje o recordão. Entre os bons serviços prestados pelo novo bibliothecario, um ha, sem dúvida, que revela bem o apreço em que Fr. Antonio tinha as coisas do Brasil. Fazendo organizar o index da livraria, encontrou elle o importante Manuscripto Botânico, do padre-mestre Fr. José Mariano da Conceição Velloso, franciscano da província do Rio de Janeiro, e natural da de Minas, que em 1790 o havia dedicado a Luiz de Vasconcellos, depois conde de Figueiró, com o título de Flora Fluminense, formado com saber e precisão, e muito trabalho em colligir, descrever, e fazer desenhar 1,639 espécies de plantas.

Por tão feliz achado exultou de prazer Fr. Antonio, amigo que era do Brasil, e para logo o denunciou na augusta presença do Fundador do Império, o Sr. D. Pedro I, com o plano e proposta para sua publicação ; o qual desejando, e tudo fazendo para realçar a gloria do Brasil, dignou-se mandar aprovar a proposta por aviso da secretaria de estado dos negócios do império, de 25 de Abril de 1823, e louvar o reconhecido zelo do bibliothecario, por tudo quanto podia acreditar o genio brasileiro ; determinando, que o texto da obra fosse aqui impresso, na typographia nacional, sob as vistas do mesmo bibliothecario, e o Dr. João da Silveira Caldeira ; e autorizando-o a recollecter os desenhos para Paris, assim de serem lithographados na officina de Lasteyrie, «ficando a direcção de todos estes trabalhos, diz o referido aviso, a cargo do bibliothecario, por lhe serem louváveis, e muito analogos ao seu patriotismo.»

Antes de Janeiro de 1831 estavam todas as lithographies recebidas no Rio de Janeiro, para a publicação de 3,000 exemplares.

Fr. Antonio era tão Brasileiro, que accusado logo depois da nossa independência, por uma alta personagem do velho mundo, por não ter cooperado para a conciliação dos dous paizes irmãos, o que, dizia ella, teria sido facil, mas antes conorrido talvez, para a sua emancipação, respondeu-lhe elle nestes termos : « Se a boa fé presidia ás suas deliberações, ás das cortes, se os seus intentos não eram escravizar, porque razão lhe tem custado tanto a ajustar os projectos emitidos pelas comissões ? Porque razão nada do que parece favorecer o Brasil directamente lhe agrada ? Por que razão os mais franceses princípios de reciprocidade, e os artigos, talvez os mais onerosos, mas que provão os ardentes desejos que os Brasileiros tinham da união, tem sido constantemente reprovados ao som de improprios e de affrontas, de gritos, e puxadas, indignas do mais

ordinario? E assim que irmãos se ajustão? E este o metodo de tratar as mais interessantes questões de estado?» Estes sentimentos de brasileirismo em Fr. Antonio erão tão conhecidos, e apreciados pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, de sempre saudosa memoria, que lhe determinou, depois da queda da Constituinte, apresentasse um projecto de Constituição; o qual foi tomado em consideração pelos distintos Brasileiros collaboradores da que nos rege, e Fr. Antonio convidado e ouvido para as respectivas conferencias.

Ao brasileirismo de Fr. Antonio deve o paiz o significativo titulo da primeira de suas ordens honorificas.

Querendo o Sr. D. Pedro I dar a Fr. Antonio maior prova de sua estima, sollicitou e obteve da Santa Sé, com surpresa delle, a dignidade de bispo titular de Anemuria; adicionando-lhe a nomeação de coadjutor do capellão mór. Agradecendo a seu angusto amo tanta distinção, não lhe estava bem uma renuncia, elle se resignou; mas escrevendo a um amigo, a 23 de Outubro de 1826, lhe disse: «A Providencia queira não tomar contas ao Imperador, por este excesso de liberalidade.»

O Imperador ainda den ao bispo de Anemuria outra prova da valia em que tinha seus talentos; dignou-se nomea-lo director dos estudos do angusto príncipe e princezas imperiales; e no seu segundo consorcio, condecora-lo com a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa.

O homem que tantos serviços havia já prestado ao Brasil não podia deixar de participar de um de seus maiores triunfos, do reconhecimento da sua independencia; e tendo Portugal ouvido enfim o reclamo da justiça, nomeando o embaixador que devia fazer o tratado do reconhecimento da Independencia do Brasil, apenas chegado ao Rio de Janeiro Sir Charles Stuart, a 16 de Julho de 1825, foi procurar na modesta cella do convento de Santo Antonio a Fr. Antonio de Arrabida, e entregar-lhe uma carta authographa de el-rei o Sr. D. João VI. Não diremos até que ponto pôde influir a mediação do amigo confidente de ambas as Altas Partes Contractantes; mas é facto, que tres dias depois da chegada teve o embaixador a sua apresentação, e a 29 de Agosto do mesmo anno, pouco mais de um mez da sua chegada, estava assignado o tratado!

Foi o bispo de Anemuria incansável em promover o engrandecimento do nosso museu; entre outras, muito importante foi a offerta que para elle fez a Sua Magestade o Sr. D. Pedro I, de uma collecção de mil preciosas medalhas, que elle possuia, Egypcias, Gregas e Romanas.

Os annos decorridos depois, até a abdicação não forão de ceio para o bispo de Anemuria. Evitaremos os commentarios dos seus sofrimentos nessa época de dor, que nos trouxe o devolvimento da coroa a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, príncipe virtuoso, ilustrado, e magnanimo, a gloria dos monarcas do nosso seculo.

Esses sofrimentos forão agravados, quando o punhal do assassino o foi provar na sua cella no convento de Santo Antonio, na tarde do dia 15 de Julho de 1831!! O bispo de Anemuria foi obrigado na tarde seguinte a tomar o disfarce para procurar um asylo seguro. Elle o achou na casa hospitaleira de um respeitável ancião, onde esteve tres annos. O bispo de Anemuria havia sido contemplado em uma lista de proscriptos; o seu crime era ser amigo do Sr. D. Pedro I!

Logo depois, isto é, a 16 de Agosto do mesmo anno, foi o bispo de Anemuria exonerado do lugar de bibliotecario da biblioteca publica nacional, perdendo assim o unico vencimento que tinha, e dos cofres publicos, porque toda a sua mais subsistencia cessou com a partida do magnanimo Sr. D. Pedro I.

Reducido portanto á miseria, e a mendigar dos amigos o pão necessario, elle recorreu a uma subscricção entre amigos e caritativos, para formar um fundo, cujo rendimento minorasse a sua mendicidade; elle a obteve em parte, o que muito deu, entre outros, ao Exmo Marquez de Abrantes, que afincadamente a promoveu. O generoso coração de S. M. o Imperador apareceu a concorrer com uma mensalidade, segundo sua ordem de 23 de Agosto de 1834, que lhe foi paga até sua morte.

Estava o bispo de Anemuria nestes apuros de meios de subsistencia, quando um amigo de além-mar lhe lançava em rosto o nenhum fructo que havia tirado dos seus bons serviços, e elle lhe respondia, em carta de 8 de Fevereiro de 1835: « De que tenho eu de me pejar, da minha mendicidade? A minha prolissão religiosa; 40 annos de serviços publicos, e aos imperantes; sacrificios não equivocados, prestados não só á submissão e ao respeito, mas ao amor, e á gratidão para com os soberanos, são titulos que fazem muita honra á miseria a que lhe foi reduzido. »

A Providencia quiz ainda uma vez ser-lhe propicia, para o punir talvez depois com maior severidade. Em 1836 foi-lhe concedida pelo corpo legislativo uma congrua de um conto e duzentos mil réis annuaes; e tendo sido criado o collegio de Pedro II, nesta corte, por grandes instâncias de seus amigos aceitou a sua reitoria, por decreto de 5 de Fevereiro de 1838; dando tanto apreço

a esse assentimento o Exmo Ministro Vasconcellos, que, apezar de seu estado de paralyzia, foi ao convento de Santo Antonio, á cella do bispo de Anemuria, agradecer lhe o seu sim, e dar-lhe por esta forma um desmentido ás frivolas acusações.

Ossofrimentos moraes havião fortemente contribuido para deteriorar a saúde do reitor do collegio de Pedro II. Depois de o ter montado e conseguido a sua marcha regular, instou elle, e obteve a sua exoneração, por decreto de 15 de Junho de 1839.

Nesse mesmo anno teve o bispo de Anemuria a distinta honra de administrar a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o Sacramento da Confirmação, com a agradavel coincidencia de haver tido a subida honra de ser padrinho do Imperador o Sr. D. Pedro I, no mesmo Saeramento.

Retirado o bispo de Anemuria para lóra da cidade, pelo seu máo estado de saúde, não lhe foi ali indiferente o brado da maioridade: voltou á corte; e unindo seus votos aos dos defensores desse principio, procurou chamar para elle os que por acaso ainda não tinham avaliado a sua importancia. De tão feliz sucesso, da aclamação da maioridade de S. M. o Sr. D. Pedro II, participou directamente o bispo de Anemuria; elle teve a honra de ser um dos prelados assistentes á coroação e sagraria do mesmo augusto senhor; sendo por esse motivo condecorado com a commenda da ordem de Christo; e creando-se depois o conselho de estado, foi elle contemplado no numero dos conselheiros, na sua criação, sendo nomeado, por decreto de 5 de Fevereiro de 1842, conselheiro de Estado extraordinario. Porém pouco mais de tres annos exerceu essas funções; o aviso da secretaria de estado dos negocios do imperio, de Maio de 1845, o exonerou dellas, e novamente reduziu a privações, que tanto mais sensiveis lhe forão, quanto suas forças o abandonavão, e apparecia o desanimo para mais nada emprehender.

Então teve de ser novamente pesado ao pequeno círculo de seus amigos, tão pequeno como é o de um velho sem valimento.

A mesma congrua de 1:200\$000, que o corpo legislativo lhe havia concedido em 1836, foi mal interpretada, e della deduzida a pensão de 400\$000, que recebia do bolsinho de el-rei, o Sr. D. João VI, e que não lhe havia sido mais paga desde 7 de Abril de 1831.

Com tão poucos meios impossivel era sustentar-se; e no seu máo estado de saúde, sem novamente recorrer aos amigos, elle viveu pois os ultimos tempos de sua existencia na companhia de alguns, falecendo na de um delles.

Vendo approximar-se seus ultimos dias, combatido por oito mezes de enfermidade, e tendo já satisfeito todos os deveres de catholico, o bispo de Anemuria reconheceu que lhe faltava ainda cumprir um rigoroso dever para si, e para aquelles que possuem iguaes sentimentos; esse dever era o de beijar pela ultima vez a mão de S. M. o Imperador, e pedir-lhe que lhe perdoasse, se alguma vez o offendêra. Não o podendo fazer, nem autorizar ao amigo, em cuja casa estava, a que o fizesse pessoalmente, pela estada lóra da corte do mesmo augusto senhor, o autorisou a que por escrito, e para aquelle fim, procurasse o intermedio do gentilhomem de serviço ao Monarca, manifestando-lhe ao mesmo tempo, que havendo elle servido com toda a dedicação aos augustos antepassados de S. M. o Imperador, desde o Sr. D. João VI, até então, cinquenta annos decorridos, não se recordava que um só momento houvesse deixado de servir com muita adhesão, fidelidade, amor, respeito e dedicação a sua angusta familia nessas tres gerações; que jámais houvesse abusado da confiança que nelle tinham depositado, trahindo-a por qualquer maneira; e que finalmente, nos quarenta e dous annos que serviu ao Brasil, nunca fez, nem aconselhou senão o bem, para seus augustos annos, e para a patria que tão voluntariamente adoptou; que conceio desta verdade elle beijava pela ultima vez a augusta mão de S. M. o Imperador e imperial familia; e supplicava ao Senhor dos imperios, que com a sua benção os protegesse, e ao Imperio do Brasil, como elle sempre rogou no Santo Sacrificio da Missa; esperando que num dia, pela Misericordia Divina, e ainda que demorado pela longevidade de S. M. o Imperador, para bem do Brasil, ambos podessem dizer á face do Deus vivo — *Venite, exultemus domino.* A resposta de S. M. I., em carta do Exmo conde de Iguassú, foi a maias lisongeira possível para o bispo de Anemuria; as expressões imperiales servirão de consolação ao bispo moribundo, que faleceu pouco depois, a 10 de Abril de 1850, nos braços do amigo, filho daquelle que o havia recebido em sua casa a 16 de Julho de 1831.

Muito mais poderíamos dizer do bispo de Anemuria, se uma resolução, filha sem duvida da sua modestia, nos não privasse de importantes documentos, entregando-os ás chaminas, pouco tempo antes da sua ultima enfermidade, entre os quaes havia importantissimas cartas autographas de diversos Monarcas, principalmente de SS. MM. II. e RR. os Srs. D. João VI, e Francisco I.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1859.

ILUSTRE CONTEMPORÂNEA



Lith. de A. Sison Fwda. Asperlinho 107 Rio de Janeiro

N. A. SISON

D. IMPERATRIZ CHRISTINA MARIA  
IMPERATRIZ DO BRASIL.

Christina Maria de Bourbon



# D. THEREZA CHRISTINA MARIA

## IMPERATRIZ DO BRASIL

**S**ua Magestade a Senhora D. Thereza Christina Maria, terceira Imperatriz do Brasil, naseeu a 14 de Março de 1822. E' irmãa de S. M. o Sr. D. Fernando, actual Rei das Duas Sicilias, por successão a seu pai, o Rei Franciseo I.

Ornada pela mão prodiga da Providencia de todas as virtudes que podem realçar o alto valimento do throno, a Imperatriz do Brasil, nascida sob um outro horizonte, é na opinião unanime dos Brasileiros uma protectora desvelada e amante, em cujo seio augusto se enthesoura uma affeição sincera ao seu povo.

Se em algumas resoluções da monarchia pôde-se crer que as inspirou de mais perto esse espirito divino que outr'ora, diz-se, illuminava os apostolos e os auruspices, na escolha da augusta soberana do Brasil, mais que nunca se poderá adoptar como um mysterio celeste o acerto e o seu resultado feliz.

Há quinze annos que o Brasil goza a ventura de elevar-se sob os auspicios da Imperatriz actual; e desde o solar faustoso até a echoa modesta do operario é lembrado com jubilo o dia 3 de Setembro, em que S. M. I. acolheu pela vez primeira as saudações festivas do seu novo povo; já nessa hora promettendo-lhe no seu aspecto doce a soberania branda e carinhosa que elle até hoje applaude e abençoa.

Foi com effeito um bello dia o dessa data, em 1843, apesar do aspecto melancolico do céo e das torreotes de chuva que delle se despenhavão.

Erão talvez nuvens arredadas ao impulso de suspiros tristes do limpido horizonte de Napolis, que viuhão derramar na verde aleatifa de nossos campos as lagrimas vertidas no derradeiro adeos do povo napolitano á sua princeza adorada.

Palpitava no entanto demais forte e aueioso o regozijo dos Brasileiros para que essa expressão dos elementos o pudesse tolher ou abafar.

Na tarde do dia 3, ás 5 horas e 35 minutos, entrou coi nosso porto a fragata *Constituição*, conduzindo a seu bordo a Imperatriz, entregue no dia 4º de Julho

do mesmo anno, no palacio de Chiatomoni, em Napolis, ao embaixador de S. M. o Imperador do Brasil, o Sr. José Alexandre Carneiro Leão, pelo principe de Scylla, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, na qualidade de delegado de S. M. o Rei das Duas Sicilias.

A fragata *Constituição* fôra precedida pela corveta *Euterpe*, que anunciou aos Brasileiros a propicia vinda da Imperatriz; entrárão depois a corveta *Dous de Julho*, e uma não e tres fragatas napolitanas.

Chegada a fragata defronte da fortaleza de S. João, foi saudada por todas as fortalezas do mar, e vasos de guerra nacionaes e estrangeiros surtos no porto.

Ao anoitecer, apenas fundeára a fragata, dirigio-se a seu bordo o Imperador acompanhado pelos ministros de estado, e ali demorou-se algumas horas.

No dia 4 desembarcou a Imperatriz no cais cujo nome commemora esse facto.

Esse acto a que seguirão-se as bençãos do imperial consorcio teve lugar da maneira mais solemne.

A S. M. o Imperador acompanhava S. A. R. o Príncipe Luiz, Conde d'Aquila, irmão da Imperatriz, e o cortejo seguindo pelas ruas da Imperatriz, larga de S. Joaquim, Campo da Aclamação, S. Pedro, e Direita, parou ás portas da Capella Imperial, onde receberão a SS. MM. o Exm. bispo conde de Irajá, capellão-mór e o cabido.

Procedeu-se então ás sagradas bençãos; e terminada esta ceremonia, dirigirão-se os angustos noivos para a imperial quinta da Boa-Vista entre filas de povo que anhelava conhecer a graciosa soberana cujo sorriso assavel respondia a cada ovação que surgia das turbas. Erão as premicias da influencia benfica que a Imperatriz devia exercer sobre o coração de seus subditos.

No oitava dia, depois do consorcio de SS. MM. II., a multidão enchia o recinto da Capella Imperial onde celebrava-se a missa de acção de graças por tão joeundo sucesso.

A cidade iluminou-se; e os atavios de maior gala enfeitárão esses dias de festa.

Assim subio os degráos do throno brasileiro a Imperatriz actual; e jámais o diadema monarchico brilhou sobre uma fronte mais reveladora de rares dotes de coração, e dessa intelligencia materna, que parece a depuração do espirito até o seu maior grão de sensibilidade e delicadeza.

Ao explendor do throno nada mais faltava; o futuro da nação porém carecia de um novo penhor, de um novo laço que a ligasse em vínuelos estreitos á imperial stirpe.

Deos ouvio as preces da nação, e no dia 23 de Fevereiro de 1845 ella soube que a Imperatriz era mãe; que mais uma raiz profunda segurava a monarchia ao solo brasileiro.

Nascera o principe D. Affonso.

Grande foi a ventura da nação; mas também grande tinha de ser a dor que cedo a acompanhou.

No dia 11 de Junho de 1847 o anjo da morte estendeu sobre o berço imperial o crepe dos finados; e a esperança dos Brasileiros, o principe D. Affonso, foi vellar de mais alto pela paz e felicidade de seus subditos.

Nesse transe supremo, nessa provaança difícil, a Imperatriz mostrou quanto a resignação e a fé nos decretos do céo suavisão as angustias que a humanidade partilha.

As lagrimas da mulher humedecêrão por algum tempo a tela sumptuosa do throno; a saudade sombreou por alguns meses essa fronte serena onde a bondade d'almá se reflecte, até que debrunçada de novo sobre o berço imperial respondeu novamente aos vagidos do segundo principe que, como tenue meteoro,

perpassou também á face do seu povo, e, seraphim celeste, foi, como o primeiro, sorrir á luz dos planetas, implorar ás plantas do Creador pelo bem, pela sorte dos Brasileiros.

Era o principe D. Pedro.

Por duas vezes á alegria da nação sucedeu em curto espaço de tempo a afflição mais sincera; por duas vezes do throno brasileiro trasladárão-se para o throno celeste duas joias de immensurável valia, dous principes herdeiros da corda.

Submissa ao novo golpe como sofrerà o primeiro, a Imperatriz chorando essa perda irreparavel merecen do seu povo esse tributo de admiração e respeito a que tem sempre jus as intimas e verdadeiras dôres.

Actualmente dedicada á educação das princesas Isabel e Leopoldina, S. M. ensina ás mães como entre as galas do poder, desvela-se o coração no cultivo dos grandes sentimentos.

Mãe inteligente e amorosa, como é esposa terna e amante, a Imperatriz é hoje o modelo angusto onde os Brasileiros estudão o desenvolvimento e a belleza dos maiores afectos.

Protectora de muitas associações philantropicas, S. M. as ampara a um mesmo tempo com o auspicio de soberana e com o desvelo feminil; os pobres a invocação como assidua esmolér; os orphãos como mãe, e o seu povo como a mais efficaz das protectoras.

Taes são em traços indeleveis as qualidades eminentes que ornão a actual Imperatriz do Brasil, soberana por escolha feliz de seu augusto esposo, duplamente soberana pelo culto reconhecido que em geral consagrão-lhe os Brasileiros.







## BRASILIANA DIGITAL

### ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

**1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais.** Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

**2. Atribuição.** Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

**3. Direitos do autor.** No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente ([brasiliiana@usp.br](mailto:brasiliiana@usp.br)).